REVISTA
DO
ARQUIVO
PÚBLICO
MINEIRO
A P M
Ano XLVI • Nº 1 • Janeiro - Junho de 2010

Revista do Arquivo Público Mineiro
História e arquivística
Ano XLVI • Nº 1 • janeiro-junho de 2010

Av. João Pinheiro, 372 Belo Horizonte MG Brasil
CEP 30.130-180 Tel. +55 (31) 3269-1167
apm@cultura.mg.gov.br

Edição, distribuição e vendas: Arquivo Público Mineiro
Tiragem: 1.000 exemplares.
Pré-impressão e impressão: Rona Editora Ltda.

Revista do Archivo Público Mineiro.- Ano 1,n.1
(jan./mar.1896)- . - Ouro Preto: Imprensa Official de
Minas Geraes, 1896- .
v. : il.; 26 cm. -

Semestral.
Irregular entre 1896 – 2005.
De 1896 a 1898 editada em Ouro Preto.
De 1930 em diante: Revista do Arquivo Público Mineiro.
ISSN 0104-8368

1. História – Periódicos. 2. Arquivologia – Periódicos. 3. Memória – Periódicos. 4. Minas Gerais – Periódicos. 5. Documentos arquivísticos – Digitalização – Minas Gerais. 6. Documentos eletrônicos – Minas Gerais. 7. Preservação pela digitalização – Minas Gerais. 8. Arquivos públicos – Minas Gerais. I. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. II. Arquivo Público Mineiro.

CDD 905

o Publico Mineiro

o colonial" ao fundo "Ensino secundario"

SUMÁRIO

Acessibilidade à informação e à pesquisa

Este volume da **Revista do Arquivo Público Mineiro** (Nova Série), cujo dossiê é dedicado ao tema *Acervos Digitais e Preservação da Memória*, é, também, lugar de justa homenagem a José Pedro Xavier da Veiga, fundador do Arquivo Público Mineiro (1895). É de todo objeto de admiração a rapidez com que atua nosso primeiro diretor. Já no segundo ano (1896) de funcionamento do Arquivo, Xavier da Veiga põe em circulação o primeiro número de sua **Revista**. E é com uma apresentação, expressa em palavras sintéticas e claras, e de grande atualidade, que o arquivista fala sobre a necessidade essencial de se organizar, "séria e sistematicamente", os arquivos dispersos – administrativos, históricos e políticos de Minas Gerais – e justifica a iniciativa de dotar o APM de uma publicação periódica. Sobre a **Revista**, assim se expressa Xavier da Veiga:

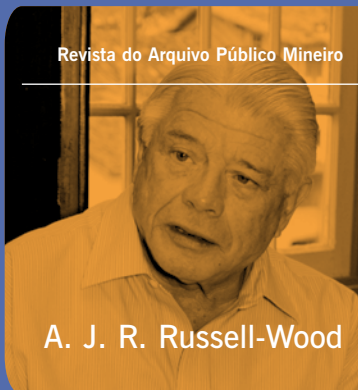
> Em verdade, sem o recurso de larga publicidade a todos acessível, ficaria restrita a utilidade da instituição a limitadíssimo circuito de pesquisadores pacientes, e ainda assim exigindo tempo e labores consideráveis. Tal o motivo determinante da criação desta Revista, que é de algum modo complemento imprescindível do próprio Arquivo.

Mediada por 114 anos, a **Revista do Arquivo Público Mineiro** tem cumprido sua missão. Voltada basicamente para a publicação de ensaios, instrumentos de pesquisa e documentos pertencentes ao acervo da instituição, a **RAPM** tem prestado serviços inquestionáveis à pesquisa, sendo a consulta a seus volumes passo obrigatório dos pesquisadores interessados nos mais diversos temas da história de Minas Gerais.

Na atualidade, aliado à **Revista**, o APM há tempos investe em outro complemento imprescindível que é o Sistema Integrado de Acesso (SIA-APM), uma avançada base de dados e de documentos digitalizados. Ferramenta inimaginável para o homem da virada do século XIX para o XX, os acervos digitais, ao possibilitarem o rompimento de barreiras operacionais, sobretudo de espaço e tempo, impostas à pesquisa, estabeleceram um patamar de acessibilidade jamais imaginado.

Contando já com um acervo documental considerável, o SIA-APM tem um nível de acesso anual numericamente elevado. Em 2009, contamos com 205.845 acessos. No mês de julho deste ano, foi dado a público o acervo de 97.000 fichas de pesquisa do bibliófilo Hélio Gravatá. Já as edições da **RAPM** são disponibilizadas, sem descontinuidade, tão logo se faça o lançamento de um novo número. Entre os muitos documentos que podem ser acessados *on-line,* merece destaque especial a coleção completa da **Revista**, que constitui, como se quer frisar, um dos mais fecundos acervos documentais da história de Minas.

Maria Efigênia Lage de Resende
Superintendente do Arquivo Público Mineiro

Revista do Arquivo Público Mineiro

A. J. R. Russell-Wood

Entrevista

Uma visão de Minas Gerais no contexto do Império lusitano

Pesquisador afeito ao paciente trabalho nos arquivos, o historiador britânico dedicou boa parte de sua vida ao levantamento da documentação relativa ao mundo colonial português, de que resultou importante contribuição para o conhecimento da sociedade brasileira daquele período.

> Que caprichos levam um estrangeiro a desaparecer sob o sol dos trópicos, exilado na solidão de arquivos e bibliotecas, com sua penumbra centenária, úmida e silente? Difícil arriscar uma resposta segura. Algumas pistas, encontramos em sua biografia, outras estão espalhadas na obra vasta, original e fecunda do historiador A. J. R. Russell-Wood, dono de uma discrição quase mineira.

De Charles Boxer, notável historiador britânico do Império português com quem conviveu nos primeiros anos de formação acadêmica, herdou decerto o compromisso com as sólidas pesquisas exaustivamente documentadas e o prazer da originalidade, quer na descoberta de fontes valiosas e desconhecidas, quer na reconstituição de processos que fundamentam a formação histórica de um lugar.

Professor da prestigiada Johns Hopkins University, nos Estados Unidos, e velho conhecido dos historiadores brasileiros e portugueses, para os quais é referência incontornável, engana-se quem associa o cuidado da pesquisa com algum gosto excêntrico. No fundo, a unir investigações de temas aparentemente tão distantes como a circulação de frutas e as técnicas de pesca de ameríndios, indianos ou africanos,[1] a mobilidade social da elite colonial baiana,[2] ou as rotinas administrativas de uma câmara municipal no coração da capitania do ouro,[3] existe algo mais do que a aparente inquietação intelectual.

Para onde quer que esteja olhando, parece inquirir as condições de organização, estabilização e adaptação de Portugal em meio à aventura da colonização. Ainda que tais condicionantes sejam a marca presente na geração dos grandes intérpretes do Brasil (Raimundo Faoro, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda), a originalidade, renovação e atualidade de Russell-Wood em nossa historiografia situam-se na combinação singular na qual equilibra tais empréstimos com a formação de um quadro de análise lastreado em uma criteriosa reconstituição documental, no domínio da metodologia de viés sociológico, muitas vezes desenvolvida à margem dos debates então correntes na historiografia brasileira.

Não foi à toa que Minas Gerais ocupou um lugar todo especial dentre as regiões que Russell-Wood estudou. A área foi, dentre todas as outras do Império lusitano, um campo de teste que exigiu mais da Coroa e dos colonos. Nesta entrevista, colhida em Ouro Preto e complementada por *e-mail*, o historiador declara em bom português, língua que domina plenamente, o inconfessável segredo que descobriu nas suas viagens a Minas: o sabor do feijão-tropeiro, a recepção calorosa e o prazer de uma dose de cachaça.

RAPM – Após suas primeiras pesquisas sobre o Brasil Colônia, especialmente dedicadas a Bahia e Minas Gerais, o senhor ampliou seu foco, tratando do Império português e suas trocas culturais, as relações políticas entre Brasil e Portugal, além da África. Diante dessas experiências, o que mudou na sua maneira de ver Minas Gerais, hoje, em relação às suas primeiras pesquisas?

RUSSELL-WOOD – Naquela época a minha pretensão era fazer um estudo de uma instituição tradicional portuguesa – a Santa Casa de Misericórdia da Bahia – numa dimensão imperial e multicontinental em uma época de mudanças e dentro de um contexto econômico e social fundamental na formação da colônia.

Procurei em Minas um ponto de comparação ("ouro branco", "ouro preto"), tendo em vista essa sociedade que conheceu uma formação instantânea, com uma economia baseada na mineração e que provocou uma reação por parte da Coroa. Perguntava-me como essa explosão demográfica, social, econômica, urbana e a subsequente diversificação econômica exigiram da Coroa não apenas uma nova apreciação na forma de colonização, mas também contribuíram para uma completa reorientação da política imperial, que subverteu totalmente a tradicional relação metrópole-colônia. Esses dois casos em estudo despertaram em mim a consciência da necessidade de colocar Minas e Bahia não apenas em um contexto brasileiro, mas dentro de dois outros contextos ainda maiores. O primeiro foi o contexto de um Império marítimo português, para tratar de descobrir o que foi realmente diferente e distintivo em um mundo influenciado pelos portugueses, que se estendia do extremo oriente e da Indonésia até o Mato Grosso. Também aprendi a importância de rejeitar a tendência de uma perspectiva que considerava esse império exclusivamente sob a perspectiva marítima. Por exemplo, já no século XVII houve muitos indivíduos – missionários, mercadores, colonos, bandeirantes, agricultores, degredados e garimpeiros – que podiam ficar às margens do Rio Paraguai e olhar para o Oeste. O segundo foi o meu interesse no projeto colonial, quer dizer, na história comparativa de nações e Estados europeus no ultramar e seus pontos de convergência e de distinção. Meu interesse foi uma aproximação verdadeiramente global, e não uma bifurcação imperial baseada em hemisférios. O resultado dessa experiência foi um maior respeito pela diversidade de fontes, além da própria documentação manuscrita – azulejos, tapetes, iconografia não europeia, artefatos etc. –, e uma maior apreciação da geografia, oceanografia e climatologia. Especificamente quanto a Minas – onde houve uma enorme diversificação de produtos –, cheguei a um maior equilíbrio entre a dimensão econômica e a dimensão cultural. Por exemplo, a mineração e a agricultura têm uma projeção econômica, mas também uma dimensão eminentemente cultural: a dimensão humana, os conhecimentos técnicos, a organização de conhecimentos que foram próprios de africanos e afro-brasileiros, de um lado, e dos autóctones do outro. De fato, o Brasil oferece enormes oportunidades para um estudo que poderia se intitular: "As economias brasileiras: uma aproximação cultural", que investigue o cultivo de arroz, as drogas do sertão, o cultivo de mandioca, os modos de preparar as terras para cultivar, o corte do pau-brasil, os modos de transporte, a mineração etc.

O Brasil oferece enormes oportunidades para um estudo que poderia se intitular: "As economias brasileiras: uma aproximação cultural".

RAPM – Que lembranças o senhor tem de Belo Horizonte e do trabalho no Arquivo Público Mineiro?

RUSSELL-WOOD – Foi uma época ótima. Lembro-me do café servido no Arquivo Público Mineiro, que era muito bom. Um senhor, José ("Zé") Gomes, me apelidou logo de "barriga preta". Simplesmente porque eu gostava muito do café de lá... Em Belo Horizonte, trabalhei pela primeira vez ao lado do Donald Ramos. As condições físicas, naquela época, eram precárias. Acho que a gestão recente de Renato Venâncio proporcionou mudanças boas e inovadoras. Bastava modernizar ao menos as condições do prédio, porque naquela época, quando chovia muito, havia infiltração de água no teto. Um dos mineiros com quem então me encontrei foi o Augusto de Lima Jr. Gostei muito dele, era realmente muito simpático, apesar de pouco conhecido pelos historiadores na Europa. Mas foi muito bom comigo, deu ótimos conselhos e toda a atenção. O Hélio Gravatá também me indicou avenidas de pesquisa, me ofereceu cópias da revista *Barroco* e, a cada duas semanas, íamos jantar em um restaurante barato e popular que oferecia pratos exclusivamente de carne!

Acho que nós temos de deixar de lado um pouco essa obsessão com o processo para ter uma visão maior das mentalidades e das ideias.

RAPM – Qual o arquivo mineiro pelo qual o senhor tem mais carinho? E por quê? Em suas primeiras pesquisas, fez alguma descoberta documental que se recorda de modo especial?

RUSSELL-WOOD – De fato, há dois arquivos mineiros pelos quais ainda tenho muito carinho e de que sinto muitas saudades. Um foi o Museu do Ouro, em Sabará. Naquela época seu diretor era o dr. Antonio Joaquim de Almeida. Ele e a sua mulher, dona Lúcia, fizeram todo o possível para que a minha estada em Minas, e sobretudo em Sabará, fosse ao máximo produtiva. Dona Lúcia foi minha guia durante vários passeios por Sabará, enquanto dr. Antonio Joaquim me mostrou com enorme orgulho o acervo histórico riquíssimo do museu – não apenas de manuscritos, mas também de artefatos e iconografia. O outro arquivo foi a Casa do Pilar, em Ouro Preto [anexo do Museu da Inconfidência]. Passei três ou quatro meses, no início de 1992, pesquisando a documentação de compra e venda de propriedades e terras que trazia informações não apenas de ordem financeira e sobre o direito, mas ainda sobre os próprios indivíduos. Isso me permitiu construir um modesto estudo prosopográfico. Nunca vou me esquecer daquela "escadinha" para subir até o arquivo... Ali, a sra. Suely Perucci, responsável técnica pelo Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, e a sra. Carmen Silvia Lemos – que naquela época pesquisava as ossadas dos inconfidentes

localizadas na África – contribuíram para uma estada muito agradável, além de proveitosa.

RAPM – Acha que a pesquisa perde quando os documentos estão digitalizados? A pesquisa com os originais é essencial?

RUSSELL-WOOD – Sempre achei interessante o próprio processo de interagir com a documentação. Sou uma dessas pessoas contrárias à digitalização de documentos, porque isso nega aos historiadores mais recentes interagir com o documento. Não sei se isso é uma coisa de misticismo ou algo do tipo... Mas é diante do original, com o documento à frente, que se tem uma porção de ideias.

Sou uma dessas pessoas contrárias à digitalização de documentos, porque isso nega aos historiadores mais recentes interagir com o documento.

RAPM – Como o senhor enxerga, retrospectivamente, o debate sobre poder local e administração, tendo em vista o pioneirismo de seu estudo sobre a Câmara de Vila Rica?

RUSSELL-WOOD – Desenvolvi nos anos 1970 um microestudo sobre Minas Gerais.[4] Ele foi feito em um contexto metodológico específico, quer dizer, parti da ideia de convergência e divergência, da multiplicidade de empregos, da multiplicidade de empregados em diferentes funções administrativas. Esse foi o tema central. Fui descrevendo o processo, contudo, o que me interessava mais era o aspecto do próprio procedimento burocrático. Na conferência que fiz em 2008 no seminário *Administrando os Impérios* (organizado pela Universidade Federal de Ouro Preto), expus uma visão mais ampla do tema. Minha hipótese foi, simplesmente, que as noções de república e de ordem eram capazes de oferecer coesão aos senados de todas as câmaras do litoral atlântico, como defendia Boxer. Acho que nós temos de deixar de lado um pouco essa obsessão com o processo para ter uma visão maior das mentalidades e das ideias. E sugeri, nessa explanação, que essa noção de mentalidade e de ideias é realmente tão importante quanto o próprio processo. Afinal, um ponto em comum entre esses velhos senados era a mentalidade. Ainda que apresentando variações, os juízes ordinários e os vereadores reconheciam para si mesmos responsabilidades que aceitaram, assumiram e chegaram a implementar. E a influência dessa noção de mentalidade afetava ainda a qualidade da legislação. Acentuei exatamente essa ideia, afastando-me um pouco da abordagem centrada na pessoa que ocupava a vereança, simplesmente como emissoras de posturas, de bandos e de editais, porque uma grande parte da obra deles foi fazer a mediação social. Esses funcionários possuíam um investimento pessoal, emocional e econômico na

vila em que atuavam, onde conheciam as pessoas que a legislação afetava. Esses contatos informais foram decisivos para dar a eles o conhecimento a respeito dos problemas que podiam surgir. Não era simplesmente escrever um edital e promulgá-lo para a cidade, já que isso, ao contrário, poderia causar reações negativas, como uma válvula de escape. Essa possibilidade poderia ser assim eliminada com a discussão ou a apresentação de novas ideias. Acho que esse aspecto mediador, de muita negociação, como agora Jack Greene defende a respeito do papel das negociações, é fundamental. Não se tratava simplesmente da relação dos funcionários com a Coroa, mas das trocas no convívio social da própria vila ou cidade.

Gosto de construir a análise a partir do próprio indivíduo, onde quer que ele esteja, em Minas ou em Mato Grosso, e perceber sua história.

RAPM – Quais as diferenças entre o seu trabalho e o de Charles Boxer a respeito da administração?

RUSSELL-WOOD – Uma distinção evidente foi que ele, além do domínio das línguas orientais, que eu não tenho, conhecia muito mais do que eu as línguas europeias, além do latim. Ademais, ele trabalhou com a sua própria biblioteca. Boxer se interessava muito mais do que eu pela arte militar, gostava não apenas das guerras com exércitos fixos e sua tecnologia, mas também do estudo das batalhas marítimas, ou *marine military battles.* Por outro lado, as investigações sobre o poder e a administração locais são feitas por pesquisadores que residem no lugar onde pesquisam o tema. Há, por exemplo, professores em Ouro Preto ou em Mariana que escrevem sobre as diferenças administrativas entre Mariana e Ouro Preto. Boxer adotou uma visão mais global, ou seja, estudava ao mesmo tempo Luanda, Macau, Goa e Salvador. Não cheguei a esse ponto em meus trabalhos, mas o que me interessou de verdade era reduzir um pouco o peso da influência da Coroa e realçar a influência do indivíduo, de um lado, e também do colono, de outro. Qualquer historiador sabe que a historiografia tradicional do século XIX, e até do século XX, partiu do ponto de vista metropolitano, ou seja, da Coroa, das instituições portuguesas e sua transferência para a África, Ásia e Brasil. Acredito que se perde nessa abordagem a importância do indivíduo, tanto aqui no Brasil quanto em Angola. Afinal, houve muita coisa que aconteceu sem a intervenção da Coroa, ou apesar da influência dela. Gosto de construir a análise a partir do próprio indivíduo, onde quer que ele esteja, em Minas ou em Mato Grosso, e perceber sua história. Existiam em toda parte indivíduos que não queriam estabelecer muitos vínculos com a Coroa. Veja o caso de Macau, onde os mercadores não queriam conversa

com o vice-rei. Havia sempre grupos de pessoas autônomas que viviam muito bem, deram enorme contribuição para o Império colonial português, mas não queriam ser incorporados a ele, tornando-se suas vítimas.

Surgiu uma geração de historiadores que transcendeu as fronteiras do próprio Brasil e passou a considerar a colônia em um contexto eminentemente internacional.

RAPM – Há hoje uma grande polêmica a respeito de Aleijadinho, especialmente após a publicação do livro de Guiomar de Grammont.[5] Em artigo de 1968,[6] o senhor desconfiou da existência do apelido e de tantas ocorrências do nome de Antônio Francisco Lisboa, sugerindo que poderiam ser mais de uma pessoa. Permanece a desconfiança?

RUSSELL-WOOD – Em 1968, a Escola de Arquitetura da UFMG publicou um artigo de minha autoria intitulado "Manuel Francisco Lisboa". O meu foco foi a obra desse imigrante português, artesão, mestre de obras e arquiteto. Durante as pesquisas que vinha fazendo, encontrava sempre diversas ocorrências do nome Antônio Francisco Lisboa, mas as diferenças de contexto não permitiam confirmar que essas ocorrências se referiam à mesma pessoa. Lembro-me que houve uma ocasião em que encontrei a assinatura "Antonio Francisco Lisboa" e o contexto não deixou dúvida de que se referia ao próprio escultor em madeira e pedra. Levei o documento para o "Teixeirão",[7] que ficou muito animado e o mostrou para [Assis] Chateaubriand, no Rio de Janeiro. Evidentemente, Antônio Francisco era um nome bastante comum não apenas no Brasil, mas no ultramar português, e a adição do sobrenome "Lisboa" servia muitas vezes para identificar simplesmente o lugar de procedência ou nascimento, no caso a cidade de Lisboa.

RAPM – Minas Gerais ainda encanta os historiadores norte-americanos? Há uma nova geração de brasilianistas? O senhor poderia destacar algumas pesquisas que mais aprecia?

RUSSELL-WOOD – Com certeza há uma segunda geração de brasilianistas – querendo esta expressão se referir àqueles indivíduos norte-americanos que continuam a fazer contribuições importantes para a história de Minas Gerais. Incluiria entre eles Laird Bergad,[8] Judy Bieber,[9] Kathleen Higgins,[10] Elizabeth Kiddy[11] e Hal Langfur.[12] Aqui mesmo, em Minas Gerais, há uma estudante que orientei, Mariana Dantas, que recentemente publicou sua tese em livro.[13] Ela faz uma comparação entre Sabará e Baltimore (EUA). Quando me sugeriu isso pela primeira vez, fiquei muito desconfiado. Mas ela insistiu e eu não sabia, por simples ignorância, que havia um predomínio elevado da população de escravos forros em Baltimore e em Sabará. E mesmo Sabará estando afastada 400km do mar, e Baltimore a mais ou menos meia hora, ela conseguiu fazer uma comparação.

As duas regiões têm outra semelhança: um comércio muito vigoroso ativado pelo processo de protoindustrialização. Foi um trabalho de grande originalidade, também por fazer um estudo comparativo, que é dificílimo, porque a maneira mais fácil de fazer isso é como um jogo de tênis: Baltimore tem isso, Sabará tem aquilo... Ela escapou dessa armadilha e teve a coragem de escolher oito ou dez temas para cada capítulo e colocar a parte comparativa em cada um. O resultado ficou interessantíssimo, e espero que o livro seja traduzido para o português. Outra estudante brasileira que orientei, mas que não é mineira, Carmen Alveal, defendeu uma tese de doutorado[14] na Johns Hopkins University sobre as sesmarias no Brasil colonial, inclusive em Minas Gerais. É bom insistir que a história de Minas Gerais colonial, sendo reconhecida como parte essencial da história do Atlântico, tornou-se objeto de estudo da comunidade internacional de historiadores.

Aliás, sempre que me encontro com meu grupo de estudantes de pós-graduação, nós tomamos uma pinga para conversar. Faz parte da história.

RAPM – O que mudou na relação entre a historiografia e os historiadores brasileiros e portugueses desde o primeiro momento em que o senhor começou a pesquisar o Brasil colonial?

RUSSELL-WOOD – Quando comecei a pesquisar o Brasil colonial, a maior parte dos historiadores brasileiros se interessava exclusivamente pela história do próprio Brasil, utilizando fontes predominantemente brasileiras e com um foco bastante limitado. Nas últimas três décadas, houve uma explosão na criatividade, nas perspectivas de análise, na originalidade das interpretações e mesmo na utilização das fontes. Surgiu uma geração de historiadores que transcendeu as fronteiras do próprio Brasil e passou a considerar a colônia em um contexto eminentemente internacional, sob uma cronologia que abrangeu e transcendeu o chamado Antigo Regime. Vários historiadores têm examinado o papel desempenhado pelo Brasil não apenas no contexto do Império Atlântico, mas também em suas ligações e intercâmbio de influências e de produtos entre o Brasil e o Estado da Índia. Houve a partir daí uma projeção do Brasil além do próprio território brasileiro. Por outro lado, existe agora maior consciência de pontos de convergência entre a história do Brasil e as histórias da África e da Europa. A esse respeito, e sobretudo pela ligação com a história de Minas Gerais, destaco o livro recente de Adriana Romeiro.[15] O conflito entre não paulistas (sobretudo forasteiros de Portugal) e paulistas tem fascinado historiadores do Brasil colonial. A contribuição de Adriana Romeiro possui grande originalidade nessa interpretação e na maneira como examina as repercussões não

apenas em Minas e no Brasil, mas também na Europa, quando destaca uma nova orientação por parte da Coroa portuguesa que ultrapassava os termos geopolíticos. Ela insiste que a "guerra dos emboabas" não foi um episódio isolado, mas que houve uma continuidade histórica do início do século XVIII até o começo do século XIX.

RAPM – Ainda aprecia a cultura mineira e a cachaça?

RUSSELL-WOOD – Tenho hoje certa apreensão quando visito as cidades históricas, porque não posso mais me movimentar fisicamente com a mesma facilidade de antes, mas a recepção em Minas é sempre muito acolhedora. Em minha última visita a Ouro Preto, fui andando por aí... E no primeiro dia, comi feijão-tropeiro e tutu com Fátima Gouveia, outra grande apreciadora da comida mineira. E tomei uma boa caipirinha. De fato, sempre guardo no meu gabinete de trabalho uma garrafa de "Germana" e, de vez em quando, tenho sorte de receber de presente uma garrafa de cachaça sem rótulo vinda direto do alambique. Aliás, sempre que me encontro com meu grupo de estudantes de pós-graduação, nós tomamos uma pinga para conversar. Faz parte da história, não é? Em torno da garrafa tratamos da escravidão e sobre a influência da África.

Notas |

1. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.

2. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos*: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

3. RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, v. 55, ano XXVIII, p. 25-79, 1977.

4. RUSSELL-WOOD, A. J. R. Local Government in Portuguese America: A Study in Cultural Divergence. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge University Press, n. 16, p. 187-231, 1974.

5. GRAMMONT, Guiomar de. *Aleijadinho e o aeroplano*: o paraíso barroco e a construção do herói nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

6. RUSSELL-WOOD. A.J. R. *Manoel Francisco Lisboa*: juiz de ofício e filantropo. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1968.

7. João Gomes Teixeira, diretor do Arquivo Público Mineiro entre 1948 e 1973.

8. BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica*: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: Edusc, 2004.

9. BIEBER, Judy. *Power, Patronage, and Political Violence*: State Building on a Brazilian Frontier, 1822-1889. Lincoln: University of Nebraska Press, 2000.

10. HIGGINS, Kathleen. *'Licentious Liberty' in a Brazilian Gold-Mining Region Slavery, Gender, and Social Control in Eighteenth-Century Sabará, Minas Gerais*. Penn State Press, 1999.

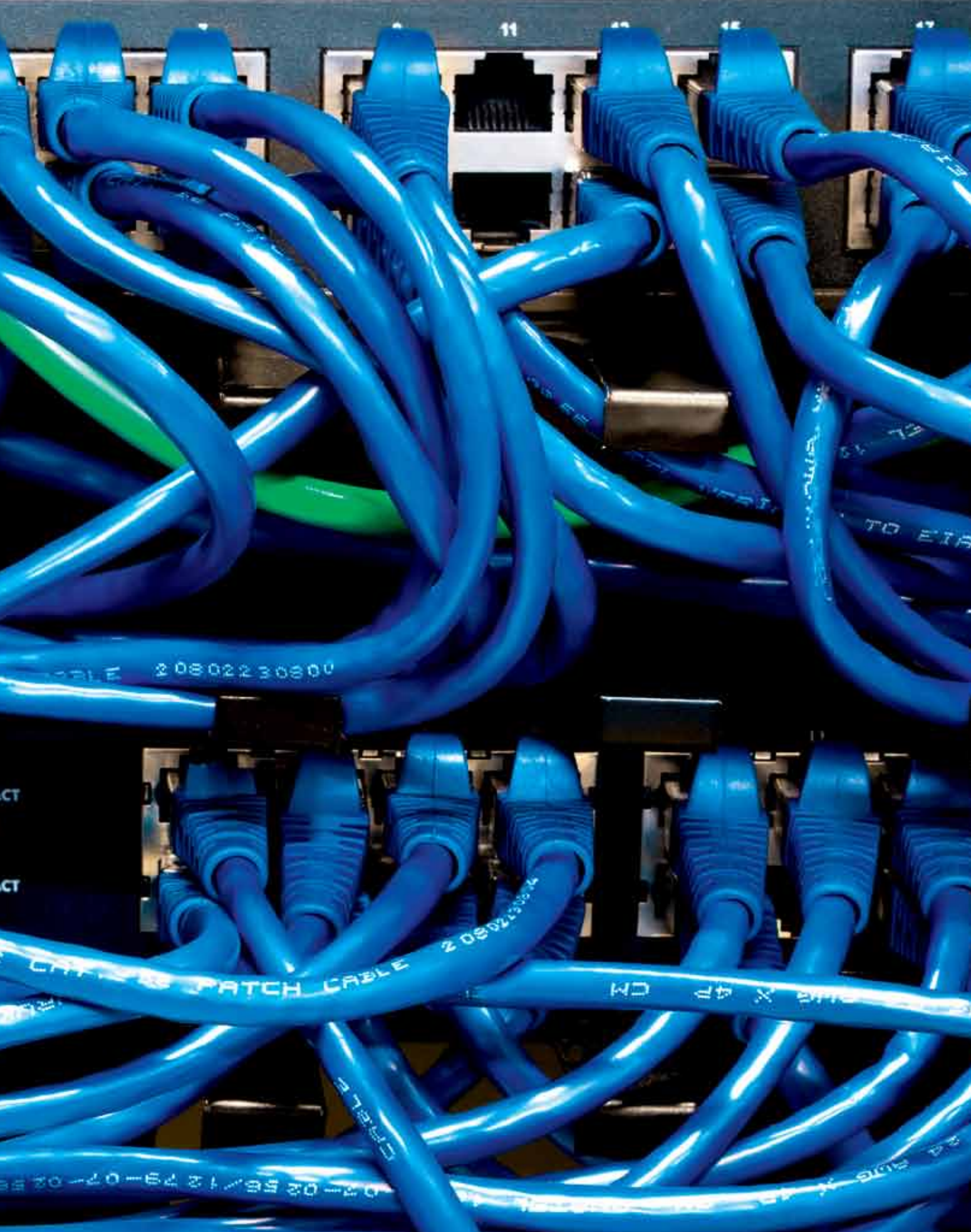
11. KIDDY, Elizabeth. *Blacks of the Rosary*: Memory and History in Minas Gerais, Brazil. University Park: Pennsylvania State University Press, 2005.

12. LANGFUR, Hal. *The Forbidden Lands*: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830. Stanford: Stanford University Press, 2006.

13. DANTAS, Mariana. *Black Townsmen*: Urban Slavery and Freedom in the Eighteenth-Century Americas. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

14. ALVEAL, Carmen. *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th--18th Century*. PhD Thesis, Department of History, Baltimore, Johns Hopkins University, 2007.

15. ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas*: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Entrevista concedida a Luciano Figueiredo.
Colaborou Caio César Boschi.

Os desafios da revolução digital

Maria Efigênia Lage de Resende

> O presente Dossiê é o resultado das reflexões de historiadores e arquivistas elaboradas a partir de suas experiências de pesquisa e/ou do trato com técnicas, procedimentos e planejamento que envolvem a concepção e execução de projetos e programas de digitalização de acervos arquivísticos. Estão aqui reunidos textos de seis autores que ilustram, com seus trabalhos, o "novo mundo" de acesso à informação, sem fronteiras, criado pela revolução provocada pela informática e seus contínuos avanços tecnológicos. Esses trabalhos são orientados pela ótica de seus impactos na pesquisa histórica e na revisão dos conceitos aplicados à documentação prevalecentes no campo da arquivologia.

Hoje, a disponibilização de acervos documentais de arquivos permanentes em meio digital já se tornou uma exigência para as instituições arquivísticas, sejam elas públicas ou privadas. Isso se constata tanto pelo impacto do acesso irrestrito a um número imenso de fundos patrimoniais – processo que se desdobra em plano mundial – quanto pelo que representa para a segurança e preservação dos documentos originais, em seus diversos suportes. Esse fato, porém, não significa que as preocupações e os debates em torno da preservação de acervos documentais e sua disponibilização *on-line* estejam razoavelmente equacionados. Pelo contrário, à luz das experiências, são múltiplos os problemas a serem enfrentados. No Dossiê que ora se apresenta, Ivan de Andrade Vellasco, da Universidade Federal de São João del-Rei, com sua experiência na execução do *Projeto Fórum Documenta* – acervo judicial entregue pelo fórum da Comarca de São João del-Rei ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) –, discute a importância de se criar uma rede de compartilhamento de informações, visando alcançar um nível razoável de padronização operacional, e aborda a complexa relação com os especialistas em informática em torno das dificuldades de se encontrarem soluções computacionais adequadas para os objetivos pretendidos.

André Figueiredo Rodrigues, com seu estudo sobre *As múltiplas faces da Devassa*, nos apresenta, por meio dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* (ADIM), publicado na Plataforma Hélio Gravatá do SIA-APM, uma análise minuciosa da situação das fontes da Inconfidência dispersas entre o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu da Inconfidência e o Arquivo Público Mineiro. Situação que levou – afirma Figueiredo – Lúcio José dos Santos a proclamar que "os documentos da Inconfidência, como o cadáver do herói a que se referem, foram esquartejados".

Maria Marta Araújo examina a coleção do jornal *O Universal*, periódico mineiro do século XIX, a partir

da reformulação conceitual da história política, nas suas vertentes francesa e inglesa, que dão particular atenção às formulações vulgares dos temas políticos – o pensamento automático dos órgãos de opinião, a circulação dos mitos e dos estereótipos –, considerando o impacto revolucionário gerado pelo surgimento da imprensa periódica.

Disseminação da cultura em meio digital, texto de Paulo Miguel Moreira da Fonseca e Vinícius Pontes Martins, tem como proposta descrever a experiência de trabalho que a Fundação Biblioteca Nacional desenvolve na área de digitalização e acesso de documentos. Trata-se de um estudo que nos propicia conhecer normas do processo de digitalização que a experiência dita como necessárias para a garantia da preservação de acervo, bem como das estratégias de aparelhamento para implementar uma política sistemática de digitalização de acervos. Na riqueza de dados com que nos descrevem a grande cadeia de etapas do processo de digitalização de documentos na Biblioteca Nacional, os autores destacam as soluções encontradas para unir a base de dados aos quadros temáticos e aos textos introdutórios, possibilitando uma nova forma de aproximação com o leitor.

Anabela Borges Teles Ribeiro, chefe de divisão da Direcção Geral de Arquivos (DGARQ), serviço central da administração direta do Estado lusitano, integrado ao Ministério da Cultura de Portugal, traça um histórico do processo de digitalização sistemática levado a efeito pelo órgão e aborda, de forma específica, sua experiência na execução do *Projeto Inquisição de Lisboa*, acervo pertencente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Começando pelos processos de conservação utilizados para possibilitar o processo de captura das imagens com qualidade de arquivo, a autora destaca a necessidade de análise e caracterização da documentação, pois da sua natureza e da própria condição do sistema dependem as especificações técnicas recomendadas e o produto final pretendido. Inserida em um sistema de troca de informações em redes de conhecimento sem fronteira, num documento pautado pelas medidas da Agenda Europeia para a Cultura, é ainda da mesma autora a observação de que a limitação para soluções de preservação digital em longo prazo é simplesmente de natureza orçamentária, e não por falta de tecnologia.

Para finalizar, por sua relação direta com este Dossiê, chamo a atenção para os textos da sessão Arquivística, toda ela dedicada aos trabalhos desenvolvidos no Arquivo Público Mineiro para construção do Sistema Integrado de Acesso (SIA-APM). São eles o texto *Acesso livre à informação pública*, de autoria de Emerson Nogueira Santana, e *Uma plataforma de pesquisa amplamente disponível*, de Flávio Augusto Rocha Bertholdo.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Uma experiência pioneira com acervos judiciais

Ivan de Andrade Vellasco

Este artigo narra a experiência desenvolvida por meio do projeto *Fórum Documenta* e avança algumas reflexões sobre tratamento e disponibilização em meio digital de acervos judiciais, que tiveram início com a montagem de um banco de dados a respeito de Justiça e criminalidade na Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais.

> O projeto *Fórum Documenta* nasceu em 1993 como proposta inicial de arranjo e identificação de um vasto acervo judicial que havia sido entregue pelo fórum da Comarca de São João del-Rei ao então Arquivo do Museu Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Passados todos esses anos de desenvolvimento e ampliação do projeto em níveis não imaginados quando de sua primeira proposição, cremos haver relevância em refletir sobre essa experiência e partilhar alguns dos seus acertos, tanto quanto algumas indagações surgidas quando miramos as possibilidades e perspectivas abertas no que respeita à utilização das fontes cartoriais que se acumularam ao longo do tempo. Isso mais ainda nos parece pertinente em face do crescimento experimentado nos anos recentes da agenda de pesquisas que se define na interseção entre os campos da História e do Direito e que busca refletir sobre a Justiça, as leis e seus agentes numa perspectiva histórica.

No início dos anos 1990, poderíamos contar nos dedos os trabalhos que se valiam de fontes seriadas – à exceção da utilização dos inventários então coligidos pelos historiadores da economia e da demografia. Lembramo-nos, particularmente, que acompanhávamos um debate vivo e profícuo sobre a produção econômica mineira no século XIX, com base em novas fontes, e que então redesenhava a caracterização da economia e do escravismo em Minas Gerais.[1] Nessa época, o computador e sua utilização engatinhavam, a revolução do ambiente Windows estava no futuro e as maravilhosas máquinas digitais não existiam. O que não quer dizer que não vivêssemos sob o impacto das máquinas e programas que, vistos de hoje, parecem situar-se numa pré-história dos recursos computacionais, mas que tiveram à época um enorme efeito em nossas imaginações e ambições no que diz respeito ao uso sistemático de massas de informação que os computadores, ainda que sofrivelmente, começavam a tornar possíveis.[2] E as condições dos arquivos – salvo poucas e honrosas exceções – obrigavam pesquisadores a se desviarem de suas atribuições para assumir funções que deveriam ser realizadas pelos detentores dos acervos, como o trabalho prévio de organização e identificação – condição para iniciar a pesquisa.

Com a expansão então em curso dos programas de pós-graduação e a abertura do leque temático das pesquisas, os arquivos judiciais, processos cíveis e criminais, inventários e testamentos, livros de sentença e livros de querela passavam a ser ansiosamente garimpados por historiadores como fonte para os mais diversos temas de pesquisa, na esteira do crescimento da História Social, sobretudo no âmbito da revisão da escravidão, do tema da família e da sociedade coloniais.[3] Passávamos então a viver uma situação paradoxal, semelhante àquela que os antropólogos repetiam, entre a resignação e a ansiedade, ao verem seu objeto – as chamadas “sociedades primitivas” – desaparecerem na mesma velocidade com que se aperfeiçoavam os métodos de pesquisa e observação e o aparelhamento teórico e conceitual para as investigações.

Isto porque, à medida que absorvíamos as possibilidades abertas pela História Social de um novo tratamento das fontes, os temas e questões trazidos pela chamada Nova História e a perspectiva aberta então pela Micro-História de, a partir de um nome, cruzarem-se diferentes fontes e ajustarem-se as lentes para mergulhos mais incisivos na realidade de personagens que nos dariam “a carne e o sangue” das estruturas,[4] mais nos dávamos conta de que as fontes que nos possibilitariam realizá-las desapareciam pela ação crítico-roedora de ratos e traças e pelo descaso dos homens. Sobretudo os arquivos judiciais, cuja maioria dos acervos – na época desconfiávamos e hoje temos certeza – restava nos próprios fóruns municipais e era vítima preferencial da incúria.

Ainda hoje o Poder Judiciário não possui qualquer política efetiva de preservação dos seus acervos

históricos, tratados como arquivos mortos, quando não são destruídos por uma ação deliberada para liberação de espaço nos prédios da Justiça. São largados à própria sorte em locais que – descobrimos com a experiência – todo o realismo é insuficiente para descrever e, obviamente, inacessíveis à consulta dos pesquisadores. Foi nessa época e situação que o autor deste relato e a professora Maria Tereza Pereira Cardoso, recém-ingressos na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), ainda vivendo o quadro institucional indefinido e caótico de uma universidade que estava para ser construída, decidiram começar o projeto e saíram em busca de parceiros.

O início

O projeto se iniciou, então, com a pretensão de organização do acervo documental oriundo do Fórum de São João del-Rei que havia sido transferido para a guarda do Museu Regional do Iphan, com o objetivo de descrever a documentação e iniciar a montagem de um banco de dados sobre Justiça e criminalidade na Comarca do Rio das Mortes no século XIX.[5] O complicador: não entedíamos de técnicas arquivísticas e não sabíamos como fazer um banco de dados informatizado (o computador era então uma máquina misteriosa e seus programas no DOS continham segredos de programação insondáveis para leigos), nem tínhamos bagagem curricular que nos apresentasse como postulantes a financiamento nas agências de fomento para a realização de um projeto sobre o qual apenas possuíamos uma ideia na cabeça e um acervo ao alcance das mãos.

A consultoria e o engajamento entusiástico da professora Lucy Fontes Hargreaves, da Escola de Biblioteconomia da UFMG, o apoio do professor chefe da divisão de biblioteca da UFSJ, Ilário Zandonade, que criou o primeiro protótipo informatizado do banco de dados e, o mais importante, o financiamento da Fapemig, que nos permitiu a compra de um "supercomputador" (o primeiro "386" da instituição) e financiou seis bolsistas por um período de dois anos, tornaram enfim possível o início do projeto. Vale lembrar que, na época, o financiamento para projetos dessa natureza era frequentemente negado por muitas agências e órgãos de fomento, que avaliavam não se tratar de projetos de pesquisa em função de não apresentarem temas substantivos, hipóteses etc. Como, entretanto, constituíssem condição *sine qua non* para o acesso a documentos e fundos de forma integral (ainda não existiam as câmaras digitais que atualmente permitem que o pesquisador reproduza todo um acervo digitalmente e o organize no seu computador, deixando os acervos no estado encontrado), o impasse criava uma situação estranha: os acervos não eram organizados e tratados pelos órgãos detentores e os pesquisadores que procuravam sanar o impasse eram desestimulados por uma visão míope do problema. A mobilização de historiadores e profissionais de outras áreas foi fundamental para a reversão do quadro e a inclusão de projetos dessa natureza na pauta de financiamento das agências, que passaram em anos mais recentes a dispor de recursos e a promover editais especificamente voltados para projetos de organização e descrição de acervos documentais.

Ao iniciarmos o projeto *Fórum Documenta*, o desafio era formular o desenho dos bancos de dados para indexação das informações contidas nos diferentes fundos que tínhamos em mãos: os processos-crime (1807-1900), os livros de rol dos culpados (1772-1878) e os livros de querela (1779-1833). Qualquer pesquisador que já tenha se colocado essa tarefa sabe o quanto essas definições são cruciais para o sucesso da empreitada. Primeiro, porque é preciso de antemão decidir quais os campos imprescindíveis. Isso significa traduzir toda a riqueza de documentos descritivos e com infinitas possibilidades de leitura – como processos-crime, em codificações "frias" – de forma a permitir o acesso mais completo possível ao seu conteúdo. Isso sem incorrer em subjetividades e interpretações de segunda

mão que comprometam a fidelidade ao documento; ou que possam resultar numa codificação sumária e inócua que transforme o banco num catálogo de pouca valia para o pesquisador.

Os poucos modelos de que tínhamos notícia então se aproximavam dessa segunda opção, amplamente recomendada por especialistas. Ocorre que éramos pesquisadores com diferentes interesses e teimamos numa leitura e indexação as mais detalhadas possíveis. Obviamente, a tentação se relacionava à riqueza e polissemia dessas fontes da Justiça criminal. Livros de querela e processos-crime, sobretudo, são narrativas detalhadas de eventos cuja transposição para um banco de dados que permita, além da identificação de dados quantificáveis, uma apreensão do conteúdo do documento de uma forma mais integral, era e continua sendo um desafio. Os longos e detalhados processos judiciais constituem janelas que possibilitam leituras da realidade, experiências e discursos exatamente daqueles que pouco ou nada deixaram documentado (escravos homens livres, pobres e mulheres); suas vozes ecoam nos depoimentos e testemunhos como cacos, peças a serem montadas que expressam as diversas percepções do real circundante, dos sentidos desse real e do lugar que nele ocupam.

Quando nos deparamos com documentos da Colônia e das primeiras décadas do Império, percebemos que esses documentos refletiam discursos aparentemente muito pouco alterados pela retórica oficial, uma vez que eram registrados por funcionários destituídos de estratégias discursivas próprias ou intencionais e que, na condição de juízes de paz, inspetores de quarteirão, intendentes, escrivães e mesmo juízes mais destacados, ainda utilizavam recursos linguísticos e retóricos feitos da mesma matéria que a linguagem comum dos homens. Essa riqueza seria obviamente impossível de se incorporar num banco de dados.

Por várias vezes os campos de indexação propostos por nós se tornavam tão extensos que nos faziam lembrar o mapa da China imaginado por Borges, cuja fidelidade era tão precisa que seu tamanho recobria exatamente a extensão do território chinês. Enfim, depois de muitas reuniões e inúteis procuras por algum modelo possível, optamos por fichas descritivas, arriscando a elaboração de um resumo de cada documento que pudesse dar uma ideia do conteúdo não codificável. Os trabalhos de leitura, identificação e alimentação dos bancos de dados levaram por volta de quatro anos, ao fim dos quais tínhamos em mãos um novo desafio: tornar as informações disponíveis ao público interessado através de um meio, a internet, sobre o qual começávamos a vislumbrar as possibilidades. Para encurtar, após alguns anos e como resultado de novos projetos, dessa vez já reunindo ações de outros pesquisadores envolvidos na preservação e divulgação de diferentes acervos, entrou no ar a página eletrônica *www.ufsj.acervos.edu.br*.[6]

Resta ainda acrescentar que, diferentemente do que argumentavam os que resistiam em financiar projetos dessa natureza, o projeto *Fórum Documenta,* nessa primeira etapa, produziu grupos de pesquisa e trabalhos historiográficos relevantes, em função da enorme riqueza da documentação mapeada.[7] O desdobramento do trabalho com as fontes primárias nos levou a ampliar nossas parcerias com instituições como o Arquivo Público Mineiro e o Arquivo Nacional na formulação de projetos e iniciativas voltados para a recuperação e conservação preventiva de acervos ameaçados que apresentavam sérios problemas de deterioração. Começamos a nos dar conta de que os acervos não abrigados em arquivos e instituições com políticas de acervo – a grande parte dos que vínhamos localizando – necessitariam mais do que sua descrição em bancos de dados, uma vez que estavam em vias de desaparecer em razão do avançado estado de deterioração que apresentavam.

Estado dos acervos quando recebidos pelo Labdoc antes de serem higienizados, organizados, conservados e identificados. *Projeto Fórum Documenta*, São João del-Rei, MG.

Papel do Labdoc

Assim surgiu o Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental – Labdoc, destinado à conservação, restauração e pesquisa de acervos documentais. A partir de então, os projetos do Laboratório passaram a ser desenvolvidos em duas frentes: a localização de acervos judiciais e, depois de negociada a transferência temporária do acervo para o Labdoc, sua desinfestação, higienização e restauração seguida de identificação, organização e indexação em banco de dados do conteúdo informacional. Para que a documentação pudesse retornar a seu local de origem – uma vez conservada, restaurada, descrita e acessível para consulta –, os convênios firmados comprometiam os fóruns a viabilizarem a construção ou adequação de um espaço tecnicamente preparado para a guarda e consulta do acervo. Para tanto, um convênio de cooperação técnica entre a UFSJ e o Arquivo Público Mineiro previa, além de assessoria e consultoria técnica nas diversas etapas do projeto, a integração de uma rede interinstitucional, conjugando esforços de universidades, arquivos e laboratórios em projetos conjuntos que potencializassem os recursos existentes nas diferentes instituições.

A construção das parcerias e condições institucionais para a realização do projeto passou a envolver um conjunto de ações sem o qual seria impensável sua execução. Nesse caso, implicou a sensibilização de juízes e funcionários dos fóruns, negociações com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e com as prefeituras dos municípios envolvidos e no estabelecimento de convênios de cooperação técnica para maximizar esforços e resultados. Assegurava-se, enfim, o estabelecimento de uma rede de instituições que, progressivamente, foram somando forças e tornando o projeto uma realidade. Os relatos que se seguem tentam dar notícia das condições reais que se apresentaram nos desdobramentos do projeto *Fórum Documenta*, no tratamento e pesquisa dos acervos que ainda permanecem nos fóruns de diversos municípios de Minas Gerais.

Os acervos de Oliveira

O acervo pertencente ao arquivo do fórum de Oliveira perfaz um montante de 8.289 documentos, que cobrem um período que se estende do final do século XVIII às primeiras décadas do século XX.[8] Representa, muito provavelmente, um dos maiores conjuntos de documentos inéditos, ainda não acessíveis ao conjunto dos pesquisadores que trabalham com a História de Minas Gerais. A aplicação da capela de Nossa Senhora de Oliveira tem seu registro mais antigo datado de 1758. O arraial se desenvolveu ligado à prosperidade do comércio e dos caminhos de tropas e abastecimento. Em 1868 foi elevado à categoria de cidade e desmembrado da Comarca do Rio das Mortes, integrando a Comarca do Rio Lambari. Em 1873 torna-se Comarca de Oliveira. Esse acervo faz parte, portanto, da história judicial da extinta Comarca do Rio das Mortes.

Tomamos conhecimento da sua existência a partir de matéria publicada em jornal da cidade, na qual o juiz da Comarca de Oliveira, dr. Adelardo Franco de Carvalho Júnior, falava sobre os documentos, a situação precária que se encontravam e pedia apoio para preservá-los. Os documentos do fórum de Oliveira haviam sido bastante danificados pela água da chuva que invadiu o prédio onde estavam armazenados, cerca de dois anos antes do início do projeto. Os documentos ficaram totalmente submersos, as caixas se perderam e, apesar dos esforços dos funcionários do fórum, o acervo se encontrava em precário estado de conservação e totalmente desordenado. Os papéis foram muito comprometidos pela umidade, pelo manuseio a que foram submetidos e pela presença de fungos. Entramos em contato com o juiz e, após visitar o acervo, iniciamos as discussões acerca das iniciativas possíveis de serem implementadas a curto e médio prazos. Ficou decidida a celebração de um convênio cooperativo entre a Universidade Federal de

São João del-Rei, o fórum da Comarca de Oliveira e o Arquivo Público Mineiro, visando à montagem de um projeto e à captação dos recursos necessários ao seu desenvolvimento.

Nessa parceria, o Labdoc ficaria responsável pela elaboração e execução técnica do projeto, pelas iniciativas de captação de recursos e cessão do espaço físico e pelas instalações que abrigariam a documentação durante o período de duração do projeto. Em março de 2004 iniciamos os trabalhos de recuperação, restauração e organização do acervo. A captação de recursos, por meio de financiamento obtido junto ao Conselho Gestor do Fundo de Direitos Difusos – CFDD, foi um dado decisivo para o aparelhamento do Labdoc com máquinas, equipamentos, materiais de consumo e recursos humanos que viabilizaram o projeto. O financiamento da Fapemig possibilitou, além da aquisição dos novos equipamentos, a participação de bolsistas de iniciação científica nas atividades ligadas ao projeto, condição decisiva para sua realização.

A presença dessa documentação nas dependências do Labdoc propiciou aos alunos da graduação e do mestrado em História fontes para pesquisas temáticas que já resultaram em quatro projetos de iniciação científica concluídos e em dois projetos de mestrado, atualmente em andamento, que produziram material historiográfico inédito com base nas fontes trabalhadas. O banco de dados resultante já está disponível para consulta em nossa página.

A partir daí, passamos a definir a região do que fora a Comarca do Rio das Mortes, cuja cabeça era a Vila de São João del-Rei, como área de abrangência do projeto, visando ao mapeamento do maior número possível de acervos históricos judiciais existentes.[9] A repercussão do projeto começou a gerar procura por parte dos próprios fóruns e cartórios do interior, interessados em preservar e divulgar seus acervos.

Itapecerica

Concluídos os trabalhos com o acervo de Oliveira, iniciamos os contatos com o fórum de Itapecerica, antiga Tamanduá. Já tínhamos notícias do acervo lá existente, inclusive por intermédio de alunos bolsistas do Laboratório que, oriundos da cidade, retornavam das férias com descrições da documentação. A antiga Vila de Tamanduá, hoje Itapecerica, situada a noroeste de São João del-Rei, era, em meados do oitocentos, centro de um vasto termo, dividido em quatro distritos que incluíam pouco mais de 30 arraiais, nos quais se espalhava, em meados do século XIX, uma população de aproximadamente 27 mil habitantes.[10] Era uma região de agricultura e pecuária de subsistência, com algum excedente comercializado nas vilas de Sabará, Pitangui e São João del-Rei.

Os primeiros contatos estabelecidos com o juiz de Direito do fórum de Itapecerica, dr. Guilherme Lima Nogueira da Silva, foram extremamente favoráveis às ações propostas pelo projeto *Fórum Documenta*. No entanto, por meio dele, tomamos conhecimento de que toda a documentação dos fóruns de Justiça do Estado de Minas Gerais estava sendo transferida para a guarda de uma empresa privada denominada Recall do Brasil, já estando inclusive iniciado o processo de transferência de parte do acervo cível e criminal, referente aos séculos XVIII e XIX daquela comarca. Segundo informações então disponíveis na página eletrônica da Recall, "a empresa ser(ia) responsável pela gestão dos arquivos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais tanto da capital como do interior [...] o contrato ter(ia) duração de cinco anos e prev(ia) o gerenciamento de 1,8 milhão de caixas contendo processos findos de todo o Estado [...]. Os processos ser(iam) coletados em 53 comarcas em todo o Estado de Minas Gerais". Em contato com o representante do Tribunal de Justiça e gestor do contrato com a Recall, fomos informados de que não haveria descarte de documentos, porém, não eram previstas ações de preservação e recuperação.

Procedimentos de conservação e restauração no ateliê de conservação do Labdoc. *Projeto Fórum Documenta*, São João del-Rei, MG.

Após meses de negociações com diversas partes envolvidas, obtivemos parecer favorável do Tribunal de Justiça e do juiz do fórum de Itapecerica e, com o apoio dos representantes da empresa, selecionamos e transferimos o acervo de Itapecerica para as dependências do Labdoc, a fim de que pudesse passar pelos procedimentos de conservação, identificação e indexação em banco de dados e que fossem integrados então ao banco informacional da documentação judiciária da Comarca do Rio das Mortes.

O volume da documentação selecionada na Recall do Brasil e no próprio fórum de Itapecerica perfaz um total de 308 caixas de processos cíveis e criminais, compreendidos entre o final do século XVIII e início do século XX. O acervo reúne um total de 2.001 inventários (1798-1930), 1.700 processos cíveis (1793-1930), 1.110 processos-crime (1806-1930) e 23 testamentos (1853-1930), totalizando 4.824 documentos cujas fichas hoje já estão disponibilizadas em nossa página.

Conselheiro Lafaiete

Processo semelhante ocorreu em relação ao acervo histórico do fórum de Conselheiro Lafaiete, um volume de mais de 700 caixas cobrindo um período que se estende do último quartel do século XVIII até 1934, data que a cidade troca sua denominação de Queluz para Conselheiro Lafaiete. Uma das primeiras povoações da Capitania de Minas Gerais, Queluz é datada de 1790, quando o antigo arraial dos carijós é elevado a Vila Real de Queluz e desmembrado da Vila de São José del-Rei. A vila foi, na Colônia e no Império, importante centro econômico e político. Com a colaboração da professora Lucy Fontes, consultora do Laboratório na área de arquivística, iniciou-se o mapeamento dessa documentação, realizada posteriormente por alunos da graduação e da pós-graduação da Universidade Federal de São João del-Rei, naturais de Conselheiro Lafaiete.

Fomos incentivados a incluir esse acervo – um dos mais volumosos e significativos da antiga Comarca do Rio das Mortes – em nossos projetos. Contando com a iniciativa e o apoio decisivo da presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e diretora do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural, Mauricéia Aparecida Ferreira Maia, aliás, uma ex-aluna da nossa pós-graduação, iniciamos as conversações com a juíza do fórum de Conselheiro Lafaiete, dra. Raquel Discacciati Bello, cujo interesse entusiástico possibilitou a assinatura de um convênio que, além do fórum, envolveu a prefeitura. Nesse convênio inédito com a UFSJ, o prefeito dr. Júlio César de Almeida Barros assumiu o compromisso de financiar quatro bolsas de iniciação científica por um período de 24 meses como forma de garantir os recursos humanos para a execução do projeto, envolvendo alunos da graduação nas atividades de pesquisa dessa documentação.[11]

Expansão

Durante os últimos anos, o Projeto *Fórum Documenta* foi bem-sucedido não apenas no desenvolvimento das pesquisas e ações financiadas, mas, sobretudo, no reconhecimento por parte de outras instituições e na ampliação de contatos interinstitucionais capazes de multiplicar esforços de preservação e pesquisa de acervos históricos. Podemos dizer que, hoje, o projeto é uma referência em Minas Gerais em termos de recuperação e tratamento de acervos judiciais. Temos sido procurados e visitados por representantes de instituições, fóruns e prefeituras, entre outros interessados em conhecer o programa e estabelecer parcerias. Prova disso são os projetos paralelos desenvolvidos em parceria com a prefeitura de Coronel Xavier Chaves para a conservação preventiva e descrição em bancos de dados da documentação do cartório de paz e registro civil do município. Trata-se de um conjunto de livros manuscritos composto por 48 livros de notas, 17 livros

de registros de nascimentos, nove livros de registros de casamentos, seis livros de registros de óbito, entre outros. Esse projeto também financiou bolsas de pesquisa para alunos pelo período de oito meses. Cite-se ainda o projeto de recuperação e restauração de 48 livros de atas do século XIX da Câmara Municipal de Macaé, Rio de Janeiro, cujo financiamento nos está possibilitando a contratação de profissionais em restauração, além da aquisição de máquinas e financiamento de bolsas de pesquisa. Por fim, cabe mencionar o projeto de recuperação do acervo de partituras da Banda de Música Santa Cecília de Barão de Cocais, coordenado pelo professor Antonio Carlos Guimarães, do Departamento de Música da UFSJ, desenvolvido no Labdoc.

As atividades contínuas do Laboratório já oferecem condições de treinamento e aperfeiçoamento de mão de obra nas áreas de restauração e conservação preventiva, tendo promovido cursos ministrados por técnicos de instituições reconhecidas nacionalmente. O Labdoc tem oferecido formação permanente, por meio das bolsas de atividade, a jovens alunos que se tornam aptos para multiplicar as iniciativas nessa direção. São oferecidas bolsas de iniciação e de assessoria técnica captadas pelos diferentes projetos, a que se somam seis bolsas de atividade e estágios para dezenas de alunos recém-ingressos no curso de História. Além de atividades como higienização e organização dos acervos, entre outras, eles se iniciam nas práticas de leitura documental e começam a ter seus interesses despertados para a pesquisa histórica. Assim, o Laboratório vem se tornando um autêntico celeiro de jovens pesquisadores.

Mais ainda do que foi dito, é importante frisar a relevância de um laboratório de conservação, restauração e pesquisa documental para a preservação do patrimônio de Minas Gerais. Operando em rede com outras instituições do Estado e multiplicando recursos e iniciativas que visem à conservação das fontes documentais da nossa história, o Labdoc representa um importante avanço no desenvolvimento de uma política preservacionista a ser desenvolvida pelas instituições afins.

Em relação à atual etapa do projeto *Fórum Documenta,* saliente-se que já estão incorporados à sua página na internet, além dos acervos do município de Oliveira e do arquivo do Iphan de São João del-Rei, os acervos dos fóruns de Itapecerica e Conselheiro Lafaiete, este ainda parcialmente.

Em agosto de 2008, entrou em funcionamento o Setor de Microfilmagem do Labdoc, montado com recursos do CTINFRA, que realizará a microfilmagem e digitalização simultânea da documentação. Foi iniciada a microfilmagem de preservação de documentos dos fóruns das referidas comarcas e o desenvolvimento de sistema *web* para indexação, consulta e acesso ao acervo composto por imagens digitais dos documentos, com interface para os sistemas de banco de dados existentes. Isso vem possibilitando a disponibilização de sistema de informações e imagens digitalizadas do conjunto dos acervos. Hoje já são acessíveis na página *www.documenta.ufsj.edu.br* 60 mil imagens digitais dos processos criminais do acervo de Oliveira, século XIX. A previsão é de que, já ao final de 2010, aproximadamente 200 mil imagens estejam disponíveis para leitura na página do projeto, representando o total do acervo da Comarca de Oliveira, parte significativa dos acervos de Itapecerica e Conselheiro Lafaiete.

Promessas e desafios

Os últimos 15 anos viram florescer uma miríade de projetos e propostas de disponibilização de acervos em meio eletrônico. Até certo ponto, isso se tornou lugar-comum, uma consequência quase natural de iniciativas voltadas para os mais diversos objetivos, mas que incluem a reprodução de imagens, páginas na

Página do site resultante do *Projeto Fórum Documenta. www.ufsj.acervos.edu.br.* Universidade Federal de São João del-Rei, MG.

internet etc. Concluímos este breve relato manifestando algumas inquietações que as atividades ligadas ao desenvolvimento do projeto *Fórum Documenta* nos têm despertado. As questões, que aqui serão enunciadas apenas brevemente, referem-se à proliferação de acervos virtuais que experimentamos nos dias que correm. Apenas em nosso Estado, nos últimos quatro anos foram financiados pela Fapemig 12 projetos e liberado um valor total de R$ 688.232,15.[12] Estamos convencidos de que esse crescimento vem colocando problemas que terão de ser enfrentados conjuntamente pelos pesquisadores envolvidos, caso não queiramos que todos esses esforços sejam vitimados pelo castigo de Sísifo.

Se for correta a imagem da internet como um mar, é certo dizer que as páginas que disponibilizam imagens e bancos de dados são garrafas lançadas ao oceano – ainda que a informática possua hoje ferramentas de busca infinitamente superiores à oscilação aleatória das ondas. Entretanto, sabemos que muitas vezes, não fosse o acaso ou a sugestão generosa de um colega, não saberíamos da existência de documentos, acervos e ferramentas de pesquisa disponíveis com um clique no *mouse*. Falta-nos criar uma rede de compartilhamento dessas informações, interligando esse conjunto de iniciativas dispersas de modo a tornar efetivo o potencial que elas representam para a pesquisa histórica. Um simples olhar em algumas páginas e sítios da *web* é suficiente para percebermos que elas se desconhecem entre si.

Nos portais das nossas associações, mesmo o da Anpuh nacional, não há informações a esse respeito, à exceção dos arquivos e centro de documentação. E isso nos leva a outra demanda: a necessidade de se estabelecer um nível

razoável de padronização operacional de acervos virtuais, por meio dessa interligação. Tanto no que diz respeito a bancos de dados que possam "conversar" entre si, que permitam a utilização de mecanismos de busca comuns, quanto a sistemas mais ou menos padronizados de acesso às informações, recuperação de dados, resolução de imagens etc. Isso porque a experiência acumulada em diferentes projetos, com diferentes resultados, pode e deve ser compartilhada, o que certamente nos possibilitará avanços na qualidade dos acervos virtuais que vimos produzindo.

A outra questão relacionada imediatamente com essa diz respeito ao complicado diálogo com os nossos inevitáveis parceiros de empreitada: os especialistas em informática. Sabemos todos que se aventuram nessa área como a tradução do que tencionamos fazer resulta muitas vezes numa traição quando tratada pelos técnicos e empresas da área com os quais firmamos parcerias. Em muitos casos, trabalhos que se iniciam com as mais generosas intenções redundam, pelos caminhos da técnica, em resultados muito aquém do que seria desejável. Em conversas informais com colegas historiadores que vivem esse dilema, frequentemente temos notícias de projetos dessa natureza que sequer são concluídos pelo fato de que os recursos e o tempo para execução terminam antes que se encontrem soluções computacionais adequadas para os objetivos pretendidos.

Na atual etapa do projeto *Fórum Documenta*, percebemos que teríamos de modificar o sistema de recuperação de dados da nossa página, cujo crescimento tornou as soluções de busca hoje disponíveis muito complicadas e de difícil execução pelos usuários. O volume de informações, que já caminha para ultrapassar a casa dos 50 mil documentos, organizados em diferentes fundos, necessitaria de recursos de metabusca que permitam ao pesquisador localizar um dado específico, digamos, um nome, em todos os documentos dos diversos fundos, simultaneamente (qualquer especialista em informática será capaz de responder que isso é uma coisa simples; não acreditem).

Entretanto, propugnamos por soluções que pudessem vir a ser futuramente compartilhadas. Como o Arquivo Público Mineiro já vinha desenvolvendo sistema semelhante através de uma empresa especializada em soluções para gerenciamento de acervos documentais, decidimos por comprar o mesmo sistema. Isso significa um passo em direção ao desenvolvimento, num futuro próximo, de mecanismos de busca integrados em que se possa pesquisar em ambas as páginas e seus respectivos acervos, uma vez que elas são concebidas numa mesma linguagem, o que representa um enorme avanço em direção ao compartilhamento de informações.

Oferecemos esse exemplo apenas para afirmar que muitos dos problemas apontados terão de ser resolvidos com um esforço de intercâmbio de experiências e soluções que envolvam profissionais de outras áreas, notadamente das ciências da informação. Isso será necessário, sobretudo, para que os recursos disponíveis atualmente para a construção de acervos virtuais e os esforços necessários para tanto, hoje realizados nas mais diversas instituições, nos permitam atravessar uma fronteira que promete ter imensa repercussão na pesquisa historiográfica.

João Fragoso escreveu em artigo já bastante conhecido que, em relação "aos primeiros séculos da história colonial brasileira", nossas aventuras com a Micro-História alcançariam resultados necessariamente aquém do que os realizados pelos historiadores italianos, em função da "falta de *corpus* documental que permita o rastreamento 'das pessoas' em suas múltiplas relações".[13] A experiência que procuramos descrever nos convence, sobretudo pela enorme massa documental com a qual estamos nos deparando – e que repousa nos pequenos fóruns e cartórios espalhados pela região em que trabalhamos –, que em relação ao período oitocentista

esses *corpora* documentais existentes dependerão de iniciativas próprias para serem preservados e tornados disponíveis para o fazer da História.

Concluímos afirmando que, de certo modo, a decisão de narrar a história desse projeto é uma forma de homenagear os inúmeros profissionais, pesquisadores e bolsistas que ao longo desses 15 anos participaram de suas diferentes etapas, em diversos subprojetos de pesquisa dele derivados, e puderam desenvolver precoces e competentes atividades de pesquisa e, em muitos casos, sólidas trajetórias acadêmicas que nos trazem alegrias e estímulos.

Notas |

1. Uma vez que esse debate já se situa distante no tempo, vale citar pelo menos três trabalhos significativos nesse período: MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982; SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH-Unicamp*, Campinas, n. 17, jun.1985; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

2. Ver o artigo FIGUEIREDO, Luciano. História e informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Um dos raros artigos sobre o tema nos anos 1990 dá uma ideia de como estávamos começando nesse território inóspito.

3. Ver CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO; VAINFAS. *Domínios da história*. Que fique claro que não há aqui pretensão de ir além de simplesmente caracterizar a época, mesmo porque espero que os leitores que não a viveram sejam em maior número do que nós.

4. GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

5. Esse projeto foi coordenado pelos professores Lucy Gonçalves Fontes Hargreaves, Maria Tereza Pereira Cardoso e Ivan de Andrade Vellasco, em colaboração com técnicos do Arquivo do Iphan, por meio de projeto financiado pela Fapemig.

6. O projeto Acesso Virtual a Acervos Históricos e Documentais de São João del-Rei, financiado pela Fapemig e coordenado pelo prof. dr. Alberto Ferreira da Rocha Júnior, da UFSJ, possibilitou, além dos acervos documentais que vimos trabalhando, a divulgação eletrônica dos acervos Obras Raras e Antigas da Biblioteca Municipal Baptista Caetano e do Clube Teatral Artur Azevedo. Ambos estão atualmente sob a guarda da UFSJ.

7. Dentre os processos criminais, foi encontrado o processo integral da Revolta de Carrancas, ocorrida em 1833, provavelmente a mais importante rebelião escrava na província durante o Império, que deu origem ao trabalho de ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e resistência*: as revoltas escravas na Província de Minas Gerais (1831-1840). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996. Como trabalhos de maior fôlego resultantes do projeto podemos citar: RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedade e a violência*: valores, comportamentos e a lei em São João del-Rei (1840-1860). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São João del-Rei, 1999; CARDOSO, Maria Tereza Pereira. *Lei branca e justiça negra*: crimes de escravos nas vilas del Rei – 1814-1852. Tese (Doutorado em História), Universidade de Campinas, Campinas, 2002; VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem*: violência, criminalidade e administração da Justiça. Minas Gerais – século XIX. Bauru: Edusc/Anpocs, 2004.

8. O acervo é composto de 1.980 processos criminais, 375 testamentos, 2.845 processos cíveis e 3.089 inventários.

9. A Comarca do Rio das Mortes é uma das três primeiras existentes na Capitania das Minas Gerais, sendo instituída em 1714 e tendo como sede a Vila de São João del-Rei. Estendia-se pelo centro-sul, a sudoeste da capitania compreendendo os termos de Jacuí, Baependi, Campanha da Princesa, Barbacena, Queluz, Nossa Senhora de Oliveira, São José do Rio das Mortes e Tamanduá. No início do século XIX, a Comarca do Rio das Mortes já se configurava como a mais extensa em área habitada e a mais populosa da então Capitania de Minas Gerais. A comarca seguiu sendo durante todo o oitocentos um importante centro das atividades econômicas, políticas e administrativas da Província de Minas Gerais.

10. Os dados constam da sistematização feita por Raimundo José da Cunha Matos em 1837. MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

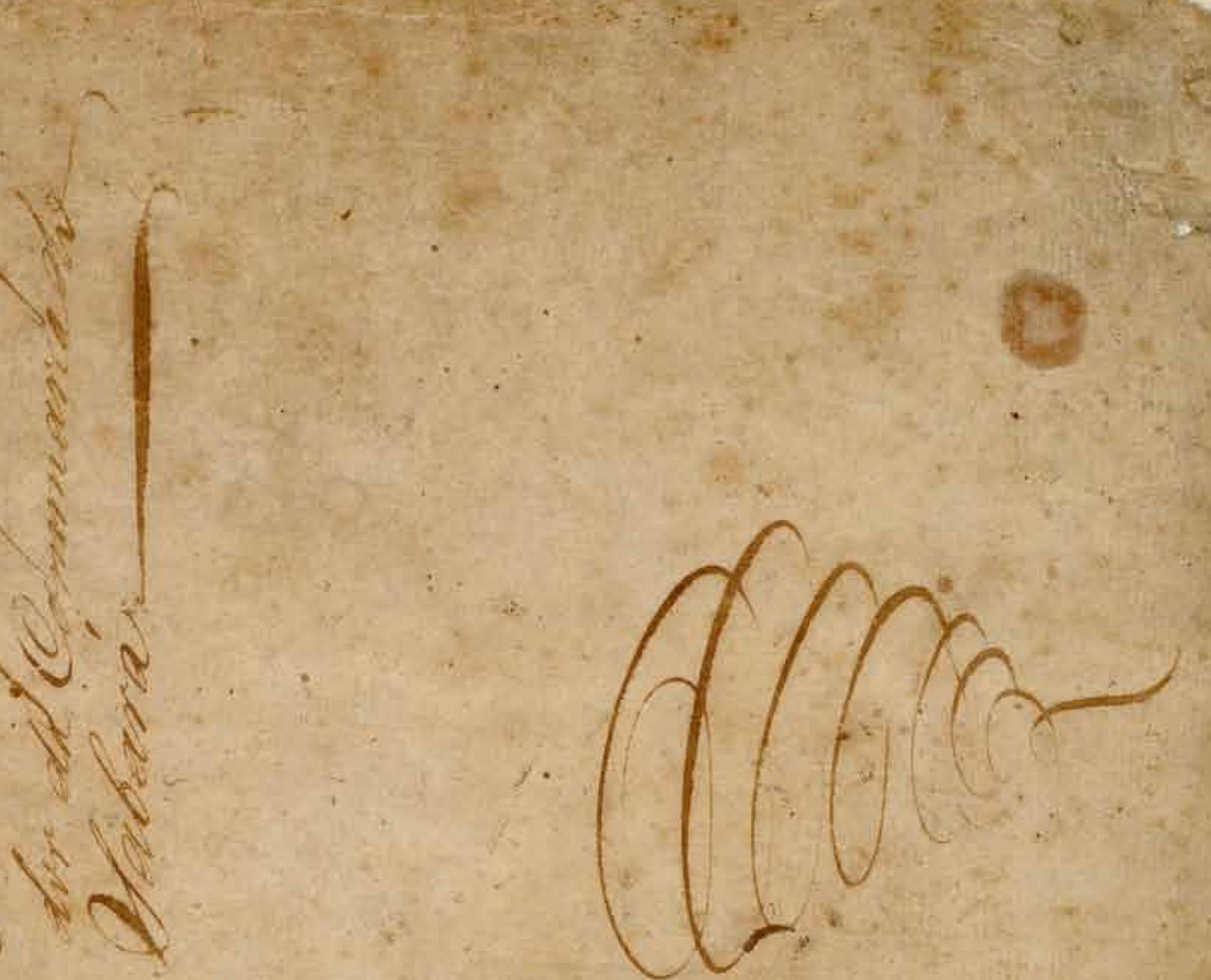
11. Esta etapa obteve financiamento da Fapemig por meio do edital Digitalização e Acesso em Meio Digital de Documentos Cartoriais dos Séculos XVIII e XIX e é coordenada por mim e pelo professor Marcos Ferreira de Andrade.

12. Dados fornecidos pelo Departamento de Informações Técnicas da Fapemig. Agradeço à chefe do departamento, Rosimeire Ramos Vieira, pela presteza e gentileza no levantamento desses dados.

13. FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 41-70, dezembro 2002.

Ivan de Andrade Vellasco é doutor em Sociologia pelo Iuperj, com a tese *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça – Minas Gerais, século XIX*, premiada pelo Concurso Brasileiro CNPq-Anpocs. É professor adjunto da Universidade Federal de São João del-Rei, onde coordena o projeto *Fórum Documenta*. É também pesquisador colaborador do Pronex CNPq/Faperj *Dimensões da cidadania no século XIX*, pesquisador do Programa Pesquisador Mineiro, da Fapemig, e pesquisador do CNPq.

André Figueiredo Rodrigues

As múltiplas faces da Devassa

O acesso, via internet, aos *Autos de Devassa* disponibilizados pelo Arquivo Público Mineiro abre novas possibilidades de estudo da Inconfidência Mineira, mas a iniciativa poderia completar-se com a disponibilização da versão documental original para que pudesse ser revisada e cotejada com os textos publicados.

> Foi com extraordinário entusiasmo que os pesquisadores interessados na História de Minas Gerais e, particularmente, no estudo da Inconfidência Mineira, receberam a notícia da digitalização e da disponibilização por meio da internet dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* (ADIM), sistematizados na Plataforma Hélio Gravatá, no *site* do Arquivo Público Mineiro (APM).

Os pesquisadores passaram a ter acesso à cópia digital da segunda edição impressa (de 1976 a 1983), patrocinada pela Câmara dos Deputados e pela Imprensa Oficial de Minas Gerais. Os dez volumes integralmente digitalizados permitem o contato com todas as peças do processo aberto pela Coroa portuguesa para se apurar a sedição que pretendia eliminar a dominação de Portugal sobre Minas Gerais e criar aqui um país livre.

O movimento foi denunciado em 1789 e, por meio da portaria de 7 de maio daquele ano, do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, foi aberto na cidade do Rio de Janeiro um processo de devassa para apurar e julgar a traição cometida por pessoas abastadas de Minas Gerais contra o Estado e a ordem política e social (crime de inconfidência).

O processo da Inconfidência foi do tipo inquisitivo, sem que os acusados tivessem direito a um defensor, a não ser no final, quando lhes nomearam um para que apenas produzisse as alegações. Hoje isso não seria possível, pois vigora o princípio acusatório e, simultaneamente, o princípio da plenitude de defesa. Naquele caso, o julgador e o acusador se confundiam no processo. As falas dos envolvidos são apresentadas com os contornos que lhes dão os inquiridores, e seus interrogatórios – repressivos – representam o que eles sabiam e o que eles deveriam saber, por meio das próprias perguntas.

Os *Autos de Devassa* simbolizam a vitória da repressão e desnudam os temores e o pânico que abalavam os estratos dominantes em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. Entre as propostas dos revoltosos estavam o estabelecimento de uma República com a capital sediada em São João del-Rei, a criação de uma universidade em Vila Rica e a implantação de indústrias. Essas ideias representam, na perspectiva da ideologia dominante – nas palavras de Maria Efigênia Lage de Resende[1] – a liberdade política (evocada por meio da independência de Minas), a preparação das novas elites (por meio da implantação de uma universidade) e a autonomia econômica (criação de indústrias). Viável ou não, essas propostas significavam aos olhos do colonizador europeu um confronto inevitável.

Assim, para julgar os responsáveis pelo projeto de uma revolução anticolonial em marcha nas Minas Gerais, o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa ordenou a abertura de investigações no Rio de Janeiro. Em Minas, o governador visconde de Barbacena mandou efetuar as prisões do ex-ouvidor de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga, do magistrado e fazendeiro Inácio José de Alvarenga Peixoto e do padre Carlos Correia de Toledo, que foram enviados ao Rio de Janeiro. Esses três réus representavam, naquele instante, o tripé político-econômico-social da Inconfidência: Gonzaga simbolizava a elite intelectual e política, Alvarenga, os meios econômicos e militares e o padre Toledo, o religioso –, tendo o vice-rei determinado que se averiguasse a trama sediciosa que se abateu sobre a capitania mineira. De 11 de maio a 8 de junho de 1789, a devassa fluminense ouviu oito testemunhas, e, julgando-se necessária a continuação dos trabalhos em Vila Rica, o vice-rei ordenou aos desembargadores responsáveis pelas inquirições que seguissem para a capital de Minas, onde realizariam inquirições e diligências.

Quando soube da decisão do vice-rei, Barbacena decretou, em 12 de junho, a abertura de sua própria devassa, que teve início no dia 15 daquele mês. Dessa data até a chegada dos juízes do vice-rei, em 15 de julho, a devassa de Vila Rica ouviu 64 testemunhas na formação de culpa. Em 18 de julho, os membros da

devassa fluminense requereram licença do governador para continuar suas diligências em território mineiro e reunirem em um só processo as investigações realizadas até então. Nesse último ponto, os representantes das duas devassas não chegaram a um acordo. As disputas entre o vice-rei e o governador, ou entre as devassas de Minas Gerais e a do Rio de Janeiro, que realizavam investigações concomitantemente, faziam com que os trabalhos se tornassem difíceis. O propósito de Barbacena, exposto em ofício ao vice-rei, de 11 de maio de 1789, era apenas expulsar de Minas e do Brasil os suspeitos de participarem da rebelião mineira, punindo-os sem formação de culpa e apuração das responsabilidades.[2]

Em janeiro de 1790, isto é, mais de nove meses depois de abertas as devassas, os impasses jurisdicionais chegaram a tal ponto que os trabalhos, ameaçados de cessarem, tiveram de esperar providências vindas de Portugal para serem solucionados. A rainha Maria I nomeou então um tribunal especial para unificar e proclamar sentença irrecorrível contra os sediciosos.

Os documentos da devassa de Minas estão reunidos nos volumes 1, 2 e 3 dos *Autos de Devassa*. Os volumes 4, 5 e 6 referem-se especificamente à devassa aberta no Rio de Janeiro. O volume 7 contém os autos de sequestros e os editais de venda e arrematação de alguns dos bens apreendidos aos revoltosos de Minas Gerais. No volume 8 estão reproduzidos documentos coetâneos dos acontecimentos de 1789 e com eles relacionados. O volume 9 apresenta documentos de natureza extraprocessual do período que se seguiu à abertura das devassas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. O último volume, o de número 10, é um inventário dos volumes anteriores.

Nova publicação de documentos referentes à Inconfidência veio a lume em 2001, com o lançamento do 11º volume dos *Autos de Devassa*, sob a direção do Museu da Inconfidência, do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Esse volume, intitulado *Complementação documental*, não se encontra incluído no processo de digitalização e disponibilização no site do APM na internet.

As fontes documentais

A documentação que serviu de base para a edição impressa dos *Autos de Devassa* foi o Códice 5: *Inconfidência de Minas Gerais – Levante de Tiradentes 1788-1792*, pertencente ao acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), que reúne todas as peças do processo como as cartas-denúncia, os ofícios, as ordens, as portarias, as inquirições de testemunhas, os autos de perguntas feitas aos réus, as acareações, as petições, os atestados, os embargos, os autos de exame e separação realizados em papéis julgados comprometedores apreendidos aos inconfidentes, as sentenças e os autos de sequestro de bens.[3]

No Brasil, o ANRJ divide com a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e o Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (AHMI) o privilégio de possuir os *Autos de Devassa*. Em sua Seção de Manuscritos, a FBN custodia, em um volume, os originais dos *Autos Crimes de 1791* e a conclusão das devassas (defesa e acórdãos) e, em outro, cópia da devassa existente no ANRJ.[4] O AHMI possui cerca de 30 documentos assinados por pessoas envolvidas na Inconfidência Mineira e o exemplar do *Recueil des Loix Constitutives des Colonies Angloises, Confédérées sous la Dénomination d'États-Unis de l'Amérique-Septentrionale* [*Compilação das leis constitutivas das colônias inglesas, confederadas sob a denominação de Estados Unidos da América Setentrional*], de 1778, que integrava os Autos como peça incriminatória da participação do alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido pelo seu apelido de Tiradentes, no movimento insurreto.[5]

Sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM) existem 34 documentos originais relativos ao exercício dos futuros inconfidentes na estrutura administrativa da Capitania de Minas Gerais, especialmente de Tiradentes como comandante do Caminho Novo, de Cláudio Manuel da Costa como secretário de Governo, de Tomás Antônio Gonzaga como ouvidor e corregedor da Comarca de Vila Rica e de Inácio José de Alvarenga Peixoto como ouvidor e corregedor da Comarca do Rio das Mortes.

Outros destaques da documentação do APM incluem a *Sentença Cível de Formal de Partilhas de José Aires Gomes* e um manuscrito do poema *Vila Rica*, de autoria de Cláudio Manuel da Costa, datado de 1773. Outros manuscritos desse mesmo poema podem ser encontrados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na Biblioteca Nacional de Lisboa, na FBN e na Biblioteca de Sainte Geneviève, de Paris.[6] De Tiradentes, por exemplo, são conhecidos mais de 200 documentos autógrafos recolhidos em sua maior parte na FBN. A Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida custodia os manuscritos do Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei, onde se encontram variados documentos assinados por Alvarenga Peixoto quando exerceu o cargo de ouvidor da Comarca do Rio das Mortes.

Na Coleção Casa dos Contos aparecem os nomes de vários sediciosos. As assinaturas mais frequentes são as do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, que como comandante do Regimento de Cavalaria Paga (tropa regular) era obrigado a despachos diários no expediente destinado à apreciação da Junta da Real Fazenda; e do guarda-livros Vicente Vieira da Mota, que, servindo ao contratador João Rodrigues de Macedo nos seus múltiplos e complicados negócios, deixou no acervo da Casa do Real Contrato das Entradas copiosa quantidade de cartas e documentos contábeis por ele minuciosamente elaborados. Silvério dos Reis é outro nome que se destaca pela quantidade de papéis que deixou juntamente com seu irmão, João Damasceno dos Reis Figueiredo Vidal, e seu sogro, Luís Alves de Freitas Belo, que com ele trabalhavam na administração e cobrança de dívidas referentes ao contrato das Entradas, arrematado para o triênio de 1782 a 1784. Outros inconfidentes também são dignos de nota nessa coleção, como Domingos de Abreu Vieira, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, José Aires Gomes, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, padre Carlos Correia de Toledo e os delatores Basílio de Brito Malheiro do Lago e Inácio Correia Pamplona, entre outros.[7]

Sobre a localização e a dispersão dos documentos da Inconfidência Mineira, o engenheiro e advogado Lúcio José dos Santos, em princípios dos anos 1920, quando preparava *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, foi feliz ao proclamar que "os documentos da Inconfidência, como o cadáver do herói a que se referem, foram esquartejados".[8]

O esquartejamento dos *Autos de Devassa*

A dispersão dos documentos da devassa deveu-se à subterrânea disputa de poder em torno da competência do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa e do governador Barbacena, para ver quem prestava melhores serviços a Sua Majestade. Devido a esse conflito, existem várias cópias extraídas das devassas. Barbacena mandou que o desembargador José Caetano César Manitti fizesse duas cópias e as remetesse para Lisboa. A primeira dessas cópias foi enviada ao ministro Martinho de Melo e Castro pelo ajudante de ordens do governador Francisco Antônio Rebelo.
A segunda foi entregue ao governador da Bahia para que este despachasse o documento em navio seguro para Portugal. Quando a cópia expedida pelo visconde de Barbacena chegou a Lisboa, um terceiro exemplar, com cópia da devassa do Rio de Janeiro, mandado pelo vice-rei, já estava em poder do ministro.

Retrato de d. Maria I, a Piedosa, rainha de Portugal (Lisboa, 1734 – Rio de Janeiro, 1816). Autor desconhecido, óleo s/ tela, Minas Gerais, século XVIII. Acervo Museu Mineiro, Coleção Arquivo Público Mineiro – MMI 990.0673.

Em 1790, Martinho de Melo e Castro mandou ordenar as devassas, passando o processo a denominar-se *Autos Crimes – Juízo da Comissão contra os Réus da Conjuração de Minas Gerais*. Após a unificação, houve a inclusão de várias peças, além do inexplicável desaparecimento de outras, sendo o caso mais grave o da ausência do único interrogatório de Cláudio Manuel da Costa, prestado em Vila Rica, em 2 de julho de 1789, dois dias antes de sua trágica morte no cárcere da Casa dos Contos.

O documento original *Auto de perguntas feitas ao bacharel Cláudio Manuel da Costa*, que figurava em apenso na devassa de Minas Gerais sob o número 4, desapareceu. Conhecemos, contudo, sua transcrição por ter sido publicada pelo historiador Alexandre José de Melo Morais nas páginas de seu jornal *Brasil Histórico* (1864). Na introdução às *Obras poéticas de Cláudio Manuel da Costa*, organizada por João Ribeiro (1903), também se encontra reproduzido o depoimento de Cláudio.[9]

Depoimento, aliás, que não consta da primeira publicação sistemática dos ADIM (1936-1938). Na segunda edição, o testemunho de Cláudio Manuel foi publicado de forma incompleta, pois não se menciona o trecho em que ele incrimina o governador visconde de Barbacena como participante da Conjuração Mineira, gerando, portanto, fortes indícios para fundamentar seu assassinato. Na "Nota final" do 10º volume dos *Autos*, publicado em 1983, Herculano Gomes Mathias mencionou o fato e transcreveu a passagem omitida.[10] Infelizmente, como alertou Paulo Gomes Leite, "nem todos os estudiosos tomaram conhecimento da lamentável falha, susceptível de prejudicar seriamente os estudos históricos".[11]

A validade dos *Autos de Devassa* como fonte de pesquisa

A dispersão dos documentos relacionados à Inconfidência Mineira, encontrados em muitos e variados arquivos, e a mistura que se faz, muitas vezes, entre a história da Conjuração e a história dos inconfidentes são fenômenos complicadores no estudo do movimento. Não se pode esquecer, também, da glorificação que se faz da personagem Tiradentes – iniciada com o advento da República –, elevada ao panteão de maior herói do movimento e da história do Brasil.

A partir disso, muitos pesquisadores questionaram a validade dos *Autos de Devassa* como testemunho daqueles acontecimentos. A história da Inconfidência pode ser escrita com base nos depoimentos prestados durante a devassa? É Waldemar de Almeida Barbosa quem faz tal inquirição, para responder pela negativa, uma vez que, segundo ele, são "vergonhosos, degradantes, falsos [e] mentirosos", tendo sido obtidos dos réus por "métodos inquisitoriais".[12]

Sem entrar no mérito da questão suscitada por Waldemar de Almeida Barbosa, perguntamos: como fazer a história da Inconfidência Mineira sem lançar mão dos depoimentos da devassa? Por terem sido arrancados dos réus mediante processos rigorosos, os depoimentos não deixaram de expressar aspectos da verdade. Quase todas as testemunhas, procurando inocentar-se de qualquer participação no intento sedicioso, acabavam no curso de uma arguição produzindo relatos com, pelo menos, algumas passagens bastante fidedignas de discussões e de fatos ocorridos em Minas Gerais nos anos de 1788-1789 ou ligados aos planos revolucionários. Algumas dessas informações se revelam coincidentes num confronto entre diversos interrogatórios, o que nos permite, pelo menos por hipótese, presumir sua veracidade.

Para melhor elucidar essa questão, podemos citar o episódio do batizado de dois dos filhos do poeta Alvarenga Peixoto – José Eleutério, nascido em 1787, e do recém-nascido João Damasceno, ocorrido em 8 de outubro de 1788, na Vila de São João del-Rei. Vários dos interrogados afirmaram ter presenciado ou conhecido os assuntos que teriam sido discutidos naquela festa

Retrato de Martinho de Melo e Castro. Ministro de Portugal no reinado de d. Maria I, em 1790 mandou ordenar as devassas. Arquivo Histórico Militar, Lisboa. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais 2:* As Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

Retrato de Luiz de Vasconcelos e Souza, 4º vice-rei do Brasil no Rio de Janeiro. Em maio de 1789, abriu processo para apurar e julgar a traição cometida pelos inconfidentes mineiros. Estampa, sem referência, do original da Coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Arquivo Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

religiosa. No ardor das libações, o sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza (irmão do padre Toledo, celebrante do batizado) afirmou que cortaria com seu terçado a cabeça do governador visconde de Barbacena.[13] Foi provavelmente daí que surgiu a senha para a eclosão do intento sedicioso: “Tal dia é o batizado!”.[14]

Márcio Jardim, embora reconheça o valor dos *Autos de Devassa* como fonte factual, considera que os inconfidentes subtraíram informações sobre o levante, cuja real extensão e alcance o governo mineiro minimizou, mas não chegou de fato a apreender.[15] Apesar disso, o registro das concepções do vencedor (tendo os *Autos* como fonte oficial) não pode ser desconsiderado por quem se propõe a avaliar a amplitude da repressão metropolitana imposta aos inconfidentes. Se seu estudo é insuficiente para que se compreendam as tramas, as redes e os emaranhados dos acontecimentos, ainda assim eles são indispensáveis.

Nem todo o transcrito é correto e verdadeiro

Apesar de ser importante fonte de pesquisa, a leitura dos *Autos de Devassa* merece cautela, principalmente porque existem falhas e omissões de transcrição entre o texto original manuscrito e a versão impressa. Como exemplo, vejamos um trecho da relação contendo o nome dos escravos apreendidos ao fazendeiro Francisco Antônio de Oliveira Lopes, publicada no sexto volume

dos ADIM. No traslado de seu sequestro, realizado na fazenda da Laje, em 28 de setembro de 1789, lê-se:

> [...] Domingos Santinho Ventura Coivara Angola, de sessenta anos, pouco mais ou menos; Josefa cabra, casada, de vinte e cinco anos, pouco mais ou menos; Geralda crioula, de trinta e cinco anos, pouco mais ou menos.[16]

No exemplar oficial manuscrito, encontramos registrados os verdadeiros nomes dos cativos pertencentes a esse plantel de escravos:

> [...] Damiana crioula, de vinte e dois anos, pouco mais ou menos; Domingos Santinho Angola, de sessenta anos, pouco mais ou menos; Ventura Coivara Angola, de sessenta anos, pouco mais ou menos; Josefa cabra, casada, de vinte e cinco anos, pouco mais ou menos; Manuel dito seu marido, de vinte e cinco anos, pouco mais ou menos; Geralda crioula, de trinta e cinco anos, pouco mais ou menos.[17]

Dos 69 escravos oficialmente sequestrados e listados na edição impressa dos ADIM, encontramos os nomes de três novos escravos, com as respectivas informações sobre idade e ofício: Damiana, um nome de pessoa desdobrado em dois outros nomes de cativos e o surgimento do marido de Josefa, cabra. Além desses, encontramos, ainda, Antônio, cabra, de 20 anos, e Mateus, crioulo, de 40 anos.[18]

O erro na transcrição dessa peça processual resultou em distorção na publicação dos números e das informações sobre o grupo dos escravos de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Na historiografia aparece anotado que esse inconfidente tinha um plantel de 69 escravos, quando, na verdade, sequestraram-lhe 74 mancípios.[19] Dos 206 fólios de seu auto de sequestro original foram publicados apenas 18 laudas.

Situação semelhante ocorreu na divulgação dos livros pertencentes à biblioteca dos inconfidentes José de Resende Costa, pai e filho. De acordo com a historiografia, a biblioteca desses dois sediciosos teve 20 títulos, em 60 volumes, sequestrados.[20] Ao contrário do índice livresco publicado nos ADIM, e que serviu de base para os autores, a livraria dos Resende Costa contava ainda com mais uma obra: *Seletas latinas* [*Selecta Latini Sermonis exemplaria e scriptoribus probatissimis, ad christianae juventutis usum collecta*], do educador francês Pierre Chompré, com seis tomos em oitavo.[21] Trata-se de uma antologia composta por trechos escolhidos, e algumas vezes reescritos, de autores latinos, endereçada aos estudantes ingressantes e aos que pretendiam entrar como alunos na Universidade de Coimbra. Um dos planos de José de Resende Costa, o filho, era o de estudar em Portugal, em 1789.

Além da inclusão de *Seletas latinas*, em seis volumes, a relação dos livros dos Resende Costa ainda apresenta variantes numéricas: na versão impressa encontramos a obra *Ilíada*, de Homero, indicada em "sete volumes"; na versão manuscrita consta serem "oito volumes". A obra de Genuense (Genovesi), transcrita como sendo "sete volumes", aparece indicada na versão manuscrita como contendo apenas "dois volumes". A obra *Gradus ad Parnasum*, referenciada na versão impressa, não consta da relação de livros contida no documento manuscrito. Com isso, o número conclusivo das obras apreendidas aos Resende Costa passa de 20 títulos para 61 volumes.[22]

Assim, tais exemplos elucidam os limites e as possibilidades de utilização dos *Autos de Devassa* e, mais particularmente, dos sequestros de bens como fonte de investigação sobre a Inconfidência Mineira e sobre a constituição do patrimônio dos conjurados. Antes de validar sua fidedignidade, faz-se necessário – essa é a nossa sugestão – que a edição impressa seja cotejada com a versão manuscrita, pois, além dos sequestros,

Retrato do coronel Joaquim Silvério dos Reis, o inconfidente delator. Autor desconhecido, técnica mista, sem local e data. Arquivo Público Mineiro, Coleção Personalidades – PE – 147.

Cel Joaquim Silverio dos Reis

existem trechos de depoimentos com problemas de omissões, supressões e transcrições equivocadas de palavras e/ou trechos.

Os sequestros de bens como novas possibilidades de estudo

Por lei, todos os bens pertencentes a pessoa presa deviam ser apresentados, por meio de sequestro. Aparentemente, os inquiridores da devassa buscaram realizar tal tarefa. A historiografia reteve a ideia de que os sequestros representavam um instantâneo verdadeiro de todos os bens pertencentes aos conjurados no momento de sua prisão e que a listagem publicada desses bens nos *Autos de Devassa* indicaria o valor desse patrimônio.

Por se constituírem como processos à parte da devassa, os autos originais de sequestro não foram pesquisados e publicados integralmente. O que se conhece e está publicado no sexto volume dos ADIM são apenas traslados parciais dos bens dos envolvidos no levante mineiro, exigidos pelos juízes da devassa para se ter uma ideia do patrimônio de cada um dos réus. Tramitando em diferentes comarcas de Minas Gerais, os autos de sequestro seguiram rumo judicial independente, ora incluindo informações após a descoberta de novos bens, com a realização de novas penhoras, ora com o acréscimo das prestações de contas promovidas pelos fiéis depositários, ora com a devolução a terceiros de pertences que estavam emprestados aos revoltosos, até sua liquidação final, com as formalidades de encerramento.

Sobre os sequestros, o IHGB reúne em seu acervo 11 códices originais que se referem às apreensões realizadas nos bens do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, do capitão e fazendeiro José de Resende Costa, do padre Manuel Rodrigues da Costa, de Aires Gomes, de Tomás Antônio Gonzaga, de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, do padre Toledo, de Alvarenga Peixoto, do sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza, do contador Vicente Vieira da Mota e do cônego Luís Vieira da Silva. O AHMI detém os documentos de sequestro do ex-contratador Domingos de Abreu Vieira.

Dos 24 condenados como participantes da Inconfidência, são localizáveis 12 sequestros originais. Dos inconfidentes faltantes, não tiveram bens a sequestro José Álvares Maciel e José de Resende Costa, o filho, por serem filhos-família e viverem sob o pátrio poder de seus pais, dos mesmos e respectivos nomes. Logo, faltam-nos descobrir os documentos originais, manuscritos e completos de dez outros inconfidentes. Na edição impressa dos ADIM consta a publicação dos traslados de bens do alferes Joaquim José da Silva Xavier, do padre José da Silva e Oliveira Rolim e do bacharel Cláudio Manuel da Costa. Dos demais, não há indício dos sequestros integrais contra o patrimônio do padre José Lopes de Oliveira, do médico Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, do doutor Domingos Vidal de Barbosa Lage, do fazendeiro e estalajadeiro João da Costa Rodrigues, do carpinteiro e piloto Antônio de Oliveira Lopes, do alferes Vitoriano Gonçalves Veloso e do fazendeiro e capitão João Dias da Mota.

Assim, em consequência do desconhecimento dos sequestros originais, ou à causa da publicação parcial de alguns de seus dados, o que se conhece, portanto, são informações que não condizem plenamente com a realidade do patrimônio apreendido aos inconfidentes. Caso específico, por exemplo, ocorreu com os escravos sequestrados de Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Este nasceu em 1750, na Borda do Campo (atual Barbacena). Era filho de José Lopes de Oliveira e Bernardina Caetano do Sacramento. Em 1781, aos 36 anos de idade, casou-se com Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, mulher de família abastada que trouxe para o casamento apreciável dote. Este, oito anos mais tarde, seria sequestrado pela devassa. Dona Hipólita era filha do capitão-mor Pedro Teixeira de Melo e irmã do então ocupante

Gonzaga na prisão, gravura impressa por Caillet-rue Jacob. Paris a partir do retrato imaginário feito em 1843, óleo s/ tela, por João Maximiano Mafra no Rio de Janeiro (o quadro original pertence à coleção particular de Belo Horizonte). Estampa reproduzida na edição da obra *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga. Rio de Janeiro: Irmãos Laemmert, 1845. In: FRIEIRO, Eduardo. *Como era Gonzaga?* Belo Horizonte: Secretaria de Educação de Minas Gerais; Imprensa Oficial, 1950.

desse posto na Vila de São José del-Rei, Gonçalo Teixeira de Carvalho. O casal morava na fazenda da Ponta do Morro, entre a Vila de São José e o arraial de Prados.[23]

Cinco anos após a prisão de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, em 1789, e apreensão de bens, seu irmão, o sargento-mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira, solicitou, em agosto de 1794, a devolução dos bens de sua mãe, Bernardina Caetana do Sacramento, que estavam em poder de Francisco Antônio e de sua cunhada Hipólita Jacinta, como testamenteiros da matriarca. O patrimônio de Bernardina fora confiscado pela devassa como se pertencesse ao inconfidente.[24]

Por "repetidas vezes", o sargento-mor apresentou certidões para que o fiel depositário – que era primo de dona Hipólita – entregasse os bens de sua mãe, desmembrando-os do sequestro ocorrido em 25 de setembro de 1789. Como não obteve êxito, Manuel Caetano recorreu ao juiz responsável pela devassa, Antônio Ramos da Silva Nogueira, explicando-lhe o ocorrido. Alegou que a não restituição dos bens estava desfavorável aos seus interesses e, também, aos do Estado metropolitano, pois, enquanto o que lhe pertencia por herança estava listado como patrimônio do inconfidente, o que cabia ao seu irmão e deveria ser objeto da real apreensão estava omitido da devassa.

Pregando a delação, o sargento-mor esperava ganhar a confiança e o respeito do devassante, com a finalidade de solucionar a disputa familiar. Eis os fatos:

> Diz o sargento-mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira, que no sequestro que se procedeu por este Juízo na Ouvidoria do Rio das Mortes contra o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes compreendido, condenado, e definitivamente sentenciado pelo delito de Sublevação *se ocultaram muitos bens, que o suplicante denuncia quais são os do Rol junto, e poderão ainda haver muito mais como há de constar* do Inventário feito entre dona Hipólita Jacinta Teixeira, mulher do dito proscrito, e seu irmão capitão-mor Gonçalo Teixeira, que todos pertencem ao referido sequestro por ser o suplicante dito condenado no perdimento de sua inteira meação, e para segurança

dos mesmos, e sobre eles requer o suplicante seus direitos, e ações que lhe competirem.[25]

Devido às brigas familiares causadas pela herança de Bernardina Caetana, é possível detectar processos de sonegação presentes nos *Autos de Devassa*. O patrimônio escondido contava vários escravos, "muitos trastes de casa" como jarros, bacias de prata, dois faqueiros "de colheres, garfos e facas de cabo de prata", "várias dúzias de cadeiras, baús, caixas e armários" e "várias dúzias de louças de prata da Índia e de pó de pedra".[26] Entre os bens semoventes foram encobertos bois, vacas, cavalos, éguas e potros, com suas selas e arreios. Todos esses bens estavam "ocultos nas fazendas da Laje, Gales e Ponta do Morro e em casas de Pedro Joaquim de Melo [o fiel depositário] e do tenente Antônio Gonçalves [de Moura]".[27]

Mas, das omissões, das mais significativas foi a de 74 escravos subtraídos da devassa. Nos ADIM, em sua edição impressa, está registrado que Francisco Antônio teve 69 mancípios apreendidos. Na documentação original, custodiada no ANRJ, e na peça de sequestro, que se encontra no IHGB, seu número chega a 74 pessoas listadas como sendo o seu patrimônio realmente apreendido. Assim, somando-se esses números, temos que o plantel de escravos de Francisco Antônio, na época do sequestro, era composto por 148 escravos. Se todos esses negros fossem apreendidos pela devassa, poder-se-ia atribuir a ele o epíteto de o maior escravista da Inconfidência Mineira.[28]

O desconhecimento dos autos de sequestro originais limita quaisquer indicações sobre o patrimônio dos sediciosos. Por meio dos exemplos informados, é perceptível observar que o acesso às informações transcritas nos ADIM merece cautela e que seus conteúdos deveriam ser revisados e cotejados novamente com a versão documental original. São claros os avanços proporcionados pela divulgação na internet das 4.874 páginas de sua versão impressa, pois que facilita a pesquisa e permite o contato com volumes anteriormente esgotados, além de contribuir para o desenvolvimento de futuros estudos sobre o movimento e/ou a sociedade da época. Mas, ao lado desses ganhos, fica-nos a pergunta: por que não utilizar a internet também para disponibilizar a documentação integral do processo de devassa e dos documentos correlatos que fazem parte dos autos?

Notas |

1. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Inconfidência Mineira: leituras e releituras ou para ler a história da Inconfidência Mineira. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v. 4, n. 2/3, p. 83-94, maio/dez. 1989, p. 85.

2. AUTOS DE DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA (ADIM). 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais, 1977. v. 8, p. 158.

3. FIGUEIREDO, Luciano. Cortando rente o passado...: fontes para a história da Inconfidência Mineira e o acervo do Arquivo Nacional do Brasil. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v. 4, n. 2/3, p. 138-146, maio/dez. 1989, p. 140.

4. FIGUEIREDO. Cortando rente o passado..., p. 140.

5. OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. Nota explicativa ao apenso XXVIII – *Coleção das leis constitutivas das colônias inglesas confederadas sob o nome de Estados Unidos da América Setentrional*. In: ADIM, 1981, v. 3, p. 20; ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. Ouro Preto: MinC-IPHAN-Museu da Inconfidência, 1997, p. 11.

6. SILVA, Lúcia Maria Alba da; CASTRO, Maura Macedo Corrêa e; TÓRTIMA, Pedro. A Inconfidência Mineira no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 375, p. 105-112, abr./jun. 1992, p. 106; AGUIAR, Melânia Silva de. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In: COSTA, Cláudio Manuel da; GONZAGA, Tomás Antônio; PEIXOTO, Alvarenga. *A poesia dos inconfidentes*. Organização de Domício Proença Filho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 38.

7. Alguns documentos concernentes ao acervo da Casa dos Contos, que se encontram custodiados na FBN, foram transcritos e podem ser consultados em: AZEVEDO, José Afonso Mendonça de. A Inconfidência Mineira: documentos do Arquivo da Casa dos Contos (Minas Gerais). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 65, p. 153-308, 1943. O inventário completo, revisado e atualizado dos livros que integram esta Coleção, dispersos no ANRJ, na FBN e no APM, podem ser conferidos em: BOSCHI, Caio César; MORENO, Carmen; FIGUEIREDO, Luciano (Coord.). *Inventário da Coleção Casa dos Contos*: livros, 1700-1891. Belo Horizonte: PUC-Minas, Fapemig, 2006.

8. SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira*: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972, p. 61.

9. RIBEIRO, João. *Obras poeticas de Claudio Manoel da Costa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1903. t. 1, p. 65-73.

10. MATHIAS, Herculano Gomes. Nota final. In: ADIM, 1983, v. 10, p. 11. Eis o trecho omitido: "Foi mais perguntado que destino se tinha

determinado ao Exmo. Sr. Visconde General. Respondeu, que como já disse, não viu plano algum nem artigos, e sempre supôs que não passava de brinco de palavras, tudo o que diziam aqueles homens, se bem que em certa ocasião ouviu dizer ao doutor Gonzaga, segundo sua lembrança, que o general, o Exmo. Sr. Visconde, sempre dizia ter o primeiro lugar no caso de sublevação, o que ele, respondente, continuando na mesma graça, disse que fizera bem trazer mulher e filho em tal caso. Foi mais perguntado se sabe, ou ouviu dizer, que haviam já leis para a nova república, que se pretendia erigir, respondeu que persuade-se que não se tendo tentado a ação, mal poderia cuidar-se nisso".

11. LEITE, Paulo Gomes. Um cirurgião letrado e a morte de Cláudio Manuel da Costa. *Extensão*: Cadernos da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas, Belo Horizonte, v. 9, n. 30, p. 53-63, dez. 1999, p. 54.

12. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre Tiradentes*. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, [s.d.], p. 27-28.

13. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Autos de Devassa da Inconfidência Mineira – Códice 5 (ANRJ/ADIM-C5), v. 1, fl. 119v – Formação de culpa: inquirição da testemunha Antônio Manuel de Almeida. Casa do desembargador Pedro José Araújo de Saldanha. Vila Rica, 28 de julho de 1789.

14. ANRJ/ADIM-C5, v. 1, fl. 7 – Carta-denúncia de Joaquim Silvério dos Reis. Cachoeira, 19 de abril de 1789, datada de Borda do Campo, 11 de abril de 1789.

15. JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira*: uma síntese factual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989, p. 15.

16. Traslado do sequestro de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. In: ADIM, 1982, v. 6, p. 152.

17. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). DL 101.2, fl. 23v – Sequestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, por parte da Real Fazenda; ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 2, fl. 1v – Traslado do sequestro feito a Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

18. IHGB. DL 101.2, fl. 24 – Sequestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, por parte da Real Fazenda.

19. Márcio Jardim indicou que o plantel de Francisco Antônio de Oliveira Lopes era composto por 66 escravos, enquanto João Furtado citou 69 cativos. Conferir: JARDIM. *A Inconfidência Mineira*, p. 150; FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope*: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-1789. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 105.

20. VILLALTA, Luiz Carlos. *A 'torpeza diversificada dos vícios'*: celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994, p. 202; BURNS, E. Bradford. The Enlightenment in two Colonial Brazilian libraries. *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press, v. 25, n. 3, p. 430-438, 1964, p. 432; PINTO, Rosalvo Gonçalves. *Os inconfidentes José de Resende Costa (pai e filho) e o arraial da Laje*. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 1992, p. 65.

21. IHGB. DL 70.9, fls. 5; 22v – Sequestro de bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real. Nas duas versões manuscritas existentes deste sequestro, a do IHGB (edição completa) e a do ANRJ (traslados utilizados na publicação dos ADIM), constam referências ao livro *Seletas latinas*. Conferir: ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 14, fl. 3. O que existiu, portanto, foi erro na transcrição do documento.

22. IHGB. DL 70.9, fls. 5; 22; 33; 33v – Sequestro em bens do capitão José de Resende Costa por parte da Fazenda Real.

23. De Francisco Antônio de Oliveira Lopes existem publicados duas significativas notas biográficas: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. Nota biográfica ao Apenso II: Auto de perguntas ao coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes. In: ADIM, 1978, v. 2, p. 39; JARDIM. *A Inconfidência Mineira*, p. 149-151.

24. IHGB. DL 101.2, fl. 15 – Sequestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

25. IHGB. DL 101.2, fl. 42 – Sequestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Grifo nosso.

26. ANRJ/ADIM-C5, v. 7, doc. 2, fls. 1-7 – Traslado do sequestro feito a Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Francisco Antônio teve sequestrado pela devassa, como se lê na edição impressa dos ADIM, 69 escravos, 425 cabeças de gado, 24 objetos de prataria e louças finas, 40 móveis, entre outros. Conferir: Traslado do sequestro feito a Francisco Antônio de Oliveira Lopes. São José, 25 de setembro de 1789. In: ADIM, 1982, v. 6, p. 152-162.

27. IHGB. DL 101.2, fl. 44-44v; 78v-80v – Sequestro em bens de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Além desses bens, denunciou-se, ainda, "um crédito, ou execução que é devedor Manuel Inácio Rodrigues, cuja ação principiou contra Manuel Antônio camarada do dito Manuel Inácio Rodrigues". Cf. IHGB. DL 101.2, fl. 78.

28. Detalhes sobre a omissão dos escravos no sequestro de Francisco Antônio de Lopes de Oliveira podem ser consultados em: RODRIGUES, André Figueiredo. *Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 202-212.

André Figueiredo Rodrigues é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professor nas Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos e no Centro Universitário Ibero-Americano (Unibero) / Anhanguera Educacional. É autor do livro *A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)* (São Paulo, Globo, 2010), além de outros livros e artigos publicados sobre a Inconfidência Mineira.

Uma janela para o mundo

Maria Marta Araújo

Em meio à inestimável coleção de jornais mineiros do século XIX, disponível *on-line* no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro (SIA-APM), destaca-se O *Universal*, um dos periódicos que tiveram participação mais ativa nos embates que se travaram em torno da construção da nação e do Estado imperial brasileiros.

> Com a retomada e renovação dos estudos de história política nas últimas décadas, sobretudo a partir do impulso que lhe foi dado pela historiografia francesa,[1] a imprensa tem recebido ainda maior atenção dos pesquisadores, sobretudo daqueles interessados em compreender de forma ampliada os diferentes mecanismos de produção e circulação das ideias em diversos contextos e lugares. Nessa nova perspectiva nada se perde, nem mesmo as contribuições mais efêmeras e transitórias, consideradas, inclusive, como as de maior valor para a compreensão dos processos de construção do pensamento político e social de uma época. Assim, lembra Quentin Skinner que tal entendimento histórico não será atingido "se continuarmos, no estudo das ideias políticas, concentrando o eixo de nossa atenção naqueles que debateram os problemas da vida política num nível de abstração e inteligência que nenhum de seus contemporâneos terá alcançado".[2]

A história das ideias políticas passa a ser então inseparável de uma história da difusão das ideias e de sua diluição em meio aos diferentes suportes, interessando-se pelas "formulações vulgares dos temas políticos, pelo pensamento automático dos órgãos de opinião, pelos reflexos condicionados, pela circulação dos mitos e dos estereótipos, pelos novos suportes dos enunciados ideológicos".[3]

Revolucionária pelos impactos gerados em praticamente todos os campos da vida humana a partir do século XIX, a imprensa periódica é fonte imprescindível para a história política e mesmo hoje, com a ampliação dos veículos de comunicação, não deixou de ser ainda o principal alimento da política no seu cotidiano.

O propósito deste artigo é, portanto, chamar a atenção dos pesquisadores para as potencialidades abertas pela coleção de jornais mineiros do século XIX como fonte de leitura e análise de uma época fundamental da história política brasileira, cujo acesso se encontra hoje facilitado por meio da digitalização e pesquisa *on-line*. E há certa urgência nisso, pois, como alerta Marco Morel, "os conteúdos de jornais periódicos do século XIX ainda estão por ser incorporados de maneira mais efetiva aos recentes estudos históricos no Brasil".[4] Nesse período, como bem observa o autor, a imprensa constituiu um complexo agente histórico, que apesar de suas especificidades e ritmos interliga-se de forma dinâmica a outros mecanismos de participação, em meio às sociabilidades formais e informais, aos embates eleitorais e à movimentação política que, desde a Independência, passou a tomar conta das principais cidades brasileiras.

> Frequentar pontos de venda dos impressos, leituras coletivas e cartazes e papéis circulando de maneira intensa pelas ruas são práticas que passam a se incorporar ao cotidiano da população. [...] A alfabetização era escassa, mas o rótulo de "elitismo" para a imprensa que surgia deve ser visto com cautela. Mesmo no Brasil escravista. Havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. E a leitura, como nos tempos então recentes do Antigo Regime, não se limitava a uma atitude individual e privada: possuía contornos coletivos. Neste sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor.[5]

Entre 1823 e 1897, considerando o arrolamento de Xavier da Veiga,[6] foram publicados 861 jornais em Minas Gerais, num total de 117 localidades. A maior parte desses jornais surgiu na segunda metade do século e, se não está hoje totalmente desaparecida, encontra-se dispersa em acervos e arquivos, justificando a realização de um trabalho de pesquisa e identificação que permita sua digitalização e disponibilização *on-line*.[7]

Na Coleção de Jornais Mineiros do Século XIX, disponível *on-line* no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo

Público Mineiro (SIA-APM), o pesquisador poderá encontrar 267 periódicos, uma amostra considerável do que foi a produção jornalística no período de 1825 a 1900. As possibilidades de pesquisa são inúmeras, tanto do ponto de vista geral do acervo como até mesmo do estudo e análise de um único jornal, como é o caso d'*O Universal*, cuja coleção, praticamente completa, está disponível no SIA-APM.

Personagem da época

Fonte imprescindível para a história política de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, destacando-se por sua longa existência, entre os anos de 1825 a 1842, *O Universal* foi também um dos mais importantes personagens dessa época, com participação ativa nos embates que se travaram em torno da construção da nação e do Estado imperial brasileiros: ora radical ora moderado, mas sempre integrado às fileiras do então Partido Liberal.

Seu primeiro número foi publicado em 17 de julho de 1825, impresso pela Tipografia Patrícia de Barbosa & Cia. de Ouro Preto, cuja história também merece ser destacada, uma vez que foi a primeira tipografia de Minas Gerais, totalmente construída com recursos locais pelo mecânico prático Manuel José Barbosa, por volta de 1822.

A importância do impressor Manoel Barbosa na história da imprensa mineira é inegável, pois na sua tipografia em Ouro Preto foram editados os primeiros jornais de Minas: o *Compilador Mineiro*, cujo primeiro número é de 13 de outubro de 1823; o *Abelha do Itaculumy,* nascido em 12 de janeiro de 1824; *O Companheiro do Conselho,* que apareceu em 1825, era o único jornal da província e estava prestes a desaparecer quando surgiu *O Universal.* Em função disso, a nova publicação apelava para a imperiosa necessidade de se contar ao menos com um periódico na "maior província do Império".

Mesmo que se consigam identificar os primeiros jornais lançados em Minas Gerais, muitas questões demandam maior investigação, permanecendo ainda sobre o tema diversos pontos obscuros e controversos, sobretudo em relação aos homens – proprietários e redatores – que estavam por trás desses primeiros periódicos.[8] Essa nebulosidade em torno do aparecimento da imprensa mineira seria explicada, principalmente, pela escassez de exemplares dos primeiros jornais nas principais bibliotecas do país e do Estado de Minas Gerais, segundo Hélio Vianna.[9] Mas se pode também atribuir o fato ao próprio conteúdo temático da imprensa da época, eminentemente política, ou seja, sendo os jornais resultado da iniciativa particular, os redatores encontravam no anonimato maior liberdade para suas invectivas e ataques aos grupos e partidos adversários.

Algumas considerações, contudo, já podem ser feitas em relação ao jornal *O Universal.* Com quatro páginas em formato 25 x 16cm, circulava três vezes por semana e a iniciativa de sua publicação coube diretamente ao impressor Manoel Barbosa, que foi seu proprietário durante os dois primeiros anos. Nesse período, o jornal conta com a colaboração de escritores e políticos eminentes de Minas Gerais, que permanecem, porém, ocultos, muitas vezes sob pseudônimos, como no caso das correspondências de leitores, ou nos diversos artigos sem autoria.

Cogitou-se muito na época, e até hoje muitos autores tomam isso como um fato incontestável, que Bernardo Pereira de Vasconcelos tenha sido o principal redator d'*O Universal*.[10] No entanto, por diversas vezes, essa informação foi negada pelo próprio jornal. Vasconcelos era acusado na época de ser o senhor da única imprensa de Ouro Preto. Verdade ou não, a pressão era tal que foi necessária uma declaração categórica do impressor Barbosa, dizendo que Vasconcelos não era o redator do periódico e que não tinha parte alguma nele "como geralmente se crê".[11]

Segunda Feira 1825 18 de Julho.

Sociedade Litteraria

O UNIVERSAL.

1825

Rien n'est beau que le vrai;
le vrai seul est aimable.
Voltaire.

Como o Companheiro do Conselho deve de acabar em breve, e os Illustres Redactores da Abelha não continuão por ora a publicar o seu Periodico, eu me vi na necessidade de escrever, para transmittir as noticias mais interessantes, que chegarem ao meu conhecimento. Não terão lugar nelle outras correspondencias, se não as que tratarem dos objectos em geral, e não contiverem personalidades, porque meu fim he a illustração publica, e não suscitar odios entre os Cidadãos, fructo unico de taes personalidades. Preferirei sempre a publicação das Leis, Decretos, e Portarias, pois apezar de que estes objectos não agradem tanto, como devem, sua vulgarisação he da primeira necessidade, e todos os Cidadãos devem procurar tão importante conhecimento. O preço deste Periodico do mesmo formato, e de tantos N.os semanaes como a Abelha, he muito mais diminuto, e não havendo grande numero de assignantes a perda he certa. Espéro, que nossos Comprovincianos não deixarão de concorrer com suas assignaturas para assim haver ao menos hum Periodico, nesta a maior Provincia do Imperio.

Por Decreto do 1º de Dezembro de 1824, Manda S. M. o Imperador executar provisoriamente huma Tabella, que dá nova Organisação ao Exercito da qual extrahimos o que pertence á nossa Provincia.

Antiga Organisação.	Nova organisação.
Regimento de Cavallaria de Linha do Ouro Preto	2.º Regimento de Cavallaria da 1.ª Linha do Exercito.
1.º e 2.º Regimento de Cavallaria de Milicias do Ouro Preto	São reduzidos a hum 5.º Regimento de Cavallaria ligeira da 2.ª Linha do Exercito.
3.º e 4.º dito de Marianna	6.º de Cavallaria ligeira da 2.ª L.ª &.
1.º 2.º e 3.º de S. João	Reduzidos a 2 = 7.º dito de S. João, e 8.º da Campanha.
1.º 2.º e 3.º de Sabará	Reduzidos a 2 = 9.º dito de Sabará = 10.º dito de Pitanguí.
Regimento de Piracatú	11.º de Piracatú.
1.º 2.º e 3.º do Serro frio	Reduzidos a 2 = 12.º da Villa do Principe = 13.º de Minas novas.
Regimento da Comarca de S. Francisco	14.º da Villa de S. Francisco.
Esquadrões avulsos de S. João	15.º do Pouso alto.

Página de rosto do nº 1 d'*O Universal*. Ouro Preto, 18 de julho, segunda-feira, 1825.
Acervo da Hemeroteca Histórica, divisão da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.

Retrato de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1785-1850), a quem se atribuiu a redação d'*O Universal.* Gravura de Sisson. In: MONTEIRO, Tobias. *História do Império, Tomo II* – O Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1946.

Porém, é certo que *O Universal* esteve ao lado de Vasconcelos, apoiando-o firmemente em diversos momentos de sua carreira política, até o seu afastamento do Partido Liberal e a adesão à causa do regresso, quando o jornal, com a mesma intensidade, transforma-se num de seus principais adversários. Conforme destaca Xavier da Veiga, a partir de 1837, o jornal faz oposição cada vez mais veemente ao estadista, "não lhe poupando doestos e acusações".[12] Antes disso, a grande liderança que Vasconcelos exercia em Minas Gerais e os diversos episódios de sua destacada atuação na cena política do Império, sobretudo na Câmara dos Deputados, estão documentados nas páginas d'*O Universal*, independentemente de ser ele ou não seu principal redator, ou figurar apenas como colaborador eventual.

Liderança inequívoca

No seu primeiro ano de vida, *O Universal* se destaca pelo apoio ao Conselho Provincial de Minas Gerais, nessa época sob a liderança inequívoca de Vasconcelos, particularmente na sua luta contra o decreto imperial que permitia o monopólio da exploração do Rio Doce por companhias inglesas. Em relação ao caso, o jornal franqueia amplo espaço aos seus leitores, que estabelecem longa polêmica com um correspondente que escreve na imprensa do Rio de Janeiro, sob o pseudônimo *Paraopebano.* Dizendo-se mineiro, ele acusa o Conselho da Província de promover a sedição ao se contrapor a um decreto imperial.

Esse debate, que tem em Vasconcelos uma de suas figuras centrais, ganha interessante dimensão nas páginas do jornal, com a participação de leitores que se dispõem, inclusive, a analisar a situação da mineração em Minas Gerais e a propor alternativas para seu desenvolvimento econômico. Somente esse fato e sua repercussão na imprensa da época já justificariam um estudo específico, uma vez que toca em questões importantes relativas aos interesses econômicos e políticos de diferentes grupos dentro e fora da província e a pressão desses grupos sobre o governo imperial.

Mas voltemos ao nosso esforço de identificar o redator d'*O Universal*. Na verdade, o nome de um redator propriamente dito só aparece em fins de 1825, quando, tímido e desculpando-se por sua falta de luzes e de conhecimentos, buscava desvencilhar-se da sombra do "ilustre mineiro" que se reputava ser o verdadeiro redator do jornal. Comprometia-se perante aos seus leitores não só a continuar a redigir *O Universal*, mas de não poupar os erros e abusos dos empregados

públicos, "porque é bem manifesto, quanto a liberdade de imprensa coíbe os crimes, e quanto as autoridades receiam o serem notadas, arguidas".[13] São palavras expressas por aquele que depois se tornaria uma das figuras proeminentes da política do Império: José Pedro Dias de Carvalho, cuja biografia é possível desvendar com o auxílio de Xavier da Veiga.

Primeiro redator

Nascido em Mariana, a 16 de julho de 1805, José Pedro Dias de Carvalho não possuía ascendência nobre ou rica, porém, desde cedo, demonstrou grande talento e dedicação aos estudos, substituindo, com apenas 15 anos, seu professor de latim durante o intervalo de um ano. Moço ainda, obteve a provisão de advogado em Ouro Preto, mesmo sem ter cursado a academia. Conforme enaltece Xavier da Veiga, chegou a ser um "verdadeiro 'doutor sem carta' e a ocupar as mais altas posições no governo e na representação nacional".[14]

Iniciou sua carreira política como vereador da Câmara Municipal de Ouro Preto, onde exerceu também a função de fiscal. Seus conhecimentos na área das finanças públicas permitiram-lhe conquistar também o cargo de inspetor da Tesouraria de Fazenda da província. Foi eleito diversas vezes para o Conselho Geral de Minas Gerais e para a Assembleia Legislativa Provincial. Exerceu a Vice-Presidência e logo depois a Presidência da província, entre os anos de 1847-48. Na Assembleia Geral, exerceu o mandato de deputado nas seguintes legislaturas: 1834-37; 1838-1841; 1842 (dissolvida); 1845-1847 e 1848, tendo assento como suplente nos anos de 1850 a 1852 e de 1855 a 1856, sendo também eleito senador por Minas Gerais em 1858. Em 1876, foi nomeado pelo imperador para o Conselho de Estado e, devido aos seus amplos conhecimentos de administração pública, ocupou por diversas vezes o Ministério da Fazenda durante o reinado de Pedro II, além de exercer os cargos de diretor e presidente do Banco do Brasil.

Quando tomou para si a função de redator d'*O Universal*, José Pedro Dias de Carvalho tinha apenas 20 anos. Poucos meses depois, e para evitar o seu fechamento, tornou-se também proprietário da tipografia (que depois veio a denominar-se *Tipografia Patrícia do Universal*). O prospecto que escreveu para demarcar a nova fase do jornal evidencia a mudança nas suas condições de sobrevivência, assim como destaca o mérito de Manuel José Barbosa, cujo "infatigável patriotismo" deu a Minas Gerais uma imprensa:

> [...] por onde pudéssemos livremente comunicar os nossos pensamentos, as nossas queixas, e os nossos louvores. [...] Agora porém mais que nunca este Estabelecimento se acha ameaçado de ruína; porém o patriotismo Mineiro não permitirá que caia um Edifício, sobre que se funda a sua Liberdade, e os seus direitos de queixa, e reclamação. Até aqui trabalhamos às ordens do Impressor; porém agora tomamos a propriedade com condições onerosas, e se não formos ajudados a perda será certa da nossa parte, e perda com sacrifícios de liberdade, e segurança pessoal, excedem os limites não digo do patriotismo; mas da boa razão, e da prudência: a causa em que trabalhamos é geral; devemo-nos unir todos prestando cada um o que estiver ao seu alcance.[15]

A partir do momento em que José Pedro Dias de Carvalho assumiu inteiramente a sua publicação, mais precisamente a partir do n. 1 de 16 de julho de 1827, *O Universal* entrou em uma nova fase, consolidando-se enquanto órgão de opinião e um dos mais importantes defensores do ainda embrionário Partido Liberal, no cenário político mineiro e nacional. Sob sua orientação, o jornal sempre se manteve na perspectiva do liberalismo, na maior parte das vezes moderado, aproximando-se,

porém, dos exaltados no que dizia respeito às tentativas de impor limites mais precisos ao poder do monarca, na defesa do parlamento enquanto meio de controle do governo e na crença de que, gradualmente, seria possível construir um governo constitucional, representativo e até mesmo democrático.

Epígrafes

Nessa época, o uso frequente de epígrafes e citações, logo abaixo dos títulos dos jornais, é bastante revelador da preocupação de se corroborarem os posicionamentos e as filiações políticas[16] e, no caso d'*O Universal*, era também uma resposta a diferentes conjunturas.

A primeira epígrafe utilizada pelo jornal e que se manteve durante os anos de 1825 a 1829 foi a frase *Rien n'est beau que le vrai: le vrai seul est amable*.[17] De meados de 1829 a 1831, era citado o artigo 179 da Constituição brasileira sobre a liberdade de imprensa: "Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura; contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos, e pela forma que a Lei determinar".

Após o movimento político que levou à abdicação de Pedro I, nos anos de 1831 a 1835, *O Universal* trouxe estampada em sua primeira página uma citação, em francês, de Bonnin, numa defesa inequívoca do direito de resistência e rebelião: "Somente o povo tem o direito incontestável, inalienável, imprescritível de instituir o governo, assim como de reformá-lo, corrigi-lo ou mudá-lo totalmente quando sua proteção, sua segurança, sua propriedade e sua felicidade o exigirem".[18]

De 1836 a 1840, em português: "A ordem é banida dos lugares onde habita a tirania; a liberdade desterrada dos lugares onde a desordem reina: estes dois bens deixam de existir quando os separam".[19] E finalmente, entre 1841 e 1842, a sentença latina: *In medio posita est virtus*, que é uma variação de *In médio stat virtus* (no meio está a virtude), frase muito conhecida e utilizada com frequência para afirmar a importância da moderação em contraposição aos comportamentos extremos.

De certa forma, a vigência dessas diferentes epígrafes permite construir uma periodização tanto para a trajetória do jornal quanto para sua época, dada a sua inserção na vida política do Império.

Além de sua forte presença no debate que antecede o movimento revolucionário de 1842, o periódico teve participação direta nos eventos motivadores da sedição militar de 1833, pois muito contribuiu para acirrar os ânimos e levantar os ódios entre os agrupamentos existentes, mais especificamente entre os moderados, exaltados e restauradores, personagens da grande polêmica travada na imprensa da época.

> Há muito prenunciava-se próxima a revolta restauradora em Minas Gerais. Os sintomas disso cada dia mais se acentuavam pela organização de clubes secretos e pela polêmica azeda dos periódicos de Ouro Preto, São João del-Rei, Sabará, Mariana e Caeté: *O Universal*, o *Novo Argos*, o *Astro de Minas* e o *Homem Social*, apoiando o governo legal da regência e de seu delegado na província e tendo por isso, e pela habilidade e prestígio de seus redatores, maior eco na opinião; e o *Grito do Povo*, *Papagaio*, *Vigilante* e *Despertador Mineiro*, órgãos da oposição, tão constantes na brecha como intrépidos no ataque.[20]

Se em 1833 o jornal se colocou ao lado do governo regencial, assumindo uma atitude legalista, estivera antes bastante firme na oposição, denunciando o autoritarismo do governo de Pedro I, como também depois, a partir de 1837, no ataque ao conservadorismo que

UNIVERSAL.

In medio posita est virtus.

Segunda feira 14 de Março de 1842.

Divisa latina *In médio posita est virtus* (no meio está a virtude) utilizada como epígrafe do jornal *O Universal* entre 1841 e 1842.
Exemplar do Acervo da Hemeroteca Histórica, divisão da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais.

tomou conta do governo imperial e que foi responsável pelo regresso político que durou até 1842.

Como já observado anteriormente, o anonimato, característica comum nessa época,[21] impede que se atribua com certeza a autoria dos textos publicados na imprensa da época, e o mesmo vale para *O Universal*. A incerteza permanece mesmo naqueles textos cuja autoria nos parece mais óbvia, como no caso dos estudos acerca das finanças da Província de Minas Gerais, assunto de que era especialista José Pedro Dias de Carvalho. Até em relação aos artigos que aparecem assinados pelo redator restam dúvidas, pois José Pedro foi substituído por diversas vezes e houve até um momento em que *O Universal* contou com três redatores.

Vantagens e sacrifícios

De todo modo, se a imprensa exigia sacrifícios pessoais e financeiros, dando crédito ao redator d'*O Universal*, era uma arma eficiente na mão dos políticos mineiros da época, e não seria absurdo acreditar que parte significativa daqueles que se debatiam seja no parlamento, seja na tribuna da imprensa, tenham colaborado de alguma maneira para o jornal, dada sua audiência em Minas Gerais. Ameaçado algumas vezes por processos, dos quais saiu sempre absolvido, ou pela falta de subscritores, *O Universal* encerrou suas atividades em virtude da conjuntura política, às vésperas da Revolução de 1842, quando diversos órgãos da imprensa oposicionista passam a ser alvo da perseguição do governo, naquele momento nas mãos dos conservadores e principais mentores do "regresso".

Um dos principais personagens da Revolução Liberal de 1842, atribui-se a José Pedro de Carvalho a redação do *Manifesto dos Rebeldes*, impresso na Tipografia do Universal.[22] Conta ainda Xavier da Veiga que:

> Dos tipos do Universal mandou o seu proprietário fazer balas, que forneceu em quantidade

Continuar-se-ha.

Na Typografia do Universal. Proprieda
J. P. Dias de Carvalho; estabelecida na
C. do Ouro preto. Praça n. 15. Anno
1842. Impressor Joaquim José de Mour

Créditos editoriais do jornal *O Universal* em 1842.
Exemplar do Acervo da Hemeroteca Histórica, divisão da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais.

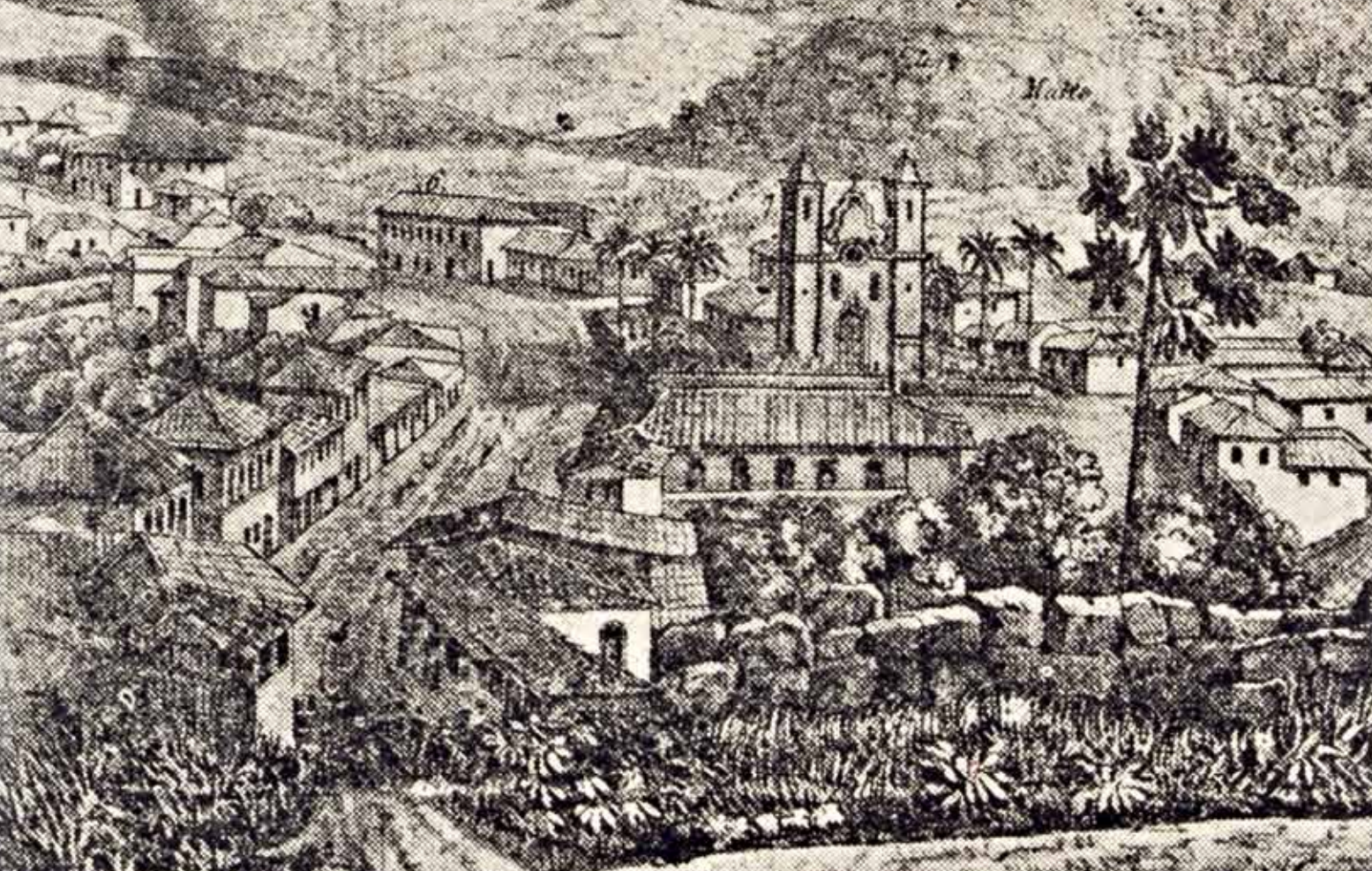
> para a rebelião. Deu-nos notícia disto um velho tipógrafo, em 1842 empregado na oficina do Universal e há pouco falecido com cerca de 77 anos de idade em Ouro Preto, tipo muito popular sob a alcunha decorativa de Gutemberg.[23]

Após a derrota do movimento na famosa batalha de Santa Luzia, o proprietário d'*O Universal* esteve preso na cadeia de Ouro Preto, juntamente com outros rebeldes, entre eles os republicanos Teófilo Otoni e padre Joaquim Camilo de Brito. Assumindo a própria defesa no processo em que foi acusado do crime de rebelião e pronunciado como cabeça no movimento de 1842, José Pedro de Carvalho foi absolvido unanimemente, e por duas vezes, pelo júri de Ouro Preto. Conforme descrição feita na época, compareceu perante o tribunal vestido de preto e com bastante desembaraço dirigiu um respeitoso cortejo ao presidente, depois aos jurados, que se levantaram para corresponder-lhe. Os numerosos espectadores que encheram as galerias o ouviram com atenção e respeitoso silêncio até as duas para as três horas da manhã. "A sua presença de espírito, o modo grave, e a firmeza com que se comportou tanto na entrada, como durante o tempo em que esteve perante o tribunal, e sobretudo, a energia com que se defendeu, excitaram a seu favor a maior simpatia."[24]

Em sua defesa, José Pedro argumentou que não tinha a intenção de cooperar para uma revolta na província e que, ao contrário, como escritor público há muitos anos, nunca pregou a doutrina das revoluções e que suspendeu a publicação d'*O Universal*, periódico que escrevia em oposição ao governo, logo que chegou a Ouro Preto a notícia da sedição de Sorocaba, com o objetivo de não embaraçar a sua marcha. O último número do jornal foi então apresentado por ele como prova de sua conduta. Sua saída de Ouro Preto, em maio de 1842, às vésperas da eclosão da revolta – cujo impulso inicial partiu de Barbacena a 10 de junho daquele mesmo ano –, não teria acontecido se não tivesse um motivo urgente, que era o de constar geralmente – conforme atestaram diversas testemunhas – que se pretendia prendê-lo

como proprietário da tipografia que imprimia o *Guarda Nacional*.[25] Foi preso então durante sua ausência do proprietário o administrador da tipografia, Januário Francisco da Rocha, que não podia ser responsabilizado como editor do periódico. Sem entrar nos outros argumentos que apresentou para não ser incriminado como um dos cabeças da revolta, mas simplesmente como cúmplice, cabe destacar a defesa que fez do que considerava um movimento político legítimo e que não o reconhecia como rebelião.

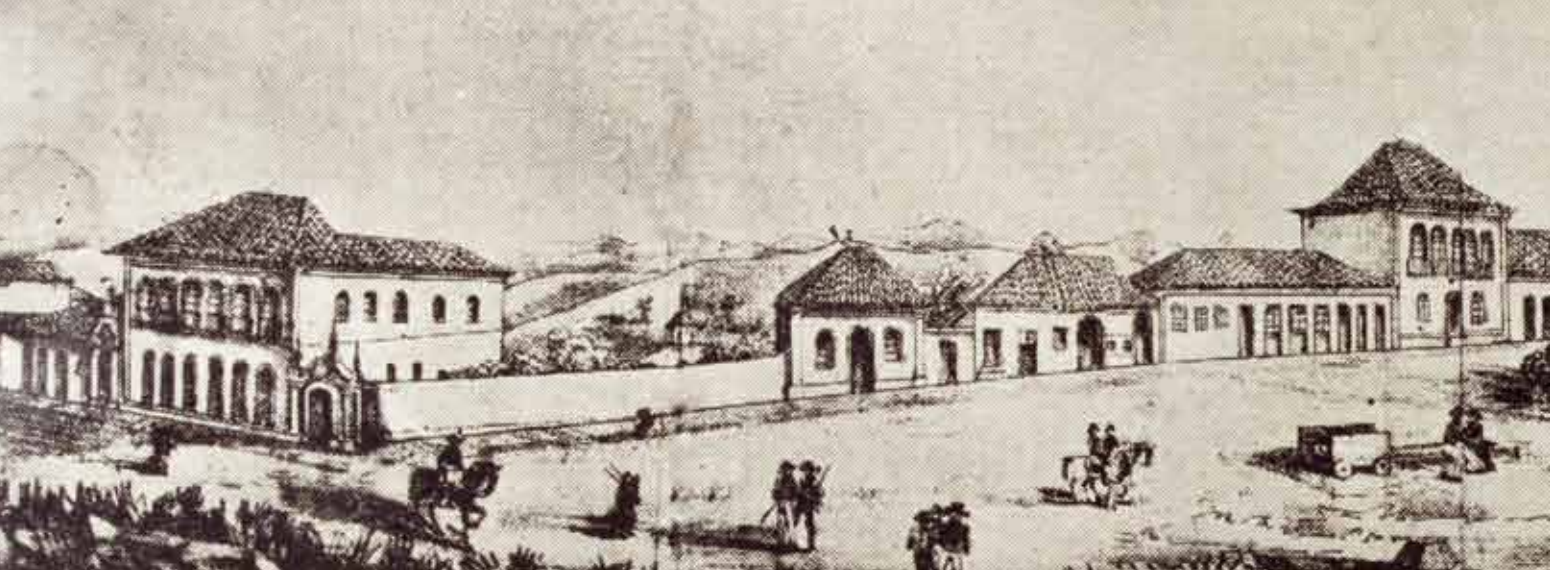
Longe de quererem os revolucionários destruir a Constituição, tomaram armas para defendê-la; porque a supunham violada pelo partido dominante.

É um dever do cidadão nos governos livres sustentar as suas garantias, e opor-se ao poder, quando ele procura aumentar o ciclo de suas atribuições à custa dos direitos individuais, e a sua força para oprimir os cidadãos, e para restringir a sua liberdade, a qual uma vez perdida fica o homem reduzido à metade do seu antigo valor, indiferente aos negócios públicos, à prosperidade, e à glória da sua pátria [...].
Os mineiros que como eu tomaram parte no movimento de 10 de junho, estavam persuadidos da existência de um partido, cujos esforços se encaminhavam para cercear a parte democrática da constituição desenvolvida em nossas leis

Detalhe da marcha dos revolucionários mineiros na Vila de Queluz. Litografia de Heaton & Rensburg. In: MARINHO, Cônego José Antônio. *História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais.* Conselheiro Lafayette: Tipografia Almeida, 1939.

regulamentares. Para comprovar esta tendência do partido, eles citavam principalmente a Lei que interpretou o Ato Adicional à Constituição, e a que reformou o Código do Processo, pelas quais julgava aniquilado o poder popular, tudo centralizado, e as províncias privadas de muitos recursos, que as leis anteriores lhes haviam concedido para o seu regime especial.[26]

Embates ideológicos

O ano de 1842 determina não apenas o fim d'*O Universal*, mas de toda uma época na qual o entusiasmo e a paixão foram talvez os principais motores da ação política. Após a Revolução Liberal, serenaram-se os ânimos na província e a vida passou a seguir seu rumo normal, no entender daqueles que a combateram e que ao final saíram vitoriosos. Eram eles os chamados "dirigentes saquaremas", cujos princípios norteadores foram sempre as noções de Ordem e Civilização, em detrimento do apelo concreto à liberdade.[27]

Mas a estabilidade política que caracteriza o Segundo Reinado não foi conquistada apenas com as armas, pois muitos daqueles que antes viram motivo para rebelar-se aceitaram a situação como um fato consumado, incorporando-se de alguma forma ao

jogo político, como é o caso do político "luzia" José Pedro de Carvalho. Por outro lado, se isto ocorreu foi porque os dirigentes saquaremas souberam aliar à restauração "as transformações necessárias à expansão da classe, ainda que para tanto muitas vezes tivessem sido obrigados a contrariar interesses poderosos e a querer preservar o governo a qualquer preço".[28]

Retomar o debate que antecede e se configura no período é reconhecer, porém, que esse processo não ocorreu sem resistência e que esta assumiu não só o caráter de embate ideológico, como de luta armada.

> O simples fato de estarmos diante da forma mais explícita de luta entre homens vivendo socialmente – a guerra civil – exibia a parcialidade dos pressupostos de uma sociedade integrada organicamente; as práticas contraditórias, múltiplas e canalizadas até à eliminação do outro, eram o retrato mais flagrante da inversão daqueles pressupostos.[29]

Para a compreensão de movimentos dessa natureza, interessa mais conhecer os embates ideológicos, a formação dos grupos rebeldes e suas representações simbólicas do que os combates militares propriamente ditos. Nessa perspectiva, percebe-se que alguns deles foram intensamente vividos por seus protagonistas como verdadeiras revoluções, cabendo indagar os significados que esse tipo de ação coletiva tinha na época. Nesse aspecto, é importante ressaltar que a ideia de revolução que predominou nesse tempo nem sempre esteve automaticamente vinculada às aspirações e aos movimentos das camadas pobres da população, escravas ou livres, e que era uma ideia resultante da modernidade política, elaborada ou assumida pelas elites urbanas, letradas ou não – grupo que, em Minas Gerais, não era tão pequeno assim, dado o padrão de urbanização da província.

> Assegurar ao indivíduo garantias agora tidas por essenciais – tais como os direitos do cidadão e a liberdade de pensamento, de imprensa e de reunião e associação – tornou-se um dos pontos reivindicatórios básicos daqueles que, por sensibilidade, convicção ou interesse, defendiam o fim do Antigo Regime e propunham o ingresso na modernidade, embora ainda não soubessem defini-la com precisão. Nesse ambiente, garantir essas liberdades e direitos por meio de

Praça de Barbacena em 1842. Litografia de Heaton & Rensburg. In: MARINHO, Cônego José Antônio. *História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais.* Conselheiro Lafayette: Tipografia Almeida, 1939.

> uma Constituição, que, limitando os poderes do soberano, desse voz à sociedade, por meio de uma representação nacional, converteu-se na principal bandeira dos espíritos esclarecidos da época. Estavam dadas, assim, as condições para o confronto entre as forças tradicionais e as forças renovadoras, que marcou os anos de 1820 a 1848 com uma série de ondas revolucionárias e que não deixou de estender-se até 1870, quando da unificação da Alemanha e da Itália, prolongando-se ainda, no século XX, em outras bases, com a afirmação dos movimentos socialistas.[30]

É nesse espectro mais amplo de ideias que se quer inserir *O Universal* e os embates de que tomou parte em Minas Gerais. Principalmente, não se deve considerar esses movimentos e agitações políticas apenas – como tem sido feito na maior parte das vezes – como expressão de querelas regionais de grupos dirigentes ou de simples disputa entre facções. Importa lembrar que estavam em jogo questões amplas e decisivas relativas ao processo de formação da nacionalidade brasileira e que esses fatos e seus personagens são, portanto, bastante reveladores das ideias e práticas políticas de então.

Toda essa literatura política que aparece dispersa no jornal é, portanto, uma das fontes principais para a identificação das palavras, ideias, valores e representações pelos quais se exprimiu o pensamento político nessa época, marcada profundamente pela cultura do liberalismo.

Fato comum no período, as páginas d'*O Universal* encontram-se recheadas de correspondências, num interessante diálogo que se estabeleceu entre o jornal e seus leitores e entre eles próprios. Ainda que os autores dessas cartas apareçam escondidos sob os mais variados e até divertidos pseudônimos – como é o caso do *Amante do Presente* ou do *Verdadeiro Amigo de Seu País* ou, ainda mais inusitado, como *O Desesperado –,* esses textos constituem fonte importante para uma investigação mais detida acerca dos temas em circulação e dos diferentes pontos de vista ou das percepções do momento.

Tais correspondências constituem um *corpus* documental extremamente rico e que permite várias entradas e diferentes possibilidades de leitura. O grande espaço que lhes era reservado nas páginas do jornal leva à conclusão de que faziam parte de um mesmo

grupo de jornalistas e leitores e que *O Universal*, assim como outros periódicos da época, foi antes de tudo um espaço aberto à expressão das ideias e veículo de participação política.

Papel do jornal

Concordando com Marie-Eve Thérenty e Alain Vaillant, é um grande equívoco o desprezo que muitas vezes cerca o periódico e que impede de se colocar em justa perspectiva a relação que uma sociedade estabelece com a escrita, com a cultura impressa, vista com ela mesma. Ainda segundo esses autores, o jornal, por seu caráter periódico, conduz o escritor a interiorizar os novos ritmos sociais, onde a imagem do cotidiano se torna cada vez mais forte. Coletivo, o jornal chama o escritor a ver a escrita como um negócio de homens e mulheres trabalhando juntos (graças à troca, ao diálogo, às leituras cruzadas, às correspondências, à conivência intelectual ou social), como uma empresa por natureza interpessoal e dialógica.[31]

Os escritos políticos presentes n'*O Universal* e nos demais jornais dessa época são testemunhos valiosos, capazes de redirecionar as nossas perguntas sobre o período em que ele circulou, abrindo caminho para novas investigações. De certo modo, esses escritos, elaborados no calor dos acontecimentos, funcionam como "espias", não oferecendo, talvez como qualquer outro documento, a realidade histórica em si mesma, nem mesmo uma visão sistemática ou racional da realidade que buscam retratar ou analisar.

Impregnados pela paixão política, pelo interesse e amor pela coisa pública, esses escritos são indícios, provocações que podem despertar o interesse para o conhecimento dos fatos, homens e ideias de uma época decisiva para a história brasileira. Essa é extremamente carente de novos estudos, inclusive para que se possa romper com velhos preconceitos, produto da falta de pesquisa, mas também do predomínio de uma visão bastante esquemática das ideias e das práticas políticas no período em questão.

Notas |

1. Nesse aspecto, duas obras são fundamentais: RÉMOND. *Pour une histoire politique* [Por uma história política]. Paris: Seuil, 1988; BERSTEIN; MILZA. *Axés et méthodes de l'histoire politique* [Eixos e métodos da história política]. Paris: Presses Universitaires de France, 1998. Passados 10 anos da edição da primeira obra, a segunda buscou apresentar os resultados práticos, em termos do desenvolvimento de novos métodos de pesquisa, das ideias anteriormente defendidas.

2. SKINNER. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 11.

3. WINOCK. Les idées politiques [As ideias políticas]. In RÉMOND, René (Org.). Pour une histoire politique. Paris: Seuil, 1988, p. 246-247.

4. MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. Disponível em: <www.ceo.historia.uff.br>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2010. Texto publicado originalmente em István Jancsó (Org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

5. MOREL, Marco. *Frei Caneca*: entre Marília e a pátria. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 70-71.

6. VEIGA, José P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. III, p. 194-195, 1898.

7. A esse respeito, cabe lembrar que a Biblioteca Nacional possui em sua coleção de periódicos raros um total de 200 títulos editados em Minas Gerais, em sua quase totalidade no século XIX.

8. Conforme já chamava a atenção Eduardo Frieiro em ensaio de 1962. FRIEIRO, Eduardo. Notas sobre a imprensa em Minas. *Revista da Universidade de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 12, p. 64-83, jan-1962.

9. VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira* (1812-1869). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. p. 33.

10. Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) é considerado o estadista mais notável de seu tempo, deputado por várias legislaturas, foi também ministro e conselheiro do Império. Para Xavier da Veiga, *O Universal* obedeceu, até 1836, à inspiração e direção política de Vasconcelos. Cf. VEIGA. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897), p. 190.

11. O UNIVERSAL, Ouro Preto, 1826, p. 351. Também se cogitava na época que Vasconcelos fosse o redator do *Companheiro do Conselho*, conforme se vê em O UNIVERSAL, Ouro Preto, 24 ago. 1825, p. 66-68.

12. VEIGA, José P. Xavier da. *Efemérides mineiras*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p. 688.

13. O UNIVERSAL, Ouro Preto, 9 de dez. 1825, p. 249.

14. VEIGA. *Efemérides mineiras*, p. 467.

15. PROSPECTO. *O Universal*, 16 jul. 1827, p. 1-2.

16. Tais epígrafes devem ser percebidas como uma espécie de senha que o editor inscreve em seu jornal a fim não só de atrair leitores, mas

também de produzir uma leitura mais de acordo com sua intenção, no caso específico d'O *Universal*, essencialmente política. De modo geral, as epígrafes, assim como outros elementos paratextuais, são protocolos de leitura – conforme designação dada por Chartier – depositados nos textos por autores e impressores, com objetivos explícitos ou até inconscientemente, "em conformidade com os hábitos de seu tempo". CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 78.

17. "Nada é belo senão o verdadeiro: só o verdadeiro é amável", de autoria de Nicolas Boileau (1636 -1771).

18. BONNIN, Charles-Jean-Baptiste. *Doctrine sociale, aphorismes universels des lois et des rapports des peuples deduits de la nature de l'homme et des droits du genre humain*. Paris: Brissot-Thivars, 1820.

19. DROZ, Joseph. *Applications de la morale à la politique*. Paris: A. Renouard, 1825.

20. VEIGA. *Efemérides mineiras*, p. 307.

21. "Cobertos por pseudônimos ou iniciais estavam os diversos colaboradores dos periódicos. O pseudônimo ainda reina na imprensa do país. Poucos são os escritores que, por qualquer razão, não fizeram uso deste recurso." INSTRUMENTAÇÃO da edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense, 1821-1822. Organizada por Marcello de Ipanema e Cyblle de Ipanema. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. v. 3, p. 99.

22. SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Guanabara: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 5, p. 116-117.

23. VEIGA. *Efemérides mineiras*, p. 190.

24. BREVE descrição do processo formado pelo Dr. Chefe de Polícia. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1842.

25. Esse jornal, de cujos exemplares não temos notícia, fazia uma oposição bastante radical ao governo, conforme o *Correio de Minas*, jornal que apoiava o governo na época.

26. BREVE descrição do processo formado pelo Dr. Chefe de Polícia, p. 80-81.

27. Os dirigentes saquaremas, segundo Ilmar de Mattos, é todo "um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além dos professores, médicos, jornalistas, literatos e mais agentes 'não públicos' – um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão." MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema*: a formação do Estado Imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1994. p. 3-4.

28. MATTOS. *O tempo Saquarema*, p. 269.

29. MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso*: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Brasiliense,1987. p.14.

30. NEVES, Lúcia M. Bastos P.; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 66.

31. THÉRENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain (Dir.). *Presse et plumes*: journalisme et littérature au XIXe siècle. Paris: Noveau Monde, 2004, p. 8. E ainda: "É por todas essas razões reunidas que o jornal pode aparecer paradoxalmente como o produto da sociedade pós-revolucionária e, também, como o herdeiro direto da antiga civilização da palavra oral: esta ambivalência não é o menor de seus encantos".

Maria Marta Araújo é doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e pesquisadora da Fundação João Pinheiro. Exerce atualmente o cargo de vice-presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG).

Dossiê

Disseminação da cultura em meio digital

Paulo Miguel Fonseca
Vinícius Pontes Martins

Pioneira no país na área de digitalização de documentos e acesso *on-line* aos seus acervos, a Biblioteca Nacional desenvolveu uma importante experiência, comentada neste texto, seja em seus aspectos gerais, seja em relação a algumas ações específicas ali desenvolvidas que podem balizar outras iniciativas do gênero.

Desde 1876, quando Alfredo do Vale Cabral propõe um quadro de arranjo para o acervo da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional e com o consequente lançamento do Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Nacional,[1] o esforço de sistematização de dados e melhoria das condições de acesso ao acervo tem sido uma constante naquela biblioteca. Com base nessa visão foram publicados catálogos e produzidos fichários que procuravam proporcionar ao pesquisador as melhores condições para a recuperação da informação sobre os conjuntos mantidos pela instituição. Tal esforço foi mantido durante mais de um século pelos funcionários da Biblioteca Nacional e se traduziu na excelência dos serviços bibliográficos por ela prestados.

A partir de 2003, a Biblioteca Nacional começou a investir na construção de uma política de digitalização de seu acervo, política esta que deveria estar calcada em dois pilares: preservação e acesso.

Preservação e acesso

Com relação à preservação, até o presente momento, a digitalização tem funcionado como ferramenta auxiliar da política de microfilmagem do acervo, já consagrada como forma de reprodução para preservação. Devido a incertezas com relação à perenidade das mídias e formatos de armazenamento, a Biblioteca Nacional decidiu não abandonar a política de microfilmagem, mas complementá-la com a reprodução digital.

Essa decisão está baseada no fato de que não é na guarda propriamente dita que a digitalização de acervos se mostra mais eficaz com vistas à preservação, mas na qualidade da reprodução. Com os equipamentos de digitalização disponíveis no mercado, combinados com as novas tecnologias de monitores, televisores e microcomputadores, hoje é possível ter uma reprodução digital com tanta riqueza de detalhes de cores, texturas, profundidade que se elimina a necessidade do manuseio dos originais. Os pesquisadores não precisarão mais recorrer à consulta aos originais quando o microfilme não apresentar qualidade suficiente para dirimir alguma dúvida. Existindo o arquivo digital de alta qualidade, por meio de telas grandes de LCD ou LED, podem-se visualizar cópias fiéis dos originais, com todos os seus atributos. Assim, livre dos perigos do manuseio frequente, as preciosidades do acervo estarão mais bem preservadas.

Com relação ao acesso, sendo a Biblioteca Nacional depositária do patrimônio bibliográfico e documental do Brasil, tem a missão de garantir a todos os cidadãos o acesso à memória cultural brasileira. Desse modo, visando ao cumprimento de sua missão institucional, a Biblioteca Nacional passou, a partir de 2003, a desenvolver diversas atividades e projetos de digitalização de seu acervo. Tais atividades e projetos têm como objetivo a democratização e a ampliação do acesso à informação por parte da população, a partir de fontes primárias de pesquisa.

Pelo fato de ter sede no Rio de Janeiro, a instituição decidiu pela disponibilização de seus acervos na internet, para dar conta dessa tarefa. Assim, todos os cidadãos brasileiros poderiam usufruir das preciosidades guardadas na Biblioteca Nacional. No entanto, neste primeiro momento, a concretização de tal tarefa não tem se mostrado fácil. Tais obstáculos podem ser debitados às vicissitudes internas de uma instituição pública e às dificuldades de iniciar um trabalho, ao menos para nós, tão pioneiro como é a geração e disponibilização dos acervos digitais. Nesse novo *front* de ingresso na era digital, apresentaram-se as mais variadas adversidades: falta de dotação orçamentária específica, dificuldades de compra e importação de equipamentos, contratação de mão de obra especializada nesse tipo de serviço e inexistência de infraestrutura adequada às necessidades de captura e armazenamento dos arquivos digitais.[2]

Diante das dificuldades que se apresentavam e impossibilitada de realizar investimentos de maior vulto, a Biblioteca Nacional optou por uma estratégia não convencional para tentar saná-las. Procurou firmar parcerias com órgãos de fomento, governamentais e privados, além de outras entidades nacionais e internacionais, a fim de, a partir de projetos específicos, adquirir *know-how* e se aparelhar para dar conta no futuro de implementar uma política sistemática de digitalização de acervos. Assim, firmando parcerias e desenvolvendo diversos projetos, a Biblioteca Nacional foi recebendo equipamentos de última geração e adquirindo experiência na digitalização de acervos raros, ao mesmo tempo que investia na capacitação de seus técnicos.

Com base na experiência acumulada por meio dos diversos projetos que envolveram digitalização de acervos, a instituição conseguiu estabelecer uma política sistemática voltada para essas práticas, mas ainda assim preferiu não abrir mão de continuar com as parcerias, que se mostraram tão frutíferas.

A Biblioteca Nacional Digital

Dessa forma, no tocante à digitalização e disponibilização de acervos, a Biblioteca Nacional é uma das que mais avançaram dentre as instituições brasileiras do gênero. Como coroamento dessa primeira fase – de implementação de uma política de digitalização capaz de disponibilizar e dar conta do tratamento técnico adequado aos materiais digitais gerados –, a Biblioteca Nacional lançou em 2006 um portal específico – a Biblioteca Nacional Digital (BNDigital),[3] que conta hoje com mais de 13 mil itens digitalizados, controlados e identificados, abrangendo toda a gama de materiais presentes no acervo da instituição: documentos de arquivo e manuscritos; documentos iconográficos como gravuras, fotografias, aquarelas, desenhos a nanquim; livros raros; partituras; registros sonoros; periódicos raros, material bibliográfico em geral e atlas – praticamente todo o acervo de mapas raros está disponível na internet.

Considerada uma ação da Biblioteca e contando com orçamento próprio, a BNDigital não depende mais de projetos extraordinários e financiamentos externos, podendo agora estabelecer sozinha seu planejamento e suas prioridades.[4] Durante a trajetória de consolidação dessa política de digitalização, assistimos a uma crescente e constante popularização do que podemos chamar de "vontade de digitalizar". Atualmente esse tema está muito presente em todas as discussões sobre o futuro das instituições de guarda no Brasil e no mundo, e, do ponto de vista das instituições públicas federais, houve também significativo avanço. Apesar de ainda existirem alguns problemas em relação à aquisição de equipamentos, elas já dispõem dentro de seus orçamentos de dotação específica para a criação e manutenção de parques de digitalização. Ainda na esfera federal, verificam-se importantes iniciativas nesse sentido, como a criação do Fórum de Cultura Digital, que se torna um canal cada vez mais importante de discussão sobre o assunto.

Acreditamos que o crescimento da "vontade de digitalizar" nas instituições públicas e privadas é extremamente positiva, pois num país de dimensões continentais como o Brasil é necessário que se encurtem as distâncias para o acesso a fontes de estudo. Outro ponto importante que decorre dessa democratização é o necessário aumento dos conteúdos em língua portuguesa. Segundo dados do Comitê Gestor da Internet (CGI), em 1998 o percentual de conteúdos em língua portuguesa disponível na internet era de cerca de 2%. Em 2002 esse percentual havia caído para 1%, número muito baixo, se levarmos em conta que o português é o quinto idioma mais falado no mundo.

Página do site *Rede da Memória Virtual Brasileira/FBN*, galeria de imagens. Capturado em 29/06/2010. *http://bndigital.bn.br/redememoria/galeria.html.*

Parâmetros para a digitalização

Para que a iniciativa de disseminar a digitalização dentro das instituições brasileiras tenha fôlego e se consolide, trazendo o resultado desejado, acreditamos que certos cuidados precisam ser tomados. Esses cuidados vão desde a escolha do equipamento a ser comprado, à seleção do material a ser digitalizado e à preocupação com a preservação dos arquivos digitais em longo prazo.

Outra questão importante para a implementação de uma política de digitalização é a preocupação com os padrões que vão ser adotados. Aqui nos referimos tanto aos padrões de captura quanto aos padrões de descrição que permitirão a localização dos objetos digitais na rede. Segundo Nelson Simões e Hélio Kuramoto, o sucesso ou fracasso de uma política de disseminação de conteúdos na *web* depende muito das soluções tecnológicas adotadas.

> Soluções tecnológicas não aderentes aos padrões e protocolos, que possibilitem interoperabilidade de recursos na *web*, são capazes de, no longo prazo, diminuírem o valor da internet brasileira como elemento integrante de nossa cultura. As limitações de seu impacto na formação continuada e na educação das novas gerações de brasileiros está, portanto, condicionada a uma reversão dessa tendência.[5]

Dessa forma, reiteramos que é fundamental para o sucesso da reprodução digital dentro das instituições a definição, desde o início, de alguns pontos-chave do processo. Essa definição pode ser auxiliada pela resposta a três perguntas fundamentais: por quê? O quê? Como?

O “porquê” se refere ao objetivo específico de cada instituição com relação à digitalização do acervo. Uma instituição pode pretender digitalizar seu acervo apenas

Página do site *Biblioteca Nacional Digital.* Capturado em 29/06/2010. *http://bndigital.bn.br/.*

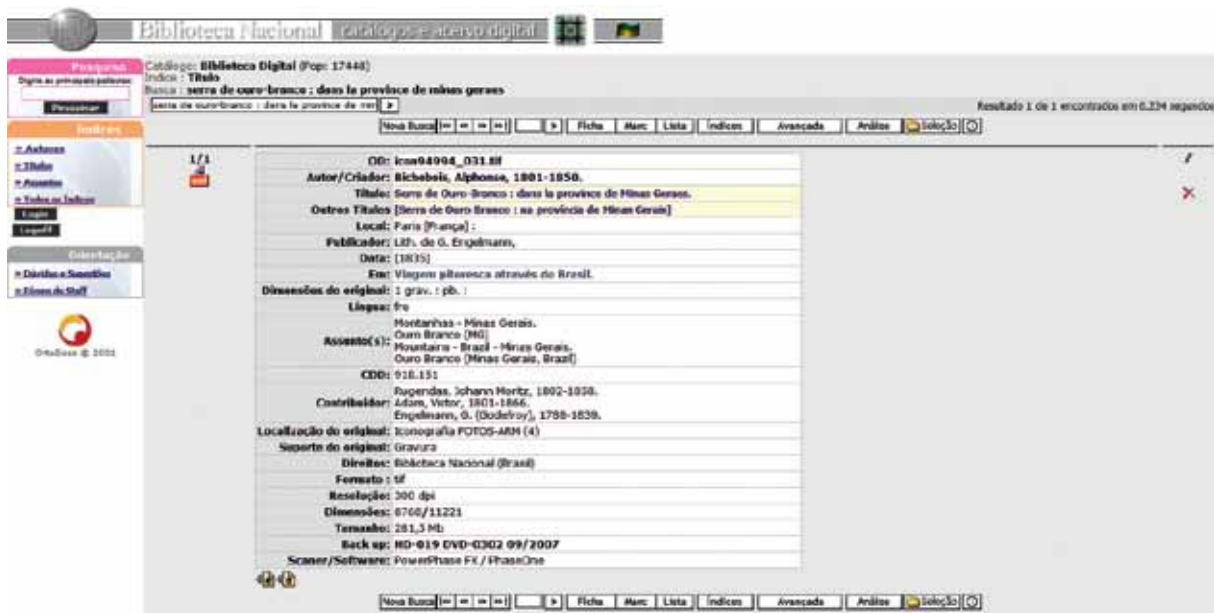
para preservar, ou no máximo dar acesso local, outra apenas para dar acesso, local ou por meio da internet, pois decidiu utilizar outras formas de preservação do acervo. Isso pode e deve variar de instituição para instituição, obedecendo a critérios de ordem política, institucional e financeira.

O “o quê” diz respeito à necessidade de se elaborar um plano de digitalização que vai guiar a seleção do material e a compra dos equipamentos para a montagem do centro de digitalização. O plano deve funcionar não só como um guia, mas como uma meta. Na Biblioteca Nacional, em 2010 e 2011, serão digitalizadas obras de literatura brasileira até o século XIX e os periódicos raros. Com essa meta estabelecida pudemos planejar a compra dos equipamentos necessários a sua execução.

O “como” se refere aos padrões que serão adotados para alcançar a meta traçada e tem relação direta com os dois tópicos anteriores. Tem a ver com a parte mais técnica da digitalização como resolução de captura, com a definição de quais tipos de arquivos digitais devem ser gerados, com o grau de interferência admitido no tratamento das imagens. Tudo isso deve ser definido antes do início de cada projeto de digitalização, pois da aplicação desses padrões depende o sucesso do trabalho.

Com isso definido, passamos à parte prática da questão, abordando a seguir alguns pontos merecedores de destaque.

Montagem e equipamento

A montagem da estrutura necessária para iniciar o processo de digitalização é crucial para o sucesso do projeto. Não basta comprar o *scanner*, é preciso planejamento, recursos e infraestrutura. A cadeia da

Ficha – base de dados da *Biblioteca Nacional Digital.* Capturado em 29/06/2010. *http://digital.bn.br/digital/*

digitalização é grande e envolve várias etapas que precisam ser conhecidas. É desejável que se prepare um espaço exclusivo para a captura e tratamento das imagens, de preferência climatizado e com controle de umidade, pois os equipamentos de captura e tratamento, de custo muito elevado, podem ter sua vida útil reduzida se forem mantidos em condições adversas. É preciso pensar também no armazenamento dos arquivos digitais gerados e na veiculação desses arquivos na internet (mas esse ponto será abordado mais à frente).

A escolha do equipamento de captura é também fundamental. Existem várias opções no mercado e a escolha certa é a que vai dar o melhor resultado para o tipo de acervo a ser digitalizado. Para materiais bibliográficos encadernados, periódicos e documentos textuais diversos, existem opções de *scanners* planetários de alta produtividade que podem compensar as lombadas dos livros, produzindo ótimos resultados aliados a grande produtividade. Alguns desses equipamentos vêm com soluções que permitem a geração simultânea de um arquivo para guarda e outro, menor, para veiculação na rede.

Para documentos iconográficos, existem algumas soluções interessantes. A utilização de câmeras híbridas associadas a *backs* digitais tem se mostrado muito eficiente. A qualidade da imagem – e o tamanho do arquivo gerado – está diretamente relacionada à quantidade de *megapixels* do CCD, responsável pela transformação do que é analógico em digital. Na Biblioteca Nacional esse equipamento vem sendo usado com grande eficiência na captura de material iconográfico de pequeno e médio formatos.

Existem também equipamentos específicos para digitalizar material de grande formato. Sua vantagem é dar conta de materiais com dimensões físicas que impossibilitariam sua captura nos equipamentos tradicionais;

sua desvantagem é que, em geral, o tempo de captura desses equipamentos é bastante elevado, oferecendo, assim, baixa produtividade.

Todos esses equipamentos têm um custo alto, pois representam o que existe de mais moderno em termos de digitalização. Portanto, é recomendável que a instituição tenha planejado qual o escopo do seu projeto de digitalização, que tipo de materiais presentes no acervo serão digitalizados prioritariamente, pois assim será mais fácil acertar na escolha. Na Biblioteca Nacional, o Laboratório de Digitalização foi sendo montado exatamente dessa forma, com o passar dos anos, de acordo com as necessidades que se apresentavam e de acordo com metas anuais estabelecidas.

Seleção, captura e disseminação

Diferentemente do que ocorre na Europa, onde há uma preferência pela digitalização de material corrente, principalmente no âmbito da pesquisa científica, a digitalização dos acervos da Biblioteca Nacional confere grande enfoque aos acervos raros. Isso se deve à percepção de que os principais centros de preservação mundial estão em diferentes etapas do seu processo de democratização digital. Se, no Brasil, os projetos de digitalização atendem principalmente aos estudos ligados à História e outras disciplinas que se voltam para o passado, em países onde as atividades de digitalização e democratização de acervos digitais ocorrem há mais tempo, outras áreas de estudo utilizam largamente as possibilidades oferecidas pelo acesso digital *on-line*.

Além disso, as dificuldades enfrentadas no que se refere à restauração e conservação de acervos históricos e entraves relativos aos direitos autorais dos documentos também interferem na seleção dos acervos. Essas questões acabaram por definir os documentos que a Biblioteca Nacional priorizaria na digitalização de seu acervo.

Ao decidir montar um centro de digitalização, temos como primeiro impulso o de pretender que tudo seja digitalizado. Não podemos afirmar que isso seja errado e não deva ser feito, mas se imaginarmos um acervo como o da Biblioteca Nacional, com mais de oito milhões de itens, vemos que é tarefa árdua. Assim, fica com a instituição o dilema da seleção.

Uma das questões que se apresenta atualmente na BNDigital trata exatamente das prioridades de seleção. Quais os critérios ideais para seleção de acervos que serão digitalizados? Por ser uma biblioteca que abriga arquivos em sua constituição, é natural que a resposta para essa questão seja um híbrido de duas abordagens. Por um lado, a BNDigital procura priorizar documentos clássicos, de "importância" reconhecida. Da mesma forma, procura-se também levar em consideração questões orgânicas da constituição do acervo, diminuindo o valor individual de um item documental e valorizando o conjunto ao qual ele pertence. Em comum entre essas abordagens, está a constante preocupação de oferecer acervos procurados pelos leitores – uma forma de suprir as demandas de consulta da instituição e auxiliar a preservação desses documentos, que podem ser então poupados do constante manuseio.

Faz-se, portanto, necessário que se estabeleçam critérios para a seleção, visto que, mesmo trabalhando com conjuntos documentais menores, ainda há necessidade de selecionar o material. Tais critérios devem atender às necessidades e à realidade de cada instituição. É importante lembrar que inúmeras vezes o custo da manutenção segura dos arquivos digitais é muito superior ao da compra de equipamentos novos, com a agravante de que esse custo é crescente, na proporção que cresce o número de arquivos digitalizados.

É também importante levar em conta o estado de conservação das obras para, se for o caso, viabilizar a restauração daquelas em que isso for necessário. Se a

instituição não tiver um centro de conservação e restauro, é uma decisão política digitalizar ou não as obras em mau estado. Se as obras forem digitalizadas com a intenção de veiculação na internet, é importante apurar de quem são os direitos autorais, para evitar problemas com os titulares. Na BNDigital, como há o interesse de disponibilizar todo o conteúdo digital gerado no portal, nosso critério de seleção leva em conta prioritariamente a questão do domínio público. Em seguida são utilizados critérios de raridade e frequência de procura por parte dos usuários, sendo digitalizadas primeiramente as obras mais solicitadas e consultadas.

Para realizar, enfim, a seleção dos materiais que serão submetidos à digitalização, a BNDigital optou por um conceito caro ao mundo da biblioteconomia: a ideia do tema. Livre da necessidade de buscar parcerias que custeassem a compra de materiais e a digitalização de acervos, a BNDigital passou, desde 2009, a desenvolver projetos temáticos anuais, para os quais, paralelamente à disponibilização de acervos *on-line*, são criados sites de contextualização dos materiais, buscando-se maior abrangência e alcance do programa de digitalização.

Nesse sentido, o ano de 2009 foi dedicado ao projeto *A França no Brasil*, incluído no bojo das comemorações do Ano da França no Brasil.[6] Foi elaborado em parceria com a Biblioteca Nacional da França e com a biblioteca digital Gallica um site bilíngue. Este contou com uma grade temática, construída e debatida pelas duas instituições, que propunha discutir as relações entre os dois países. A grade temática foi uma leitura conscientemente construída sobre essa relação, de forma a apresentar ao público uma visão geral sobre o tema. Para dar corpo ao recorte proposto, foram incluídos textos escritos por convidados e técnicos de ambos os países. Para esse projeto foram reproduzidos, entre outros, documentos de André Thevet, Duguay-Trouin, La Condamine, Ferdinand Denis e diversas outras personalidades históricas.

No ano do bicentenário

Em 2010, comemora-se o bicentenário da Biblioteca Nacional e, por isso, o projeto temático escolhido vincula-se a essa efeméride. A ideia é dar maior visibilidade à instituição: seus diversos prédios, funcionários, diretores e a constituição do acervo. Assim, estão sendo reproduzidos documentos de personagens importantes não só para a Biblioteca Nacional, mas para a História do Brasil, tais como os acervos de Capistrano de Abreu, Frei Camilo de Monserrat, Diogo Barbosa Machado, Franklin Ramiz Galvão, Raul Pompéia e outros. Da mesma forma, reproduzem-se documentos que permitem entrever não só a formação da Biblioteca, mas que tenham relevância para o Brasil e para Portugal.

O objetivo principal desses projetos temáticos é contextualizar as fontes. Considerando, como afirmou o historiador Manoel Salgado,[7] o patrimônio como uma forma de escrever História, procuramos oferecer as fontes dentro de uma estrutura que as tornem palatáveis para um público mais amplo que aquele que habitualmente pesquisa na Biblioteca Nacional ou em outros centros de conservação de conhecimento. Reconhecemos o direito de todo cidadão – e não só dos especialistas – ter acesso aos "tesouros" encerrados na BN, por isso, procuramos desenvolver produtos que possam ser consumidos por toda a sociedade.

Após a captura, esses arquivos digitais são revisados de forma a garantir sua qualidade e a fidelidade com o original. A Biblioteca Nacional não manipula seus arquivos digitais com o intuito de maquiá-los em relação aos seus originais. O que é disponibilizado na BNDigital é a cópia fiel desses originais. Assim sendo, é importante ressaltar o trabalho fundamental do Centro de Conservação e Encadernação, que atua em sintonia com a digitalização, preparando e restaurando os documentos antes de serem digitalizados.

Página do site do projeto *A França no Brasil/FBN*, galeria de imagens Invasão Napoleônica.
Capturado em 29/06/2010. *http://bndigital.bn.br/projetos/francebr/galeria06.htm.*

Uma vez capturados e revisados os documentos, a equipe especializada da Coordenação de Informação Bibliográfica da Biblioteca Nacional insere seus metadados descritivos, administrativos e de preservação. A definição do esquema de metadados a ser utilizado foi baseada em padrões internacionais, escolhidos de acordo com as necessidades específicas da BNDigital. A base de dados de imagens foi modelada de acordo com padrões de metadados do Dublin Core Metadata Initiative (DCMI) e do Metadata Object Description Schema (MODS).

O *script* desenvolvido para a entrada dos metadados funciona por si só como tutorial para o processamento técnico de arquivos digitais, como auxílio para a descrição do tipo de informação a ser registrada e como sistema de controle de qualidade que impede a omissão de dados obrigatórios. Os padrões aplicados ao sistema de gestão de metadados permitem a gerência dos arquivos digitais no que se refere a sua descoberta, identificação, administração e preservação a longo prazo, além da comunicação com outros sistemas de bibliotecas digitais. Esse padrão de gestão de arquivos digitais desenvolvido pela equipe de técnicos da Biblioteca Nacional, devido à sua grande aceitação, poderá se tornar modelo para a constituição de bibliotecas digitais em âmbito nacional.

Preservação de arquivos digitais

A preservação dos arquivos másteres gerados é, talvez, a parte que necessita de maior atenção. Quando um arquivo digital é gerado, a instituição detentora daquele arquivo tem a responsabilidade de mantê-lo utilizável por longo prazo. Atualmente a evolução tecnológica tem trazido mais dificuldade a essa tarefa, uma vez que a velocidade de aparecimento de novos formatos e tecnologias nos obriga – de uma boa maneira – a um esforço de constante atualização. Periodicamente as mídias físicas devem ser

migradas e, se necessário, deve-se migrar também o formato dos arquivos, para garantir que possam ser lidos pelos *softwares* do futuro. A infraestrutura necessária ao armazenamento desses *backups* digitais deve ser planejada no início e precisa levar em conta o crescimento da produção de cada centro de reprodução digital.

Atualmente na BNDigital o *backup* dos arquivos digitais é feito em *hard disks off-line* e em mídias de DVD. Entretanto, até o fim de 2010, quando a instituição completará 200 anos, haverá um investimento maciço na construção de um *datacenter* com capacidade de 100 *terabytes* e está em fase de aprovação uma expansão de 500 *terabytes.* Esse *datacenter* será construído em ambiente totalmente climatizado e seguro.

Portanto, como dissemos no início, a decisão por montar uma infraestrutura de reprodução digital nas instituições de guarda de acervo é importante e necessária para o desenvolvimento do país, mas é fundamental que, para esse esforço apresentar os resultados desejados, sejam tomadas medidas no âmbito político e estrutural das instituições. A Biblioteca Nacional deu a partida nesse processo antes das demais e, como não poderia deixar de ser, sofreu com a inexperiência inerente ao pioneirismo. Hoje, a BNDigital tem seu trabalho de digitalização reconhecido como de excelência dentro e fora do país, fato que pode ser atestado pelo convite feito pela Library of Congress para que a Biblioteca Nacional integre, como membro fundador e único país da América Latina, a World Digital Library. Assim, o que descrevemos aqui tem o intuito de compartilhar nossa experiência com as demais instituições brasileiras tendo em vista ajudar a disseminar e sedimentar a digitalização de acervos no Brasil.

A Rede da Memória Virtual Brasileira

Para concretizar esse desejo, no mesmo ano da criação da BNDigital, a Biblioteca Nacional lançou também outro projeto: a Rede da Memória Virtual Brasileira.[8] Essa rede é, na verdade, embrião de um repositório nacional digital tendo em vista a reunião de acervos digitais organizados por uma instituição também detentora de acervos. Essa característica é importante porque favorece a busca de soluções baseadas em formulações e no trabalho empírico – como funciona também com a BNDigital – para as diversas questões e dificuldades que cotidianamente surgem no trato com os arquivos digitais.

Além disso, a Rede da Memória procura auxiliar outras instituições a realizar a transposição do analógico para o digital. Nesse sentido, criou-se uma base de dados para o projeto em que cada instituição parceira tem seu próprio *login* e senha, de forma que cuidem autonomamente da inserção de seus metadados, conforme suas normas de descrição. Assim, instituições regionais com menores recursos técnicos na área de digitalização, como a Fundação Cultural de Blumenau e a Fundação de Artes de Niterói, conseguem mostrar para todo o país seus acervos. Mais importante que isso, a exposição de seus conteúdos digitais ajuda a valorizar essas comunidades e a reafirmar suas histórias e as características que as diferenciam das demais.

Não se trata, ao menos para nós, da BNDigital, de uma "monumentalização" da História. Pode ser que as comunidades de origem dos acervos a vejam dessa forma, pode ser que não. É provável que a maior parte do público leigo compreenda as fontes digitais no sentido de *recordare*, como uma memória emocional sobre o passado,[9] mas acreditamos que essa forma de recordação é legítima para aqueles que não se comprometem a estudar os acontecimentos pretéritos. Compreendemos, ainda, que a rememoração é um processo composto não só de recordações, mas também de esquecimentos e de reconstruções, como colocou o português Fernando Catroga.[10] Porém, a "leitura" que se faz da História é também ela histórica e, portanto, sujeita a críticas que enriquecem o debate.

Outra faceta da Rede da Memória, que se tornou importante para a BNDigital como um todo, foi a criação de mecanismos de navegação no site que atraíssem não só o público especializado, mas também o leigo, os estudantes, os curiosos; enfim, todos que tiverem, por uma razão ou outra, interesse em conhecer mais sobre o Brasil, sua história, suas manifestações culturais e artísticas. Assim, os arquivos digitais da Rede da Memória são apresentados de duas formas: na base de dados coletiva do projeto e em galerias de imagens, uma forma intuitiva de visualização capaz de atrair o interesse do público leigo que se intimida com a interface "dura" das bases de dados.

Ainda como parte dessa experiência de construção de um espaço que agregue especialistas e leigos, pesquisadores e acadêmicos ligados a cada uma das áreas são convidados a colaborar com a construção do portal, escrevendo textos que ajudem o público a contextualizar as diversas temáticas apresentadas. Embora a linha geral do projeto seja ligada à História, a Rede da Memória procura agregar especialistas de outras áreas, de forma a compor uma estrutura de conhecimento multidisciplinar. Os temas são incorporados ao portal e à grade temática geral como novas páginas que congregam os textos dos pesquisadores e o material cedido pelas instituições parceiras. A criação dessas páginas de texto segue a estética geral do portal, acrescentando-se, porém, elementos específicos de cada conteúdo apresentado. Dessa forma, cada temática tem sua própria identidade visual.

Os textos escritos pelos especialistas das diversas áreas são revisados pela equipe do projeto, de forma a uniformizá-los com uma linguagem coloquial – sem perda de qualidade – que seja atrativa para o público não especializado. A equipe do projeto prepara também *hiperlinks* a serem inseridos nos textos, aprofundando o assunto abordado, relacionando principalmente biografias de pessoas e entidades coletivas.

Além da colaboração de pesquisadores, as parcerias feitas com instituições – propostas até então exclusivamente a bibliotecas e universidades públicas – também se diversificaram. De forma mais abrangente, o projeto oferece parceria a instituições produtoras de conhecimento, guarda de acervos históricos e culturais, bibliotecas, arquivos e museus, sejam elas ligadas a universidades ou não. Por meio da Rede da Memória, essas instituições parceiras poderão disponibilizar acervos digitais – por vezes reproduzidos e tratados pela própria BNDigital – e utilizar a base de dados do projeto para oferecer informações sistematizadas sobre seus próprios acervos.

A entrada de dados na base da Rede da Memória segue o padrão adotado pela instituição: MARC 21. Para arquivos documentais de outras instituições, bem como para inserção de metadados do acervo da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, foi disponibilizada uma planilha de entrada de dados baseada nas normas brasileiras de descrição arquivística Nobrade.[11] Como a Nobrade e o ISAD-G[12] constituem diretrizes para a descrição arquivística e ainda carecem de um formato de entrada de dados, a Biblioteca Nacional utiliza o formato MARC 21, a partir da correspondência ISAD-G *versus* MARC 21 apresentada no Encoded Archival Description.

A fundamentação das parcerias com as instituições de guarda de acervo e produção de conhecimento dá-se na cessão de informações e conteúdos digitais derivados de seus acervos. A BNDigital, como coordenadora do projeto, visita as instituições parceiras e por vezes realiza, ela própria, a digitalização do material selecionado que fará parte do *site* da Rede da Memória, utilizando equipamentos do Laboratório de Digitalização da Biblioteca Nacional. Nesses casos, a BNDigital gera arquivos másteres do acervo reproduzido e entrega cópias desse material à instituição detentora do acervo. O material digitalizado passa então a integrar o acervo do Programa de Preservação Digital da Biblioteca Nacional.

Dessa forma, são gerados *backups* em arquivos *on-line* e *off-line* – acondicionados em sala-cofre climatizada – e arquivos derivados para exibição na internet. Todo o procedimento segue as normas e padrões internacionais relativas à reprodução digital de acervos e é executado por técnicos da área de informática, especializados em tratamento de imagens. Todo material digital disponibilizado na internet apresenta baixa resolução, ideal para a visualização e possibilitando cópias caseiras, porém, sem qualidade para a reprodução profissional. Essa continua sendo feita na instituição de guarda do referido acervo, seguindo sua política própria de reprodução. Importante ressaltar que a Biblioteca Nacional não impõe termos ou condições de adesão à Rede. Espera-se que a Biblioteca seja apenas a coordenadora de um consórcio de instituições. Em última instância, cada instituição decide qual será sua participação; seja relacionada à utilização da base de dados do projeto, à cessão de arquivos digitais ou textos, seja relacionada à escolha do material digital a ser utilizado, se for esse o caso.

Deve-se notar que o objetivo principal do projeto da Rede da Memória Virtual Brasileira é auxiliar as instituições que se interessarem, inclusive as que não tiverem condições técnicas e/ou humanas, a se integrar à Biblioteca Nacional para participar de uma rede virtual nacional. Em uma época em que há interesse dos governos em programas e projetos de inclusão digital, esses acervos passam a constituir patrimônios da cultura brasileira.

Considerações finais

Descrever documentos é também uma forma de crítica textual.[13] Assim, os procedimentos técnicos de descrição são produtos da pesquisa e interpretação dos profissionais envolvidos. Dessa forma, todos os outros instrumentos de pesquisa que resultem desse trabalho – incluímos aqui também os processos de digitalização e acesso dos documentos – são textos culturais e, por isso, objeto de reflexões.

Os instrumentos de pesquisa, em geral, são desenvolvidos para facilitar o acesso do consulente ao documento e divulgar o acervo da instituição. Presos à rigidez do papel, os instrumentos de pesquisa "tradicionais" (catálogos, inventários, guias etc.) apresentam os verbetes ordenados por localização, por série ou ainda por ordem cronológica. Enfim, diversas variações que mudam de acordo com a opção do editor. Podem conter também importantes índices onomásticos, topográficos e temáticos.

Os quadros de arranjo às vezes ficam aquém das expectativas do pesquisador, que talvez preferisse uma organização por tema, local etc. Contudo, os instrumentos de pesquisa e seus índices preenchem essa lacuna.[14] Já o computador, ao contrário, possibilita que o usuário defina uma grande quantidade de cruzamentos de dados de forma que as indexações fiquem cada vez mais detalhadas e livres da materialidade do texto.

As soluções encontradas na Biblioteca Nacional, que unem a base de dados aos quadros temáticos e aos textos introdutórios, possibilitam uma nova forma de aproximação do texto por parte do leitor. Assim como todos os instrumentos de pesquisa, ela também estabelece novas escrituras e atribuições de sentido aos documentos digitais.

Notas |

1. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, 1878. v. 4.

2. Arquivo digital é aqui usado como sinônimo do termo "documento digital", que o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Dibrate) define como "documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional". O Dibrate diferencia documento digital de documento eletrônico, que seria o "gênero documental integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos

eletrônicos, como cartões perfurados, disquetes e documentos digitais". ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 75.

3. Para uma apreciação dessa ação, ver FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Biblioteca Nacional Digital*. Disponível em: *http://bndigital.bn.br*. Acesso em: 15 mar. 2010.

4. A Biblioteca Nacional Digital é coordenada pela bibliotecária Ângela Bettencourt, responsável também pelos outros projetos que comentaremos a seguir. A BNDigital está vinculada ao Centro de Processos Técnicos da Biblioteca Nacional, gerido pela também bibliotecária Liana Gomes Amadeo. Elas e outros funcionários da Biblioteca Nacional foram personagens centrais no estabelecimento do processo de digitalização de acervo que ora descrevemos.

5. SIMÕES, Nelson; KURAMOTO, Hélio. Programa de Conteúdos Digitais em Cultura e Língua Brasileira. Disponível em: *http://www.cgi.br/publicacoes/documentacao/programa-de-conteudos-digitais-em-cultura-lingua-brasileira.doc.* Acesso em: 13 mar. 2010.

6. Para uma apreciação deste projeto, ver FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *A França no Brasil*. Disponível em: *http://bndigital.bn.br/francebr/*. Acesso em: 15 mar. 2010.

7. SALGADO, Manoel. História, memória e patrimônio. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (Org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ/SIBI, 2008.

8. Para uma apreciação do projeto, ver FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Rede da Memória Virtual Brasileira*. Disponível em: *http://bndigital.bn.br/redememoria*. Acesso em: 15 mar. 2010.

9. SALGADO, Manoel. História, memória e patrimônio. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (Org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ/SIBI, 2008. p. 37.

10. Sobre isso, Fernando Catroga alerta para a construção humana da metamemória, mostrando que ocorre nela uma seleção do que constituirá a memória: algumas passagens são esquecidas em privilégio de outras, em que esses vazios são preenchidos de forma a não afetar o *continuum* e a coerência das recordações mantidas. Essas memórias criadas passam a fazer parte do subconsciente, podendo ser mesmo esquecidas em outros momentos. CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

11. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *NOBRADE*: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

12. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *ISAD (G)*: norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

13. COOK, Michael. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p.125-132, 2007, p. 129.

14. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 139.

O presente artigo é o desenvolvimento de um trabalho anterior, intitulado "A era digital nas instituições de guarda brasileiras - a experiência da Rede da Memória Virtual Brasileira", publicado na revista *Arquivística.net*, v. 3, n. 1, p. 90-95, 2007.

Paulo Miguel da Fonseca é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e pesquisador da Biblioteca Nacional. Trabalhou em diversas instituições de guarda ao longo dos últimos dez anos. No âmbito acadêmico, desenvolve pesquisa sobre comunicação epistolar em Minas Gerais no século XVIII.

Vinícius Pontes Martins é historiador e pesquisador da Biblioteca Nacional desde 2001, onde coordenou diversos projetos de digitalização.

Dossiê

Acervos portugueses *on-line*

Anabela Borges
Teles Ribeiro

Projetos de digitalização e disponibilização *on-line* realizados por instituição portuguesa contribuíram de forma decisiva para a preservação dos documentos originais de valor inestimável de um dos acervos documentais mais importantes daquele país, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Os Arquivos Patrimoniais têm implementado medidas de digitalização e disponibilização *on-line* como forma de divulgar e preservar o seu patrimônio. A informatização dos arquivos é relevante no contexto de diversas atividades culturais, educativas, científicas, bem como em projetos inovadores e criativos. Salienta-se a sua relevância no contexto de globalização e a sua importância para a afirmação da identidade nacional.

Em 2003 e 2004 a DGARQ (ex-Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo) implementa a digitalização no âmbito do primeiro projeto de digitalização sistemática, designado *TT On-line,*[1] mas apenas para capturar imagens a partir de suportes intermédios (microfilmes e fotografia).

Entre 2005 e 2008 a DGARQ, seguindo as linhas orientadoras de medidas estratégicas de digitalização de âmbito nacional e europeu, dá início a uma política de digitalização sistemática e direta do seu patrimônio e para isso teve de reforçar as suas capacidades de execução interna em matéria de *hardware*, *software* e formação dos recursos humanos. Dá-se início a uma nova política de transferência de suportes e simultaneamente à sua preservação em formato digital, contribuindo com mais e melhores conteúdos *on-line* e assegurando a preservação a longo prazo dos conteúdos digitais.

O projeto *TT On-line* englobou uma coleção de documentos designada Tesouros da TT, composta por 229 documentos e 5.348 imagens, que abrange o período cronológico de 1211-1908; a Coleção do Corpo Cronológico, composta por 45 mil documentos e 296.719 imagens, que abrange o período cronológico de 1137-1699; a série Diários, do fundo Arquivo Oliveira Salazar, composta por 72 volumes, no total de 21.595 imagens, que abrange o período cronológico de 1933-1968; e o Arquivo Fotográfico da Companhia de Moçambique, composto por 7 mil fotografias, que abrange o período cronológico de 1888-1942. Esses documentos foram selecionados por sua relevância para a comunidade, por se encontrarem em mau estado de conservação e alguns deles por serem pouco conhecidos, mas com potencial de interesse. O objetivo foi divulgá-los à comunidade de uma forma global e facilitar o acesso gratuito a alguns dos principais fundos e coleções documentais da Torre do Tombo, potencializando esses conteúdos em benefício da investigação, do conhecimento, do patrimônio, da cultura e, simultaneamente, adquirir infraestruturas tecnológicas – *hardware* e *software*.

Entre os diversos projetos de digitalização que se seguiram, realçam-se alguns deles pela importância de conteúdos, nomeadamente o projeto *Memórias paroquiais, 1758: uma Colecção on-line,*[2] coleção constituída por 44 volumes, também designada Dicionário Geográfico, com elevado índice de consulta e pedidos de reprodução; o projecto *Instrumentos de Descrição – on-line*[3], que deu acesso nesse formato aos instrumentos de descrição documental antigos da Torre do Tombo, que na sua maioria continuavam a ser consultados apenas através do seu original, no Serviço de Referência. Nesse sentido, foram produzidos cerca de 40 mil registros de metainformação, bem como igual quantidade de imagens (matrizes e cópias) dos instrumentos de descrição. Para cada documento integrado na coleção de instrumentos de descrição da Torre do Tombo, foi ainda elaborada uma descrição à qual se associou a respectiva metainformação arquivística, destacando-se os termos de indexação iniciais e finais de cada fólio ou página/imagem digitalizada, de modo a facilitar a sua pesquisa. A solução encontrada veio permitir ainda a disponibilização na internet dos instrumentos de descrição na íntegra, podendo o usuário, de modo mais amigável que anteriormente, efetuar a navegação por meio de marcadores (*bookmarks*), produzidos a partir de termos de indexação recolhidos no momento da elaboração da metainformação arquivística.

O projeto *PIDE/Registo Geral de Presos* (1932-1974) abrangeu a digitalização de 148 livros, no total de 64.354 imagens que foram descritas no nível do documento simples, e 29.510 registros criados. As imagens foram renomeadas de acordo com a sua descrição, de forma a criarem-se termos de indexação de acordo com o número de registro de cada fólio ou página/imagem digitalizada, facilitando assim a sua pesquisa. As imagens matrizes foram capturadas diretamente dos originais, em escala de cinzentos, com uma resolução de 200 dpi, em formato TIFF, sem compressão, com metainformação técnica associada, permitindo a criação de um produto digital normalizado, com qualidade suficiente para garantir a sua autenticidade, tendo em vista a sua preservação a longo prazo. Desses volumes apenas um deles se encontra *on-line* e os restantes estão disponíveis apenas na intranet, mas com acesso restrito devido às reservas de comunicação, de acordo com o artigo 17º da Lei 16 de 23 de janeiro de 1993. Essa solução foi adotada a partir do Projecto ID-on pois permite facilmente efetuar a navegação por meio de marcadores (*bookmarks*), produzidos com base em termos de indexação recolhidos no momento da elaboração da metainformação arquivística.

O projeto da série *PIDE/Propaganda apreendida* contou com a descrição normalizada dos 665 documentos e disponibilização de 4.064 imagens de formato compreendido entre A5 e A0, em cores; os projetos de digitalização de *Documentação paroquial* desenvolvidos pelos serviços dependentes da DGARQ, em colaboração com a Family Search (ex-SGU), nomeadamente: projeto de digitalização do Arquivo Distrital do Porto, Portalegre, Faro, Vila Real e Aveiro e os projectos de digitalização a partir de microfilme de documentação paroquial desenvolvidos em colaboração com as autarquias de Torres Vedras, Odivelas, Grandola, Lisboa/Gabinete de Estudos Olisiponeneses e com a Associação dos Amigos da Torre do Tombo, bem como os projetos de digitalização do Arquivo Distrital de Leiria e Setúbal, os quais, na sua globalidade, têm disponibilizado 2.476.054 de imagens.

No que respeita aos fundos e coleções fotográficas, têm sido desenvolvidos trabalhos de digitalização sistemática, nomeadamente a série *Reportagem Política*, subsérie *Política Geral*, do fundo Secretariado Nacional de Informação (SNI), entre 1970 e 1985, no total de 7.900 imagens; a série *Primeiros Ministros "Oliveira Salazar",* do fundo SNI, num total de 1.820 imagens; a série *Álbuns Gerais*, subsérie *Álbuns Alfabéticos* do fundo *Empresa Pública Jornal o Século*, que se encontra disponível *on-line*, referentes aos álbuns que compreendem o período de 1926 a setembro de 1938, no total de 12.211 imagens. Os álbuns referentes ao período de 1938-1969 estão disponíveis em formato digital nas instalações do ANTT.

Acessibilidade em linha

Em 2007, a DGARQ desenvolveu uma estratégia para a acessibilidade em linha de seus acervos patrimoniais, em conformidade com as medidas da Agenda Europeia para a Cultura e medidas de âmbito nacional, contribuindo para incentivar a criatividade, a competitividade e o crescimento, tendo se beneficiado do apoio do Ministério da Cultura e da Rede Energética Nacional para a implementação *on-line* do Projecto *Inquisição de Lisboa*, prevendo a descrição, conservação, digitalização e disponibilização *on-line* de documentos,[4] iniciativa que teve como principal objetivo a disponibilização *on-line* dos documentos pertencentes ao acervo daquela instituição, existentes na Torre do Tombo.

Estão disponíveis *on-line* 19.775 registros descritivos e 2.320.576 imagens. Esse projeto contribuiu de forma decisiva para a preservação dos documentos originais de um dos arquivos mais importantes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, uma vez que a sua consulta passou a ser efetuada em ambiente digital.

A adoção da tecnologia digital nesses projetos implicou sempre a prévia descrição da documentação de acordo

Página do 109º *Caderno do Promotor*, documento PT/TT/TSO-IL/030/0301 do Fundo Inquisição de Lisboa, acessível pelo site *http://dgarq.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/catalogo/*. *Projeto Inquisição de Lisboa online*/Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

com normas internacionais e orientações nacionais, o aprofundamento e alargamento dos níveis de informatização já realizados, potencializando-se assim a troca de informação em redes de conhecimento sem fronteiras e ainda a urgente tomada de medidas de conservação e restauro que possibilitassem o processo de captura de imagem, em condições de segurança, de forma a evitar a perda iminente desse patrimônio inestimável.

Na análise prévia da documentação da inquisição de Lisboa, verificou-se a existência de alguns documentos reproduzidos em microfilme e procurou-se rentabilizar esses suportes. Primeiramente foi realizada a avaliação desse universo de 1.037 documentos microfilmados, tendo-se identificado apenas 592 com qualidade e em condições de assegurar a inteligibilidade da informação dos originais. Esses rolos, negativos, 35mm, 40m, em sais de prata, foram digitalizados em sistema de captura automático, com resolução de 300 dpi, formato TIFF, compressão zero e profundidade de 8 bits. Assim, apresentam-se *on-line* documentos em preto e branco resultantes desse trabalho e os demais em cor, resultantes da digitalização direta.

A restante documentação foi analisada do ponto de vista físico, no sentido de se caracterizarem parâmetros como o tipo de grafia, cores, tipo de suporte, dimensões, tipo de utilização, estrutura física, estado de conservação, numeração, bem como quaisquer anomalias, com o objetivo de se definirem todas as intervenções necessárias à documentação e de forma a garantir e respeitar a integridade e autenticidade da informação no novo suporte digital e ainda para se definirem características técnicas de *hardware* e *software* a serem utilizados nas diferentes componentes do projeto. O objetivo foi otimizar e garantir a qualidade, tanto dos documentos originais quanto do produto final, para que fosse disponibilizado *on-line* um produto de máxima qualidade e amigável ao usuário.

Um enorme volume de documentos teve de ser submetido a operações de conservação de forma a possibilitar o processo de captura de imagem, em condições de segurança, evitando a perda iminente deste patrimônio inestimável e que garantisse a integridade da informação no novo suporte.

Tribunal do Santo Ofício/Inquisição de Lisboa

Estado de conservação:	
Bom estado:	10%
Médio estado:	40%
Mau estado:	50%
Patologias:	
Fungos:	10%
Acidez de tinta:	70%

Danos causados por insetos: 20%

A estrutura física dos processos e livros exigiram a utilização de equipamentos em sistema planetário, com dois pratos reguláveis na abertura e altura, com vidro que se pode recolher automaticamente, quando necessário, para virar as páginas do documento, com luz fria e modo de captura de imagem linear.

A captura de imagem de cada página foi isolada, com a utilização de folhas de cartolina preta, quando esta, devido à diversidade de formato ou ao mau estado de conservação (perfurações, perdas de suporte ou outras, como diversidade de formatos dos cadernos), interfere na informação da página anterior ou posterior. O tratamento de imagens executado foi feito apenas para ajustar a imagem digital à imagem real do documento original, ou seja, garantir que apenas a área útil seja representada, sem perda da integridade e autenticidade do original.

O espaço ocupado em servidor pelas imagens da Inquisição de Lisboa é de 80 *terabytes*, o que exigiu à DGARQ a renovação do seu sistema de armazenamento e segurança de informação, já que num curto espaço de tempo se exigiu um enorme crescimento, pois o volume de informação a gerir teve de se assentar em pilares sólidos que garantissem a preservação da informação em formato digital.

O produto final é um catálogo estruturado, que disponibiliza em linha registros descritivos com objetos digitais associados, capazes de serem preservados a longo prazo acessíveis ao público em geral via internet.

A digitalização e disponibilização *on-line* do patrimônio

A tecnologia digital permite uma enorme diversidade de aplicações e nesse sentido é necessário que as entidades detentoras de documentos definam bem os objetivos dos trabalhos, para que os especialistas nessa tecnologias possam ajudar a decidir quais as melhores especificações técnicas a adotar. Recomenda-se aos arquivos definitivos que essas se assentem em procedimentos normalizados de preparação, descrição, captura, tratamento, gravação, controle e armazenamento para a produção de matrizes/objetos digitais, com capacidade de garantir a autenticidade e a integridade dos documentos originais, bem como a sua preservação e acessibilidade a longo prazo. As matrizes têm como funções primárias servirem de arquivo de conservação permanente e como repositório documental para a produção de derivadas, podendo ser tratadas como imagens originais, quando essas não existem, ou ser usadas como forma de segurança contra a perda de originais devido a desastres.

A disponibilização é realizada a partir das matrizes com elevada qualidade de imagem, sendo criadas imagens derivadas (cópias) produzidas com especificações técnicas que devem ser decididas em função das características dos documentos originais: desde formatos inferiores a A5 até formatos superiores a A0; grafia de pequena dimensão e não normalizada; suportes de diferentes cores; mau estado de conservação etc. e que visam garantir a qualidade da informação a ser colocada *on-line*. Assim, a velocidade de acesso das derivadas pode ser, por vezes, comprometida pelas características dos originais, devido ao seu peso em *kbyte*, mas em seu próprio benefício, porque dessa forma o usuário tem a possibilidade de aceder a documentos com resolução mais alta e em maior formato, o que lhe permite maior facilidade de interpretação. O usuário pode, no entanto, descarregar os documentos com qualidade de leitura e utilizar técnicas de processamento de forma a ajustá-los à medida das suas necessidades (compressão, redução de resolução etc.)

As matrizes podem ser processadas por meio de diferentes métodos e nesse sentido a produção de derivadas depende da aplicação usada em cada organização. Saliente-se que as entidades detentoras de documentação que pretendem desenvolver trabalhos ou projetos

de digitalização deverão realizar previamente a análise e caracterização da documentação – conhecer a especificidade e diversidade dos fundos, coleções, séries documentais etc., em termos de nível de descrição ou catalogação; estrutura física; cores do suporte e grafia; formato; estado de conservação e o nível de informatização. Nos projetos deverá englobar-se ainda a análise das próprias condições do sistema de informatização dos fundos/coleções, velocidade de rede, *hardware* e *software* existentes.

As especificações técnicas recomendadas são ditadas pela natureza dos documentos e pelo produto final pretendido, mas, depois de conhecidos todos os detalhes, concluímos que em arquivos definitivos, na maioria das vezes, o modo de captura de imagens que permite preservar os documentos é o planetário: mesas com prensa, com dois pratos reguláveis na abertura, com vidro amovível devido ao estado de conservação dos documentos; com luz fria; dimensão mesa/prensa: 610mm x 450mm x 170mm.

No que diz respeito ao formato de fichários, esse varia de acordo com a política adotada, mas sempre que o objetivo é o de preservação – e para a gravação de matrizes adotamos o formato TIFF, com compressão nível zero,[6] resolução mínima de 300 dpi[7] esquema de cor RGB[8] e profundidade de 24 bits.[9] Essas especificações são de relevante importância quando pretendemos criar repositórios de documentos, porque se estes aspectos não forem garantidos teremos de repetir consecutivamente os processos de transferência de suporte para satisfazer as diferentes necessidades dos usuários.

Já as imagens derivadas para acesso podem ser produzidas pela própria aplicação informática, de acordo com as definições de perfis definidos previamente, sendo as especificações, na generalidade, em formato JPG; compressão variável de acordo com as características dos originais e com uma resolução ≥150 dpi.

Procedimentos técnicos de identificação, preparação e digitalização de documentos pertencentes aos fundos existentes na Torre do Tombo. Fotografias de Anabela Ribeiro, 2010. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – TSO/IL.

A captura de imagens com qualidade de arquivo requer o cumprimento de alguns procedimentos, no sentido de respeitar os princípios de produção e regras dos documentos analógicos, nomeadamente:

a) A captura das imagens deve apresentar o documento na sua globalidade, encadernação e pormenores;
b) A captura deve ser efetuada página a página e respeitar a ordem de paginação/foliação;
c) A informação das páginas deve ser isolada quando, devido à diversidade de formato ou mau estado de conservação (perfurações, perdas de suporte ou outras, diversidade de formatos dos cadernos), essa interfere na informação do fólio anterior ou posterior;
d) Os fólios em branco devem ser capturados se estiverem numerados e se não representarem mais do que cinco imagens. Mas, no caso de este número ser ultrapassado, devem ser capturados apenas o primeiro e o último, aplicando-se o mesmo procedimento de captura para conjuntos de fólios que se encontrem em branco e sem numeração. Essa situação deve ser reportada em campo próprio na descrição do documento, designada pela norma ISAD(G) "Dimensão";
e) Aplicação da escala de cor, em cada objeto digital, para se poder ajustar à cor do original.

No contexto digital, os fichários de imagem são representações dos documentos e, para serem geridos e preservados, requerem uma estratégia de identificação. Nesse sentido, eles são organizados e nomeados de acordo com as especificações previamente definidas pelo sistema da DGARQ. Adotaram-se as especificações definidas no documento *Designação dos ficheiros de imagens*, Versão 2, DGARQ, 2003. Assim, a organização de fichários se assenta numa estrutura hierarquizada, de acordo com os códigos de referência fornecidos pelo sistema de descrição normalizado com base na ISAD(G) para cada documento, permitindo a identificação e a recuperação dos objetos digitais.

Na captura das imagens matrizes é imprescindível a associação metainformação técnica normalizada, pelo que se recomenda no mínimo a produção de 34 elementos, devendo esses serem conservados com as próprias matrizes.

O tratamento de matrizes deve apenas ser realizado para ajustar a imagem digital às dimensões da imagem do documento original, ou seja, garantir que apenas a área útil seja representada, sem perder a integridade e a autenticidade do original. A matriz deve ser guardada antes que qualquer tipo de processamento seja realizado, ainda que esse venha a ser necessário por razões de acessibilidade à informação.

O controlo de qualidade deve ser efetuado desde a captura até o momento da disponibilização. Com esse controle, visa-se garantir a conformidade com os requisitos definidos para cada uma das etapas. Considera-se adequado que a sua realização corresponda a apenas a 10% do universo, com registro em fichas específicas, em que constem:

1. especificações técnicas detalhadas de cada objeto digital (OD), data e assinatura de responsáveis;
2. controle de qualidade arquivístico de cada OD.

O armazenamento digital recomendado é um sistema em rede, de longo prazo, desenvolvido exclusivamente para conteúdos fixos *Content Adressed Storage* (CAS). O sistema CAS introduz nova eficiência de energia, nova tecnologia de discos e soluções de gestão de arquivos permanentes. Esse visa guardar e disponibilizar grandes volumes de informação, facilitar o aumento da capacidade de armazenamento, garantir a alta performance e a proteção dos dados. Nesse sistema, a ingestão dos OD é realizada em lotes de imagens. Esses lotes só são considerados em condições de entrega quando se verifica o seguinte: os objetos digitais se encontram íntegros e normalizados e estejam produzidos

os registros de controle de qualidade definidos.
O remetente das imagens deve conservar localmente a informação original, até o momento em que lhe seja comunicada a aceitação do lote, e só após a sua aceitação é que ele poderá eliminar esse lote localmente.

A disponibilização *on-line* dos documentos originais é efetuada de forma gratuita e com critérios de racionalidade no sentido de se encontrar um equilíbrio entre qualidade e peso das imagens/páginas dos documentos, no sentido de facilitar o acesso w*eb* aos usuários, sem contudo comprometer os documentos em pior estado que necessitam de mais qualidade.

Como forma de salvaguarda dos direitos da entidade detentora dos documentos, foi adotada uma marca óptica aplicável automaticamente pelo uso da informática, quando gera as imagens derivadas, a colocar *on-line*, a fim de identificar a entidade detentora dos documentos e assim garantir os direitos de propriedade. O usuário que necessitar de documentos sem essa marca óptica terá de contactar o detentor dos documentos e solicitar as imagens, justificando a sua necessidade.

Considerações finais

Após alguns anos de trabalho com essa tecnologia, constatamos que as formas e metodologias de ação se alteraram e, para que se assegure a continuidade de disponibilização *on-line* de documentos, necessitamos reforçar a normalização das descrições, descrever com melhor qualidade e criar registros com os elementos mínimos exigidos para o intercâmbio de informação, sem comprometer a disponibilização.

Hardware e *software* existentes no mercado têm evoluído de acordo com as necessidades manifestadas pelas organizações. Existem hoje soluções tecnológicas de excelente qualidade dotadas de condições para respeitar todas as exigências colocadas pela documentação. Contudo, em muitos casos, as organizações veem-se limitadas a adotar verdadeiras soluções de preservação digital a longo prazo, simplesmente por razões orçamentárias, e não por falta de tecnologia.

A DGARQ tem implementado diferentes projetos com equipes de especialistas, entre arquivistas, informáticos, técnicos de digitalização e de conservação, que têm desenvolvido conhecimentos capazes de possibilitar avanços significativos na aplicação de novos e melhores projetos de digitalização, preservação digital e disponibilização *on-line*.

Em nosso caso, o investimento realizado teve ainda impacto em diversos níveis, a saber:

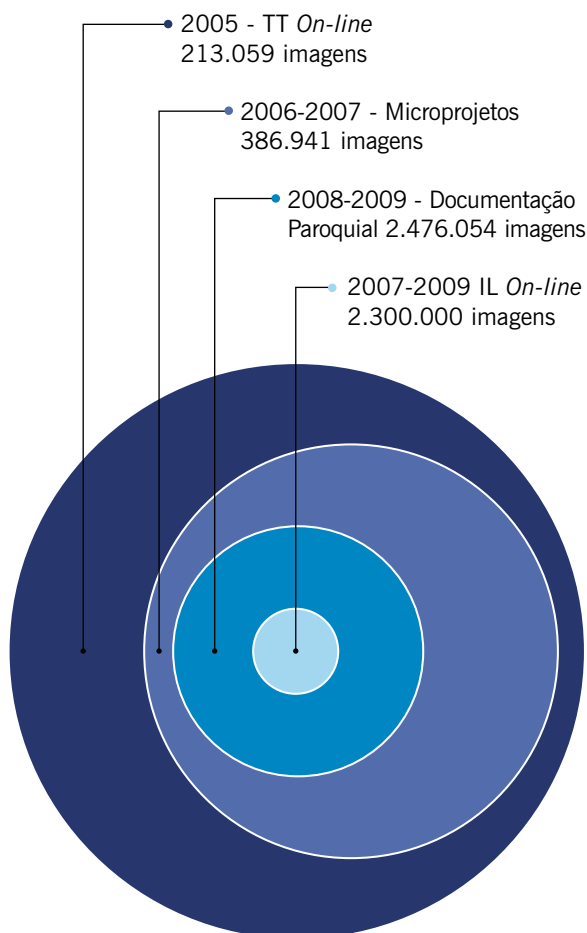
- na adoção de novas formas de reprodução, com recurso à tecnologia digital;
- no início da disponibilização documental através do recurso da internet;
- na potencialização das descrições arquivísticas;
- na preservação dos documentos que se encontram *on-line*, via digital, permitindo um acesso integral ao respectivo conteúdo, sem os riscos de desgaste dos suportes originais.

Esse formato documental permite ainda o restauro virtual, garantindo assim a leitura de partes da informação quase ilegíveis nos próprios documentos. Por sua diversidade e abrangência de conteúdos, salienta-se também o impacto desses projetos em nível socioeconômico, uma vez que propiciam um acesso quase incondicional, em qualquer local e a qualquer hora, abrindo a todos os interessados suas fontes de informação e as imagens dos documentos associados relativos a alguns fundos e coleções de maior procura do Arquivo Nacional, ou de dilatado interesse potencial, como sucede no caso do Arquivo Fotográfico da Companhia de Moçambique e Grupo Entreposto Comercial de Moçambique.

Esses projetos apresentam ainda, entre outras, as seguintes vantagens.

a) Pesquisa mais rápida e mais eficaz, podendo-se fazer cruzamentos entre termos, de modo a obter resultados mais otimizados.
b) Recuperação de informação que se encontra inacessível nos próprios originais, por meio do recurso a ferramentas de tratamento virtual.
c) Disponibilização de descrições de documentos que estavam acessíveis aos usuários apenas por meio dos instrumentos de descrição tradicionais, em papel, existentes na Sala de Leitura e/ou publicados, os quais podem atualmente ser consultados por todos os cidadãos, de forma remota.
d) Campo aberto para o intercâmbio com entidades nacionais – universidades, institutos ou outras entidades do setor científico e cultural –, bem como com entidades internacionais, no sentido de se estabelecerem protocolos de colaboração, uma vez que a documentação disponibilizada é muito abrangente.
d) Em nível interno, uma otimização de recursos humanos, dado que os técnicos de arquivo deixaram de consultar os documentos originais para efetuar o seu trabalho, com maior rentabilidade, a partir dos documentos que se encontram digitalizados. Essa forma de trabalho permite ainda a rentabilização de outros recursos internos, ligados ao fornecimento dos documentos (trabalho da técnicas da Sala de Leitura e dos próprios depósitos).
e) Estabelecimento de uma via tecnológica segura para o desenvolvimento de novos projetos que permitam a disponibilização de outros fundos documentais.

A disponibilização de conteúdos documentais, de forma remota, é uma mais-valia aos arquivos e à Torre do Tombo, em específico, uma vez que potencializa, dessa forma, o patrimônio arquivístico sob sua guarda, contribuindo assim para a necessária afirmação nacional. Trata-se de informatizar e digitalizar, de modo sistemático, os arquivos históricos e o patrimônio cultural como meio para facilitar o seu tratamento e utilização, bem como para preservar e divulgar, por meio da internet, o nosso saber, acumulado ao longo de gerações.

Entre 2003 e 2009 a DGARQ disponibilizou *on-line* 5.366.054.000 imagens, como se demonstra a seguir.

Notas |

1. RIBEIRO, Anabela. TT *On-line*. *Boletim Arquivos Nacionais*, Lisboa, n. 12, p. 7, out.-dez. 2006.

2. BRAGA, Joana; RIBEIRO, Anabela; RUNA, Lucília. Memórias Paroquiais: uma Colecção Online – *Boletim Arquivos Nacionais.* Lisboa. ISSN 1645–5460. Nº 15 (Jan. - Mar. 2006), p.1-2.

3. PENTEADO, Pedro; RIBEIRO, Anabela. Novos caminhos da disponibilização da informação na Torre do Tombo: digitalização de instrumentos de descrição antigos. *Boletim Arquivos Nacionais*, Lisboa, n. 18, p.1-2, out.-dez. 2006; n. 15, p.1-2, jan.-mar. 2006.

4. RIBEIRO, Anabela; SERRO, Jorge; Ó RAMOS, Fátima; FIGUEIREDO, Catarina; TREMOCEIRO, Paulo. A Inquisição de Lisboa na nova plataforma digital: acesso e disponibilização. *Boletim Arquivos Nacionais*, Lisboa, n. 10, p. 5, jul.-set. 2009.

5. Disponível em:*http://dgarq.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/catalogo/*.

6. ISO/TS 22028-2:2006 - Photography and graphic technology – Extended colour encodings for digital image storage, manipulation and interchange - Part 2: Reference output medium metric RGB colour image encoding (ROMM RGB).

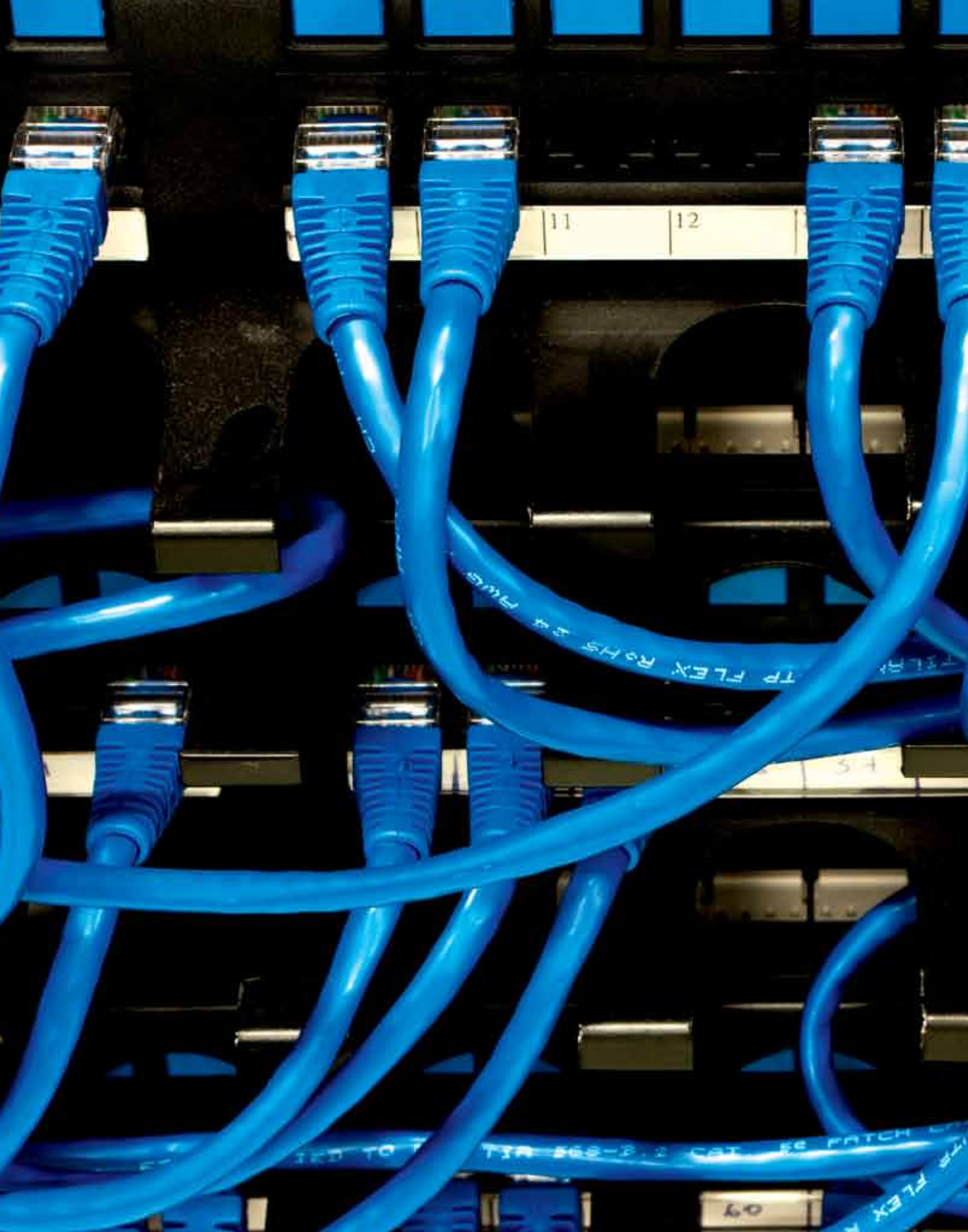
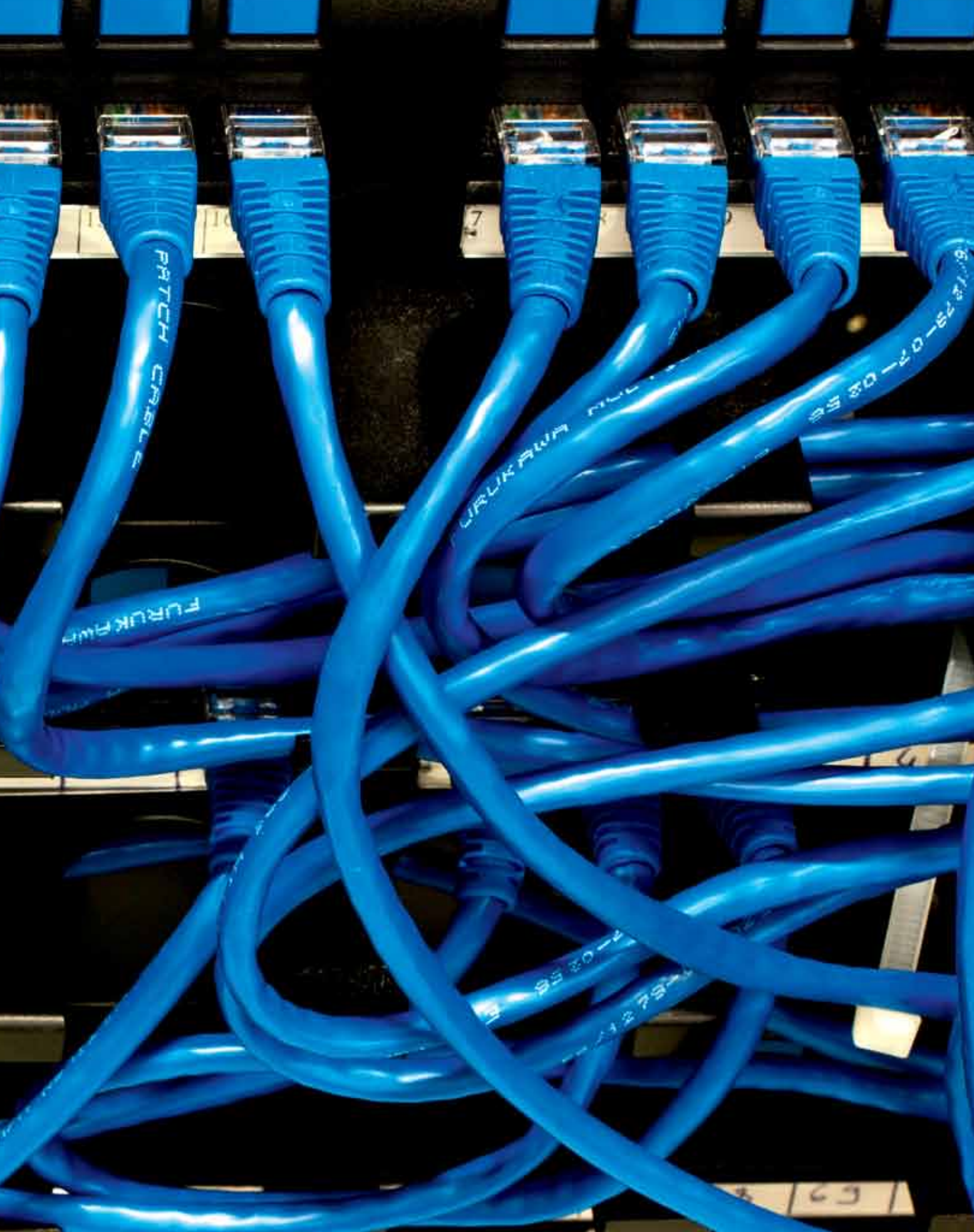
7. ISO 3664:2000, *Viewing conditions—Graphic technology and photography;* ISO/DIS 16067-1, *Photography—Spatial resolution measurements of electronic scanners for photographic images—Part 1: Scanners for reflective media;* ISO/WD 16067-2, *Photography—Electronic scanners for photographic images—Spatial resolution measurements—Part 2: Film scanners.*

8. ISO/TS 22028-3:2006 – Photography and graphic technology – Extended colour encodings for digital image storage, manipulation and interchange - Part 3: Reference input medium metric RGB colour image encoding (RIMM RGB).

9. ISO/TS 22028-3:2006 – Photography and graphic technology – Extended colour encodings for digital image storage, manipulation and interchange – Part 3: Reference input medium metric RGB colour image encoding (RIMM RGB).

10. Z39.87. 2002, Data Dictionary: Technical Metadata for Digital Still Images. Draft Standard for Trial Use. NISO/AIIM. 61 p.

11. Por meio do *site http://digitarq.dgarq.gov.pt*

Anabela Borges Teles Ribeiro é licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e especialista em Ciências Documentais – Opção Arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutoranda em Bibliografía y Documentación Retrospectiva en Humanidades, pela Universidad de Alcalá (DEA), onde obteve também o diploma de Estudos Avançados. Atualmente é chefe da Divisão de Gestão de Projetos da Direção Geral de Arquivo e do Núcleo de Reprodução do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Ensaio

Tensões e controvérsias em torno da lei

Ana Rosa Cloclet da Silva

O presente texto busca mapear a natureza das tensões que, envolvendo juízes, magistrados e camaristas em Minas Gerais, no período entre 1827 e 1831, acabaram emperrando o processo judicial e instabilizando a já precária ordem vigente após a Independência.

> No tangenciamento das tensões que permearam a instalação dos instrumentos produtores da unidade orgânica do novo Estado nacional, garantidores de sua soberania e legitimidade, a administração da Justiça reveste-se de importância central. Isto por que, se tradicionalmente constituíra *locus* privilegiado da mediação entre Estado e sociedade – com pretensa capacidade de garantir o equilíbrio social e a ordem política estabelecida[1] –, mediante a eclosão revolucionária de 1820 e a operacionalização de concepções de sociedade e poder de cunho jusnaturalista[2] – em voga no mundo luso-brasileiro desde meados do XVIII –, as definições em torno da lei e sua aplicação se atrelam à confecção de um novo "pacto social", constituindo dimensão estruturante dos poderes e das funções do novo Estado nacional. Tarefa que, efetivada a Independência, competiria aos deputados reunidos na Assembleia Constituinte e Legislativa de 1823, os quais tratariam de um novo ideal de "representação política", alicerçado na concepção de que a "lei" criaria o "Direito", e não o contrário.[3]

Desde então, a reforma do Sistema Judiciário assumiria o caráter de instrumento privilegiado na garantia da estabilidade da ordem interna e da aplicação da lei, atribuída ao próprio governo, entretecendo-se a outras dimensões caras à nossa experiência constitucional, como era o caso da premente definição dos critérios de cidadania, representatividade política, soberania e da própria definição do nacional, já que também não eram consensuais as posturas nesse sentido.

Tal empenho significava lidar com a necessária composição entre poderes locais e central, público e privado, bem como com um quadro institucional e uma "estrutura da comunicação política"[4] herdados do Antigo Regime, que tornavam a aplicação da justiça profundamente entranhada nas redes hierárquicas e comunitárias, dado representarem os cargos da magistratura meio privilegiado de acesso ao poder, à riqueza e à distinção, por parte daqueles que os ocupavam.[5]

Atento às implicações de tal quadro para o processo de afirmação de uma esfera pública de poder nas Minas oitocentistas, o presente texto busca mapear a natureza das tensões que, envolvendo justamente aqueles encarregados de aplicar a lei e proceder aos enquadramentos institucionais em nível local – juízes, magistrados e camaristas – no período entre 1827 e 1831, acabaram emperrando o processo de normatização da vida jurídica e instabilizando a já precária ordem vigente.

Estamos convencidos da pertinência analítica de se tomarem as assimetrias internas que compunham o "mosaico" mineiro – fruto dos também distintos ritmos de sedimentação e desagregação da experiência colonial em cada uma de suas partes[6] – como elementos estruturantes das opções em torno do formato político-institucional assumido pelo Estado nacional, desde 1822. A prática jurídica é aqui abordada articuladamente à dinâmica política e social, de modo a elucidar a natureza das tensões e dos limites impostos à aplicação da justiça e à preservação do equilíbrio social no território mineiro. Ambos, argumenta-se, instabilizados por um comportamento político recorrente dos atores analisados: aquele que, mediante a progressiva erosão de mecanismos e formas consagradas de reiteração da vida, imposta pelas aceleradas transformações em curso, impelia-os a demandar um espaço de previsibilidade para atuarem e definirem suas estratégias adaptativas, acionando, para tanto, valores, códigos de conduta e identidades coletivas soldadas no específico de formações societárias ancestrais, reconfiguradas na conjuntura do constitucionalismo. O que, de outro modo, implica admitir uma atuação capaz de conferir densidade a um processo que ia grassando como competência essencial da administração pública: a estrita "observância da lei".

Para tanto, privilegia-se a análise das *Correspondências da Magistratura* e das câmaras municipais com a Presidência e o Conselho Geral da província,[7] concernentes às comarcas de Paracatu – privilegiada em

função da dimensão e recorrência de semelhantes conflitos na região –, Ouro Preto e São João del-Rei, regiões mineiras paradigmáticas na constatação das assimétricas sedimentações das experiências coletivas e suas implicações para a construção da ordem constitucional na província, entre 1822-31.

Permitindo avançar no conhecimento empírico deste que, inegavelmente, constitui mecanismo estrutural da organização do Império do Brasil e da própria reinvenção da monarquia na América, tais registros colaboram no esforço de matizar quer uma suposta inoperância e artificialidade da lei, quer uma excessiva positividade conferida à Justiça como instância mediadora da "negociação da ordem" e exercício da própria cidadania, argumento não generalizável para o período e recorte espacial aqui analisados.[8] De outro modo, a contrapelo de noções generalizantes e dicotômicas, no bojo das quais os instrumentos acionados na construção do Estado e da Nação foram tradicionalmente vistos em separado, parte-se aqui da sistemática indagação acerca dos aspectos situados nas interfaces desses dois fenômenos, no âmbito dos quais as questões da Justiça e seus usos sociais, da administração e construção de um espaço público do poder passam a configurar um campo de batalha comum em torno da definição do novo perfil político-institucional do Estado criado em 1822, mas também de uma identidade e uma representação do nacional.

Juízes, magistrados e camaristas: os conflitos de jurisdição

Na conjuntura do Primeiro Reinado, a organização e a prática jurídica nas Minas Gerais condicionaram-se, em boa medida, pelas determinações da Carta de Lei de 23 de outubro de 1823, que dava nova forma aos governos das províncias, ordenando que os processos do Brasil fossem submetidos às leis portuguesas – até que a legislação pátria viesse substituir a antiga formatação adotada – e consolidando a independência do poder judicial em relação ao ofício de presidente de província.[9]

Por sua vez, o intuito de alçar o Brasil à condição das modernas nações europeias, rompendo definitivamente com o passado colonial, envolveria o esforço de organização de um processo criminal e penal para a jovem nação independente. Para tanto, um longo processo de racionalização, por meio do mapeamento da situação vigente, fora encarregado às diversas cabeças de comarca pelos respectivos presidentes de província, redundando em inúmeros requerimentos de informações sobre o estado da instrução pública, elaboração de mapas estatísticos da população, levantamento do número de presos e elaboração de livros de rol de culpados, juntamente com depoimentos sobre o estado da aplicação da justiça, fornecendo os elementos necessários à elaboração do Código Criminal, promulgado em 16 de dezembro de 1830.

Em meio a tal processo, consolidam-se mudanças e explicitam-se as heranças da antiga administração. Daí, na perspectiva dos liberais-moderados mineiros, além das reformas materiais e dos enquadramentos institucionais em curso, impunha-se o urgente aperfeiçoamento do Judiciário, necessidade confirmada por diagnósticos como o emitido pelo desembargador Manuel Inácio de Melo e Souza, que, em 1827, denunciava o "deplorável estado da prolongada prática dos processos forenses e a urgente necessidade de reforma", sendo os cargos da magistratura ocupados por homens "sem probidade, sem exercício do fórum, e sem as mais qualidades necessárias para tratar com o povo em negócios de tanta importância".[10] No mesmo ano, Bernardo Pereira de Vasconcelos defendia ser esta "parte da nossa legislação a que reclama mais a atenção da Câmara dos srs. Deputados, e em que se há de fazer muita reforma".[11]

O sentido desta última, registrado nos *Relatórios anuais do Ministério da Justiça* e nos *Debates na Câmara dos Deputados*, convergia para a defesa de

uma melhor distribuição da Justiça, capaz de agilizar os procedimentos processuais, o que atendia aos interesses daqueles grupos locais, propugnadores da descentralização também na esfera do Poder Judiciário, cuja fonte residia no imperador, responsável pela nomeação dos ouvidores e juízes de fora.[12]

Embora tal reforma só viesse a se consumar com a elaboração do Código do Processo Criminal, tornado lei em 15 de outubro de 1832, foi antecedida pela criação do cargo de juiz de paz, pela lei de 15 de outubro de 1827, o qual, segundo Thomas Flory, "sinalizou o começo de uma época de reforma e ascensão iminente dos liberais",[13] por se tratar de um *cargo* eletivo para ser exercido em cada freguesia e capela filial, independente do poder centralizador e sem formação profissional específica. Tal qual concebido, destinava-se o juiz de paz a desempenhar as "funções de juiz em assuntos de pouca importância". Ele também "conciliaria os litigantes em perspectiva", tendo sua importância, sob a ótica descentralizadora, não "tanto em seu potencial de melhoramento do sistema legal, senão na sua 'independência'".[14]

As expectativas positivas quanto à lei seriam assim registradas por Bernardo Pereira de Vasconcelos:

> Os juízes de paz, como bons pais de família, procurarão conciliar as partes que intentarem ir a juízo, e hão de obter muito mais acomodações, de que presentemente conseguem, não tendo os juízes de paz interesse nas demandas que hão de ser tratadas perante outros juízos. Os pleitos insignificantes e os delitos de pequena entidade serão julgados perante estes escolhidos do povo. Sendo um axioma incontestável que antes se previnam do que punam os delitos, é esta uma das mais belas atribuições destas novas autoridades constitucionais.[15]

Entretanto, se os novos juízes converteram-se em "focos locais de apoio político liberal", não foram menos desprezíveis os efeitos ambíguos trazidos pelo próprio intento político em dotá-los de ampla autonomia e poderes que suplantavam os de "qualquer outra instituição judicial ou de outro tipo, em sua jurisdição".[16] Além disso, a ênfase no atributo da independência do cargo, em detrimento da sua eficácia, ainda que não tenha sido consensual entre os próprios liberais, implicou que, até 1832, inexistisse quaisquer codificações legais sobre suas funções.[17]

Desse modo, não tardaram a aparecer conflitos entre os juízes eleitos e os magistrados da Coroa – os *juízes de fora* e os *ouvidores* – cujo "orgulho corporativo", segundo Flory, via-se "ofendido ao ter que compartilhar uma autoridade mal definida com pessoas não profissionais eleitas pelo povo, e carentes de treinamento".[18] A falta de competência, por sua vez, era a crítica retribuída pelos juízes de paz aos próprios magistrados diretamente escolhidos pelo imperador, representando um argumento de peso nas disputas pelo poder, já que supostamente isento de rixas pessoais e assentado num qualificativo que os diferenciava daqueles magistrados: o fato de serem conhecedores da vida local e, por isso, estarem aptos a interferir em conflitos de natureza até mesmo pessoal, que muitas vezes instabilizavam a administração pública.[19]

As tensões refletiram-se, ainda, no relacionamento desses representantes do Judiciário com o poder provincial, pois eram frequentes as queixas do Conselho acerca da negligência dos juízes de paz em providenciarem as informações e estatísticas solicitadas, das quais dependia um mais preciso reconhecimento do espaço público sob sua jurisdição.[20] Mais gritante, porém, foram as queixas acerca dos abusos de jurisdição dos encarregados de executar a lei envolvendo, aqui, tanto os magistrados da Coroa quanto os juízes de paz e ordinários, esses últimos exercendo concomitantemente funções administrativas e judiciárias em nível local.[21]

Casa da Câmara e Cadeia de Paracatu (MG), construída em 1870 e demolida em 1935.
Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga, Paracatu, MG – fotografia de 1910 - nº 1256.

Na verdade, o que se observa durante todo o Primeiro Reinado – não desaparecendo nem mesmo depois da Abdicação – é uma grande confusão legal e a ausência de formulações específicas, agravada pelo desconhecimento das que existissem para cada um desses cargos. Além disso, embora a ouvidoria e o juizado de fora tenham sido frequentemente associados ao intuito centralizador do Executivo, remetendo ao antigo despotismo, não fugiram ao estigma mais comumente aplicado aos juízes sem preparo profissional: o desenvolvimento de laços com suas respectivas localidades, redundando em favoritismos nas disputas por eles arbitradas, na interpenetração de relações pessoais nos negócios burocráticos, minando as possibilidades de uma administração racional. Tudo isso dificultou a previsibilidade da ordem e, seguramente, anulou boa parte daqueles esperados "resultados positivos para o andamento da justiça e seus beneficiários".[22]

Em suma, podemos dizer que a conjuntura do Primeiro Reinado se notabiliza pelos esforços de internalização do domínio das decisões e leis, guiados pelas preocupações de disciplinarização do povo e da implantação do sistema constitucional, articuladamente à constituição de um conjunto orgânico e homogeneamente articulado. Na prática, contudo, permaneceram os conflitos que instabilizaram a ordem e a aplicação da justiça, tensionando o relacionamento entre as esferas do poder local – as câmaras – e a administração judicial

da província, atribuída aos juízes de paz, em nível dos distritos, aos juízes de fora, nos termos das vilas, e aos ouvidores, com atuação em toda a comarca.

Na sequência, busca-se mapear alguns desses padrões de inserção social recorrentes por parte dos novos e velhos atores, reproduzidos às expensas e através da própria lei.

Conflitos da magistratura: a lógica do "não conhecer subordinação"

Na perquirição dos aspectos tangíveis dessas tensões que permearam a montagem de um espaço público nas Minas oitocentistas, o "não conhecer subordinação" apresenta-se como a marca característica da atuação da magistratura, há muito denunciada pelos administradores da capitania, conforme as correspondências do antigo governador d. Rodrigo José de Meneses a Martinho de Melo e Castro. Segundo suas impressões, esses homens, "ordinariamente levantados do pó da terra e sempre vindos para semelhantes lugares por primeira ou segunda instância, vão bebendo uns dos outros máximas de independência totalmente incompatíveis com a boa ordem social". Não se contentando com a "pura distribuição da justiça", intrometiam-se na administração política afeita somente aos governadores, "desconhecendo o conteúdo das patentes com que o rei [os] honra", implicando a "desordem que precisamente há de existir em um corpo sem cabeça".[23]

Na conjuntura considerada, é possível notar um flagrante agravamento da situação após a lei de 1º de outubro de 1828, expresso nos conflitos de jurisdição envolvendo representantes do poder local – desde então com suas competências limitadas, sem poderem exercer "jurisdição alguma contenciosa" – e os magistrados da província, os quais tenderam a expandir suas ingerências nos mais diferentes assuntos da vida local, recusando-se a prestar juramento na Câmara, quando da ocupação do cargo, "administrando a justiça com arbitrariedade, recebendo pleitos, soltando réu de morte e de outros crimes, sem procederem às formalidades prescritas na Lei" e perpetrando injúrias contra os membros da Câmara.[24]

Em nenhuma outra parte das Minas os excessos desses encarregados de administrar a Justiça em nível das comarcas chegaram a tanto, como na região paracatuense. Apartada sobremaneira das conquistas materiais que favoreceram os proprietários do Centro-Sul mineiro,[25] agravava-se aí uma tradicional impermeabilidade à lei, característica passível de ser associada quer ao seu distanciamento geográfico em relação ao centro político-administrativo provincial – estando Paracatu, até 1815, subordinada à ouvidoria do Rio das Velhas –, quer ao papel aí desempenhado pelos poderosos da terra, com abrangente e relativamente autônomo poder político, enraizado através de laços de parentesco e redes clientelísticas, assim consolidados durante o processo de ocupação da região. Uma autonomização que favorecia toda ordem de iniquidades e se reproduzia no próprio corpo de ministros encarregados de aplicar a lei, informando as recorrentes disputas pelos espaços de poder entre magistrados, juízes e poder local,[26] durante a fase da construção do Estado nacional.

Assim, numa correspondência de 1823, o Governo Provisório referia-se à administração daquela comarca como sendo composta por pessoas pouco "aptas para a governança, e quase nenhuma desligada de parentescos e afeições".[27] Em virtude do quadro descrito, o poder provincial manifestava em diversas representações enviadas ao imperador "a necessidade de um Ministro Letrado, que possa manter o devido equilíbrio, e legal administração de justiça em tão longínqua e vasta Comarca, com quatro julgados nas suas extremidades, que cumpre estarem sujeitos a um Corregedor ativo e inteligente [...]".[28]

A solicitação seria atendida conforme portaria expedida a 24 de setembro de 1823, participando "a nomeação

do Bacharel Antônio Paulino Limpo de Abreu para aquele lugar vago há tempo".[29] Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, já tendo exercido a função de juiz de fora em São João del-Rei, entre 1821 e 1823,[30] Limpo de Abreu compunha a síntese do burocrata intelectualizado, surpreendendo-se com o estado da administração da Justiça na comarca paracatuense, onde as "despesas, as delongas, e os riscos que correm os pleitos, até se decidirem dever considerar-se úteis e necessários", implicavam a completa ineficácia da Justiça.[31]

Indicado para o cargo pelas suas supostas qualidades de "ministro letrado", adequado a manter o equilíbrio de interesses na região, o próprio Limpo de Abreu não deixara, contudo, de aí "enraizar-se", casando-se com uma filha do juiz dos órfãos da vila, o capitão João Carneiro de Mendonça, irmão gêmeo do então juiz ordinário, reverendo Manoel Carneiro de Mendonça. Tais laços de parentesco pesariam na pretensa imparcialidade com a qual assumira o cargo, levando-o a se envolver em posteriores problemas de sucessão de cargos na vila, conforme denunciado em representação do juiz ordinário Francisco Antonio de Assis. Segundo este, na ocasião em que precisou ausentar-se para ocupar o cargo de deputado eleito à Assembleia Legislativa, devendo fazer seu sucessor no cargo, o ouvidor burlara o direito de "preferência do mais velho", nomeando o reverendo Manoel Carneiro de Mendonça em detrimento dele, "pelas relações de afinidade e intimidade, com que está ligado com o Reverendo".[32]

Se a natureza desses tradicionais conflitos perpassados por rixas pessoais e relações de parentesco limitava as possibilidades de avaliação e arbitramento do Conselho Geral da Província – sempre "difícil em tais lugares e circunstâncias"[33] –, a partir da lei de 1º de outubro de 1828, as dificuldades em estabelecer a ordem na distante comarca avultariam. Especificamente, observa-se uma maior resistência dos magistrados em respeitarem os limites de jurisdição das câmaras e prestar-lhes submissão quando a lei os obriga, alegando, para tanto, o esvaziamento de suas funções.

Expressivo desse movimento fora o ofício remetido ao Conselho da Província, em 26 de fevereiro de 1831, pelo então presidente da Câmara de Paracatu – o já referido Francisco Antonio de Assis –, de autoria do juiz ordinário do Desemboque, Antonio Joaquim de Castro, em que declarava "ser aquele Julgado independente daquela Câmara", recusando "prestar-lhe obediência, por estar este negócio afeito ao Poder Executivo, e à Assembleia Geral".[34]

Mais grave – e provavelmente relacionado ao conflito de jurisdição acima mencionado – era o conteúdo da representação enviada pelo juiz de paz suplente do Julgado de São Romão ao Conselho, na qual relatava o episódio em que o "Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de Paracatu, entrando [...] com o Juiz Ordinário [Bento José Godoi] e o de Órfãos, com o Fiel do Registro do Rio das Velhas da parte da Província de Goiás, seis soldados da mesma província, e muitos outros", proclamara que tal território não pertencia ao termo da Vila de Paracatu, nem à Província de Minas Gerais, e "declarando ter ali vindo para castigar os funcionários públicos nomeados pela Câmara de Paracatu, atacou com ameaças e palavras descompostas ao Fiscal Dezidério Mendes dos Santos, prendeu sem culpa formada e conservou em prisão por dez dias ao Procurador Simão Ferreira de Figueiredo, e mandou prender ao Porteiro pelo fato de publicar Editais da Câmara de Paracatu".[35]

O caso provocara a indignação dos camaristas paracatuenses, sendo referido como "absurdo", pois, "além de ser refratário à Lei, é atentatório da Autoridade, e resolução do Exmo. Conselho do Governo" – que já havia deliberado sobre o assunto em ofício anterior,[36] desautorizando a instalação do dito município separado da província – vinha na sequência de uma série de outros "desmandos" cometidos pelo dito ouvidor Francisco Garcia

Reprodução de daguerreótipo tirado no Rio de Janeiro em 1840, quando da maioridade de d. Pedro II. Da direita para esquerda: o corregedor de Justiça da Vila de Paracatu, Antônio Paulino Limpo de Abreu; Visconde de Abaeté e sua esposa, Ana Luisa Carneiro de Mendonça Limpo de Abreu; o capitão e juiz dos órfãos da Vila de Paracatu, João José Carneiro de Mendonça, e d. Josefa, pais da Viscondessa de Abaeté. Atrás: coronéis Joaquim e Eduardo Carneiro de Mendonça, cunhados de Limpo de Abreu. Arquivo da Família Carneiro de Mendonça.

Adjuto, o quarto da comarca e referido por Bernardo Pereira de Vasconcelos como "um dos magistrados mais arbitrários da Província".[37] Além de patrocinar a arbitrariedade de alguns juízes ordinários dos julgados setentrionais do Desemboque, Araxá e São Romão, bem como a atuação ilícita de proprietários locais,[38] sua administração marcara-se especialmente pelos atritos com os representantes do poder local, conforme referido na farta documentação por estes enviada ao Conselho Geral da Província.

Embora a documentação não avance no sentido de esclarecer os motivos que levaram o dito ouvidor, assim como o juiz ordinário do Desemboque, a semelhantes atuações, acreditamos que os mesmos encontrem fundamentos numa específica "topografia de interesses", resultado da trajetória da região e seus potentados que, por largo período, estiveram incorporados administrativamente às capitanias setentrionais.[39] Desse modo, é possível que, mediante o esvaziamento das funções da instância de poder local, essas tendências tenham encontrado terreno propício para aflorarem, ocasionando a reação do presidente da câmara paracatuense, segundo o qual, tal evasiva fora utilizada pelo referido juiz para

fazer-lhes se ouse; pelo contrário, na Lei de 1º de Outubro de 1828 encontra-se esta notável Lacuna.[40]

Os casos mencionados permitem concluir que, se é verdade que o esvaziamento dos antigos corpos camarários reforçou a esfera da província como *locus* do poder,[41] não se pode ignorar as novas dificuldades desde então impostas à manutenção da ordem e obediência das leis, a cargo da administração provincial. O que, de outro modo, significa dizer que a tessitura desse arranjo político-institucional só ganha inteligibilidade a partir da consideração de uma atuação pragmática do órgão provincial que, necessariamente, precisou contemplar os múltiplos esboços de projetos de Estado formulados em nível das localidades constitutivas das províncias, ação de cuja eficácia dependeu a preservação da estabilidade interna a cada uma delas.

A partir do caso paracatuense, é ainda possível desvendar alguns argumentos e estratégias frequentemente acionados pelos grupos em litígio, os quais, repousando em condições materiais e num substrato jurídico herdados do Antigo Regime, acabavam por emperrar o funcionamento da "coisa pública". Primeiramente, observa-se a proposital omissão, seja por parte das autoridades civis, seja por parte da magistratura, das instruções emanadas dos poderes central e regional, de modo a comprometer perante estes a imagem do oponente. Atitude que travava as vias de comunicação política e contribuía para o "estado de abatimento a que se achava reduzida a Justiça" naquelas paragens, "pela impunidade e agressão de muitos facinorosos, que em vez de temer-se zombam dos executores da Lei".[42]

É assim que, em mais de uma correspondência endereçada ao Conselho da Província, os camaristas denunciavam o intento principal do ouvidor Francisco Garcia Adjuto de, por meio desses atos, "macular a esta corporação [...], pois que em vez de ser exato, e pontual em

O ouvidor da Vila de Paracatu, Francisco Garcia Adjuto. Fotografia em albúmen de autor desconhecido, sem local e data. Arquivo Público Mineiro, Coleção Família Joaquina Bernarda do Pompeu – FJBP- 1-1-111.

[...] acobertar a sua insubordinação é inteiramente fútil, porque [se] fora lícito desobedecer as Autoridades legitimamente constituídas com o pretexto de haver representado aos superiores destas, também poderão eles com seus cúmplices erigir seus Julgados em Cabeças de Comarcas e até em Capitais de Províncias; mas a isso não se arrojam, porque as Autoridades contra quem seria um tal atentado, são revestidas de jurisdição necessária e suficiente, não só para o desempenho de seus deveres, mas também para coibirem as agressões que

remeter as Leis que recebe, ele as tem retido”.[43] Por sua vez, seu procedimento não parecia infundado, já que, conforme ofício enviado ao mesmo órgão provincial pelo antigo ouvidor, Limpo de Abreu, era também comum “a Câmara da Cabeça da Comarca” reter semelhantes documentos, conforme revela sua resistência ao não devolver ao Conselho do Julgado do Araxá “os diplomas que costuma remeter à Chancelaria Mor do Império”.[44]

Outro artifício tradicionalmente empregado nesses conflitos de jurisdição é a habilidosa instrumentalização da própria lei – inclusive no que esta tinha de lacunar –, visando sustentar projetos políticos alternativos e rivais. No intuito de esclarecer tal constatação, vale recorrer à justificativa apresentada pelo próprio Adjuto em ofício endereçado ao Conselho Geral da Província e anexado numa das correspondências da Câmara de Paracatu, em que era acusado por ações supostamente refletidas contra seus empregados, exercidas “com todo o peso da Viga Férrea do Despotismo”.[45]

Como “fundamentos de suas decisões e razões”, o ouvidor valia-se tanto da ausência de especificações legais que corroborassem a pretensa “ingerência” da câmara paracatuense nos quatro Julgados da Comarca quanto da falta de respaldo de tal reivindicação numa situação de fato estabelecida. Assim, segundo ele, não só a pretensão da Câmara não encontra fundamento na lei de 1º de outubro de 1828 – que “em nada favorece a sua opinião”, já que não especifica tal esfera de jurisdição[46] – como é “indubitável, e para assim dizer mais que indubitável”, que os referidos julgados, “não tendo estado nunca sujeitos de fato à Câmara de Paracatu, nunca o estiveram também, nem ainda estão de Direito”.[47] Por sua vez, argumentava, nem mesmo “uma Lei que seja relativa a este Julgado do Araxá” era capaz de confirmar que o mesmo “ficasse debaixo da Jurisdição da Câmara de Paracatu, visto que da incorporação dele na Comarca o que só resulta é a sua sujeição a esta Ouvidoria, pois que Comarca é relativa a ‘Ouvidor’ e não à ‘Câmara’”.[48]

Além disso, recorrendo ao requisito, segundo ele “indispensável e essencial” da representatividade dos povos, alegava que, se “de Lei particular passamos ao Direito Geral por aonde se regula a Criação dos Julgados e que é o compreendido na Ord. Livro 1º Tít. 67”, conclui-se que “não só os Julgados nunca estiveram sujeitos à Câmara, mas até uma tal sujeição seria incompatível e contraditória com o Direito estabelecido”, já que, “para que a Câmara do Paracatu fosse também Câmara dos Julgados e neles pudesse exercer as Atribuições [...], seria necessário que os vizinhos dos Julgados concorressem também para a Eleição das Câmaras”, o que não acontecia. Antes sim, os povos dos julgados tinham lá “suas Eleições próprias e privativas, nas quais também só eles votavam, e podiam ser votados com exclusão dos Povos dos outros Julgados, e dos de Paracatu”. E por isso, concluía, “de fato nunca as Câmaras transactas [*sic*] desta Vila exerceram Jurisdição alguma nos Julgados”.[49]

Na confirmação de seu argumento, o ouvidor Francisco Garcia Adjuto não deixava de recorrer àqueles que seriam os elementos garantidores da coesão societária desses julgados e, segundo ele, “um dos princípios constitutivos da Monarquia”, qual seja, o fato de que, se “na nova organização dada às Câmaras pela Lei de 1º de outubro [...], nas Vilas e Cidades a administração de Justiça ficou inteiramente separada do Governo Econômico dos Povos de maneira que os Juízes ficaram sendo meramente Juízes [...], na antiga ordem de coisas a administração de Justiça, e o Governo Econômico dos Povos andavam reunidos nas Justiças Ordinárias” – conforme terminantemente estabelecido nas Ordenações, Livro 1º Tít. 65 § 2 –, sendo essa uma reunião “que esta Ordenação não é que estabelece [...], mas sim a supõe, um princípio já existente”, o que implica ser tal separação de atribuições “inteiramente oposta ao Direito então estabelecido”.[50]

Nota-se assim que, ao deslocar o foco das disputas para o problema da precedência da “situação de fato”, às leis

– “o único, aliás, decisivo, e terminante” segundo o ouvidor –, este último, por um lado, instrumentalizava o caráter evasivo da lei de 1º de outubro de 1828 – que nada especificava sobre a extensão das novas atribuições do poder local aos julgados – bem como o princípio moderno da representatividade política, fundada na participação no processo eleitoral, dimensão central na construção e consolidação do Estado no Brasil do século XIX.

Por outro, ao apontar aquilo que tal lei supostamente trazia de contraditório ao “Direito estabelecido” – a restrição do governo econômico do judiciário sobre os povos dos julgados –, revelava a longevidade de um ideal corporativo de sociedade, fincado nos chamados “direitos dos povos”, concepção tributária de um entendimento que ainda se apoia na supremacia da “tradição” e do “costume”, diversamente do “paradigma estadualista”, onde o poder tem um centro, que o detém em exclusivo, baseado no fato de aí se prosseguir um interesse público, diferente dos e contraditório aos interesses particulares.[51]

O contexto analisado permite, desse modo, imputar muitos dos conflitos que instabilizaram a ordem na província mineira, naquele momento inicial de implementação das formas políticas liberais, à convivência de universos mentais distintos, notabilizando-se pela ascensão de valores modernos em meio à prevalência de um *modus vivendi* do Antigo Regime.[52] Tal situação favorecia toda ordem de iniquidades e reproduzia-se em outras partes da província, implicando novos níveis de tensões e arranjos políticos entre aqueles encarregados de ministrar a lei.

Outros níveis de interação entre “poderes concorrenciais”

Nessa competição pelos espaços de poder, sobressaem ainda as frequentes queixas dos juízes de paz em relação à “falta de cumprimento do dever” pelas instâncias superiores, tornando “abominável a obediência e respeito que todos devemos prestar às Leis, e tranquilidade pública”.[53]

Encarregados das prisões e execução dos autos de corpo de delito, as ações de denúncia iniciadas com esses executores da lei em nível distrital deveriam seguir para instância superior – Juizado de Fora e Ouvidoria –, onde seria aberta devassa e processo, se o caso procedesse, e, uma vez condenado e tendo seu nome lançado no livro de rol de culpados, o réu era enviado à Junta de Justiça, instalada em Vila Rica, pela qual seria julgado em última instância. Entretanto, boa parte dos casos que chegavam ao *ex-ofício*[54] não tinha seguimento, a tal ponto que, segundo queixa do juiz de paz Caetano Pinto de Vasconcelos, enviada da Freguesia de Nossa Senhora da Pena do Rio Vermelho, Vila do Príncipe, ao Conselho Geral da província, “acham-se os Povos tão resolutos, que há algum procedimento Criminal, dizem que não se importam com Autos de Corpo de Delito, porque sendo os mesmos remetidos para a Vila, lá ficam sem vigor”.[55]

A morosidade nos processos forenses tinha causas diversas e afetava também os trabalhos da magistratura e dos camaristas. Por um lado, não se pode desprezar a grande quantidade de funções desses últimos – dentre os quais os juízes de fora – impondo ritmo lento à Justiça. Essa situação, herdada do quadro institucional do Antigo Regime, era ainda mais grave nas vilas com vida urbana mais ativa e concentradora do aparelho burocrático, como eram os casos de Ouro Preto e do Distrito Diamantino. Desse modo, os problemas se acumulavam e, quando remetidos ao Conselho Geral da província, implicavam a dificuldade também deste órgão em deliberar sobre todos eles, simultaneamente.[56]

O excesso de atribuições contrastava, por sua vez, com a escassez e desqualificação dos funcionários, incluindo aqueles encarregados de administrar a Justiça, o que

agravava a morosidade dos negócios. Em correspondência ao presidente da província, o juiz de fora de São João del-Rei, Francisco de Paula Monteiro de Barros, oficiava, em 2 de agosto de 1831, "a falta de oficiais de Justiça com que se acha este Juízo, tendo apenas um só [...] resultando de semelhante falta gravíssimos transtornos à pronta administração da Justiça".[57] Aqui, porém, aproveitava a circunstância para criticar a desproporção imposta pela própria lei, que favorecia a proliferação do cargo de juizado de paz e seu oficialato, sendo que a maioria das diligências era *ex-ofício*, instância na qual faltavam os oficiais encarregados de estabelecer provimentos.[58]

A lentidão na execução dos negócios da Justiça era também movida por motivos de interesse, uma vez que, "quanto mais tempo demorasse um processo e mais se multiplicassem os seus trâmites, maiores eram os salários percebidos pelos funcionários".[59] Além disso, não foram incomuns atos arbitrários por parte da hierarquia inferior do aparelho de justiça – tabeliães e escrivães – acobertados por membros da própria magistratura, visando lucrar com suas atividades.[60]

É assim que, numa representação ao Conselho Geral da Província, de 25 de novembro de 1831, a Câmara Municipal do Ouro Preto denunciava o então ouvidor interino da comarca, o dr. Joaquim José do Amaral, por supostos "abusos de Poder Judiciário na Sentença pela qual absolveu ao Escrivão da Junta da Fazenda João Joaquim da Silva Guimarães", arguido pelo crime de ter "elevado arbitrariamente o preço das Certidões da Sua repartição adotando de modo próprio o regimento da Secretaria de Governo".[61] Atitude que, por sua vez, agravava um limite já significativo para boa parte dos habitantes das Minas, cuja pobreza não lhes permitia arcar com as despesas do processo criminal, geralmente bastante elevadas.[62]

A documentação arrolada surpreende ainda os laços de solidariedade que, eventualmente, se estabeleciam entre o poder local e os juízes de paz, geralmente quando se tratava de impor limites à ingerência de ouvidores e juízes de fora, cargos diretamente subordinados ao poder central. É possível sugerir que tal comprometimento entre juizado e camaristas fora mais intenso justamente nas vilas onde a tendência liberal-moderada encontrou terreno propício para a divulgação de sua pedagogia política, instigando os anseios por maior descentralização administrativa.[63]

A aplicação da justiça fora ainda instabilizada por motivos de interesse, geralmente associados à defesa de propriedades e negócios particulares, que não raras vezes levaram magistrados e juízes a preterirem os negócios públicos, em socorro de pendências privadas. É assim que, da Vila do Príncipe, partia uma representação da Câmara Municipal à Presidência da Província, denunciando os atos cometidos pelo juiz de paz do Porto, Venâncio Gomes Chaves, o qual, ausentando-se do distrito para ir socorrer sua "propriedade" – as lavras de Ourussu –, que, segundo ele, "era roubada por salteadores", "oficiava ao Juiz de Paz Suplente que não despachasse que ele [...] estava em continuação do serviço [...]", fomentando a "necessidade que o mesmo Distrito estaria sofrendo pela falta de Administração de Justiça desde novembro de 1830".[64]

Com base na documentação analisada, portanto, é plausível concluir que essas acirradas disputas entre poderes visivelmente concorrentes,[65] permeadas por uma concepção da justiça na qual o direito erudito convivia com formas normativas anteriores, adensaram as tensões e instabilidades que atravessavam a construção de um espaço público nas Minas pós-Independência. No plano simbólico, esgarçava-se um quadro eivado de profundas continuidades em relação àquele passado colonial com o qual se desejava romper, revelando o quanto a Justiça e a administração pública ainda não podiam salvar-se de formas variadas de usurpação, pelo simples motivo de que as regras patrimonialistas e seus desdobramentos bélicos conformavam um padrão sociocultural ainda

decisivo, capaz de conferir inteligibilidade às práticas políticas, econômicas, religiosas,[66] implicando a própria dependência da legitimidade monárquica e da unidade política em construção (assumida como herança dinástica) em relação a elementos de princípio coesivo típico do Antigo Regime, convivendo com as formas políticas constitucionais.

Notas |

1. HESPANHA. António Manuel. Pequenas *Repúblicas, Grandes Estados.* Problemas de organização política entre Antigo Regime e Liberalismo. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil*: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 93-95.

2. *Grosso modo*, aquela que pressupunha a existência do "pacto fictício de *vontades* entre as partes" como princípio fundador dos governos. Cf. HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*: o Antigo Regime. Rio de Mouro: Lexi Cultural, 2002. p. 145-172.

3. SLEMIAN, Andréa. *Sob o império da lei*: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). São Paulo: Hucitec, 2009.

4. HESPANHA. Pequenas repúblicas, grandes estados, p. 93.

5. Analisando os critérios de definição do perfil ideal dos bacharéis que ingressavam na burocracia judiciária, Wehling mostra como estes continuaram dependentes de "indicadores *estamentais* ('nobreza em *senso lato*, isto é, não exercício de função mecânica'), *étnicos* ('pureza racial', isto é, não existência de sangue judeu, mouro, mulato ou cigano), *religiosos* (catolicismo tradicional e não recente) e *morais* (boa conduta)". Cf. WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Sociedade estamental e Estado: as leituras de bacharéis e o ingresso à burocracia judiciária portuguesa. O caso luso-brasileiro. *RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 156 (387), p. 253-263, abril-junho de 1995. Também em sua análise sobre as instituições do Antigo Regime, Hespanha constata que, no contexto da definição dos requisitos funcionais ao bom desempenho do cargo burocrático, o direito aparecia como uma formação essencial, devido não apenas à falta de "disciplinas técnicas particulares" quanto ao próprio prestígio social adquirido pelos juristas. Daí, portanto, a praticamente indissociável associação do *burocrata* com o *letrado.* Cf. HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 77.

6. Enfoque este desenvolvido no meu relatório final de pós-doutoramento, *Identidades em construção*: o processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais (1798-1831). São Paulo: FFLCH/USP, julho de 2007.

7. Documentação que compõe parte dos fundos: Seção Provincial (Códices Conselho Geral de Província (1/2); Câmara de Ouro Preto (CMOP); Câmara Municipal de Paracatu (CMP) e Presidência de Província (PP) (Séries Conselho Geral da Província (PP 1/52) e Magistratura e Administração da Justiça (PP1/18)). Referência fundamental são também os *Diários do Conselho Geral da Província de Minas Gerais.* (1828 a 1831). Cf. APM, microfilme sob referência, rolo 20, gaveta G7, flash 8, 9 e 10.

8. Este enfoque é recentemente desenvolvido por Ivan Vellasco, a partir de rigorosa pesquisa documental. Contudo, os pressupostos e conclusões do autor não nos parecem passíveis de generalização para todo o século XIX, motivo pelo qual será pontualmente equacionado a partir da conjuntura específica do Primeiro Reinado, foco de nossa análise. Cf. VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem*: violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais, século 19. Bauru: Edusc, 2004. p. 22-30.

9. Segundo a lei em caráter provisório, ao presidente passariam a competir "todos os objetos, que demandem exame e juízo administrativo", estando porém independente a administração da Justiça. (*Coleção das Leis do Império do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. 2 partes). Tal disposição seria confirmada pela Constituição de 1824.

10. RAPM. A administração em Minas Gerais, 1827. Memória do Desembargador Manuel Ignácio de Mello e Souza, ano III, p. 6-22, 1898.

11. Bernardo Pereira de Vasconcelos, *Carta aos senhores eleitores da Província de Minas Gerais*, in: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos.* São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 111.

12. Os cargos da ouvidoria e juizado de fora foram criados, respectivamente, nos anos de 1534 e 1696, sendo ambos providos pelo rei, com ampla jurisdição nas capitanias onde atuavam. Após a Independência, permaneceram diretamente atrelados ao Executivo. Sobre estas atribuições, ver: SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos*: a administração no Brasil Colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 259-262; e NEQUETE, Lenine. *O poder judiciário no Brasil a partir da Independência*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1973.

13. FLORY Thomas. *El juez de paz el jurado en el Brasil imperial. Control social y estabilidad política en el nuevo Estado.* México: Fondo de Cultura Económica, 1986. p. 81 (tradução minha).

14. FLORY. *El juez de paz el jurado en el Brasil imperial*, p. 84

15. Bernardo Pereira de Vasconcelos, *Carta aos senhores eleitores da Província de Minas Gerais*..., p. 112.

16. Esta última estendia-se às esferas judiciais, administrativas e policiais, incorporando os poderes de três instituições prévias, encarregadas de despacharem os assuntos judiciais menores: o juiz ordinário, o juiz de vintena e o juiz de almotaçaria, então existentes. Cf. FLORY. *El juez de paz el jurado en el Brasil imperial*, p. 85-86.

17. Com a elaboração do Código do Processo Criminal, a organização judiciária nas comarcas ficaria assim estruturada: cada comarca contaria com no máximo três juízes de direito, nomeados pelo imperador, e um chefe de polícia, o qual era escolhido entre os juízes, nas cidades mais populosas; em cada termo, haveria o Conselho dos Jurados (escolhido por alistamento), o juiz municipal e o promotor público (nomeados pela Corte e presidentes de província), o escrivão de execuções e os oficiais de Justiça; em nível dos distritos, haveria o juiz de paz (eleito), o escrivão, os inspetores de quarteirão e os oficiais de Justiça (nomeados pelas câmaras). *Código do Processo Criminal do Império do Brasil, apud,* VELLASCO. *As seduções da ordem*, p. 122.

18. FLORY. *El juez de paz el jurado en el Brasil imperial*, p. 85.

19. APM, PP 2/1- Documentação expedida/Governo Imperial, Ministérios e Assembleia Geral, cx. 2, 18 de agosto de 1828 (grifo meu).

20. FLORY. *El juez de paz el jurado en el Brasil imperial*, p. 106.

21. LEMOS, Carmem Silvia. *A Justiça local*: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). UFMG, 2003 (Dissertação de mestrado), p. 14.

22. VELLASCO. *As seduções da ordem*, p. 113.

23. Ofício de d. Rodrigo José de Menezes a Martinho de Melo e Castro, de 31 de dezembro de 1781, *apud,* ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime*: violência nas Minas Gerais setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 45.

24. É este o teor das críticas ao juiz de fora local, registradas numa representação enviada ao Conselho Geral da Província pela Câmara de Pitangui. APM. *Diários do Conselho Geral da Província de Minas Gerais*. (1828 a 1831), microfilme sob referência: rolo 20, gaveta G7, flash 8, 9 e 10; sessão de 21 de janeiro de 1831, p. 129.

25. Segundo Clotilde Paiva, juntamente com as regiões de Minas Novas, Sertão do Alto São Francisco, Triângulo, Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce, Paracatu conformava o grupo de regiões com menor nível de desenvolvimento. Cf. PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. (Tese de doutoramento) – Departamento de História, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996. p. 117.

26. Significativas, neste sentido, são as inúmeras queixas por usurpação de poder relatadas pelo juiz de fora José Gregório de Moraes Navarro, entre 1798 e 1812. Cf. APM. Registro de cartas do Governador com vice-reis, outros governadores e o Bispo (1797-1809). Fundo Seção Colonial, cx 278, p. 19v.

27. APM. Registro de Ofícios do Governo Provisório ao Ministério, de 28 de agosto de 1823. SP 07, p. 191v e 192.

28. APM. Registro de Ofícios do Governo Provisório ao Ministério, de 28 de agosto de 1823. SP 07, p. 191v e 192.

29. APM*.* Ofício do Governo Provisório de 14 de outubro de 1823. SP 07, p. 212. Segundo Olympio Gonzaga, a situação agitada em Paracatu era ainda reflexo das desavenças entre o ouvidor Antonio Baptista da Costa Pinto, o vigário Mello e seu sobrinho Francisco Assis, referido anteriormente, motivo pelo qual se nomeou Limpo de Abreu para o referido cargo. Cf. GONZAGA, Olympio. *Memória histórica de Paracatu.* Uberaba, 1910. p. 28.

30. MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *O visconde de Abaeté*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

31. ABREU, Antonio Limpo Paulino de. *Reflexões...*, 18 de novembro de 1825. APM, PP 1/18, cx 328, doc. 28, fl. 4v e 5.

32. APM, PP1/30, cx. 2, doc. 5, 25 de fevereiro de 1826. A intenção, neste caso, era “fazer continuar depositada na Família aquela jurisdição e consecutivamente a administração da Justiça da Comarca, não sem gravame da mesma e inconvenientes previstos pelo Legislador no tit. 95 do Livro 1o. da Ord.[...]”. Sobre o parentesco de Limpo de Abreu com a família Carneiro de Mendonça, ver: MELLO, Oliveira. *As Minas Reveladas (Paracatu no Tempo)*. 2. ed. Paracatu: Prefeitura Municipal, 2002, p. 339.

33. *Diários do Conselho Geral da Província de Minas Gerais*, sessão de janeiro de 1831, p. 133-134.

34. APM, PP 1/52, cx. 2, doc. 24, 26 de fevereiro de 1831. No Conselho, o ofício chega em 11 de fevereiro de 1831, conforme os *Diários do Conselho Geral da Província*, 12 de fevereiro de 1831, p. 235.

35. *Diários do Conselho Geral da Província de Minas Gerais*, sessão de 11 de dezembro de 1830, in: APM*,* microfilme rolo 20, gaveta G7, p. 63-64. Apesar da gravidade do caso, assombrando pelos atos “irregulares e arbitrados” descritos, a Comissão de Representações fica impossibilitada de arbitrar sobre os mesmos, pela destituição de provas.

36. Pela data da correspondência enviada ao governo provincial, a data seria 13 de março de 1830. APM, CGP ½ (Correspondência Recebida-Câmaras Municipais), cx. 9, doc. 19.

37. *Diário do Conselho Geral da Província de Minas Gerais,* sessão de 10 de janeiro de 1831, p. 73.

38. Por mais de uma vez, o Conselho leu requerimentos de proprietários locais queixando-se da cobertura que o ouvidor Adjuto vinha dando a um tal Ignácio de Oliveira Campos, nos seus recolhimentos de gado alheio. O caso era remetido para o juizado de paz, mas não se encontrava solução. Examinando os inventários disponíveis no Arquivo Municipal de Paracatu, encontramos este mesmo Ignácio de Oliveira como inventariante de Melchior José de Campos, que declarou os seguintes bens: 2.100 cabeças de gado vacum “de toda sorte” e 700 cabeças de gado de toda sorte, 200 cabeças de gado de toda sorte, 440 cabeças de gado cavalar, de toda sorte, 12 cavalos pastores e 50 de custeio, contando com 24 escravos – o que era um número significativo, dentro dos inventários investigados –, sendo 13 mulheres, 11 homens, com quatro abaixo de 4 anos, cinco entre 5 e 14 anos, dez entre 15 e 30 anos, dois entre 31 e 50 anos e três acima de 50 anos. Cf. Arquivo Público Municipal de Paracatu. Fundo Olympio Michael, Inventários e Testamentos, caixa com 6 inventários, do período de 1826-1827.

39. Assim, enquanto Desemboque permaneceu subordinado à Capitania de Goiás, entre 1766 e 1808, o Julgado do Araxá pertencia ao bispado de Pernambuco, capitania à qual se ligava, ainda, pelas redes do comércio e da política. A este respeito, ver: SILVA. *Identidades em construção*.

40. SILVA. *Identidades em construção*.

41. SLEMIAN. *Sob o Império da Lei*, p. 187.

42. APM, PP 1 / 18, cx. 328, doc. 10, Araxá, 31 de março de 1825.

43. APM, CGP 1 / 2, cx. 9, doc. 10, Paracatu, 8 de fevereiro de 1830. O documento contém uma relação das leis e documentos provindos de “Sua Majestade o Imperador”, que o dito ouvidor teria alheado a Câmara Municipal, dentre os quais: “Tratado Comércio entre o Império do Brasil, e os Estados Unidos da América”; “Decreto de 18 de julho de 1829 corrigindo um erro de Imprensa da Lei de 22 de setembro de 1829”; “Dito do 1º de dezembro de 1828 mandando proceder as Eleições das Câmara Municipais”; “Dito de 14 de maio de 1829 com Instruções a respeito dos Paquetes”; “Dito de 26 de setembro de 1828 sobre a mercê concedida a Joaquim José da Silva e Menezes”; “Dito de 27 de setembro de 1828 sobre aposentadoria de José Francisco da Silva”; “Dito de 27 de setembro de 1828 sobre aposentadoria de Raimundo Nonato”; “Dito de 2 de outubro de 1828 sobre uma Pensão concedida à Umbelina Rita”; “Dito de 27 de setembro de 1828 Aprovando a Resolução de Consulta a favor das [ ] de Jerônimo Xavier de Barros”; “Dito de 7 de janeiro de 1829 sobre os Brasileiro que tem emprego em Montevidéu”; “Cartas de Lei Extinguindo as Mesas do Desembargo do Paço Consciência e Ordens”; “Fala de S. Maj. o Imperador na Abertura da Assembleia Geral no ano de 1829”; “Fala de S. Maj. o Imperador na abertura da Ação extraordinária no ano de 1829”; “Dec. de 27 de abril de 1829 suspendendo as Garantias na Província de Pernambuco”; “Dito de 9 de fevereiro de 1829 Perdoando aos Desertores”; “Resolução de Consulta de 21 de março de 1829 a respeito de Forragens e Tapes”; “Dec. de 18 de outubro de 1829 de- 2v designando o Lugar da Parada Geral dos Batalhões 10, e 12 da 1º Linha”; “Tratado Comércio entre o Império do Brasil, e a Grã-Bretanha”; “Carta de Lei de 27 de agosto de 1828 contendo o Regimento ara os Conselhos Gerais das Províncias”; “Dec. de 12 de setembro de 1828 sobre os Juízes de Fato”; “Alvará extinguindo o exclusivo entre a Vila de Santos, e os Povos do Interior”

44. APM, PP 1 / 18, cx. 328, doc. 10, Araxá, 31 de março de 1825.

45. APM, CGP 1 / 2, cx. 9, doc*.* 8, Paracatu do Príncipe, sessão ordinária de 25 de abril de 1830.

46. O artigo 167 da Constituição de 1824 apenas determina que, nas cidades e vilas então existentes “e nas mais que para o futuro se criarem” haverá Câmaras, às quais competiria “o governo econômico e municipal das mesmas cidades e vilas”. Nada, portanto, especifica acerca dos julgados, que não são vilas, apesar de terem conselho próprio. (*Constituições Brasileiras- 1824*. Introd. Octaviano Nogueira. Brasília: Senado Federal/MCT/CEE, 2001. v. 1, p. 101).

47. APM, CGP ½*,* cx. 9, doc. 4, Araxá, 11 de junho de 1830.

48. APM, CGP ½*,* cx. 9, doc. 4, Araxá, 11 de junho de 1830.

49. APM, CGP ½, cx. 9, doc. 4, fl. 2v, Araxá, 11 de junho de 1830.

50. Entendida como uma "inaudita usurpação" de atribuições, era esta a circunstância que, segundo Adjuto, teria levado os povos de São S. Romão, "a quem seus representantes assim tinham sacrificado, parecendo-lhe mal ficarem privados da independência de que por tantos anos tinham gozado, e sujeitos à uma Autoridade distante 50, para 60 léguas, os Povos", a recorrerem ao soberano, "e o resultado foi mandar restabelecer o Julgado para [...] ficar independente da Vila do Paracatu como d'antes era = de maneira que tudo foi restituído ao antigo estado, e a Câmara tornou a não ter jurisdição alguma sobre S. Romão e seu Distrito, assim como d'antes a não tinha [...] o Julgado de S. Romão tendo sido desmembrado do Termo da Vila de Sabará, ficou logo sendo de fato um Termo distinto, e independente ainda quanto ao Governo Econômico, isto é, ficou ele mesmo sendo um Conselho [...]". APM, CGP ½, cx. 9, doc. 4, fl. 5, Araxá, 11 de junho de 1830.

51. HESPANHA. *Poder e instituições na Europa do Antigo* Regime, p. 13.

52. Neste sentido, torna-se pertinente o argumento formulado por Guerra para o caso espanhol e hispano-americano, do ponto de vista dos *elementos* constitutivos das identidades que conferem legitimidade às formas políticas modernas. Segundo o autor, aqueles são necessariamente múltiplos, o que implica que nem todos os membros de uma coletividade compartilham integralmente do mesmo imaginário. "Mesmo que exista um núcleo comum, as variações são múltiplas. Algumas revelam opções políticas, outras a distância – social ou geográfica – com relação aos lugares onde se produzem as principais mutações. É precisamente a diversidade geográfica, social e temporal desses imaginários que explica muitos dos conflitos da época revolucionária e dos problemas políticos do século XIX." Cf. GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e Velhas identidades. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação,* p. 35.

53. APM, CGP ½, cx. 15, doc. 19, Vila do Príncipe, 19 de abril de 1831.

54. Devassas e processos *ex ofício* de justiça eram aquelas tiradas por dever do cargo, a partir da notícia de delitos que chegavam ao conhecimento dos juízes ordinários. No contexto estudado, eram encaminhadas pelos juízes de paz.

55. APM, CGP ½, cx. 15, doc. 19, Vila do Príncipe, 19 de abril de 1831.

56. É esta a situação registrada em correspondência da Câmara ouro-pretana ao órgão provincial, em 26 de novembro de 1831, na qual era anexada uma "Relação de Representações", tratando de assuntos diversos, dentre os quais se pedindo: "alguma cota para Iluminação desta Cidade"; "para se criar um Ajudante de Porteiro com a obrigação de escrever na Secretaria ou aumento no ordenado do Secretário"; "a reunião de todas as Aulas, em um só local, e transferição (*sic)* da de Retórica para esta Cidade"; "uma regra geral para se poder satisfazer os emolumentos das devassas aos Tabeliães"; "Escolas de Primeiras Letras nas Freguesias de Antônio Dias, S. Bartolomeu, S. José da Paraopeba e Chapada da Freguesia da Itatiaia"; "aumento de ordenado para o Carcereiro"; "queixa sobre o ex-Juiz de Fora" etc. (APM, CGP ½, cx. 8, doc. 17).

57. APM, PP 1 / 18, cx. 314, doc. 19.

58. APM, PP 1 / 18, cx. 314, doc. 19.

59. SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto*: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997. p. 159.

60. RAMOS, Donald. Vila Rica. Profile of Colonial Brazilian Urban Center. *The Americas*, n. 4, v. 35, p. 495-526, april 1979.

61. APM, CGP 1 / 2, cx. 8, doc. 16.

62. SILVEIRA. *O universo do indistinto*, p. 160.

63. É esta a postura expressa na representação da câmara sanjoanense, de 18 de dezembro de 1830, na qual levava ao conhecimento do Conselho Geral da Província os procedimentos arbitrários do juiz de fora da vila, Francisco de Paula Monteiro de Barros, que teria expedido mandado de prisão "contra o Juiz de Paz do Carmo das Palmeirinhas, José Ferreira Ribeiro". Assim, considerando convir "muito ao bem público que os Juízes de Paz, como Magistrados Populares, ganhem grande força moral, e Opinião Pública, visto que se acham revestidos de cargos assaz transcendentes [...] julgou a Câmara dever intervir neste negócio, pela persuasão, em que está", que o referido Juiz de Fora infringira a Lei; mandando prender o Juiz de Paz do Carmo, em contravenção do Aviso de 28 de junho de 1788, que declara 'não pode ser preso, o que tem Jurisdição antes de suspenso dela', como se vê do Repertório Geral das Leis extravagantes". APM, CGP 1 / 2, cx. 13, doc. 4.

64. APM, PP 1 / 18, cx. 336, doc. 47, Vila do Príncipe, 9 de novembro de 1831.

65. SUBTIL, José, "Os poderes do centro', in: MATTOSO (Dir.). *História de Portugal, op. cit.*p. 141-173.

66. SILVEIRA, Marco Antonio. "Como se deve fazer a guerra: justiça e mercado nas Minas setecentistas", in: *Revista do Museu da Inconfidência*, n. 1, ano 2, p. 73, dezembro 2001.

Ana Rosa Cloclet da Silva é graduada em Ciências Econômicas pela Unicamp, mestre e doutora em História pela mesma Universidade e pós-doutora pela USP, com pesquisa vinculada ao tema da formação do Estado e da construção da Nação no Brasil. Atualmente, é docente da Faculdade de História da PUC-Campinas, com projeto de extensão na área de Patrimônio, Memória e Identidades. É autora dos livros *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1763-1823* (Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Memória, 1999) e *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português, 1750-1822* (São Paulo: Hucitec, 2006).

Revista do Arquivo Público Mineiro

Ensaio

Adriano Toledo Paiva

Pegadas indígenas no acervo do APM

O desenvolvimento de pesquisas relacionadas à constituição de uma história dos povos indígenas em Minas Gerais foi excepcionalmente facilitado pela digitalização do Fundo Secretaria de Governo da Capitania, procedimento que contribuiu também para a mais ampla divulgação desse rico acervo documental do Arquivo Público Mineiro.

Se o mesmo governador procura instruir-se daqueles importantes e diversos conhecimentos pelos livros da secretaria, acha neles um amontoado de ordens sem separação das matérias, e se procura os escritos de seus predecessores, não acha mais do que volumes das ordens que eles expediam, registrados sem método e sem declaração dos motivos que deram causa as suas determinações.[1]

Na Secretaria do Governo da Capitania das Minas, o intendente-desembargador João José Teixeira Coelho buscou algumas referências documentais para confeccionar sua *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*, de 1782. Em seu entender, os documentos produzidos pelos órgãos de governança constituíam mecanismos primordiais para a aplicação da justiça pelos administradores da Coroa. A consulta a esse *corpus* documental era imprescindível para fundamentar as decisões do governador acerca das contendas, petições e determinações apresentadas na sua Secretaria. Nesse sentido, o magistrado organizou uma coleção de ordens régias de 1700 a 1774, depositadas na secretaria. As diligências de consulta aos arquivos da administração colonial eram um trabalho muito árduo, conforme explicita Teixeira Coelho:

> Passei a examinar, com grande trabalho, mais de cem livros antigos e modernos, que estavam cobertos de poeira, nos arquivos confusos da Secretaria do Governo, da Contadoria da Real Fazenda e da Intendência de Vila Rica; entrei logo a combinar as ordens e aprofundar as matérias, indagando-as desde a sua origem e fazendo sobre cada uma delas as minhas reflexões, à vista de documentos autênticos e notícias puras.[2]

O relato do intendente-desembargador sinaliza o anseio de conceder organicidade ao conjunto de documentos consultados, com o intuito de assegurar o exercício eficaz da administração e do poder; conforme enuncia brilhantemente o professor Caio César Boschi.[3] No limiar do texto da *Instrução*, observamos os desafios encontrados por Teixeira Coelho no processo de identificação, sistematização e compilação de suas fontes. Apreendemos de seu discurso sensações de admiração, espanto, temor, zelo e um grande respeito diante do portentoso conjunto de documentos. Todavia, esses sentimentos também são despertados e aguçados nos que se debruçam sobre a documentação da Secretaria de Governo, munidos de suas indagações, indícios espaço-temporais e objetos de pesquisa.

A documentação da Secretaria de Governo da Capitania[4] (1720-1821) é composta por 406 códices e abrange o período de 1605 a 1837. As fontes que integram o fundo documental direcionaram a atuação político-administrativa do governo. Portanto, legaram-nos um importante repertório para análise da memória das diferentes instâncias da arquitetura do poder no Império ultramarino português e de seus agentes. Todavia, os documentos foram produzidos por várias autoridades do reino, da colônia e da Capitania de Minas Gerais.

O fundo compreende diferentes tipologias documentais,[5] tais como: instruções do Conselho Ultramarino, alvarás e cartas régias, atestados, atos régios e do governo da capitania, cartas do governador ao rei e ao Conselho Ultramarino, termos de fiança e obrigação, lançamentos de pessoas e objetos que passaram pelos registros da capitania, termos de juramento e posse de autoridades da capitania e província, termos da Junta da Fazenda, registro de circulares, ordens, instruções do governador a diversas autoridades da capitania, registros de cartas patentes, títulos e pedidos de sesmarias, missivas do secretário de Estado e do governador, cartas de nomeação, registro de portarias e termos, certidões, decretos, despachos, editais, fianças, ofícios, informações, instruções, leis, ordens, petições,

provisões, regimentos, representações, requerimentos, resoluções, rogatórias, matrículas de militares, mapas estatísticos dos corpos de ordenanças e de milícias, lançamentos de prisões e solturas e autos de arrematação (exploração de diamantes).[6]

Marta Melgaço Neves[7] e Caio Boschi[8] desenvolveram relevantes estudos sobre a documentação produzida pelos governadores da Capitania de Minas no desempenho de suas atribuições, conjugando reflexões sobre teoria e metodologia arquivística e evidências empíricas. Em artigo instigante, Caio Boschi traça a trajetória de alguns secretários de governo da capitania e sua atuação na administração, revelando o apuro no registro, armazenagem e conservação dos documentos.[9] A pesquisa e os argumentos apresentados pelo pesquisador fornecem subsídios para avaliar a preservação das características de Fundo da Secretaria de Governo, pois, em seu estágio corrente e permanente, os seus funcionários preocuparam-se com a organicidade de sua documentação.

Os documentos e seu acesso

Os recentes procedimentos de digitalização do fundo e a sua disponibilização em bases de dados foram indispensáveis para a divulgação do rico acervo documental do Arquivo Público Mineiro e, em consequência, para o desenvolvimento de pesquisas históricas. A presente documentação pode ser consultada por meio de microfilmes e na base de dados disponível na plataforma digital da instituição.[10]

Inquestionavelmente, a revolução tecnológica permitiu novas metodologias para conservação, armazenagem e procedimentos de análise e crítica documental. Conforme sinaliza Jacques Le Goff, as apropriações tecnológicas na gerência e conservação de acervos documentais exigem do historiador uma nova erudição, que se integra às experiências com o computador e a crítica constante da memória coletiva.[11]

Na base de dados do APM, constam 77.479 imagens relativas aos códices da Secretaria de Governo. A instituição disponibilizou um expressivo volume de documentos *on-line*, correspondendo a 154.958 páginas, pois cada arquivo digital é composto por duas laudas dos livros. Os documentos foram integralmente digitalizados e compilados por seus respectivos códices e podem ser manejados em bancos de dados disponíveis no *site* do Arquivo.

O uso da informática na consulta à base de dados do APM, especialmente a Secretaria de Governo da Capitania, permite ao consulente estabelecer possíveis conjeturas e interfaces entre diferentes fontes e fundos na elaboração de suas pesquisas. A digitalização de fontes e a disponibilização de índices analíticos e sumários possibilitam o cruzamento de fontes diversificadas. O consulente pode proceder à consulta de um tema, objeto ou pesquisa prosopográfica cruzando informações obtidas na Secretaria de Governo da Capitania (documentos encadernados e avulsos), no Fundo Casa dos Contos (encadernados e avulsos), nas documentações das casas de câmaras e no inventário de fontes no Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate).[12] Contrastar fontes de diferentes procedências possibilita ao historiador o entendimento das relações entre as instâncias políticas e administrativas do Império português, assim como a análise dos trâmites de sua elaboração e a circulação dos documentos.

Para a consulta aos documentos da Secretaria de Governo, o pesquisador possui como ferramenta básica um inventário com descrição sumária de cada códice e seus respectivos limites de datação. Os grandes desafios na organização do acervo documental estão relacionados à padronização das descrições dos fundos e ao tratamento técnico concedido aos documentos que o

Johann Moritz Rugendas (Augsburgo, 1802 – Weilheim, 1858). *Guerillas* (*sic*). In: RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil.* Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. 3a série; v. 8. (Coleção Reconquista do Brasil)

integram. O Fundo Secretaria de Governo da Capitania possui inúmeros instrumentos de pesquisa e inventários que fornecem importantes elementos para o direcionamento do consulente em suas consultas ao acervo. Esses códices não possuem fichas analíticas que avaliem a tipologia de suas fontes integrantes, assunto, breve descrição, órgão produtor ou emissor e sua datação.[13] Destarte, o consulente precisa vasculhar grande parte da documentação pinçando as fontes necessárias para satisfazer suas inquietações.

A principal interface entre os ofícios do historiador e do arquivista constitui a problematização dos mecanismos empregados na gestão documental, ou seja, a discussão de sua organicidade, fabrico e procedência. No tocante à temática indígena, o inventário sumário da documentação da Secretaria de Governo aponta a existência de cinco códices: "ofícios", "ordens", "despachos" e "atos diversos" da Junta da Conquista e Civilização dos Índios e Navegação do Rio Doce[14] e cartas do governador relativas à catequese e repressão dos índios (SC-197).[15] O livro SC-197 (1773) possui 80 páginas, mas contém o registro de somente uma carta. Todavia, o pesquisador que anseia percorrer as sendas da etno-história terá de empunhar sua bateia e revirar o "cascalho bravo" para encontrar suas referências documentais.

Após alguns anos de garimpagem, proponho neste breve texto traçar algumas reflexões acerca do emprego das fontes da Secretaria de Governo na elaboração de

trabalhos de história indígena e do indigenismo.[16] Os percursos e encalços da crítica documental possibilitam aos historiadores importantes reflexões sobre o uso do documento no enredo de suas questões de estudo. Esperamos contribuir com historiadores e arquivistas na divulgação de fontes documentais ainda pouco exploradas, bem como problematizar o tratamento metodológico e tipológico concedido às fontes nos procedimentos de pesquisa.

Os desafios da história indígena

O principal desafio imposto aos historiadores para a elaboração de uma história indígena constitui o resgate da historicidade dos povos conquistados em meio às representações e ações dos empreendimentos coloniais. John Manuel Monteiro ressalta a necessidade da recuperação das lógicas e dinâmicas inerentes ao universo da conquista, pois “na articulação destes processos históricos – da expansão europeia e das mudanças sociais indígenas – reside a gênese da sociedade colonial”.[17]

Na historiografia existente, desenvolveu-se a noção de “vazio demográfico”, segundo a qual a colonização se processa desprovida de quaisquer conflitos, como se a conquista transcorresse em territórios despovoados. No entanto, o historiador de tema precisa avaliar a instalação de um aparato político-administrativo nos sertões, perscrutando os conflitos ou a inserção dos povos indígenas nessas investidas. A documentação produzida pelo aparato político da Capitania de Minas Gerais indica-nos que administrar é viabilizar a gestão de um território em unidades geográficas relacionadas. Todavia, ao analisarmos os processos de incorporação de novos espaços, por intermédio da conquista dos domínios indígenas, devemos problematizar a configuração de territorialidades e conformações espaciais, além de interpretar os seus enquadramentos nos projetos do Estado.

O historiador precisa compreender as realidades vividas pelos indígenas no contato com os conquistadores por intermédio da documentação produzida por estes. Tais procedimentos analíticos requerem certas habilidades para a interpretação de dados geralmente esparsos e eivados de etnocentrismos. Todavia, necessitamos analisar na documentação os esforços de compreensão do outro, por vezes explicitado pelo contraste de concepções e experiências de quem a produziu. O pesquisador deve interpretar a elaboração discursiva dos manuscritos com o objetivo de reconstruir a historicidade e as vivências dos índios nos processos de conquista colonial. Conforme Serge Gruzinski, os contatos entre diferentes mundos culturais promoveram divergências e reestruturações contínuas nos indivíduos. Destarte, as imprevisibilidades e mobilidades dessas trajetórias incitam os historiadores a se distanciarem de toda interpretação preconcebida de sua realidade histórica.[18]

A historiografia tem recorrido aos conceitos operacionais de “etnogênese”[19] e “resistência adaptativa”[20] para fundamentar suas abordagens e interpretações. Esse repertório conceitual foi essencial para distanciarmos os processos de conquista colonial de uma crônica preconizadora da extinção das comunidades nativas. Ao avaliarmos a inserção dos indígenas na sociedade colonial, não olvidamos as práticas de violência e dominação impostas pelos conquistadores, mas ressaltamos o descortinar de um novo universo mental, territorial e cultural vivenciado pelos conquistados.[21] A resistência indígena não pode ser unicamente pensada como atitude ofensiva e guerreira perante as ações colonizatórias. Todavia, os nativos buscaram estabelecer e satisfazer seus interesses no contato colonial. Afinal, como integrante dos processos de colonização e catequese, o índio compreendia a realidade na qual estava inserido. De meras vítimas das investidas colonizadoras, os indígenas tornaram-se importantes agentes dos processos de conquista.[22]

O conceito de etnogênese representa uma reconfiguração cultural e identitária de indivíduos ou de uma comunidade perante processos endógenos e exógenos a estes. O processo de etnogênese entre os índios ocorre por meio de elementos informados pelas suas cosmologias ou pela realidade colonial. Nas aldeias coloniais e aldeamentos do sertão de Minas Gerais, concentraram-se diferentes grupos políticos e étnicos. Reunidos sob a designação de cristãos, aldeados e aliados, os indígenas reordenavam sua percepção espacial, social, política e de poder. Para John Manuel Monteiro, em meio às classificações étnicas dos tempos da conquista, as quais se denominam tribalização e etnificação, engastou-se um processo que não representou somente a subjugação dos índios a outrem, mas configurou a formação de novas identidades.[23] O autor verifica que os etnômios refletiram os ideais de controle e assimilação das populações conquistadas. Contudo, Monteiro argumenta que essa tentativa dos conquistadores de diluir as diversidades étnicas representou importante referência para as populações indígenas na construção dessas novas identidades.

A análise das fontes disponíveis permite-nos observar as políticas de colonização das fronteiras encampadas pelo governo da Capitania de Minas Gerais. Para a elaboração da história indígena, os pesquisadores precisam demonstrar como esses dialogaram e se articularam com tais projetos. Conforme enuncia Manuela Carneiro da Cunha, quando vislumbramos os interstícios das ações de conquista, deparamo-nos com aspectos constitutivos de uma "política indígena". A Coroa portuguesa possuía suas estratégias formais e informais de domínio das populações nativas e de seus territórios. No entanto, os índios também possuíam motivos próprios para se aliarem aos projetos coloniais, articulando as ações de que eram objeto com as suas disposições pessoais, bem como as inerentes ao seu grupo. Na leitura das fontes, o historiador deve, portanto, problematizar a interpretação dos indígenas acerca das investidas de conquista em seus territórios.

Aspectos da política indigenista

Dom Luís Diogo Lobo da Silva aplicou a legislação indigenista, denominada pela historiografia de "*Pombalina*", nos territórios que administrou: as capitanias de Pernambuco[24] e de Minas Gerais. Segundo Laura de Mello e Souza, o governador nomeado em 1755 para a Capitania de Pernambuco aplicou a lei do *Diretório dos índios*, criando 25 novas vilas e arrebanhando 25.370 almas. Lobo e Silva aderiu à "maré antijesuítica", investindo na instituição de professores régios e na cobrança do subsídio literário, imposto para a reconstrução de Lisboa assolada pelo terremoto (1755). Em 1763, o governante encampou esses projetos na Capitania das Minas Gerais.[25] O governador publicou a carta régia que concedia liberdade aos índios (1755), determinou a expulsão e prisão de jesuítas e difundiu o *Diretório Régio*.[26]

A "Lei de Liberdade" (1755) restabeleceu aos índios aldeados, sob o controle de ordens religiosas, a "liberdade de suas pessoas, posses e comércio". Os índios passaram a ser regidos pelas mesmas leis que as das povoações civis, por meio da administração temporal.[27] O *Diretório dos índios* (1757) foi um corpo legal elaborado para normatizar as aldeias civis e regulamentar a liberdade indígena do "Vale Amazônico". Esse *corpus* visava incorporar o indígena na sociedade colonial, instruindo-o na língua e inserindo-o nas atividades econômicas e em sua estrutura social.[28] Estendido para toda a América Portuguesa (1758), o *Diretório* consolidou-se como a coluna vertebral da política indigenista, regulando as ações colonizadoras dirigidas aos índios, até ser revogado legalmente em 1798.[29]

Nas Minas do ouro, a aplicação do *Diretório* consorciou-se ao processo de conquista e "descimento"[30] das populações nativas para os aldeamentos régios. Investiu-se militarmente contra o gentio para constituição desses aldeamentos, como meio de promover

Puris e Coroados, desenho de Hermann Burmeister (Strallsund, Alemanha, 1807 – Buenos Aires, Argentina, 1892). In: BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1952.

Puris *Coroados*

sua inserção no mundo colonial. Os índios foram aldeados sob forte coação e violência e ameaçados de extermínio caso não se integrassem à sociedade hegemônica e se submetessem à vontade dos colonizadores.[31] Na construção dos primeiros estabelecimentos para catequese e conquista indígena, o governo da Capitania de Minas Gerais recolheu "contribuições voluntárias" de seus habitantes.[32]

Diogo Lobo da Silva recebeu "índios silvestres [...] Coropós, Guarulhos e Croás, que habitam com mais de 150 nações nos dilatados distritos deste governo", na "Serra da Mantiqueira até o Rio Doce e Serra do Mar", concedendo-lhes vestuários, ferramentas e o batismo. O governador franqueou informações de "sertanejos práticos" acerca dos domínios territoriais desses indígenas, compostos por "extensas terras de boa qualidade, felicidade dos rios e grande quantidade de nações [...] destituídas das luzes do Evangelho".[33]

Lobo da Silva determinou que os "vadios e facinorosos" habitassem povoados de "cinquenta fogos para cima com Juiz Ordinário, Vereadores, Procurador do Conselho, repartindo-se entre eles com justa proporção as terras adjacentes".[34] A construção de "povoações civis" foi traço marcante na política empreendida para conquista dos sertões. Os projetos de construção de uma "aldeia de índios domésticos" em cada comarca da capitania, elaborados no primeiro quartel dos setecentos, foram retomados.[35] Em 1767, foi erigida a Freguesia de São Manoel de Rio Pomba com o objetivo de agremiar os índios sob a forma de um aldeamento.[36] A presença indígena e os ataques de quilombolas eram os principais obstáculos para a conquista e governo dos sertões da capitania.[37]

Índios aliados

Durante a primeira metade do século XVIII, os indígenas eram considerados pelo governo da Capitania de Minas Gerais as "sentinelas do sertão", pois continham as explorações minerais ilegais e os contrabandos nas áreas de fronteiras abertas. Entretanto, os nativos personificaram, em fins dos setecentos, um empecilho para a conquista das terras sertanejas e de suas riquezas.[38] Os confrontos entre os indígenas e os colonizadores tornaram-se constantes e intensos, em decorrência do grande número de expedições militares de conquistas que palmilhavam os sertões. (Quadro 1)

A freguesia de Guarapiranga sofreu inúmeros ataques de quilombolas.[39] Três expedições organizadas na cidade de Mariana rumaram aos sertões para resgate de uma menina de 13 anos capturada pelos negros. Os sertanistas salvaram a moça, apreendendo 21 escravos fugidos. Outra expedição aprisionou quatro negros e trouxe uma cabeça cortada. O capitão de uma dessas investidas nos sertões relatou os ataques com flechas efetuados pelos índios contra os expedicionários e os negros aquilombados. O comandante ressaltou que poderiam empregar nas próximas explorações às terras sertanejas os "índios mansos", como medida preventiva a novos ataques de quilombolas e devido ao grande poderio bélico desses indivíduos.[40] A Câmara de Vila Rica afirmou que os extensos sertões do Rio Chopotó eram povoados por "índios, até o presente, incomunicáveis". Os juízes asseguraram que as terras sertanejas de sua jurisdição eram "ricas em ouro" e que, para explorá-las, necessitavam do estabelecimento de uma povoação civil entre os índios, concedendo-lhes vestuários e ferramentas.[41]

Em Vila Rica aportaram "índios domésticos da nação Pataxó", residentes no distrito da Casa da Casca, trazendo aprisionados quatro negros quilombolas (1770). Os índios foram gratificados pelas apreensões.[42] Informou-se ao comandante de ordenança de Santa Ana dos Ferros, José Gonçalves Vieira, que os índios de Joaquim Barbosa – juntamente com Manoel Gonçalves, Mateus da Cunha e outros da nação Pataxó – capturaram

quatro negros fugidos “em matos de sua habitação”. Considerou-se a ação dos índios “muito louvável” e de “utilidade do bem comum”.[43] O comandante, informado das diligências dos aldeados, procedeu à entrega dos pagamentos, como estímulo para que cuidassem de “desinfestar as matas desta perniciosa casta de gente”. Os mesmos índios foram providos do vestuário necessário para acompanhar Vieira e os colonos que necessitassem de companhia nas entradas pelos sertões.[44]

O capitão José Gonçalves Vieira possuía inúmeros indígenas em seu corpo de arregimentados. Nas diligências encabeçadas pelo padre Manoel de Jesus Maria, para a instalação da freguesia de São Manoel de Rio Pomba, foram empregados alguns dos administrados de Vieira. O governador Lobo e Silva solicitou que o comandante cedesse “alguns índios dos que tem civilizado” para atuarem como “línguas” (tradutores e mediadores culturais nas práticas catequéticas).[45] A Real Fazenda entregou ao capitão José Lemes da Silva dez libras de aço para conserto das ferramentas concedidas pelo Conde de Valadares, em virtude do acréscimo do “número dos mesmos índios nos aldeamentos”. Para aldear os índios Croatos, despenderam-se de dez machados, dez enxadas e vestuários. Remeteu-se ao capitão Silva, no mesmo ano, uma bruaca de sal para gastos com os índios.[46] Em 1775, assistiu-se com vestuário seis índios provenientes da aldeia do Chopotó.[47]

A conquista dos sertões

No Fundo Secretaria de Governo, conforme enumeramos, verifica-se um grande número de correspondências trocadas entre o governador e diversas autoridades da capitania acerca dos procedimentos para a conquista dos sertões. O governador deveria ordenar a organização de bandeiras e entradas ou aprovar essas investidas por ação de particulares. Por intermédio dessa documentação, podemos avaliar os projetos políticos encampados pela capitania, o contorno e a ocupação de suas fronteiras e o estabelecimento de instrumentos formais e informais de domínio sobre as terras sertanejas. Nas fontes de prestação de contas da Real Fazenda, vislumbramos os inúmeros gastos operacionalizados com a conquista colonial.

Para que fossem concedidos aos índios, o desembargador da Real Fazenda de Minas entregou ao padre Manoel de Jesus Maria oito chapéus, 72 côvados[48] de camelão,[49] 79 côvados e uma terça de baeta,[50] 54 varas de pano de linho, 52 varas de estopa,[51] 72 varas de aniagem,[52] um sino, 36 “facas flamengas”, 24 rosários de contas, seis machados pequenos, seis foices pequenas, seis varas de fita de cadarço.[53] Compraram-se e remeteram-se aos armazéns 186 varas de côvado de baeta, 36 varas de cadarço, um maço de linhas de pano de linho e um maço das mesmas linhas coloridas, para que fossem entregues aos índios na Freguesia de Rio Pomba.[54] Para os mesmos trabalhos de catequese, facultaram-se 19 chapéus, 84 varas de pano de linho, 186 varas e meia de estopa, 158 côvados de baeta, 36 varas de cadarço, duas resmas de papel, um maço de linhas de linho e outras meadas de cor.[55]

De 1758 a 1760, a Real Fazenda realizou compras de ferramentas e vestuários destinados aos índios do Rio Chopotó. Entre os itens outorgados aos indígenas, citaremos somente os relacionados ao vestuário: 165 coturnos, 21 saias de chita, dez “saias de riscado”, 20 saias, 20 “saias de drogrete[56] lavrado”, 45 “camisas riçadas”, 25 “bombachas de riscados”, 15 “bombachas de droguete”, 130 bombachas, seis maços de miçangas, seis dúzias de rosários brancos e duas dúzias de espelhos.[57] O parecer dos administradores ultramarinos para esses gastos foi favorável, porque precisavam demonstrar aos índios as vantagens de seu consórcio aos projetos coloniais.[58] Para as autoridades administrativas coloniais, essas doações de vestuários traduziam o pacto entre colonos e indígenas.

Os agentes administrativos forneciam prêmios aos índios que compactuassem com os seus interesses colonizatórios, especialmente nas atividades militares e expedições nas terras sertanejas. Os líderes indígenas, também chamados de caciques ou capitães dos índios, eram agraciados com boas vestes e acessórios, que lhes asseguravam reconhecimento e prestígio social nos aldeamentos.[59] Os índios inseridos nas atividades militares da conquista colonial eram distinguidos por símbolos e bom tratamento na comunidade paroquial.

Nos arrolamentos de despesas da Real Fazenda, do Fundo Secretaria de Governo, verificamos que a distribuição de gêneros norteou-se pela "qualidade" ou "função" desempenhada pelos indígenas no aldeamento: entregou-se "uma camisa e bombacha de tafetá[60] para o batismo do cacique".[61] O Diretório dos Índios determina que os nativos fossem vestidos conforme a "qualidade de suas pessoas, graduações e postos".[62] Os aldeados de Rio Pomba foram providos de vestuário, concedidos conforme a distinção e qualidade de suas pessoas. A hierarquização social na distribuição das vestimentas aos aldeados pode ser percebida com a diminuta oferta de chapéus, tecidos de baeta, tafetá e camelão. Esses artigos de maior custo eram ofertados aos índios que ocuparam cargos administrativos e diretivos nos aldeamentos. A hierarquização do vestuário desempenhou papel significativo na demarcação e construção das fronteiras identitárias entre índios, não índios, índios aldeados, índios aliados e "os não assimilados".[63]

O consórcio com os indígenas foi essencial para a sobrevivência e conquista das plagas sertanejas. Os índios ensinaram aos sertanistas os modos de viver nos sertões e as técnicas militares mais eficazes para o combate aos inimigos, a chamada "guerra de guerrilha" ou "de emboscada". As atribuições militares e os cargos diretivos desempenhados pelos indígenas nos aldeamentos podem ser avaliados pelos registros de cartas patentes contidos no Fundo Secretaria de Governo. O índio coroado Francisco Soares Xavier conseguiu proeminência entre os aldeados de Rio Pomba, nos primórdios da década 1770, atuando como capitão do mato. A primeira honraria concedida a Francisco Xavier, o título de capitão, é observada no batismo da índia adulta coroado Quitéria, no qual foi padrinho (1777).[64] Todavia, a sua confirmação no posto de "Capitão da Ordenança de pé dos índios Croato do Rio da Pomba" foi assegurada por patente, expedida pelo governador, após o falecimento do capitão Leandro Francisco, cacique dos índios coroados, conforme consta no despacho (1788):

> Faço saber que esta minha carta patente atendendo a que se acha vago o posto de Capitão da Companhia de Ordenança de pé dos índios Coroados do Distrito do Rio da Pomba, termo da cidade de Mariana, por falecimento de Leandro que o era; e sendo preciso prover-se o dito posto em pessoa digna de exercer, concorre com os requisitos necessários em Francisco Soares Xavier, e esperar dele em que tudo o que for encarregado o Real Serviço e para sua obrigação se haverá com pronta satisfação desempenhando o conceito que formo de sua pessoa.[65]

Francisco Xavier foi considerado digno de exercer o comando da companhia dos índios, concorrendo com os "requisitos necessários" para tudo o que for encarregado pelo "Real Serviço" e por suas atribuições. O índio regeria uma companhia composta de 60 soldados e residiria no distrito de Rio Pomba. As concessões de cartas patentes aos índios revelam a distinção concedida aos aldeados que se integraram aos projetos coloniais de exploração dos sertões – especialmente por meio de expedições militares nas companhias de ordenanças e na tropa paga – e na direção dos aldeamentos. As titulações, distinção social e "honra", eram galgadas pelos aldeados por intermédio dos serviços prestados na sociedade colonial. Por meio dos documentos citados, observamos que os indígenas apropriaram-se

Representação de índio em posição de ataque, detalhe da cartela do *Mapa da Comarca de Sabará* de 1778, do engenheiro militar José Joaquim da Rocha (São Miguel da Vila de Souza, Extremadura, Portugal, c. 1740 – Minas Gerais, 1804). Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial (Secretaria de Governo – Colônia) – SC 005.

dos mecanismos dispostos pelos colonizadores na efetuação de suas conquistas. O historiador é desafiado a compreender a apropriação e articulação dos elementos coloniais nas trajetórias dos nativos.

Cartas de sesmarias e a conquista colonial

Os indígenas sofreram inúmeras investidas militares de conquista em seus domínios territoriais. O período de instalação do aldeamento de Rio Pomba, década de 1760, coincide com o maior número de entradas para os sertões da Capitania – 26% (vide Quadro 1). As expedições às áreas sertanejas tiveram seu zênite entre 1760 e 1790, concentrando cerca de 67,72% das investidas do governo da capitania (vide Quadro 1). Essas incursões visaram empreender a conquista de terras, que posteriormente eram confirmadas por título de sesmaria.[66] Segundo Laura de Mello e Souza,[67] a década de 1760 foi o período de maior concessão de sesmarias: entre 1764 e 1768, o governador Lobo Silva conferiu 362 cartas, média anual de 90,5; entre 1768 e 1773, o conde de Valadares distribuiu 443, cerca de 88,6 ao ano. Maria Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur localizaram 93 entradas em Minas Gerais colonial, entre os anos de 1755 e 1804, e verificaram que 85% das investidas eram concentradas nos sertões da Comarca de Vila Rica.[68]

No Quadro 2, quantificamos as sesmarias doadas para o termo de Mariana, concedendo especial atenção à porção sertaneja da Comarca de Vila Rica. Observamos que cerca de 38,4% dos títulos confirmados eram concernentes ao período correspondente ao maior número de expedições de exploração aos sertões (vide Quadro 1). Um grande número de terras foi repartido nos anos de 1790 a 1800, sendo cerca de 303 títulos de posse, 28,77% do total das concessões para o termo de Mariana (vide Quadro 2). As principais dificuldades na quantificação das cartas de sesmarias residem nas referências muito esparsas de suas localizações. A documentação faz alusão a freguesias e capelas, barra ou confluência de rios, sertões e acidentes geográficos. Todavia, torna-se muito complicado quantificar essas concessões devido a alterações sempre constantes dos termos de Mariana, em decorrência das conquistas que se efetuavam por investidas das câmaras e paróquias, que anexavam terras sertanejas aos domínios de sua jurisdição. Inúmeras localidades estavam situadas em áreas fronteiriças da jurisdição de termos, em especial as da atual Zona da Mata Mineira, na qual se imbricavam os termos da cidade de Mariana e das vilas de São João e São José del-Rei.

As cartas de sesmaria fornecem-nos importantes informações sobre a toponímia setecentista, desenvolvimento das atividades econômicas e elementos para pesquisas genealógicas. As indicações espaciais presentes nos documentos de concessão de posse de terras permitem-nos estudar a configuração espacial da capitania, assim como problematizar a ocupação e expansão das fronteiras; ou seja, os limites para o espaço conhecido e para o que poderia ser conquistado. O Fundo Secretaria de Governo da Capitania possui mais de oito mil cartas de sesmarias.[69] Os títulos de sesmarias foram dispostos em um instrumento de pesquisa bem elaborado, sendo possível, portanto, localizar os documentos pelo nome do sesmeiro, assim como verificar propriedades por nome, data e localização. Algumas dessas doações foram transcritas na **Revista do Arquivo Público Mineiro**.[70]

Para solicitar o título de sesmaria, o requerente deveria possuir mão de obra escrava ou familiar para lavrá-la, tomar posse da terra em pouco mais de dois anos da doação e demarcá-la judicialmente. As concessões não poderiam circunscrever as margens de rio navegável e de caminhos e não impedir a repartição de jazidas minerais, no intuito de não prejudicar o “bem comum”. Todavia, a intensa doação de títulos de sesmarias provocou transtornos aos administradores dos aldeamentos,

pois os colonos invadiram as glebas demarcadas aos índios.[71] Quando confrontamos o período de maior distribuição sesmarial, apontado por Souza, e as posses concedidas em Mariana (vide Quadro 2), observamos que cerca de 50% das cartas de sesmarias expedidas pelos governadores Lobo e Silva e Valadares se localizavam nos limites do seu termo. Observamos ainda que nos anos de 1750 e 1760 as investidas coloniais foram efetuadas na região das freguesias de Furquim, Barra Longa e Guarapiranga, singrando os rios Chopotó, Bacalhau, Turvo Limpo e Sujo, Espera, Paciência, Brejaúbas, da Casca e Tapera.

Na década de 1770, investiu-se na Barra do Rio Pomba, especialmente na porção territorial de sua margem direita, na qual se localizava a Paróquia de São Manoel. No final dos setecentos, as investidas de conquista e de exploração da terra concentraram-se na porção esquerda do leito do Rio Pomba, nos limites do Termo de Barbacena e nos rios Formoso, Novo e Cágado. Todavia, a concessão de sesmarias na região limítrofe às aldeias coloniais efetuava-se com consultas prévias aos oficiais da Câmara de Mariana, diretor dos índios e capitães de ordenanças, porque era necessário certificar-se de que as terras eram devolutas e não circunscritas no espaço do aldeamento. Esse procedimento pode ser observado no requerimento de João Rodrigues França e José Silva Ribeiro, para angariarem terras de cultura devolutas em um córrego do Rio de São Geraldo, próximo ao Rio Turvo, na Barra do Bacalhau. A Câmara de Mariana solicitou informações sobre o pedido de sesmaria ao diretor do aldeamento de Rio Pomba, o capitão Francisco Pires Farinho. O diretor assegurou que as terras não eram cultivadas e distantes dos aldeamentos dos índios, não localizadas em margem de rio navegável, tampouco concernidas no patrimônio de capela ou em áreas proibidas.[72]

Entretanto, os procedimentos para concessão de títulos de terras eram burlados pelos poderes locais. Na doação das cartas de posse de Joaquim e de José Leitão de Almeida (1798), verificamos a localização de suas propriedades próximas ao aldeamento, "entre as sesmarias de João Francisco Mesquita e da Portaria da Aldeação dos índios Freguesia São Manoel da Pomba".[73] O conflito entre colonos e indígenas pela posse das terras tornou-se uma constante no cotidiano da fronteira colonial, constituindo-se ainda um dos principais problemas para a administração do vigário de Rio Pomba, Manoel de Jesus Maria, e do diretor dos índios.

O cruzamento das petições de confirmação e doação de sesmarias, dos pareceres dos oficiais do Senado da Câmara e dos oficiais de distrito para a doação, geralmente enviados à Secretaria de Governo – localizados nos códices de correspondências, na documentação avulsa da Secretaria de Governo e nos documentos avulsos da Casa dos Contos –, e dos títulos de concessão permitem-nos avaliar os processos de ocupação da capitania, a política colonizatória dos governadores e os interesses dos conquistadores. Ao avaliarmos as cartas de sesmarias, devemos problematizar os processos de conquista dos sertões e o seu impacto sobre a população indígena, que habitava as terras solicitadas pelos conquistadores.

Crítica documental

Os documentos são peças fundamentais do conhecimento histórico. Portanto, devem ser apreendidos como resultantes de determinado tempo e esforço na descrição de uma realidade. De maneira fragmentária ou indiciária, eles traduzem vestígios de experiências vividas, objetos, sensações e impressões. As fontes históricas são sempre exploradas e inquiridas por inquietações do presente, de acordo com valores, preocupações, conflitos, projetos e gostos de cada pesquisador.[74] O historiador, após ter reunido e "dissecado"

as fontes disponíveis, estabelece encadeamentos entre os diferentes componentes dos temas estudados, construindo um discurso com coerência e sentido. A crítica documental encetada pelos historiadores é imprescindível para o trabalho de classificação, organização e estudo arquivístico. Nos limites apontados por este artigo, esperamos ter contribuído para a interpretação da natureza e possibilidades das fontes depositadas no Fundo Secretaria de Governo da Capitania, avaliando o seu emprego na "operação histórica" e contextualizando o fundo no universo documental do APM.

Problematizamos o resgate da historicidade dos povos indígenas nos processos de conquista, por meio das fontes elaboradas pelo aparato político-administrativo que narram o contato colonial entre povos e etnias diversas. A história da população nativa não pode ser analisada como resultado espúrio dos processos de conquista ou nas suas relações com a sociedade nacional. Ao avaliarmos a transformação das aldeias em aldeamento, procedimentos de "descimentos" e vivências dos indígenas na sociedade colonial, não podemos incorrer na interpretação de que os índios foram "deglutidos" pelos conquistadores; tampouco vislumbrar suas trajetórias como fadadas ao desaparecimento.

Por meio dos casos apresentados, sinalizamos que as negociações do indígena com o "mundo colonial" não devem ser abordadas unicamente como elemento de uma "mediação simbólica" entre populações e mundos tão dissonantes, porque estamos diante de um intenso processo de reconstrução identitária, sociopolítica e de poder nas trajetórias aborígines. Todavia, esse é o principal desafio do historiador ao analisar a história indígena em meio ao emaranhado de documentos e discursos gestados pela política indigenista e poder colonial.

Ao abordarmos as fontes contidas no Fundo Secretaria de Governo da Capitania, caracterizamos alguns de seus documentos compósitos e apresentamos o seu manancial de possibilidades de estudo. Os procedimentos de digitalização documental, bem como o apuro metodológico na elaboração de instrumentos, inventários e guias de pesquisas e na divulgação da produção historiográfica facilitaram o acesso e pesquisa dos documentos. A disponibilização de toda a documentação da Secretaria de Governo da Capitania em base de dados *on-line* revela que o APM realmente cumpre a sua função social.

Notas |

1. COELHO, João José Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Organização, transcrição documental e textos introdutórios de Caio César Boschi; preparação do texto e notas de Melânia da Silva Aguiar. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007, p.167.

2. COELHO. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*, p.169.

3. BOSCHI, Caio César. "Parte II". In: COELHO. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais,* p.103-107.

4. O fundo documental que estudamos foi designado por Seção Colonial (SC), mas desde 1992 resgatou-se a denominação correta do fundo, qual seja, Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais, com o objetivo de preservação dos princípios organizacionais do fundo, suas características, procedência e confecção.

5. A caracterização das principais tipologias documentais utilizadas pela administração ultramarina portuguesa e empregadas pelos arquivistas na elaboração de inventários e classificação documental pode ser consultada em: MARTINHEIRA, José Joaquim Sintra. Os documentos d'El Rei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLII, n. 2, p. 131-145, julho-dezembro de 2006.

6. INVENTÁRIO DO FUNDO SEÇÃO COLONIAL. Secretaria de Governo da Capitania (1605-1849). Revisão e atualização: Diretoria de Arquivos Permanentes - Diretoria de Acesso à Informação e Pesquisa, Secretaria de Estado de Cultura do Estado de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte, 2005. Ver também: *Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro*. Secretaria de Estado de Cultura do Estado de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte, 2006.

7. Marta Melgaço Neves analisa o conjunto orgânico de documentos que integra o Fundo Secretaria de Governo da Capitania, identificando os principais norteamentos para sua elaboração e dos seus instrumentos de busca, dedicando especial atenção à organização e classificação em suas fases corrente e permanente. A autora analisa de maneira detida os livros da SC-405 e da SC-03, avaliando os procedimentos de gestão e organização da documentação da secretaria do governador. Ver: NEVES, Marta Melgaço. *Em busca da organicidade*: um estudo do fundo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 1997.

8. BOSCHI, Caio César. Os códices coloniais do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v. 9, p. 21-30, 1989.

9. BOSCHI, Caio César. Nas Origens da Seção Colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 43, v. 1, p. 38-51, 2007.

10. *http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/.*

11. LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas: Editora Unicamp, 2000. p. 541.

12. BOSCHI, Caio César; MORENO, Carmem; FIGUEIREDO, Luciano; (Org.). *Inventário da Coleção Casa dos Contos* – livros, 1700-1891. Belo Horizonte: PUC Minas – Fapemig, 2006. v.1; BOSCHI, Caio César (Org.). *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. Ver também o inventário analítico elaborado pelo prof. Caio César Boschi em virtude do tratamento técnico aos documentos não encadernados do Fundo Casa dos Contos, disponível na base de dados digital do APM: *http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/.*

13. A *Revista do Arquivo Público Mineiro* (doravante RAPM) publicou importantes instrumentos de pesquisa com descrições analíticas de alguns códices: RAPM, ano XXII, 1928, p.325. (Índice do Livro 10 da Seção Colonial – Secretaria de Governo do APM, elaborado por T. Feu de Carvalho); RAPM, ano XXIV, 1933. (Índice dos Livros 11 e 12 da Seção Colonial – Secretaria de Governo do APM, elaborado por Abílio Velho Barreto); RAPM, ano XXI, 1928, fasc. 3 e 4, p. 551. (Índice do Livro 09 da Seção Colonial – Secretaria de Governo do APM, elaborado por T. Feu de Carvalho); RAPM, ano XXVI, 1975, p. 63 (Índice dos Livros 15, 16, 394, 395 e 399 da Seção Colonial – Secretaria de Governo do APM); RAPM, ano XX, 1926, p. 413. (Índice dos Livros 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da Seção Colonial – Secretaria de Governo do APM, elaborado por T. Feu de Carvalho).

14. APM. SC-334, Registro de ofícios expedidos pela Junta da Civilização e Conquista dos Índios do Rio Doce. (1808-1814); SC-343, Registro de despachos da Junta de Conquista e Civilização dos Índios e Navegação do Rio Doce (1809-1821); SC-369, Registro de ofícios e ordens da Junta da Conquista e Civilização dos Índios e Navegação do Rio Doce (1814-1821); SC-373, Registro de atos diversos da Junta da Conquista e Civilização dos Índios e Navegação do Rio Doce (1816-1825).

15. APM. SC-197, Registro de cartas do Governador relativas à catequese e repressão dos índios (1773).

16. Em estudo de mestrado, que contou com o apoio do CNPq, dediquei-me à compreensão das relações sociais e de poder na construção de uma freguesia nos "sertões do Rio Pomba e Peixe dos índios Coropós e Coroados" (1767-1813). Estudei os processos de instituição do Estado na fronteira colonial através da ereção de um aldeamento. Nesse sentido, problematizei a construção de uma paróquia sobre os "domínios indígenas", avaliando a configuração desse espaço, assim como os conflitos e identidades inerentes a esse processo. O principal objetivo desse estudo foi resgatar a historicidade dos "povos conquistados" em meio às representações e ações dos empreendimentos de conquista. Cf. PAIVA, Adriano Toledo. *O domínio dos índios:* catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813). Dissertação (Mestrado) – PPGHIS, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. O projeto de desenvolvimento da pesquisa contou com o inestimável apoio do CNPq.

17. MONTEIRO, John Manuel. De índio a escravo: a transformação da população indígena de São Paulo no século XVII. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1989, v. 30/31/32, 1988/1989/1990, p.170.

18. GRUZINSKI, Serge. Passer les frontières: deplacer les frontières à México (1560-1580). In: LOUREIRO, Rui Manuel; GRUZINSKI, Serge (Coord.). II Colóquio Internacional sobre mediadores culturais. Séculos XV a XVIII. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999. p. 207-227.

19. Segundo Boccara, a terminologia e "a noção de etnogênese" são pouco usuais na França, sendo empregadas amplamente pela literatura antropológica norte-americana. O termo foi acionado inicialmente por William Sturtevant, em 1971. Desde então, a expressão experimentou um notável câmbio semântico nos últimos tempos. O emprego inicial, conferido por Sturtevant, relacionava-se intrinsecamente com a emergência física de um novo grupo político. A noção de etnogênese foi desvinculada de uma categorização biológica. Atualmente, o termo é empregado nos estudos etno-históricos para designar diversas transformações no contato cultural, não se restringindo a mudanças políticas. Cf. BOCCARA, Guillaume. Rethinking the Margins/Thinking from the Margins: Culture, Power, and Place on the Frontiers of the New World. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, n. 10, p. 72, 2003.

20. STERN, Steve J. *Resistance, Rebellion and Consciousness in the Andean Peasant World, 18th to 20th*. The University of Wiscosin Press, 1987. STERN, Steve J. Paradigmas da conquista, história e historiografia e política. In: BONILLA, Heraclio (Org.). *Os conquistados*: 1492, e a população indígena das Américas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 27-66.

21. Conforme Guillaume Boccara, os estudos recentes enfatizam a capacidade de adaptação e de criação das sociedades indígenas e empregam a possibilidade de novas configurações sociais sob os processos de fricção e fusão da conquista, assim como a incorporação de elementos estranhos a uma cultura. Além disso, salienta-se que os processos de etnogênese não podem ser estudados sem se levarem em conta os processos de etnificação e etnocídio que o acompanham. BOCCARA, Guillaume. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas: Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. *Memoria Americana,* n. 13, p. 21-52, janeiro-dezembro de 2005.

22. O estudo de Maria Regina Celestino de Almeida constitui a principal referência para análise dos processos de etnogênese e resistência adaptativa nos aldeamentos coloniais: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas*: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Arquivo Nacional, 2003.

23. MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e os historiadores*: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência, Área Antropologia, subárea História Indígena e do Indigenismo. IFCH- UNICAMP: Campinas, 2001. p. 57-59.

24. Para aplicação do Diretório Régio no Pernambuco Colonial, pelo governador Lobo e Silva, consultar: SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande*: dinâmicas locais sob o diretório Pombalino. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

25. SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 331-332.

26. APM. CC. 1156. Anexo – 08, p.2-3v. O códice possui traslados de cartas e alvarás régios enviados para a Secretaria de Governo de Pernambuco, concedendo liberdade aos índios, expulsando os jesuítas e estabelecendo o comércio com as populações nativas. A documentação foi transcrita e publicada na Capitania mineira, iniciando um processo intenso de conquista dos sertões e de aldeamento de indígenas.

27. *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário.* §10, §88, §89, §91.

28. Uma análise primorosa dessa política indigenista pode ser vislumbrada em: COELHO, Mauro César. *Do sertão para o mar:* um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). Tese (Doutorado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

29. A revogação dos textos legais do Diretório dos Índios não representou o ocaso de suas práticas, pois em muitas regiões da América Portuguesa ele continuou a estruturar as ações político-administrativas para as populações indígenas. As permanências dessas práticas sociojurídicas é tema pouco explorado pela historiografia, sinalizando uma importante seara de pesquisa.

30. Os termos "descer índios" e "descimentos" eram concebidos na legislação indigenista como deslocamentos de indígenas para os estabelecimentos

dos colonizadores. As expressões referiam-se ao processo de convencimento dos índios do sertão das vantagens de seu estabelecimento nos aldeamentos. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.118.

31. Conferir a aplicação da política indigenista nas Minas Gerais em: RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos:* índios coloniais em Minas Gerais Setecentista. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. p. 52-92.

32. APM. CC. 1156. Anexo – 08. Rio Doce e Piracicaba – Contribuições voluntárias dos povos da Capitania (MG) para a redução e catequese dos índios que a infestam e respectivas despesas (1761-1768).

33. Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas Gerais, informando como vieram os cinquenta índios para serem batizados na fé católica, e outros assuntos relacionados. AHU. Cons. Ultram. – Brasil/MG, cx. 83, doc. 16 (1764).

34. RAPM, ano XVI, fascículo I, p. 451-452. Sobre os procedimentos políticos e administrativos no tratamento da população livre e pobre, consultar: SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro*: a pobreza mineira no século XVIII. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

35. APM. SC. 126, p. 227 [169]. Este códice possui inúmeras petições das Câmaras de Vila Rica e Sabará para a construção das "aldeias de índios mansos".

36. Para conferir a documentação de ereção da freguesia/aldeamento de São Manoel do Rio Pomba: APM. SG. cx. 06, doc. 23. (03/08/1768); Consultar o estudo de mestrado: PAIVA. *O domínio dos índios:* catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813). (Especialmente o capítulo I)

37. APM. SC. 126, p. 222 [164].

38. LANGFUR, Harold Lawrence. *The Forbidden Lands: Frontier Settlers, Slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil, 1760-1830*. Faculty of the Graduate School, University of Texas/Austin, 1999. p. 47.

39. Representação dos oficiais da Câmara da cidade de Mariana, pedindo providências a D. José I no sentido de evitar os contínuos insultos e vexames de que são vítimas os moradores da referida cidade por parte dos negros, negras e mulatos forros. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG, cx. 67, doc. 61 (1755).

40. APM. SC. 130, p. 5-6.

41. APM. SC. 126, p. 79-85. Inúmeras ferramentas, vestuários e mantimentos foram concedidos aos índios do Rio Chopotó em 1760.

42. APM. SC. 179, p. 35v-36, 28 de agosto de 1770.

43. APM. SC. 179, p. 35-36v, 28 de agosto de 1770.

44. APM. SC. 179, p. 45v.

45. RAPM, ano II, fascículo 2, p.357-358, 1897.

46. APM. SC. 204, p. 30-30v, 24 de fevereiro de 1775.

47. APM. SC. 204, p. 30 (1775).

48. O "côvado" era uma unidade empregada para medir "seda ou panos de cor" e equivalia a aproximadamente três palmos. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.

49. Segundo Bluteau, o camelão é um tecido "de pelo de camelo", mas também se empregava o pelo de cabra com lã ou seda em sua confecção. BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*.

50. O tecido baeta era composto por 54 fios de lã. BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*.

51. Nos setecentos, o tecido estopa representava o linho grosseiro. BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*.

52. O pano denominado de aniagem era composto por fios de linho cru, comumente fabricado no norte de Portugal, com a peça com largura de três palmos. BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*.

53. O cadarço era um tipo de seda, geralmente utilizado no acabamento de peças mais grossas do mesmo pano. BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*.

54. APM. SC. 204, p. 40.

55. APM. SC. 204, p. 40v, 19 de junho de 1775.

56. O droguete era o tecido elaborado pela mescla de linho com lã ou seda. BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*.

57. APM. SC.126, p. 79 [54] – 85 [58].

58. Dispomos parte do despacho do Conselho ultramarino para os gastos com vestuários aos indígenas: "*para aldear os mesmos índios, parecendo grande atrativo o de lhe fazer demonstrativo os lucros que se lhe segue da mesma administração, e isto por ato positivo para lhe desta sorte desvanecer as prevenções com que intentaram pervertê-los os jesuítas como tem feito em toda a parte*". APM. SC.126, p.85 [58], 13 de agosto de 1760. [Mantivemos a estruturação textual do documento para não alterarmos a sua interpretação.]

59. Para uma reflexão documental, teórica e metodológica do consórcio dos indígenas aos processos de conquistas, em especial as lideranças indígenas do aldeamento de Rio Pomba, ver: PAIVA. *O domínio dos índios:* catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813).

60. O tecido tafetá era um tecido fino, leve e transparente, geralmente confeccionado com fios de seda. BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*.

61. APM. SC.126, p.82 [56]. (20/05/1758) [Atualizamos a grafia do documento].

62. *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*. §15.

63. QUEIJA, Berta Ares. Mestizos em hábito de indios: estratégias transgresoras o identidades difusas? In: LOUREIRO, Rui Manuel e GRUZINSKI, Serge (Coord.). *Passar as fronteiras*: atas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais – Séculos XV a XVIII. Centro de Estudos Gil Eanes: Lagos, 1999.

64. Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Manoel do Rio Pomba (AEP-SMRP), livro 02, p. 39, 23 de fevereiro de 1777.

65. APM. SC. 249, p. 285-285v. (1788) Em outro registro de carta patente, Francisco Xavier foi dotado da atribuição de "*Capitão do mato do distrito de Serra Abaixo, nas cabeceiras do Rio Pomba*". O índio participaria de expedições de captura de negros fugidos e quilombolas.(1788) APM. SC. 249, p.194 v-195.

66. RESENDE. *Gentios brasílicos*, p. 72.

67. SOUZA, Laura de Mello e. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas Minas Gerais, 1769. In: REIS, João

José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.195.

68. RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Tempo*, v.12, n. 23, p. 10, 2007,

69. RAPM. Catálogo de Sesmarias: Série instrumentos de pesquisa. Belo Horizonte, ano XXXVII, v. I e II, 1988.

70. Transcrições de cartas de sesmarias nas RAPM (vol.-ano): III - 1898; IV -1899; V - 1900; VI - 1901; VII - 1902; IX - 1904; X - 1906; XI-1907; XII - 1908; XIV- 1910; XV- 1910; XVII - 1913; XVIII- 1914; XIX- 1921; XX - 1926; XXIV- 1933; A sala de referência do APM possui um instrumento de pesquisa em que consta o arrolamento das cartas transcritas na RAPM por nome do sesmeiro.

71. Para abordagem jurídica da concessão de sesmarias em Portugal e na América Portuguesa, consultar: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *História e sesmaria*: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros do Rio de Janeiro (século XVIII). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2002.

72. APM. SG, cx. 27, doc. 30, 9 de outubro de 1794.

73. APM. SC. 286, p. 12v, 8 de junho de 1798.

74. CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In*:* LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). *História*: novos problemas. Tradução de Theo Santiago. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976. p. 20-22.

Quadro 1

Entradas nos sertões das Minas Gerais (1710-1808)

Ano	N. A.	%
1710-1720	4	4,30
1720-1730	4	4,30
1730-1740	7	7,52
1740-1750	2	2,15
1750-1760	3	3,22
1760-1770	26	27,95
1770-1780	20	21,5
1780-1790	17	18,27
1790-1800	4	4,3
1800-1808	6	6,45
Total	**93**	**100**

Fonte: Quadro das entradas e bandeiras, Minas Gerais, século XVIII. In: RESENDE. *Gentios brasílicos,* p. 72. *Elaboramos o cálculo em percentual para o quadro.

Quadro 2

Cartas de sesmarias concedidas nos limites do termo de Mariana (1750-1810)

Ano	N. A.	%
1750-1754	116	11,01
1755-1759	154	14,62
1760-1764	123	11,68
1765-1769	148	14,05
1770-1774	133	12,63
1775-1779	11	1,04
1780-1784	40	3,79
1785-1789	25	2,37
1790-1794	67	6,36
1795-1799	150	14,24
1800-1810	86	8,16
Total	**1053**	**100**

Fonte: RAPM. Catálogo de Sesmarias: Série instrumentos de pesquisa. Belo Horizonte, ano XXXVII, v. I e II, 1988.

Adriano Toledo Paiva cursou bacharelado e licenciatura em História na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestrado em História na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, desenvolve seus estudos doutorais no Programa de Pós-graduação em História da UFMG, pesquisando os processos de conquista e governo dos sertões da Capitania de Minas Gerais na segunda metade dos setecentos, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Acesso livre à informação pública

Emerson Nogueira Santana

A implantação do Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro foi um grande desafio enfrentado pela equipe técnica do APM, mas os bons resultados alcançados colocam a instituição na vanguarda da arquivologia brasileira.

> A sociedade passou, nos últimos anos, por grandes transformações advindas da introdução de novas tecnologias na vida cotidiana. A informática está cada vez mais presente na vida do cidadão moderno e os arquivos públicos, responsáveis pela preservação da memória coletiva, não ficaram imunes a essa influência – foram afetados em toda a sua rotina, desde os procedimentos de tratamento técnico até a disponibilização de acervos custodiados para pesquisa.

A introdução de inovações no cotidiano das pessoas gera, quase sempre, insegurança e certo grau de resistência. Isso não foi diferente em relação à inclusão das novas tecnologias nos arquivos públicos brasileiros – entidades caracterizadas pelo uso de metodologias historicamente consagradas e pela padronização dos procedimentos de tratamento documental.

No Arquivo Público Mineiro (APM) não foram poucas as dificuldades enfrentadas durante o processo de digitalização do acervo e introdução de mecanismos informatizados de acesso à informação pública. Trata-se de uma instituição centenária, que desde fins do século XIX realiza o recolhimento e o tratamento de documentos com o objetivo de preservar e difundir a informação histórica e cultural de Minas Gerais e do Brasil.

O seu acervo é composto, atualmente, por documentos de vários tipos e suportes, que remontam ao século XVIII, período colonial brasileiro.

> Em seus depósitos e salas climatizadas encontram-se aproximadamente 1,5 quilômetros de documentos textuais, cerca de 65.000 fotografias e negativos fotográficos, mapas, plantas, filmes e microfilmes. Conta, ainda, com uma biblioteca especializada em história de Minas Gerais e arquivologia, com cerca de 10.500 títulos, sendo 2.000 obras raras.[1]

A diversidade e a grandiosidade do acervo foram dois fatores considerados de fundamental relevância para a continuidade do processo de informatização. A presença de vários tipos e suportes documentais é um obstáculo a ser vencido quando buscamos a disponibilização de acervos em um sistema integrado. Por outro lado, um volume grande de documentos gera muita informação, sendo necessário um cuidado especial com os mecanismos de armazenamento e preservação digital.

A construção de sistemas informatizados de acesso no âmbito do APM iniciou-se com experiências isoladas que pretendiam solucionar problemas específicos atinentes a determinados tipos e suportes documentais. Como exemplo, citamos o acervo fotográfico, cujo processo de digitalização foi o primeiro a ter início. Esse acervo especial foi priorizado devido à necessidade de redução da manipulação dos originais em negativo e em papel, ou seja, foi uma estratégia de preservação.

Ao longo dos anos, foram construídos sistemas baseados em linguagens e padrões técnicos distintos para cada projeto de digitalização e informatização de fundos e de coleções. Esses sistemas, embora precários, cumpriram o importante papel de facilitar o acesso à documentação durante o período em que foram utilizados. Essas experimentações serviram, ainda, de laboratório, ampliando os conhecimentos da equipe técnica do APM sobre o uso das novas tecnologias em arquivos. Foram fundamentais para o aprendizado dos funcionários, pois introduziram o debate e a prática da informatização nos diversos setores da instituição.

Essa experiência anterior permitiu a ousadia de planejar e implantar um sistema integrado de pesquisa. Isto significa que o SIA-APM é fruto de um trabalho preliminar com as novas tecnologias de informatização de acervos introduzidas no ambiente da organização.

As principais questões enfrentadas não se referiam, portanto, ao despreparo da equipe técnica e à ausência de conhecimentos sobre a importância de se desenvolverem ferramentas informatizadas para a descrição de documentos e disponibilização de acervos para pesquisa. Os técnicos do APM já realizavam a digitalização de acervos e conheciam alguns *softwares* e equipamentos disponíveis no mercado, o que influenciou a decisão de implantar um grande sistema integrado de acesso. Iniciava-se, então, o processo de unificação dos sistemas desenvolvidos ao longo dos anos e a ampliação dos benefícios da informática para o acesso aos outros conjuntos documentais do acervo do APM, não se restringindo aos tipos e aos suportes priorizados anteriormente.

Disponibilizar de forma integrada um acervo composto por documentos avulsos e códices dos séculos XVIII e XIX, fotografias, periódicos, filmes e microfilmes, dentre outros, exigiria equipamentos robustos, com espaço suficiente para o armazenamento de grande volume de informação em meio digital. Também era necessário um sistema confiável para o gerenciamento de todo o conjunto de informações geradas. Assim, os principais obstáculos a serem superados naquele momento eram:

- capacidade de armazenamento insuficiente dos servidores da instituição;
- existência de vários bancos de dados e sistemas de pesquisa baseados em plataformas distintas;
- diversidade e grandiosidade do acervo, com seus vários suportes e tipos documentais;
- ausência de recursos financeiros suficientes e de equipe técnica especializada em nível necessário.

Esses problemas não eram de fácil e rápida solução. No entanto, por se tratar de instituição bem estruturada, considerada referência para o tratamento arquivístico no Brasil, as dificuldades foram enfrentadas como um desafio pelos funcionários e dirigentes do Arquivo Público Mineiro.

Primeiros passos

Os primeiros passos foram dados por meio da realização de pesquisa mais detalhada sobre os *softwares* específicos para acervos que existiam na época e a preparação de um projeto para captação de recursos financeiros. Seria impossível executar as ações planejadas sem o estabelecimento de parcerias, pois não havia recursos orçamentários suficientes.

Após constatar a inexistência de *software* adequado às necessidades do acervo do Arquivo Público Mineiro naquele momento, optou-se pela inclusão de recurso específico no projeto para a contratação de empresa de desenvolvimento de banco de dados e sistema informatizado de pesquisa. Essa decisão foi tomada visando à melhor adequação da ferramenta às exigências técnicas da arquivologia e às características do acervo beneficiado pelo projeto.

Superada a dúvida relacionada à compra ou desenvolvimento do sistema, passou-se à elaboração do projeto, concluída em janeiro de 2006, que recebeu o título *Acervo Documental do Arquivo Público Mineiro: preservação digital, integração de bancos de dados e aprimoramento do acesso público*.

Os objetivos principais do projeto eram desenvolver um sistema *web* para descrição, indexação e acesso ao acervo do Arquivo Público Mineiro e dotar a instituição de equipamentos imprescindíveis para a preservação dos documentos digitais. Em outros termos, buscava-se a unificação dos bancos de dados existentes e o aprimoramento do acesso aos documentos por meio do desenvolvimento de um sistema integrado de pesquisa ao acervo. Todas as etapas de implementação do sistema deveriam considerar medidas para o correto armazenamento do acervo digital, visando a sua preservação.

O sistema desenvolvido e os equipamentos adquiridos para integrar e disponibilizar os diversos tipos e suportes documentais se justificavam pelo benefício gerado para o pesquisador. O foco do projeto era o cidadão. Todas as ações visavam à disponibilização de informações em interface padronizada e amigável, facilitando o acesso à informação pública.

Outra exigência da equipe consistia na viabilidade de inclusão de novos acervos que seriam integrados, posteriormente, por meio de módulos. Isso era necessário, tendo em vista a impossibilidade de disponibilizar toda a documentação imediatamente e a previsão de crescimento do acervo do APM por recolhimento ou doações.

Assim, as características do sistema e a definição dos equipamentos necessários foram pensadas de forma a garantir a preservação digital e a agilidade no acesso ao patrimônio documental acumulado pelo Arquivo Público Mineiro. O projeto previa, ainda, a substituição de equipamentos defasados, modernizando os setores de informática, de digitalização e de consulta à documentação digital.

Em novembro de 2006, poucos meses depois de ter sido submetido por meio da Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro, o projeto estava aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) para captação de recursos necessários, em conformidade com a Lei Federal de Incentivo à Cultura/Lei Rouanet. Essa captação não tardou, sendo o projeto apoiado pelo *Programa Cemig Cultural*, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), empresa que se sensibilizou para a importância da iniciativa de preservação e divulgação do patrimônio documental do Estado.

A implantação

As atividades prosseguiram conforme as cinco fases planejadas para a execução do projeto:[2]

1. Análise das bases de dados dos acervos do APM, buscando-se identificar possíveis semelhanças, inconsistências, problemas de indexação, falhas de funcionamento etc.
2. Projeto e desenvolvimento do novo sistema de indexação e consulta, levando-se em consideração as necessidades da instituição em relação ao sistema a ser desenvolvido.
3. Importação e conversão dos metadados do acervo para o novo sistema, incluindo conversão ou alteração de determinados dados como forma de garantir a qualidade do serviço e compatibilizar os arquivos antigos com o novo sistema desenvolvido.
4. Importação dos documentos digitalizados para o novo sistema, incluindo a realização de diversos testes de indexação e a geração de imagens dos documentos em resolução menor para agilizar o acesso ao acervo.
5. Instalação dos servidores e terminais de consulta e implantação do sistema na rede interna do APM, com a realização de diversos testes visando garantir a performance e a usabilidade. Disponibilização do sistema na internet.

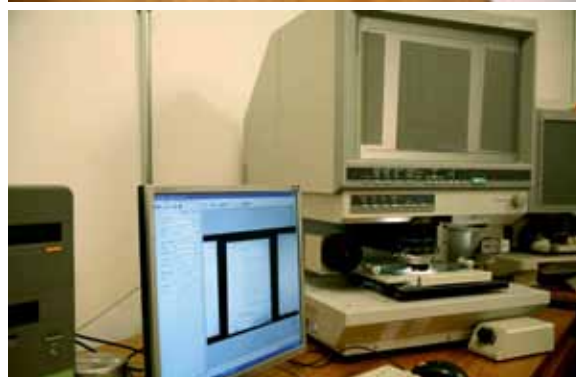
É importante destacar que, em qualquer processo de transferência de conteúdos do meio analógico para o digital, a informática deve se adaptar à realidade existente, atendendo às suas demandas e garantindo a permanência de métodos e técnicas consagradas pelas outras ciências. Faz-se necessário um processo de negociação entre a arquivologia e a informática durante o processo de implementação de um sistema como o SIA-APM. No entanto, as concessões não devem interferir ou modificar a base metodológica do tratamento documental.

Os investimentos em tecnologias de digitalização feitos pelo APM nos anos anteriores à implantação do projeto tinham gerado um grande volume de informações que necessitavam de nova solução de armazenamento e de consulta. Pretendia-se contribuir para a ampliação do

acesso à informação pública e viabilizar a preservação de um grande volume de documentos dos séculos XVIII, XIX e XX, que já estavam digitalizados e se encontravam em risco.

O projeto seguiu plenamente o cronograma inicial, e o sistema, com as primeiras bases de dados migradas, foi lançado em novembro de 2007. Desde então, foram incorporados outros módulos com novas informações disponíveis para os pesquisadores interessados. Atualmente, os seguintes módulos do acervo do Arquivo Público Mineiro podem ser acessados:

- **Guia de Fundos e Coleções** – Fornece informações sobre o processo de acumulação, o conteúdo, o sistema de arranjo, as condições de consulta e os instrumentos de pesquisa de cada um dos conjuntos documentais que compõem o acervo do Arquivo Público Mineiro. Encontra-se estruturado em três partes: fundos de origem pública, fundos de origem privada e coleções, de acordo com a proveniência e a forma de acumulação dos documentos.
- **Imigrantes** – Permite o acesso aos registros migratórios do APM, necessários para a emissão de certidão probatória de ascendência. Os livros de registro de imigrantes provenientes da Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora (MG), se encontram digitalizados e disponíveis para leitura. São códices que registram a chegada de estrangeiros em Minas Gerais entre 1888 e 1901.
- **Plataforma Hélio Gravatá** – Consiste em sistematização de fontes relevantes para o estudo da história de Minas Gerais. Ao acessar esse módulo, o pesquisador pode conhecer os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, valioso conjunto de documentos da História do Brasil, publicados pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, em 1977.
- **Coleção Casa dos Contos** – Inventário completo com as descrições de documentos administrativos produzidos, nos séculos XVIII e XIX, em Minas Gerais.

Preparação de documento para microfilmagem pela Diretoria de Acervos Permanentes; equipamentos e procedimentos técnicos para digitalização na Diretoria de Conservação de Documentos. Arquivo Público Mineiro – fotografias de Flávio de Paula do Espírito Santo.

Trata-se da documentação tributário-fiscal acumulada durante o funcionamento da antiga Casa dos Contos de Ouro Preto. O acervo contém documentos fazendários, tais como: folhas de pagamento de funcionários da capitania, cartas, instruções e ordens régias, arrematação de contratos e registros de rendimentos de diversos impostos como dízimos, direitos de entrada e de passagem, ofícios de justiça e de fazenda, quinto do ouro e capitação de escravos, subsídios voluntário e literário, contas correntes, receita e despesa, dentre outros. Apresenta, também, documentação pessoal de contratadores e livros da Superintendência e Guardamoria de Terras e Águas Minerais.[3]

- **Secretaria de Governo da Capitania –** Trata-se da documentação acumulada pela Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais, também identificada como Seção Colonial. O acervo é composto por documentos produzidos por autoridades do reino, da colônia e da Capitania de Minas Gerais. A Secretaria de Governo tinha como atribuições a expedição, o despacho, o registro e a tramitação de toda a documentação produzida e recebida pelo governador da capitania. São "correspondências, instruções do Conselho Ultramarino, alvarás, arrematações, atestados, atos régios e do governo da capitania, avisos, bandos, cartas patentes, cartas de sesmarias, cartas régias, cartas de nomeação, certidões, leis, decretos, despachos, editais, fianças, informações, instruções, ordens, petições, portarias, provisões, regimentos, representações, requerimentos, resoluções, rogatórias, termos, obrigações e autos de assistência".[4]
- **Acervo Fotográfico –** Coleção de fotos do acervo do Arquivo Público Mineiro. São aproximadamente 5.500 imagens digitalizadas com temas diversificados e que registram paisagens e acontecimentos da História do Brasil e de Minas Gerais. O pesquisador pode visualizar todo esse conjunto de fotografias que já se encontra digitalizado a partir de qualquer computador, via internet.
- **Revista do Arquivo Público Mineiro –** Há mais de 100 anos a **Revista do Arquivo Público Mineiro** se mantém como importante veículo para a historiografia mineira, divulgando artigos, ensaios, documentos e instrumentos de pesquisa. Todas as edições, inclusive as esgotadas, estão digitalizadas e disponíveis para leitura pela internet.
- **Jornais Mineiros –** Permite a leitura dos jornais que circularam em Minas Gerais entre 1825 e 1900. Os periódicos foram digitalizados no âmbito do projeto *Jornais Mineiros do Século XIX: digitalização, indexação e acesso*, desenvolvido pelo Arquivo Público Mineiro, em parceria com a Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). São 267 títulos de periódicos editados em várias localidades do Estado de Minas Gerais.
- **Imagens em Movimento –** Apresenta um acervo de filmes históricos com imagens de cidades mineiras, de personalidades e governantes de Minas Gerais e de eventos realizados no Estado, dentre outras. A videoteca do SIA/APM disponibiliza, ainda, um videodocumentário sobre os bastidores do Arquivo Público Mineiro produzido pela Rede Minas, em 2006.
- **Theses Médicas –** Disponibilização de teses médicas do século XIX, pertencentes ao acervo de Obras Raras do Arquivo Público Mineiro. Trata-se de coleção de teses defendidas por médicos mineiros na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na Faculdade de Medicina da Bahia e na Faculdade de Medicina de Paris, entre 1836 e 1897. São 251 teses, encadernadas em 21 volumes, que resultam em 21.410 imagens digitalizadas.[5]

Guia de referência

O SIA-APM apresenta, ainda, no módulo *links*, um guia de referência de outros acervos digitalizados disponíveis na internet. Dessa forma, o pesquisador pode iniciar sua consulta pelo acervo do Arquivo Público Mineiro e

buscar a complementação em outros projetos de digitalização de acervos e instituições referenciadas pelo sistema. Já estão disponíveis 71 *links*, distribuídos em três categorias: 31 instituições com acervo, 25 projetos de digitalização de documentos e 15 periódicos *on-line*. O módulo funciona como um repertório de fontes digitalizadas sobre a História de Minas Gerais e do Brasil.

Em novembro de 2008, o sistema sofreu sua primeira modificação de *layout* e a incorporação de novas funcionalidades. As alterações tiveram como objetivo atender às reivindicações dos usuários que alegavam algumas dificuldades de navegação e pesquisa na versão original. As mudanças na interface e a incorporação de novas funcionalidades tornaram o SIA-APM mais amigável e fácil de consultar, com uma linguagem visual mais interativa.[6]

Percebe-se, hoje, que o projeto extrapolou o objetivo inicial de beneficiar os cerca de 5 mil consulentes que visitavam o APM anualmente, conforme estimativa da época. O SIA-APM pode ser acessado de qualquer parte do mundo por meio da internet, possibilitando a ampla divulgação do acervo e ampliação do público beneficiado.

O direito à informação é uma das bases da democracia. Em se tratando de instituições públicas, a disponibilização de informações deve ser entendida como um dever. As instituições arquivísticas, responsáveis pela preservação e pelo acesso aos documentos de origem pública, devem fornecer mecanismos que facilitem a localização das informações pelos cidadãos. O SIA-APM é exemplar neste sentido, porque auxilia tanto o pesquisador profissional em sua busca por documentos históricos específicos quanto o cidadão comum que está à procura de registros de sua própria trajetória e de seus antepassados.

A implantação do Sistema Integrado de Acesso ao Acervo do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM) representou a superação de barreiras entre a arquivologia e a informática no ambiente da instituição. O sistema foi planejado como uma ferramenta baseada nas técnicas consagradas de tratamento de acervos arquivísticos, em associação com os benefícios trazidos pelas novas tecnologias de comunicação.

Com os novos equipamentos adquiridos e o sistema integrado de acesso em pleno funcionamento, o Arquivo Público Mineiro está mais bem preparado para cumprir sua atribuição de zelar pelo patrimônio documental de Minas Gerais e fomentar a pesquisa histórica por meio da difusão da informação arquivística. A concepção e a implantação do SIA-APM é, sem dúvida, um modelo a ser seguido no processo de informatização das instituições brasileiras mantenedoras de acervos históricos.

Notas |

1. GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 2006. p. 13.

2. Informações baseadas no projeto *Acervo Documental do Arquivo Público Mineiro: preservação digital, integração de bancos de dados e aprimoramento do acesso público*. Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro, 2006.

3. GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, p. 49.

4. GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, p. 94.

5. Arquivo Público Mineiro publica teses médicas do século XIX. Notícia de 29 de maio de 2009. Disponível em: *http://www.cultura.mg.gov.br*. Acesso em: 8 de março de 2010.

6. Riqueza histórica à mostra. Arquivo Público Mineiro lança nova versão de seu Sistema Integrado de Acesso. Notícia de 21 de novembro de 2008. Disponível em: *http://www.cultura.mg.gov.br*. Acesso em: 20 de fevereiro de 2010.

Emerson Nogueira Santana é bacharel em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e especialista em Comunicação Pública pelo Instituto de Ensino Superior de Brasília (Iesb). Foi diretor de Arquivos Permanentes do Arquivo Público Mineiro e, atualmente, é assessor de Comunicação da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional.

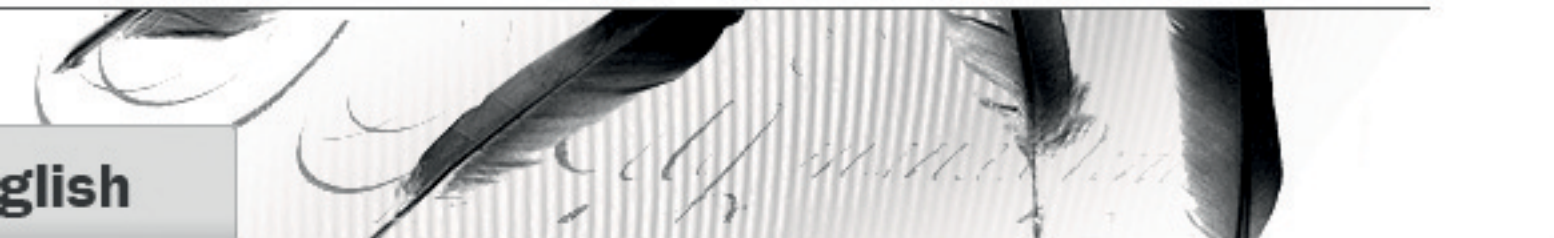
Revista do Arquivo Público Mineiro | Arquivística

Uma plataforma de pesquisa amplamente disponível

Flávio Augusto Rocha Bertholdo

PESQUISAR: buscar_ OK! PESQUISA AVANÇADA

MENU: fundos e coleções projetos links ajuda fale conosco

glish

Esta exposição sobre o desenvolvimento do Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro (SIA/APM), abrangendo especificamente a disponibilização do acervo de sua revista na internet, revela o quão desafiadora é a tarefa de planejar e implementar sistemas de informação para acervos permanentes.

filmes e a coleção centenária da Revista do Arquivo Público Mineiro. Saiba Mais »

ÇÕES

ões sobre o processo de acumulação, o conteúdo, o sistema de arranjo, as condições de consulta e os
ntos documentais que compõem o mais importante acervo sobre a história de Minas Gerais. Saiba Mais

CONFIRA O QUE ESTÁ ACESSÍVEL *no* SIA/APM:

otográfico

acervo fotográfico sob a
Arquivo Público Mineiro.

> ***Imigrantes***

Este repertório reúne códices que registram a chegada

> A aplicação da tecnologia digital, em especial a digitalização de acervos e os sistemas virtuais de informação, tem provocado significativa transformação no universo da Arquivística. As dimensões de preservação e acesso podem ser consideradas sob novas perspectivas, podendo inclusive tornar-se relacionadas e cooperantes.[1] A implementação de uma estratégia eficaz de recuperação da informação é essencial para evitar que os grandes volumes documentais se degenerem em massa de informação mal classificada e mal indexada. "A preservação no universo digital descarta toda e qualquer noção dúbia que entenda preservação e acesso como atividades distintas."[2] Tornar os acervos amplamente acessíveis é um desafio que precisa ser parte integrante do planejamento de qualquer instituição arquivística.

Há pouco mais de uma década, o Arquivo Público Mineiro (APM) iniciou a adoção da tecnologia digital como forma de potencializar suas ações de preservação e acesso.[3] Esse trabalho representa um capítulo recente da trajetória da instituição, focado em aspectos específicos da implementação e publicação do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM).[4] O sistema foi inaugurado oficialmente em 5 de outubro de 2007 em meio a um cenário de profundas modificações tecnológicas, com grande destaque para a vulgarização do computador e a consolidação da internet como plataforma global de publicação de informação. O SIA-APM é um sistema de informação multimídia que concentra os instrumentos de pesquisa e parte dos documentos do APM. Nele estão disponíveis para consulta: instrumentos de pesquisa em formato digital, milhares de documentos, fotografias, filmes e a coleção centenária da **Revista do Arquivo Público Mineiro** (RAPM).

A exposição detalhada dos bastidores da implementação do SIA-APM é o foco deste trabalho. As tecnologias e estratégias utilizadas são apresentadas em detalhes. Assim também os desafios e soluções encontrados são amplamente discutidos e contextualizados. Buscando-se uma melhor exemplificação do processo de desenvolvido, optou-se por apresentar em detalhes o projeto de disponibilização da **Revista do Arquivo Público Mineiro** via internet. A coleção da RAPM foi migrada e disponibilizada com utilização da infraestrutura fornecida pelo SIA-APM.

Trajetória digital

O Arquivo Público Mineiro, Superintendência da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, é responsável por planejar e coordenar o recolhimento de documentos produzidos e acumulados pelo Poder Executivo de Minas Gerais, assim como de documentos privados de interesse público. O Arquivo Público Mineiro foi criado em julho de 1895, ainda na antiga capital de Minas, Ouro Preto. O acervo sob sua guarda, recolhido ao longo de uma trajetória de mais de 100 anos, remonta ao início do século XVIII e é composto de documentos oriundos da administração colonial, do Império e da República, assim como de significativos arquivos privados de personalidades públicas e instituições ligadas à história do Estado.[5]

A tecnologia digital vem sendo adotada por instituições arquivísticas em todo o mundo como forma de aperfeiçoar ações de preservação e acesso.[6] Apesar de apresentar desvantagens significativas e nem sempre óbvias, o amplo conjunto de vantagens que oferece justifica a adoção da tecnologia digital como ferramenta efetiva nas políticas de preservação e acesso de acervos documentais.[7] A década de 1990 ficou marcada pela forte mobilização de instituições arquivísticas nacionais com o objetivo de realizar projetos voltados para a digitalização de acervos. Em parte, essa mobilização justifica-se pelos benefícios vislumbrados com a digitalização, sendo estimulada também pelos significativos financiamentos oferecidos por agências governamentais para projetos dessa natureza.

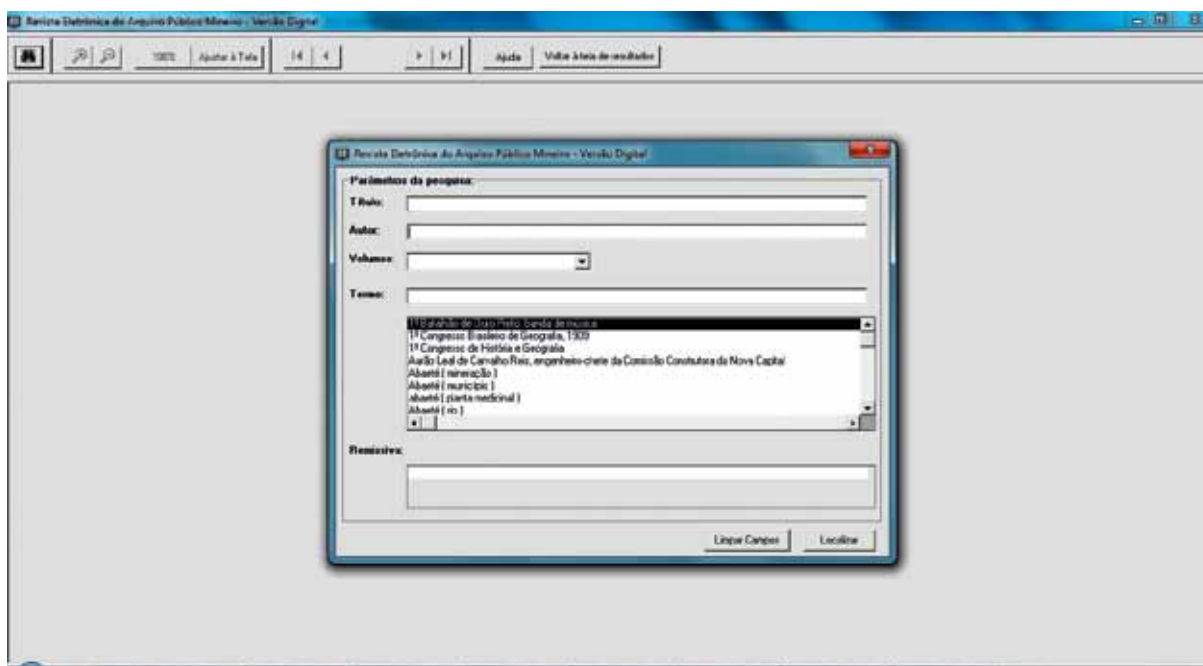
Grande parte dos projetos realizados nessa época considerou, predominantemente, a potencialidade de preservação oferecida pela digitalização dos acervos e praticamente relevou as novas possibilidades de acesso. No escopo dos projetos, é comum encontrar previsão apenas para a preparação e digitalização dos documentos, sem prever, porém, a geração de metadados, a implementação de bancos de dados ou ainda sistemas de informação que garantissem a eficaz recuperação das informações e documentos digitalizados.

O Arquivo Público Mineiro, assim como diversas instituições responsáveis pela guarda de patrimônios documentais, envolveu-se naquele momento com a avaliação da utilidade da tecnologia digital na realização de suas atividades de preservação e acesso. Após a estimativa das vantagens, desvantagens e riscos envolvidos, o APM optou por agregar os recursos oferecidos pela tecnologia digital como ferramenta adicional e complementar. O APM vem desenvolvendo projetos de digitalização desde 1999, quando incluiu em seu plano diretor um programa voltado para informatização do acervo.[8] Na fase inicial, optou-se por priorizar as coleções mais sensíveis a fatores de degradação, documentos mais acessados e os acervos de guarda compartilhada ou dispersos em várias instituições. Em pouco mais de cinco anos, já haviam sido digitalizados 350 mil páginas de documentos textuais, 11 mil fotografias e 200 mapas e plantas.[9]

Diversos projetos de digitalização e acesso em meio digital foram realizados no APM, dos quais podem ser citados: imagens do acervo fotográfico do APM – preservação e acesso em meio digital; Acervo do Dops – acesso em meio digital; projeto cooperativo Digitalização da Comissão Construtora da Nova Capital; edição eletrônica da RAPM e preservação e acesso aos acervos das câmaras municipais. Durante a realização desses projetos, observou-se que a simples digitalização transforma grandes massas documentais em dezenas ou até mesmo centenas de fitas magnéticas (do tipo DLT) ou discos ópticos (em geral DVD).

A substituição do suporte reduz significativamente o espaço de armazenamento físico necessário para as cópias digitais de preservação, no caso as imagens armazenadas em meio magnético, porém, pouco contribui para oferecer instrumentos eficientes de acesso aos documentos. Pilhas de fitas magnéticas ou discos ópticos contendo documentação digitalizada podem ser de manipulação mais complexa do que a do documento original em papel, quando observamos a fragilidade da informação digital[10] e o severo compromisso com a infraestrutura de *software* e *hardware* necessária para manter a documentação acessível. Essa constatação fica clara nas palavras de Conway: "Nesta perspectiva, gerar uma cópia de preservação de um livro deteriorado, em microfilme, sem tornar possível sua localização [...] é um desperdício de dinheiro." [11]

A equipe responsável pelos projetos de digitalização do APM mostrou-se comprometida com a elaboração de instrumentos de pesquisa para os acervos recém-digitalizados. No decorrer dos primeiros projetos, verificou-se a necessidade de estabelecer sistemas e bases de dados que assegurassem a qualidade da recuperação da informação. Sistemas de gestão documental para arquivos correntes vêm sendo estudados e aplicados desde a década de 1970. Entretanto, a aplicação desses sistemas aos arquivos permanentes é relativamente recente e requer um esforço de adequação para atender aos requisitos específicos dessa atividade.[12]

A aplicação de sistemas comerciais amplamente adotados na gestão documental, como os sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (GED), não tem se mostrado eficaz para a gestão de documentação arquivística de caráter permanente, por tratar-se de sistemas aplicados especificamente ao tratamento de acervos correntes.
O APM optou pela adoção de sistemas de informação

Interface da base de dados do sistema de pesquisa para a publicação eletrônica da *Revista do Arquivo Público Mineiro.*

Página do módulo da *Revista do Arquivo Público Mineiro* acessível no site do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro. *www.siaapm.cultura.mg.gov.br.*

específicos para cada projeto, adequados a sua realidade. Estabeleceu-se, então, uma parceria do APM com o Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), buscando-se a implementação de tais sistemas.

A equipe de implantação dos sistemas, composta na sua maioria por estudantes de graduação e mestrandos em Ciência da Computação, optou por uma plataforma de *software* comumente utilizada no final dos anos 1990. Os sistemas de informação foram desenvolvidos na linguagem de programação *Microsoft Visual Basic* e utilizadas as bases de dados do *Microsoft Access*. Foram desenvolvidos sistemas específicos para cada acervo. Apesar de apresentarem características comuns, cada sistema correspondia a uma aplicação isolada. A distribuição era realizada por meio de mídia óptica (CD-ROM ou DVD-ROM), que podia ser utilizada apenas na plataforma *Windows* da *Microsoft*. Cada sistema podia ser distribuído por meio de um conjunto de cinco ou mais discos, contendo o sistema de pesquisa propriamente dito, a base de dados e as imagens digitalizadas dos documentos. O sistema de pesquisa dispunha de busca por palavras-chave e ferramenta de visualização de imagens com recurso de *zoom*.

Os sistemas de informação introduzidos nessa época foram disponibilizados na sala de consultas do APM, tendo sido utilizados intensivamente pelos consulentes. Cópias das aplicações e bases de dados também foram distribuídas para outras instituições. Os sistemas apresentavam um pequeno problema de usabilidade: dependendo dos documentos que se desejassem consultar, diversas trocas de discos eram necessárias. Com o passar dos anos, novas versões do sistema operacional *Windows* foram lançadas e problemas de compatibilidade começaram a manifestar-se, destacando-se os relacionados com as bibliotecas compartilhadas do sistema operacional (DLL – do inglês *Dynamic-link library*).

Já em 2006, alguns sistemas enfrentavam os efeitos da obsolescência tecnológica. Nesse mesmo período, outros dois inconvenientes ganharam destaque. O primeiro refere-se ao fato de os sistemas não terem sido desenvolvidos para a plataforma *web*, tornando inviável a realização de consultas públicas por meio da internet. O segundo diz respeito ao problema de consolidação das pesquisas em diversos fundos e coleções. Cada sistema foi desenvolvido para indexar um acervo específico, permitindo consultas apenas a esse acervo. Quando o consulente desejava realizar pesquisas similares em diversos fundos ou coleções, deveria executar a consulta em outras tantas aplicações e realizar a junção dos resultados de forma manual.

Novo paradigma

O ano de 2006 registrou uma ruptura na trajetória de informatização adotada pelo APM. Após a realização de diversos projetos de digitalização e acesso em meio digital, o APM dispunha de considerável infraestrutura computacional, incluindo recursos de *hardware* e *software*. Mais de uma dezena de sistemas de informação haviam sido desenvolvidos para permitir o acesso ao acervo de documentos digitalizados. Equipes distintas haviam participado do processo de elaboração dos sistemas, sendo que alguns dos envolvidos já não mais possuíam vínculo com o APM. O fator manutenção ganhou grande destaque, pelo fato de que manter tais sistemas em perfeito funcionamento não era tarefa trivial. Garantir a operação e a evolução contínua dos sistemas exigia uma equipe técnica qualificada e considerável investimento financeiro. O desafio da manutenção dos sistemas ficou agravado por sua diversidade e pelas formas de aplicações autônomas. Constatou-se que desenvolver sistema de informação para acesso ao acervo é uma tarefa complexa, porém, ainda mais complexo é garantir o funcionamento desses sistemas em longo prazo, considerando os inúmeros fatores relacionados à obsolescência digital.

As políticas públicas de democratização da informação reafirmaram o compromisso de disponibilizar de forma ampla o acervo documental do APM ao conjunto da população. Apesar de o acesso estar garantido aos consulentes que o fizessem de forma presencial, restava o desafio de torná-lo efetivo também àqueles que estivessem geograficamente distantes. Os potenciais consulentes do acervo do APM encontram-se dispersos por todo o vasto território do Estado de Minas Gerais, assim como em diversas localizações no Brasil e no exterior. Logo, a distribuição em formato de discos ópticos, utilizada até então, mostrava-se restritiva quanto à cobertura oferecida. Eis que surge o desejo de disponibilizar os instrumentos de pesquisa em formato digital na internet. O maior desafio para a realização desse desejo residia na falta de suporte para a plataforma *web* por parte dos sistemas utilizados. Estudos preliminares demonstraram que para publicar tais sistemas na internet seria necessário readequá-los utilizando outra infraestrutura de *software*.

Devido aos fatores citados, verificou-se que um "refrescamento" dos sistemas de informação já implementados apresentava-se como medida inevitável. Essa reimplementação dos sistemas configurava-se como um enorme desafio, mas, muito além desse horizonte, a equipe responsável soube ver nessa situação uma oportunidade. Abria-se para o APM o ensejo para a revisão, de forma coesa e planejada, do processo de desenvolvimento dos seus sistemas de informação. Nesse momento, verifica-se uma quebra de paradigma na forma como a instituição conduz seu processo de informatização e até mesmo a sua presença na internet. Uma nova plataforma de *software* seria desenvolvida na direção das motivações apontadas.

Estudos foram conduzidos para identificar a forma mais adequada para reimplementar os sistemas. Experiências similares realizadas por outras instituições foram avaliadas. Porém, como os trabalhos eram relativamente recentes, informação consolidada sobre o assunto era praticamente indisponível. Novamente, o APM optou por trilhar um caminho próprio. A elaboração do novo sistema para acesso ao acervo digitalizado iniciou-se em abril de 2006. O novo sistema nascia com um diferencial conceitual: sua elaboração foi pautada em seis princípios, são eles:

Acesso remoto – o sistema deve garantir acesso independentemente da localização geográfica do consulente e ser elaborado em plataforma *web*, permitindo amplo acesso por meio da internet.

Plataforma de *software* livre – a plataforma utilizada como base para a elaboração do sistema deve privilegiar a utilização de *software* livre. Essa utilização deve levar em conta desde a linguagem de programação até o sistema gerenciador de banco de dados. Essa medida, além procurar a redução de despesas financeiras na aquisição e licenciamento de *software*, visa minimizar os riscos de obsolescência tecnológica inerente à plataforma de *software* adotada. A utilização de *software* proprietário está mais sujeita ao processo de obsolescência devido ao frequente lançamento de novas versões.

Código aberto – o sistema deve obrigatoriamente ser implementado como uma aplicação de código aberto. Ou seja, o código-fonte deve ser disponibilizado na sua totalidade ao APM. Essa medida visa garantir à instituição a condição de manter e ampliar o sistema, independentemente das pessoas ou empresas que realizarem sua manutenção.

Infraestrutura compartilhada – o sistema deve ser implementado na forma de estrutura única de *software*, permitindo que diversos subsistemas possam compartilhar recursos e operar de forma integrada. Essa medida visa simplificar o processo de manutenção do *software*, uma vez que funcionalidades comuns podem ser

implementadas apenas uma vez. Essa estratégia tem sido fortemente utilizada pela indústria de *software* em diversos sistemas. Pode-se destacar em especial o ERP (do inglês *Enterprise resource planning*), que se caracteriza por um conjunto de sistemas integrados destinados ao gerenciamento de processos empresariais.

Implementação modular – o sistema deve ser elaborado como um conjunto de módulos que podem operar de forma integrada e compartilhando infraestrutura comum. Esse modelo de implementação permite que novas funcionalidades possam ser adicionadas ao sistema sem a necessidade de sua reimplementação. Vale destacar que esse princípio opõe-se radicalmente ao utilizado anteriormente, no qual cada sistema era implementado como uma aplicação isolada e independente. O modelo planejado considera cada acervo a ser disponibilizado como um novo módulo. Observa-se que, apesar de um módulo poder apresentar características próprias, ainda sim deve preservar a compatibilidade com o núcleo do sistema e os demais módulos.

Sistema de pesquisa integrado – o sistema deve permitir que pesquisas sejam realizadas de forma integrada e simultânea em todos os acervos disponíveis. Busca-se um padrão de uso similar ao das máquinas de busca da internet, nas quais, independentemente da origem da informação, pode-se efetuar pesquisas por palavras-chave. O consulente pode pesquisar simultaneamente por termos em diversos fundos e coleções e receber um conjunto de respostas consolidadas.

O novo sistema foi desenvolvido considerando-se os princípios estabelecidos. O desenvolvimento inicial do núcleo e dos primeiros módulos foi realizado em 2006. O sistema foi batizado de Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM).[13] O SIA-APM foi lançado oficialmente em 5 de outubro de 2007, apesar de encontrar-se disponível na internet desde alguns meses antes. Inicialmente, optou-se por disponibilizar no SIA-APM a documentação digitalizada que já possuía instrumentos de pesquisa digitais. Os primeiros módulos foram implementados utilizando-se os metadados disponíveis em outros sistemas e realizando a migração das bases de dados para a infraestrutura do SIA-APM. No seu lançamento, o SIA-APM já disponibilizava um importante conjunto de instrumentos de pesquisa e documentos para consulta por meio da internet.

A Revista

Criada em 1896, a **Revista do Arquivo Público Mineiro** (RAPM) é uma das mais antigas publicações de História ainda circulantes no Brasil e reuniu desde sua fundação alguns dos estudos mais relevantes produzidos pela historiografia mineira. Em 2005, o Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, com a colaboração do Arquivo Público Mineiro e da Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro, contando ainda com o patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), lançou a edição da **Revista do Arquivo Público Mineiro** em meio digital. A publicação eletrônica disponibilizou a coleção completa do periódico em formato CD-ROM, sendo constituída por sistema de pesquisa, base de dados e imagens digitalizadas. A ferramenta de busca foi aplicada com base na elaboração de um vocabulário controlado que engloba temas especificamente relevantes para a História regional. Como foi dito por Luciana Murari na introdução da publicação eletrônica: "Através do mapeamento detalhado do conteúdo da publicação e da criação de ferramentas de busca, a edição em meio digital permite também a expansão do acesso à informação, abrindo novas possibilidades de exploração do conteúdo da **Revista do Arquivo Público Mineiro**, que tem ainda muito a contribuir para a historiografia de Minas Gerais."

Já nos primórdios do SIA-APM, observou-se a relevância de disponibilizar a coleção completa da RAPM e logo se fez a opção por programar um módulo que tornasse possível o acesso a esse importante acervo por meio da internet. O objetivo do módulo seria disponibilizar na íntegra o conteúdo da publicação eletrônica em CD-ROM, assim como as edições mais recentes do periódico publicadas a partir de 2005.

O trabalho foi iniciado pela migração da base de dados da coleção histórica da RAPM. O sistema de pesquisa e as bases de dados disponíveis na publicação eletrônica seguiam o padrão adotado pelo APM e já discutido anteriormente. O sistema havia sido implementado em *Microsoft Visual Basic* e as bases de dados encontram-se disponíveis em formato *Microsoft Access*. Primeiramente, essas bases de dados foram importadas no sistema gerenciador de banco de dados *MySQL*, que é utilizado na plataforma do SIA-APM. Após a importação, foi realizada a normalização da estrutura do banco de dados e adicionadas algumas tabelas auxiliares. Visando garantir a compatibilidade com a estrutura do SIA-APM, alguns ajustes foram realizados nos dados, os mais significativos relacionados à reformatação dos campos do tipo *data*.

Os ajustes mostraram-se necessários para garantir que as funcionalidades de pesquisa avançada e busca por palavras-chave no texto completo funcionassem corretamente no módulo da RAPM. Finalizando o processo de migração, as imagens digitais das páginas da revista foram reprocessadas e adicionadas ao banco de dados do SIA-APM. Buscando a adequação das imagens à utilização na internet, o SIA-APM utiliza três versões com resoluções distintas de cada imagem. Finalizada a migração, as bases de dados e as imagens digitalizadas encontravam-se em formato compatível com a estrutura do SIA-APM.

As novas edições da RAPM, publicadas a partir de 2005, apresentam um padrão editorial e projeto gráfico bastante sofisticados. Essas edições deveriam estar disponíveis no novo módulo do SIA-APM, formando um conjunto coeso com as edições anteriores. A ferramenta de pesquisa deveria funcionar de forma similar e integrada para todas as séries da revista. Preservar toda a riqueza gráfica presente nas edições recentes era condição obrigatória a ser satisfeita na publicação da RAPM por meio da internet. O APM havia disponibilizado o *download* das novas edições em seu *websit*e por meio de arquivos em formato PDF, contendo cada um o conteúdo completo de determinada edição.

Os arquivos disponíveis apresentavam tamanho elevado em *byte*s, tornando o processo de *download* demorado, principalmente para os consulentes que não possuíam uma conexão de alta velocidade. A solução adotada para publicar as novas edições no SIA-APM foi realizar a indexação por artigo e quebrar o arquivo PDF original em diversos arquivos menores, sendo um para cada artigo publicado. Vale destacar que essa abordagem permitiu descrever o conteúdo das novas edições de forma similar ao que havia sido realizado para as edições anteriores e ainda reduziu consideravelmente o tempo de acesso aos artigos. Evitou-se ainda a necessidade de digitalizar o material que havia sido produzido em meio digital, garantindo a qualidade visual.

A etapa seguinte foi a implementação do novo módulo, que foi escrito em linguagem PHP, como todo o sistema SIA-APM. O primeiro compromisso foi o de garantir que o módulo oferecesse todos os recursos de pesquisa disponíveis na publicação eletrônica da RAPM. Implementou-se a pesquisa por título, autor e termos de forma similar à disponível na versão em CD-ROM, porém, sem realizar distinção entre caracteres acentuados, maiúsculos e minúsculos. Ainda foram adicionadas três novas modalidades de pesquisa: por subtítulo, período e local de publicação. Foi aplicada a ferramenta de visualização padrão do SIA-APM, com

oferta de recursos de *zoom*, visualização em tela cheia e impressão das imagens digitalizadas. Foi também introduzido recurso adicional que permite que tanto os metadados quanto as imagens digitalizadas possam ser armazenados localmente em formato PDF.

As páginas das edições mais antigas da RAPM apresentam problemas típicos de acervos históricos, tais como degradação pelo escurecimento do papel, ressecamento da tinta, interferência frente-verso. A ocorrência desses fatores prejudica consideravelmente a legibilidade dos documentos. Um módulo específico para tratamento de imagens digitais foi então desenvolvido, baseado em técnicas de processamento digital de imagens. Implementou-se a abordagem proposta anteriormente para melhorar a qualidade visual e a legibilidade dos documentos históricos.[14]

A solução utiliza uma abordagem híbrida, combinando características globais e locais. Pode-se dividir o processamento em quatro etapas. Primeiro, as características globais do documento são extraídas. Na segunda etapa, são identificadas as linhas que apresentam conteúdo textual. Na etapa seguinte, é realizada a limiarização das linhas selecionadas, combinando características locais e globais. Finalmente, na última etapa, é realizada a binarização global do documento. A utilização dessa abordagem nas imagens do acervo da RAPM foi eficiente para melhorar a qualidade visual e a legibilidade em 92% dos documentos.

Conclusões e agradecimentos

Espera-se com este trabalho disseminar a utilização do SIA-APM como plataforma de pesquisa, assim como divulgar aspectos particulares da sua concepção. Esperamos que as informações contidas neste texto possam auxiliar profissionais envolvidos na desafiadora tarefa de planejar e implementar sistemas de informação para acervos permanentes. Por fim, pensamos em ampliar o debate sobre a manutenção e a obsolescência de tais sistemas a longo prazo.

O autor agradece ao Arquivo Público por propiciar as condições para a implementação do SIA-APM, em especial, ao seu ex-superintendente, Renato Pinto Venâncio, que, com sua ação visionária, realizou projetos fundamentais para o futuro da instituição. Agradece também ao professor Arnaldo de Albuquerque Araújo e toda a equipe do Núcleo de Processamento Digital de Imagens (NPDI), do Departamento de Ciência da Computação (DCC/UFMG), pelo importante trabalho de pesquisa realizado em parceria com o APM. Finalmente, ao professor Eduardo Valle, por ter vislumbrado a interessante combinação entre tecnologia e arquivologia e ainda apresentar novos caminhos para a centenária trajetória do APM.

Notas |

1. VALLE, Eduardo. *Sistemas de informações multimídia na preservação de acervos permanentes*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Departamento de Ciência da Computação, Instituto de Ciências Exatas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: *http://www.eduardovalle.com/permalink.htm?doc=doc00001*. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

2. CONWAY, Paul. *Preservação no universo digital*. Coordenação de Ingrid Beck, tradução de Olga Marder. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. 24p. Grifo do autor. Disponível em: *http://www.clir.org/pubs/reports/conway2/index.html*. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

3. LOPES, Carlos; VALLE, Eduardo; AMORIM, Eliane; VIEIRA, Fernanda. Digitalizando para durar: a experiência do Arquivo Público Mineiro. *Anais do I Congresso Nacional de Arquivologia* — ABARQ. Associação Brasiliense de Arquivologia, Brasília – DF, Brasil, 23-26 de novembro de 2004.

4. SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria de Estado de Cultura / Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, novembro de 2007. Disponível em: *http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br*. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

5. LOPES; VALLE; AMORIM; VIEIRA. Digitalizando para durar.

6. VALLE, Eduardo. Preservação digital e gestão eletrônica de documentos para museus e arquivos: O desafio dos acervos permanentes. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 37, 10 p, 2005.

7. VALLE. *Sistemas de informações multimídia na preservação de acervos permanentes*.

8. LOPES; VALLE; AMORIM; VIEIRA. Digitalizando para durar.

9. LOPES; VALLE; AMORIM; VIEIRA. Digitalizando para durar.

10. BESSER, Howard. Digital Longevity. In: SITTS, Maxine (Ed.). *Handbook for Digital Projects*: a management tool for preservation and access. Andover MA: Northeast Document Conservation Center, 2000. p. 155-166. Disponível em: *http://www.gseis.ucla.edu/~howard/Papers/sfs-longevity.html*. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

11. CONWAY. *Preservação no universo digital*.

12. VALLE. Preservação digital e gestão eletrônica de documentos para museus e arquivos

13. SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria de Estado de Cultura / Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, novembro de 2007.

14. BERTHOLDO, Flávio Augusto Rocha. Técnicas de limiarização para melhorar a qualidade visual de documentos históricos. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Departamento de Ciência da Computação, Instituto de Ciências Exatas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: *http://www.dcc.ufmg.br/pos/cursos/defesas/868M.PDF*. Acesso em: 20 de fevereiro de 2010.

Flávio Augusto Rocha Bertholdo é mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, professor do IEC PUC Minas e diretor da empresa Bertholdo Consultoria e Informática Ltda. Coordenou a equipe de implementação do SIA-APM e participa dos esforços de melhoria contínua do sistema.

Estante

Novos títulos em destaque

Ângelo Alves Carrara. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII: Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.* **Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.**

O autor trata da fiscalidade em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco entre 1700 e 1808, analisando as despesas e as remessas feitas pela colônia ao reino nesse período. No estudo, é feito um levantamento da Real Fazenda, com base em várias fontes contábeis, inclusive as depositadas no Arquivo Público Mineiro.

Antônio Gilberto Costa. *Rochas e histórias do patrimônio cultural do Brasil e de Minas Gerais.* **Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2009.**

A partir do estudo das rochas e de seus usos na formação do patrimônio cultural do Brasil e de Minas Gerais, Antônio Gilberto Costa traça um panorama da paisagem das vilas e cidades mineiras do século XVIII. Suas edificações e obras artísticas são analisadas à luz das técnicas construtivas e dos estilos, identificando-se os autores e seus riscos arquitetônicos.

Heloísa Murgel Starling; Regina Horta Duarte (Org.). *Cidade Universitária da UFMG – história e natureza.* **Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.**

A obra tem como objetivo apresentar e estudar a diversidade natural do *campus* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), compreendido como “uma cidade dentro de outra cidade”. Detém-se na biodiversidade que é abrigada dentro do espaço verde da instituição, particularmente na Estação Ecológica, que se revela rica e diversificada.

Seis lançamentos datados de 2009, abrangendo uma temática variada e trazendo abordagens inovadoras contribuíram para enriquecer a bibliografia sobre a história de Minas Gerais.

Ivana Parella. *O teatro das desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino 1768-1800.* **São Paulo: Annablume, 2009.**

A autora, nesse volume, se debruça sobre a ocupação dos garimpeiros e dos contrabandistas e extraviadores de diamantes e pedras preciosas na Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu, localizada no Distrito Diamantino, entre 1768 e 1800, enfatizando os principais conflitos que ocorreram entre faiscadores, mercadores de pedras e as autoridades locais.

Rivânia Maria Trotta Sant'Ana. *O movimento modernista Verde, de Cataguazes – MG 1927-1929.* **Cataguases: Empresa Instituto Francisca de Souza Peixoto, 2008.**

Nesse livro, a autora analisa o movimento modernista em Minas Gerais com base na atuação de um grupo de jovens que se reúne em Cataguases, na Zona da Mata mineira, e cria, entre 1927 e 1929, um movimento literário intitulado Movimento Verde, que publica a *Revista Mensal de Arte e Cultura.* O estudo contribui para o entendimento do Modernismo fora do eixo tradicional Rio-São Paulo.

Rodrigo de Almeida Ferreira. *O descaminho dos diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771).* **Belo Horizonte: Fumarc/Letra e Voz, 2009.**

Estudo sobre o contrabando e o garimpo ilegal realizados no Distrito Diamantino no período dos contratadores dos diamantes. A partir de ampla documentação, o autor analisa as diretrizes governamentais, as formas de extração ilegal e extravio de gemas, a organização social local e as relações estabelecidas entre contratadores e garimpeiros.

Uma bandeira socialista em Minas Gerais

Raquel Aparecida Pereira

A imprensa socialista do século XIX teve no jornal ouro-pretano *O Socialista* um representante típico das publicações do período em que as várias correntes emancipatórias proclamavam, ao lado da crítica social, um ideário moral que compreendia a necessidade de se praticar a solidariedade, o amor e contribuir para a dignidade do ser humano.

> Apesar dos profícuos estudos produzidos sobre a imprensa do século XIX no Brasil, observa-se a ausência de pesquisas mais aprofundadas sobre a imprensa socialista. Os trabalhos desenvolvidos concentram-se, especialmente, em análises de veículos jornalísticos do Rio de Janeiro e de São Paulo, desconsiderando o impacto das especificidades e das características locais na disseminação de publicações desse caráter, no período, em outras províncias como Minas Gerais. Certamente, as dificuldades para a consulta aos exemplares originais e a descontinuidade das coleções de periódicos contribuíram para essa lacuna. Em muitos casos, por não se tratarem de organismos oficiais de informação, o seu arquivamento e/ou guarda foram definidos em conformidade com os interesses de colecionadores e de correspondentes das instituições oficiais de preservação da memória.

No estudo dessas questões, é preciso ter em conta que a divulgação das ideias socialistas no Brasil remonta à década de 1840. É nesse período, inclusive, que ocorre a implantação do Falanstério de Saí (baía da Babitonga – São Francisco do Sul/SC), colônia de imigrantes franceses inspirada nas ideias de Charles Fourier. Sob forte influência dos imigrantes, em especial franceses e italianos, a imprensa socialista deu seus primeiros passos e foi responsável pela divulgação de um socialismo intelectual de base filantrópica. Como referência para sua história, apontamos a publicação, em 1845, do jornal *O Socialista da Província do Rio de Janeiro* (de propriedade de Manuel Gaspar de Siqueira Rego), editado até 1847. Vale destacar, ainda, que essa imprensa de caráter socialista não se restringiu à capital, espalhando-se por outras províncias, como é o caso da publicação da revista *O Progresso*, lançada em 1846, em Recife, e, ao que se sabe, publicada até 1848. Isso sem mencionarmos as publicações em língua estrangeira promovidas e difundidas pelos imigrantes.

Publicado originalmente na *Revista de Estudos Sociais*, órgão ligado ao Partido Comunista Brasileiro, em fevereiro de 1964, o levantamento produzido por Evaldo da Silva Garcia é precioso para a história da imprensa operária e socialista brasileira no século XIX.[1] Apesar de considerar sua pesquisa preliminar e provisória, o autor catalogou 300 itens – entre panfletos, jornais, revistas, fascículos comemorativos etc. – existentes nas bibliotecas públicas brasileiras.

Nesse estudo, o autor optou por dividir o século XIX em dois períodos: no primeiro – que se inicia na década de 1840 e finaliza em 1889 com a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República –, identificou 146 publicações; e, no segundo – a partir de 1890 –, foram encontrados 154 periódicos. Contudo, as informações coletadas sobre os periódicos ainda são muito esparsas, para não dizer deficientes. Acreditamos que o fato de o autor ter levado em consideração, em muitos casos, apenas o título da publicação pode ter ocasionado equívocos na classificação de alguns jornais. Apesar disso, chama a atenção o fato de que na última década do século XIX ao menos 15 publicações novas – aparentemente destinadas ao questionamento da ordem social – surgiam a cada ano.

O jornalismo socialista, principalmente em razão da influência dos imigrantes, se apresentava como difusor de ideias revolucionárias próprias do ambiente europeu do século XIX e, que no Brasil, se juntavam às bandeiras do abolicionismo e do republicanismo.
A identificação de uma filiação doutrinária específica nas publicações socialistas do século XIX não é tarefa fácil. O que se observa é um conjunto de ideias inovadoras reunidas em um conceito de socialismo, não dispensando, obviamente, referências à imprensa e ao movimento operário europeu daquele momento.

Em 1845, foi apresentada a seguinte definição para o título do jornal *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*:

O SOCIALISTA

Orgam do Centro Socialista Mineiro

REDACTOR CHEFE, ANTONIO NOGUEIRA D'ALMEIDA COELHO

SECRETARIO, JOAO LIBANO SOARES. GERENTE, JOSE' DINIZ MASCARENHAS

ANNO I — Ouro Preto, 13 de Agosto de 1894 — N. 2

O amôr e o respeito a dignidade humana.

O homem acha-se á frente das maravilhosas creações da natureza, occupando o seu logar na mais elevada escala animal, e nós só podemos fazer uma idéa assaz insignificante da sua existencia. Admiramos as constantes energias e as transcendentes perfeições das mais simples substancias organicas; podemos contemplar a tenra planta transformada em gigantesca arvore pela magica potencia inherente a uma cellula de proporções tão diminutas que a nossa imaginação mal póde concebel-as; mas, quando reflectimos nas faculdades peculiares ao homem, faculdades que fazem sahir o seu prodigioso ser de uma cellula não menos diminuta, a nossa admiração torna-se inexplicavel.

Si uma cousa deve ser considerada em proporção á quantidade de tempo e o muito cuidado empregado na sua producção, o homem, em proporção á grandeza de sua construcção e de seus fins, aos multiplos e gloriosos dotes que lhe são proprios não póde ser nimiamente apreciado. Foi mister decorrerem myriades e myriades de seculos, para que as forças vitaes se congregassem e desenvolvessem essa obra admiravel que por si só representa o conjuncto da perfeição natural.

O homem é a natureza tendo consciencia de si mesma; é o supremo esforço da natureza para se comprehender e conhecer.

Quem não sente profundamente a grandeza da humanidade, não sente a da natureza na sua vasta expansão; porque o homem é a natureza encarnada. Soltemos as redeas á nossa imaginação no vacuo infinito das concepções sublimes: concebamos o mais extravagante idéal de perfeição; todas as nossas phantasias de sublimidade, jámais nos darão a menor idéa da grandeza de um ser humano, porque nelle se concentram todos as energias do universo.

Ao pensarmos na elevada posição do homem, e ao admirarmos os magestosos productos das suas faculdades: as constantes evoluções da sciencia; o aperfeiçoamento das artes; a maneira porque tem applicado aos seus fins as varias potencias da natureza; esperariamos que o possuidor de tão sublimes faculdades tivesse o devido sentimento de sua propria dignidade; podesse se elevar acima das exigencias mais grosseiras dos seres inferiores e fruir uma vida muito mais nobre, mais livre e independente.

Mas, confrange-nos o coração, quando examinamos a condição actual da humanidade! Vemos que o rei do nosso planeta está condemnado a luctar contra os males mais aviltantes, que lhe tiram os mais puros sentimentos de amôr e de dignidade que deveria sentir.

O amôr e a dignidade são os bens mais nobres e preciosos que possue a humanidade. Uma sociedade que não esteja inspirada por esses elevados sentimentos, está abalada nos seus principios basicos, e tende a cahir em completo desiquilibrio.

E' com profunda magoa que perscrutamos a vida das sociedades! Aquelles mesmos que deviam ser os guardas mais fieis da sua dignidade, amando e respeitando a dignidade de cada um dos seus membros, são os primeiros, uns imbuidos nos estupidos preconceitos de *castas*, outros pelo ridiculo orgulho de posição, a aviltal-os cruelmente; já negando o amôr e o respeito á dignidade individual; já procurando mesmo vilipendiar aquelles que, embora trabalhem para a manutenção social, commetteram o grande crime de nascer da classe proletaria, ou como dizem outros, da baixa *classe*.

E' dessa falta de amôr pelos nossos semelhantes; é dessa falta de respeito á dignidade humana; que a vida transforma-se para a humanidade em verdadeiro pesadelo e o mundo em um profundo valle de lagrimas.

Todos os homens têm a mesma dignidade natural e o mesmo direito ao respeito, qualquer que seja a sua occupação na sociedade. E' extraordinariamente pernicioso que só certas classes sejam respeitadas; porque é o proprio homem, e não a condição que lhe impoz o acaso do nascimento, que exige a nossa consideração: é a dignidade humana que é a dignidade de cada um, que reclama o mutuo respeito, que deve ser o laço da fraternidade universal.

Página de rosto do jornal *O Socialista*, órgão do Centro Socialista Mineiro. Redator chefe: Antônio Nogueira d'Almeida Coelho. Ouro Preto, 13 de agosto de 1894, ano 1- nº 2. Acervo da Hemeroteca Histórica, divisão da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais.

> O vocábulo – Socialista – sob cuja denominação sai hoje à luz a nossa folha, define exuberantemente o objeto principal com que ela é publicada: a conservação e o melhoramento do pouco de bom que existe entre nós: a extirpação de abusos e vícios provenientes da ignorância, falsa educação e imitação sem critério: a introdução de novidades no progresso universal: enfim, todo o aperfeiçoamento de que for suscetível a sociedade provincial, nacional, quer na parte moral, quer na material, em que naturalmente está dividida a vivenda humana no mundo terreno. Assim, pois *O Socialista* tratará de agronomia prática, economia social, didática jacotista,[2] política preventiva e medicina doméstica, e, sobretudo do socialismo, ciência novamente explorada, da qual basta dizer, que seu fim é ensinar aos homens a se amarem uns aos outros.[3]

Ainda carecemos de estudos mais aprofundados que identifiquem os vínculos, os intercâmbios, as continuidades e as descontinuidades entre as publicações existentes no período. A imprensa socialista e operária do século XIX, bem como do início do século XX, é marcada pela existência de publicações de curta duração e, por isso, com poucas edições. Entretanto, essa característica não diminui sua representatividade e sua importância na vida política do país; pelo contrário, observa-se que essa insistência em se publicar – mesmo que um único exemplar – é, por si só, motivo para uma avaliação criteriosa do alcance e do conteúdo desses periódicos.

O segundo número do jornal *O Socialista,* de Ouro Preto, publicado em 13 de agosto de 1894, hoje disponível para acesso na internet, graças ao Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro – SIA-APM, será objeto do presente estudo. Não foram localizados outros exemplares do periódico na coleção Jornais Mineiros, o que não indica que este seja o único exemplar do jornal existente.

Um levantamento realizado pelo pesquisador José Teixeira Neves Filho, entre 1957 e 1964, intitulado *Periódicos Mineiros na Biblioteca Nacional*,[4] informa que o início da publicação do jornal se dera em 17 de julho de 1894. O pesquisador teria tido acesso ao primeiro número do jornal? Ao que parece, sim. Todavia, não foi possível comprovar essa hipótese, pois, em busca recente no catálogo daquela biblioteca, não encontramos qualquer remissão ao periódico em análise. Tendo em vista a data de realização do levantamento e as prováveis alterações na organização do acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, restam-nos apenas indagações sobre a localização do primeiro número do jornal. Esperamos que a astúcia de novos pesquisadores possa trazer à tona respostas a esses questionamentos.

Socialismo na República

A ruptura do regime de governo e a implantação da República propiciaram a experimentação de novas possibilidades políticas e, nesse sentido, a experiência socialista não pode ser avaliada como simples capítulo da história do movimento operário. Na virada do século, o ideário socialista apresentava-se como voz dissonante numa estrutura oligárquica consolidada.

A organização formal de socialistas em grupos e associações se deu, segundo Lincoln Penna, a partir de 1878, quando se instalaram, em diferentes pontos do país, os clubes socialistas.[5] Foi então que as associações se multiplicaram e surgiram órgãos de apoio com funções mais ampliadas. Contudo, foi somente na última década do século XIX que esses organismos alcançaram evidência no cenário nacional. É o caso do Centro Socialista de Santos – referendado por muitos autores como um dos mais importantes na história operária brasileira –, que existia desde 1889 sob o nome de Círculo Socialista e ganhou destaque, em 1895, com a publicação do jornal *A Questão Social*.

Emquanto não obedecermos a esse nobre e humano principio; emquanto a dignidade humana não fôr respeitada como um direito natural ao homem; dignidade aviltada até perante a lei, seremos arrastados para um mar de miserias, de vicios e de completa degradação social.

Donde vem esse espirito de rigôr desapiedado para com os delinquentes; a maneira de consideral-os como monstros de crueldade ou de infamia, sem levar em conta a obscuridade do seu espirito e as causas naturaes do seu delicto? Nada tem aviltado mais o genero humano do que essa tyrannia social! De que serve humilhar um criminoso, enforcal-o, condemnal-o a trabalhos forçados, tratal-o com escarneo e ignominia? O crime é por isso reprimido? Esses sentimentos de crueldade para com os nossos irmãos nos dão, porventura, alguma elevação moral? Não, mil vezes não. O effeito é inteiramente contrario.

Nada petrifica mais o coração de um réo, do que as penas aviltantes. Provocam a sua obstinação para os maus habitos e inspiram-lhe vehemente desejo de vingança.

Demais, esse odio, essa aversão de horror contra os culpados é demasiadamente pernicioso ao interesse social. Rebaixa o caracter do delinquente e o impede de fazer esforços para se emendar.

Quem não tem compaixão e ao mesmo tempo sympathia pelo criminoso, si considerar a sua vida com todas as circumstancias tormentosas e degradantes que a rodeiam: circumstancias que raro encontram os que nasceram no seio da riqueza? Nascido no lamaçal do vicio; acabrunhado por graves privações; educado geralmente por paes depravados, cuja vida, muita vez tem sido uma serie de crimes e de vicios; espancado, desprezado pela sociedade que, longe de chamal-o para o seu convivio, só tem para elle o desdem, a tyrannia e o desprezo; é caso para se admirar que essa creança venha a ser um vagabundo, um proscripto social, cuja mão se levante contra todos, porque todas estão levantadas contra elle? Por certo que não.

A falta de amôr pelos nossos semelhantes; a falta de respeito á dignidade humana são, no nosso modo de pensar, immensos mananciaes donde jorram as impetuosas correntes do vicio e do crime.

E, o mais evidente testemunho da nossa affirmação, vamos encontrar nos os *Miseraveis*, sublime obra filha da ardente imaginação do sabio phylosopho, legitimo representante do mundo das lettras no seculo XIX; cujo nome, Victor Hugo, escrevemos com respeito e admiração.

João Valjean!! eis a synthese sublime de tudo quanto temos dito sobre o amôr e o respeito á dignidade humana. Eis o homem que concentrava em si os nobres e puros sentimentos das peregrinas virtudes; eis o protector de Fantina; eis o carinhoso e adoptivo pae de Cosêtte; eis o salvador de Fauchelevent; eis o philanthropico Maire de M—sur—M; eis o heroe das barricadas da rua Plumet; eis o desvelado que salva Mario por entre o putrido lamaçal dos encanamentos de Paris; eis emfim, o homem das abnegações sublimes: transformado em reprobo, em monstro, em ladrão, em forçado das galés, por uma sociedade tyranna e criminosa!... E esse facto tão significativo, filho da magica inspiração do grande phylosopho; e cuja reproducção o observador attento contempla a cada passo no seio das sociedades, parece uma maldição lançada contra a tyrannia e o aviltamento social.

Oh! cruel e injusta sociedade! Onde está o teu decoro, a tua dignidade?! Estão nullificados pelos teus vis preconceitos!! Não, ergamo-nos deste abatimento moral: prodigalisemos o nosso amôr ao proximo; respeitemos a sua dignidade; levemos o consolo a esses corações aviltados pelo despreso social; transformemos as sombrias masmorras em salões illuminados por esse vivificante pharol,—a instrucção—; e então teremos uma sociedade, digna do nosso ser, da nossa grandeza e da nossa perfeição.

Um pouco de Socialismo

A leitura dos artigos publicados no *L'Echo du Bresil* sobre a colonisação no Brazil e o papel preponderante que lhe está reservado em um futuro proximo que não se imagina, nos suggeriu a idéa de procurar nas theorias dos autores mais notaveis, o que a respeito do Socialismo, haveria de realisavel neste bello paiz, no momento em que as grandes commoções sociaes ameaçam derrocar as velhas instituições prestes a desapparecerem para dar logar a uma nova ordem assaz superior e compativel com as aspirações dos povos.

Este acontecimento, que consideramos como a realisação certa que nos reserva, talvez, este fim do seculo XIX, para muitas pessoas pertence ao dominio dos sonhos chimericos, ou antes, é julgado por ellas do modo o mais erroneo e menos comprehensivel.

Não podemos nos retrahir d'um certo sentimento de ironia, o confessamos, quando pensamos que muitos capitalistas imaginam e acreditam ainda que o Socialismo consiste em pedir ao visinho mais ou menos rico, a metade de seus bens para dar áquelles que nada possuem!

Página interna do jornal *O Socialista*, órgão do Centro Socialista Mineiro. Ouro Preto, ano 1 - nº 2, 13 de agosto de 1894. Acervo da Hemeroteca Histórica, divisão da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais.

O nosso pequeno jornal *O Socialista*, de Ouro Preto, era um órgão do Centro Socialista Mineiro. Apesar de não localizarmos estudos específicos sobre a atuação dessa agremiação no Estado, a publicação de uma folha – que se propunha mensal – indicava que a organização política e formal dos socialistas já possuía seus alicerces na capital mineira.

O Socialista tinha como redator-chefe Antonio Nogueira d'Almeida Coelho. A assinatura semestral do jornal estava disponível por até 3$500 (três mil e quinhentos reis) O jornal era pequeno – quatro páginas –, e o conteúdo, relativamente diversificado, incluindo desde artigos analíticos e poesias até notícias locais. Apesar de microfilmado e digitalizado, nosso exemplar sofreu as consequências do tempo e está bastante deteriorado, o que dificultou sua leitura. Foram os programas de melhoramento de imagens que nos auxiliaram na empreitada de compreender trechos bastante apagados nas páginas internas do jornal.

O seu aparecimento parece ter tido repercussão para além de Ouro Preto, provocando manifestações contrárias em outros jornais de Minas Gerais. Pelo menos é o que podemos depreender da coluna "Folhas Soltas" na última página d'*O Socialista*. Essa coluna é uma resposta do jornal aos comentários e/ou às críticas veiculadas, por ocasião de seu lançamento, em outros órgãos de imprensa, como o *Minas Gerais* e, especialmente, o *Queluz de Minas*, de Conselheiro Lafaiete.

> Eis-nos novamente em campo, mas d'esta vez não tão noticiosos como da outra, porém em compensação mais *intrigantes* e intrigados.
> E de facto, quem o não ficará, ao ver a maneira pela qual o *Minas Geraes* nos recebeu, tomado de pasmo e quasi que não sabendo expressar-se senão por meio de interrogação? (!!)
> Mas não sentimos tanto a recepção que nos fez o *Minas Geraes*, porque este ainda conheceu os limites da Imprensa livre e criteriosa e não quiz se inculcar conselheiro de quem não precisa de conselhos, como o nosso collega o *Queluz de Minas*.
> E em que se basearia o collega para se abalançar a tanta *ingenuidade*?!
> Julgar-nos-á alguns imbecis que não saibamos a que bandeira nos filiamos e que ideias defendemos?
> [...] Quanto ao conselho que, s.s. abalançou a dar-nos, julgamos responder à medida dos nossos desejos ao nosso collega com o antigo rifão; "muitas vezes o silêncio é de ouro" e que conseqüentemente valer lhe-ia mais calar-se a perder seu tempo em dar conselhos a quem d'elles não precisa e que peremptoriamente os regeita.

O destaque – um recurso tipográfico – das palavras "intrigantes" e "ingenuidade" realça a ironia do texto apresentado e a disposição dos autores para a defesa de seus ideais no espaço público. Essa postura de enfrentamento, uma espécie de desafio, servia como incentivo à continuidade da publicação.

Ao examinar rapidamente as publicações mineiras na virada do século XIX, observamos que a difusão do ideário socialista encontrou adeptos antes mesmo da implantação do Centro Socialista em Ouro Preto. Em Paraisópolis, cidade localizada na região sul do Estado e próxima à divisa com São Paulo, verificamos a publicação, sob o título de *O Socialista*,[6] de um semanário entre os anos de 1885 e 1888, editado por Antonio F. Grillo.

Além de *O Socialista*, de Paraisópolis, com o subtítulo de "folha popular", o Centro Socialista de Uberaba publicou, em 1897, outro periódico de nome *O Socialista*. Mais uma vez, ressaltamos a necessidade de aprofundarmos as pesquisas quanto às relações e aos pontos de contato estabelecidos entre as publicações socialistas e mesmo entre os organismos e associações. Essas folhas mantinham entre si algum

intercâmbio de ideias? Seus exemplares foram preservados até os dias de hoje? Houve reprodução de textos ou querelas parecidas como a já citada? São questionamentos que deixamos como sugestão para nossos colegas historiadores.

Ideário socialista

Assim como outras publicações de caráter socialista, observamos que o nosso exemplar também busca definir seus pressupostos ideológicos, ainda que um socialismo bastante abrangente. Para isso, o periódico retoma um artigo do *L'Echo du Brésil*, jornal francês publicado no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX.

> [...] nos suggeriu a idea de procurar nas theorias dos autores mais notáveis, do que a respeito do Socialismo haveria de realisavel neste belo paiz, no momento em que as grandes comoções sociaes ameaçam derrocar as velhas instituições prestes a desapparecerem para dar lugar a uma nova ordem assaz superior e compatível com as aspirações dos povos.
> [...] muitos capitalistas imaginam e acreditam ainda que o Socialismo consiste em pedir ao visinho mais ou menos rico, a metade de seus bens para dar àquelles que nada possuem!
> Si pretendeis oppôr a estas falsas apreciações do espírito pusillanime e egoísta, a lógica do raciocínio e dos factos, responder-vos-ão: É muito balo! Não é possível! Ah! Vê-se bem que sois socialista! Visionário! Utopista! Eis as grandes palavras oucas! E é tudo!
> [...] Quanto ao saber ou procurar indagar o que é verdadeiramente o Socialismo, pouco importa!
> [...] ler Consideránt, H. Renaud, Ch. Fourier? Oh! Quem são esses homens? Desconhecidos, loucos! Ah, sim! Porque é loucura, com effeito sonhar com a felicidade dos seus semelhantes em uma sociedade tão egoísta como a nossa;
> é loucura trabalhar sem descanso para a futura transformação deste meio social gangrenado pela hypocrisia e pela falsa moral que lhe serve de mascara virtuosa [...].
> [...] Dizeis vós, utopias? Então! Não! O que se designa por reivindicações sociaes não é uma utopia; há provas convincentes que só os cegos e os surdos por conveniencia recusam verifical-as.[7]

As práticas socialistas podiam ser encontradas, segundo o periódico, nas comunidades religiosas espalhadas pelo mundo e, quem diria, no próprio Exército, "tão admiravelmente disciplinado pelo Estado, que tudo negando pratica o socialismo por sua conta". O "verdadeiro socialismo" apresentado pelo jornal estava associado à própria existência humana, presente nas atividades diárias e comuns, fazendo da política uma experiência coletiva relacionada ao cotidiano. A redação do texto é informal e provoca uma reflexão sobre o socialismo como opção possível, e não como utopia.

As bandeiras socialistas, com duras críticas ao regime excludente da República, contribuíram para introduzir, no cenário político, o debate acerca da ampliação do conceito de cidadania. A igualdade é entendida no seu sentido de reciprocidade. O nosso *O Socialista* advertia seus leitores:

> [...] É dessa falta de amor pelos nossos semelhantes; é dessa falta de respeito à dignidade humana; que a vida transforma-se para a humanidade em verdadeiro pesadelo e o mundo em um profundo valle de lagrimas.
> Todos os homens têm a mesma dignidade natural e o mesmo direito ao respeito, qualquer que seja a sua occupação na sociedade.[8]

Os editores do jornal aspiravam à organização justa da sociedade, sem crimes nem pobreza, com todos

participando da produção e da fruição dos bens segundo suas capacidades e necessidades.

> [...] De que serve humilhar um criminoso, enforcal-o, condenal-o a trabalhos forçados, tratal-o com escarneo e ignomínia? O crime é por isso reprimido? Esses sentimentos de crueldade para com os nossos irmãos nos dão, porventura, alguma elevação moral? Não, mil vezes não. O effeito é inteiramente contrário.
> Nada petrifica mais o coração de um réo do que as penas aviltantes. Provocam a sua obstinação para os maus hábitos e inspiram-lhe vehemente desejo de vingança.
> Demais, esse ódio, essa aversão de horror contra os culpados é demasiadamente pernicioso ao interesse social. Rebaixa o caracter do delinquente e o impede de fazer esforços para se emendar.[9]

Nessa perspectiva, os socialistas recusavam a crueldade e os maus-tratos e, admiradores da natureza humana, acreditavam numa ciência aplicada, aliada a uma filosofia do amor e da compreensão universal. Para tanto, seria preciso combater a ignorância, o grande obstáculo para a construção de uma nova sociedade. A educação exerceria um papel decisivo nesse processo, como instrumento de transformação moral do próprio homem. Reivindicava-se uma educação eficaz na emancipação do homem e voltada para a consciência do coletivo e para os sentidos de uma igualdade e fraternidade reais.

> Oh! cruel e injusta sociedade! Onde está o teu decoro; a tua dignidade? Estão [solidificados] pelos teus vis preconceitos!! Não, ergamo-nos deste abatimento moral; prodigalisemos o nosso amor ao próximo; respeitemos a sua dignidade; levemos o consolo a esses corações aviltados pelo despreso social; transformemos as sombrias masmorras em salões illuminados por esse vivificante pharol – a instrucção –; e então teremos uma sociedade, digna do nosso ser, da nossa grandeza e da nossa perfeição.[10]

Com motivações ecléticas, mas voltado à questão social, o jornal expunha seus ideais. Além dos artigos analíticos, encontramos também o soneto "Recordação", de Eduardo Lima, e outras notícias, como informações sobre o suicídio de um funcionário da Imprensa Oficial, reclamações quanto à necessidade de calçamento de ruas da cidade e críticas às decisões tomadas no encerramento do Congresso Estadual. Numa aparente contradição, nosso pequeno *O Socialista* felicitava os familiares e trazia a notícia do casamento da filha "do nosso particular amigo coronel Ignácio Magalhães, abastado capitalista".

Repercussão

Apesar do intervalo de um mês entre o primeiro e o segundo número do *O Socialista*, o expediente do exemplar em análise já indicava dificuldades para manutenção dessa periodicidade: "Até que o nosso periódico possa sair mais vezes por mez, será bimensal". As dificuldades financeiras para manutenção do jornal, a transferência iminente da capital mineira para Belo Horizonte, todas essas questões podem ter contribuído para que a publicação não alcançasse outros números nos meses que se seguiram.

Fato é que as aspirações socialistas encontraram, mesmo que por um breve instante, campo fértil no cenário político mineiro. Não se pode deixar de observar que, mesmo sob influência de concepções ideológicas europeias, não se verificou a simples reprodução dessas teorias, ao contrário, os socialistas buscaram adaptar aquele conteúdo à realidade local, principalmente na edição de jornais e outras publicações.

No que diz respeito à imprensa socialista em Minas, já observamos em outros momentos que ela não está restrita à pequena publicação sob nossa análise e que outros grupos políticos e seus periódicos devem ser valorados numa tentativa de interpretação mais precisa.

Não sabemos quanto tempo durou o jornal e quais foram suas influências na constituição de novas alternativas políticas no contexto republicano. Ao que tudo indica, como a maioria das folhas socialistas, sua existência foi efêmera. Contudo, encontramos vestígios de que a carreira do redator-chefe do nosso jornal não se encerrou nas páginas d'*O Socialista*. Em 15 de agosto de 1906, assinava um artigo no jornal *O Trabalho*, de Patos de Minas, no qual podemos vislumbrar a permanência de visões peculiares ao socialismo defendido na publicação ouro-pretana.

> Nestas colunas nunca tal permitimos, nem permitiríamos, pois compreendemos a imprensa como a luz serena e imperturbável que com seus raios tranqüilos nos apontam o caminho do bem, pois quer a LIBERDADE; da razão, pois quer a JUSTIÇA; do coração, pois quer a DIGNIDADE; do benefício de todos nós, pois tem por fim problemas a se resolverem, princípios a se discutirem, fins a colimarem, todos tendendo o benefício comum.[11]

Há, ainda, uma série de eixos e nexos a serem desbravados no estudo da imprensa socialista em Minas Gerais. Esperamos ter contribuído com a indicação de possíveis caminhos para a descoberta de passagens perdidas nas dobras da nossa História.

Notas |

1. Citado por PENNA, Lincoln de Abreu. *Imprensa e política no Brasil: a militância jornalística do proletariado*. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2007, "Apresentação".

2. Método do pedagogo francês Jean-Joseph Jacotot (1770 – 1840).

3. *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, nº 1, 01/08/1845. Citado por GALLO, Ivone. O socialista da província do Rio de Janeiro: um olhar sobre o socialismo do século XIX, 2008. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, set/2008. CD-ROM.

4. O levantamento está disponível em NEVES, José Teixeira. Periódicos Mineiros na Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*, volume 117 (1997), Rio de Janeiro: A Biblioteca (volume publicado em 2000), pp. 80-309.

5. PENNA. *Imprensa e política no Brasil*, apresentação.

6. Verificamos a existência de um exemplar sob a guarda da Biblioteca Nacional - Ano 3, n. 50 (3 de junho de 1888). Catálogo de Periódicos Raros da Biblioteca Nacional.

7. *O Socialista*, nº 2, 13/08/1894 – Ouro Preto, p. 2-3.

8. *O Socialista*, nº 2, 13/08/1894 – Ouro Preto, p. 1.

9. *O Socialista*, nº 2, 13/08/1894 – Ouro Preto, p. 2.

10. *O Socialista*, nº 2, 13/08/1894 – Ouro Preto, p. 2.

11. *O Trabalho*, nº 36, 15/08/1906. Citado por CARVALHO, Carlos Henrique de *et al*. Imprensa e Educação: uma relação possível (A análise dos jornais patenses entre 1905/1942). *Perquirere*. Revista Eletrônica do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão e da Pós-Graduação do Centro Universitário de Patos de Minas, 2005.

Raquel Aparecida Pereira é historiadora, mestre em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007). Possui experiência com processamento técnico de acervos documentais, pesquisa arquivística, elaboração e análise de projetos culturais. Foi responsável pelo acompanhamento de projetos culturais fomentados pelo Programa Monumenta/MinC. Atualmente, ocupa o cargo de analista em ciência e tecnologia da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Capes-MEC.

Folha de rosto
Detalhe de um documento da Coleção Casa dos Contos sendo digitalizado em *scanner*. Arquivo Público Mineiro – Diretoria de Conservação de Documentos.

Expediente
Aspecto da área de guarda do acervo da Seção Colonial no Arquivo Público Mineiro em 1922. Fotografia de autor desconhecido. Arquivo Público Mineiro – 3 - 001 – (06).

Sumário
Detalhe das instruções para colocação de microfilmes em *scanner* de digitalização. Arquivo Público Mineiro – equipamento da Diretoria de Conservação de Documentos.

Editorial
Detalhe do armazenamento de microfilmes na área de guarda do Arquivo Público Mineiro.

Entrevista Russell-Wood
Fotografia de Marcelo Bessa - Idas Brasil. Acervo Revista de História da Biblioteca Nacional.

Capa e contracapa do Dossiê
Cabos do *switch* de distribuição dos pontos de rede de circulação de dados do Arquivo Público Mineiro.

Páginas 22 e 23
Processos judiciais dos fóruns de Itapecerica e Conselheiro Lafaiete, higienizados e organizados. *Projeto Fórum Documenta*, São João del-Rei, MG.

Páginas 36 e 37
Cópia microfilmada da capa do volume 1 do códice 5 dos *Autos de Devassa da Inconfidência.* Anotação do escrivão bacharel José Caetano Cesar Manitti, ouvidor-geral e corregedor da Comarca de Sabará. Minas Gerais, 1789. Arquivo Nacional, RJ.

Páginas 50 e 51
Leitura coletiva de um jornal no Brasil dos anos 1820. Johann Moritz Rugendas (Augsburgo, 1802 – Wilheim, 1858). *Junta à Fernambouc* (*sic*). In: RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil.* Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. 3a série; v. 8. (Coleção Reconquista do Brasil)

Páginas 66 e 67
Interior da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, em 2005. Prédio projetado por Francisco M. de Souza Aguiar, inaugurado em 1910. Fotografia de Cláudio de Carvalho Xavier. Fundação Biblioteca Nacional.

Páginas 80 e 81
Edifício sede do Arquivo Nacional da Torre do Tombo na Cidade Universitária, Lisboa, Portugal. Projeto dos arquitetos Arsênio Cordeiro e António Barreiros, obra concluída em 1990. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Páginas 94 e 95
Uniforme dos desembargadores no primeiro reinado. In: MILLIET, Sérgio; MORAIS, Rubens Borba de. *O Brasil de Debret* Belo Horizonte: Villa Rica Editoras Reunidas Ltda., 1993. v. 2: Coleção Imagens do Brasil.

Páginas 110 e 111
Floresta virgem, perto de Mariana, desenho de Hermann Burmeister (Strallsund, Alemanha, 1807 – Buenos Aires, Alemanha, 1892). In: BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1952.

Páginas 128 e 129
Rolos de microfilmes digitalizados e armazenados na área de guarda do Arquivo Público Mineiro.

Páginas 136 e 137
Página inicial do *site* do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro, lançado em outubro de 2007. *www.siaapm.cultura.mg.gov.br.*

Páginas 150 e 151
Última página, com o expediente, do jornal *O Socialista*, órgão do Centro Socialista Mineiro. Ouro Preto, ano 1 - nº 2, 13 de agosto de 1894. Acervo da Hemeroteca Histórica, divisão da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais.

Agradecimentos
Arquivo Nacional
Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Lisboa
Arquivo Público Municipal Olimpio Michael Gonzaga / Paracatu (MG)
Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa / Hemeroteca Histórica
Família Carneiro de Mendonça
Fundação Biblioteca Nacional
Museu Mineiro
Projeto Fórum Documenta / Universidade Federal de São João del-Rei

---

O conteúdo dos artigos e ensaios publicados na **RAPM** é de inteira responsabilidade dos autores – Coordenação Editorial.

Selo da empresa Leuzinger Irmãos & Cia., fabricante de livros de escrituração com loja de papéis e objetos de escritório. Rio de Janeiro, c. 1893. Livro *Matrícula dos Immigrantes e Entrados*, Hospedaria Juiz de Fora, 1894.
Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria de Agricultura – SA – 867.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

A | P | M

Ano XLVI • Nº 1 • Janeiro - Junho de 2010